

Luiz Eduardo Neves dos Santos

O URBANO LUDOVICENSE

produção e fragmentação do
espaço, território, planejamento,
cultura e outras reflexões



"Casas sem cor
Ruas de pó, cidade
Que não se pinta
Que é sem vaidade"

(Chico Buarque, Subúrbio)

São Luís. A cidade analisada neste livro é plural e ao mesmo tempo única. O espaço pensado por Luiz Eduardo Neves dos Santos não cabe nos limites físicos que formalmente circunscrevem a capital do Maranhão. Isso porque, a despeito do olhar acadêmico que evidencia a formação do autor, a São Luís aqui dissecada extrapola seu espaço geográfico. Constitui-se enquanto sociabilidades, desafios, sentimentos, solidariedades, violências... Um sem-número-de-expressões que desnudam uma cidade que resiste a uma leitura totalizante. Um espaço a contrapelo do que se espera da *urbe*, ao menos segundo a definição romana da expressão. *O urbano ludovicense* reúne textos escritos em diferentes momentos da vida acadêmica do autor. Observados de forma aglomerada, parecem compor algo pensado desde o princípio para a construção de um todo. Contudo, a escrita de Luiz Eduardo, ora re-unida, em verdade não nasceu com tal propósito. Fez-se como reflexões fracionadas, enquanto reação a fatos que, sob o signo do urbano, aguçaram a produção textual do professor. Ainda assim, o autor consegue conferir organização aos diferentes textos da obra, reunindo-os em duas partes principais. A primeira, de nome *São Luís: expansão, produção e fragmentação do espaço*, tem um tratamento notadamente acadêmico. Nela se percebe o autor como *geógrafo*, preocupado em dar densidade e critérios científicos a suas abordagens. A cidade de São Luís se apresenta como pano de fundo para debates mais próprios do campo da Geografia, como planejamento urbano, verticalização, desigualdades socioespaciais, paisagem e toponímia. Por outro lado, sempre com uma apurada e atualizada verve marxista, Luiz Eduardo dialoga com temas transdisciplinares, a exemplo da modernidade, educação e memória. A segunda parte do livro é menos pretensiosa sob a perspectiva erudita. Nela emerge o autor como *ensaísta*. A São Luís desenhada em *Olhares geográficos sobre a cidade e outros temas*, se ainda serve para reflexões de cunho geográfico, projeta-se para algo bem mais fluído. Aos poucos, fragmenta-se uma cidade ainda visível a partir de categorias acadêmicas que norteiam o ambiente urbano. A São Luís ali comentada se mostra agora caótica, servindo de laboratório para a reflexão de problemas bem maiores do que sua geografia. O urbano como tragédia, a cidade como espaço agonizante, a violência do racismo, da pós-verdade e da pandemia... tudo cabe em São Luís e nada se limita a São Luís. Não coincidentemente, *O urbano ludovicense* se encerra num tom eminentemente político. Os últimos ensaios do livro são de puro protesto! Uma reflexão inquieta e quase instintiva às amarguras e às dores que cotidianamente atingem o autor... e a todo(a)s nós.

YURI COSTA

Ludovicense, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos,
doutor em História, professor da UEMA e defensor público federal.
Escrito em março de 2021, em algum fragmento de São Luís, Maranhão.



O urbano ludovicense



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

Reitor

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos

Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Luís Henrique Serra

Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni

Prof. Dr. André da Silva Freires

Prof. Dr. Jadir Machado Lessa

Prof^a. Dra. Diana Rocha da Silva

Prof^a. Dra. Gisélia Brito dos Santos

Prof. Dr. Marcus Túlio Borowiski Lavarda

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães

Prof^a. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues

Prof. Dr. João Batista Garcia

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas

Bibliotecária Suênia Oliveira Mendes

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

Luiz Eduardo Neves dos Santos

O urbano ludovicense

produção e fragmentação do espaço, território,
planejamento, cultura e outras reflexões

São Luís



EDUFMA

2021



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Fotografia de Capa: Honório Moreira

Revisão: Sandro Fortes; Luiz Eduardo Neves dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



EDUFMA | Editora da UFMA
Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga
CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos

O urbano ludovicense: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões / Luiz Eduardo Neves dos Santos . — São Luís: EDUFMA; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

309 p.

ISBN EDUFMA - 978-65-XXXX-XXX-X

ISBN - 978-65-5917-166-8

DOI - 10.22350/9786559171668

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Espaço urbano — São Luís. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Título.

CDD 711.4098121

CDU 711(812.1)

Dedicatória

A Lidiane Oliveira e Luiz Leonardo, duas estrelas que brilham intensamente em minha vida. Cada um, a sua maneira, me ensina que o amor é uma construção permanente e diária, nem sempre harmoniosa, com seus erros, acertos e obstáculos pelo caminho a serem superados; ensinam-me ainda que os sorrisos e as manifestações de afeto e carinho podem vencer muitas coisas. A compreensão que ambos possuem comigo me faz ter forças para, efetivamente, crescer e melhorar como marido, pai e ser humano, exercitando minha capacidade de ouvir, aprender, dialogar e resolver problemas. Lidiane representa aquilo que Pablo Neruda escreveu no poema ‘Tu eras também uma pequena folha’, publicado em 1952 na obra ‘Os Versos do Capitão’: “as suas raízes já atravessaram o meu peito, se uniram aos fios do meu sangue, falaram pela minha boca e floresceram comigo”, um dos resultados disto foi o nascimento do Léo, fruto da nossa união, uma luz que nos enche de alegria, paz e esperança para lutar por um mundo melhor a cada dia. O amor de vocês é imprescindível e precioso, uma das coisas que dá sentido à minha existência.

“A cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as realizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam usos menos rentáveis, portadores de técnicas e de capitais menos exigentes. Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente. Assim, as diversas combinações infraestruturais correspondem diversas combinações supraestruturais específicas”.

Milton Santos, Por uma Economia Política da Cidade, 2009, p. 125

*“Como te massacraram, ó cidade minha!
Antes, mil vezes antes fosses arrasada
por legiões de abutres do infinito vindos
sobre coisas preditas ao fim do infortúnio
(ânsias, labéus, lábios, mortaldas, augúrios),
a seres, ó cidade minha, pária da alma,
esse corredor de ecos de buzinas pútridas,
esse vai-e-vem de carros sem orfeus por dentro,
que sem destino certo, exceto o do destino
cumprido por estômagos de usuras cheios,
por bailarinos bascos sem balé nenhum,
por procissões sem deuses de alfarrábios velhos,
por úteros no prego dos cachos sem flores,
por proxenetas próstatas de outras vizinhas,
ou por desesperanças dos desenganados,
conduzem promissórias, anticonceptivos,
calvos livros de cheques e de agiotagem,
esses lunfas políticos que em manhãs — outras
que aquelas já havidas, as manhãs do Sol —
saem, quais ratazanas pelo ouro nutridas,
apodrecendo o podre, nutrindo o cadáver.
Se Caim matou Abel e em renovado crime
Abel espera o dia de novamente ser
assassinado em cunha de rota bandeira,
que inveja paira em Tróia ou em outro nome qualquer
da terra podre e azul de água e cotonifícios?
Mutiladas manhãs expõem-se nas vitrinas
de sapatos humanos mendigando pés,
de vestidos humanos mendigando peitos,
de saias humanas mendigando sexos.
Esta é Tróia!, o vigésimo século em Tróia,
blasfemam as fanfarras de súbito mudas
nos ouvidos mareando a pancada da Terra.”*

Nauro Machado, poema *Pequena Ode à Troia*
Do livro “Nauro Machado: Melhores Poemas”, 2005.

Sumário

Prefácio	17
-----------------------	-----------

O geógrafo e sua cidade: sentimento, argúcia e crítica

Frederico Lago Burnett

Nota introdutória.....	20
-------------------------------	-----------

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Primeira parte

São Luís, expansão, produção e fragmentação do espaço

1.....	25
---------------	-----------

Estratégias do capital na produção do espaço urbano: o processo de verticalização e as desigualdades socioespaciais em São Luís, Maranhão

1 Introdução.....	25
2 As contradições no espaço urbano	29
3 O processo de verticalização e desigualdades socioespaciais	35
3.1 O Conceito de Espoliação Urbana	40
4 Produção do espaço urbano em são luís.....	41
5 Localização da área de estudo	43
6 Estratégias do capital no processo de verticalização e desigualdades socioespaciais em São Luís.....	44
6.1 O Processo de Verticalização em São Luis	46
6.2 Desigualdades socioespaciais em São Luís	53
Considerações finais.....	56

2	64
----------------	-----------

Imagens, sociabilidades e memórias: os múltiplos significados da paisagem de um antigo bairro em São Luís - MA

1 Introdução.....	64
2. Sobre o conceito de paisagem na geografia.....	67
3. O conceito geográfico de bairro: noções preliminares.....	70
4. Uma imagem da cidade: o bairro do Monte Castelo	72
5. Gênese e desenvolvimento do lugar: do <i>Areal</i> ao Monte Castelo	74
5.1 Uma árvore centenária.....	86
5.2 A igreja da Imaculada Conceição	90
5.3 O Cine Monte Castelo.....	96
Considerações finais.....	99

3	105
Toponímia, poder e identidade: Uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão	
1. Introdução.....	105
2. Sobre toponímia, lugar, território e identidade	107
3. Breve histórico dos topônimos em São Luís	110
4. Caminhos da pesquisa e localização da área de estudo	114
5. Os topônimos em são luís: um perfil dos logradouros centrais e sua identidade.....	118
5.1 A Plêiade intelectual inscrita nos logradouros.....	121
Considerações finais.....	128
4	132
O planejamento urbano na Amazônia Oriental: as relações entre produção do espaço e legislação urbana no contexto metropolitano ludovicense	
1. Introdução.....	132
2. Pequena síntese da ocupação e da urbanização em são luís	133
3. O Estado autoritário como ponto de inflexão da urbanização e do planejamento urbano ludovicense	136
4. Produção do espaço, planejamento urbano e legislação urbana: algumas considerações	139
5. A região metropolitana da Amazônia Oriental: entre o institucional e o concreto.....	141
6. O plano diretor e o zoneamento de 1992: efeitos para o espaço urbano de São Luís	145
6.1 O papel das Zonas de Interesse Social (ZIS) no Zoneamento de 1992 e seus impactos	147
Considerações finais.....	152
5	158
Por uma educação geográfica transformadora: apontamentos e reflexões a partir dos conceitos de Memória, Lugar e Cidade	
1. Prólogo	158
2. A formação do professor de geografia nas eras da informação e da indeterminação.....	160
3. Memória e cidade: conteúdos para as aulas de geografia.....	162
4. A categoria <i>lugar</i> e sua relação com a cidade: elementos para uma educação geográfica crítica.....	165
5. A geografia e os seus professores: crítica e transformação através de uma pedagogia da existência	170
6. Epílogo.....	173

6	179
Em busca da cidade moderna: a remodelação urbana de São Luís durante a Era Vargas (1936-1945)	
1. Introdução.....	179
2. Da primeira república à Era Vargas e a questão do urbanismo	181
3. Os desafios de Paulo Ramos e Saboya Ribeiro frente a uma cidade decadente	185
4. A gestão Pedro Neiva e a São Luís “moderna” e funcional.....	197
Considerações finais.....	203

7	208
Planejamento urbano e aliança Capital - Estado: A revisão do Plano Diretor 2006 de São Luis e a mercantilização do espaço municipal	
1. Introdução.....	208
2. Plano diretor em São Luis, atenção para uns, desprezo para muitos	209
2.1 Expansão horizontal e segregação socioespacial.....	209
2.2 A expansão vertical e a opção preferencial pela alta renda	211
2.3 O planejamento participativo e a inércia da gestão pública	213
3. Revisão do plano diretor de 2006, tragédia no retorno ao passado?.....	214
3.1 Os limites espaciais do Capital e a necessária recriação de terra urbana.....	214
3.2 Por dentro da proposta: o desenvolvimentismo como máscara socioespacial	216
Considerações finais.....	220

Segunda parte

Olhares geográficos sobre a cidade e outros temas

8	229
Cidade, planejamento e pandemia no Brasil	
9	239
O ‘novo’ plano diretor de São Luís: Uma proposta excludente, envernizada como processo democrático	
10.....	244
Pequena caracterização socioambiental de São Luís	
11	252
As tragédias e o planejamento urbano	
12.....	254
Recanto da boemia	

13.....	257
A grande artéria	
14.....	261
A agonia de Upaon-Açu	
15.....	268
As fake news e os sabotadores do Brasil	
16.....	274
O geógrafo, as práticas espaciais e a ação política	
17.....	283
“Uma transição em marcha?”	
18.....	286
O território usado em questão: Neoliberalismo e Pandemia no Brasil	
19.....	292
Asfixia brasileira	
20.....	299
Dia da Consciência Negra e luta antirracista	
O racismo intransigente do bolsonarismo.....	304
“Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”	305
Sobre o autor.....	309

Prefácio

O geógrafo e sua cidade: sentimento, argúcia e crítica

*Frederico Lago Burnett*¹

“(...) civilização” urbana, essa peculiar combinação de criatividade e controle, de expressão e repressão, de tensão e libertação (...)”²

Junção de saber geográfico crítico e inquietações do cidadão engajado em lutas de resistência por um mundo mais justo, os textos do Professor Luiz Eduardo Neves dos Santos aqui reunidos tomam São Luis do Maranhão como centralidade discursiva e percorrem muitas direções e sentidos, do urbanismo a lugares de fraternidade, da prática profissional aos movimentos políticos.

Escritos em diferentes momentos de uma trajetória acadêmica marcada pela investigação e o compromisso social, percurso que vai da graduação ao doutorado, como discente e professor, sob contrastantes situações sociais e políticas da vida nacional recente, os artigos têm um traço comum e estruturante: a preocupação com o outro e suas vivências, tornadas cada vez mais mecânicas, individualistas, quase sempre desprovidas de sentido sob o peso de normas e pressões instituídas pelo Estado para realização do trabalho alienado.

¹ Arquiteto, Urbanista e Professor Adjunto IV do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

² MUNFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 38.

Alternando a visão de “vão do pássaro” própria da Geografia, que capta as macroações do Estado em seu eterno intuito de moldar o espaço à sua imagem e semelhança, com o olhar cúmplice do *flâneur* errante de Walter Benjamin, identificado com a cotidianidade do homem comum nos meandros da cidade, os artigos científicos, as crônicas jornalísticas e as análises políticas desta publicação exigem de nós, leitores, contrapor o pensar dialético ao conservadorismo positivista, praticar a multiescalaridade espacial e mental.

Constatando nossa fragmentação em grupos familiares, núcleo sensível que se debate em contraditórios espaços de solidariedade, disputa e dominação, anonimamente instalados em bairros desenhados por capitais econômicos e sociais, Luiz Eduardo usa a História e a Geografia como ferramentas para nos localizar e identificar, escavando assim as diferentes almas que São Luis vem assumindo, ela também diariamente desafiada a sobreviver à ganância, ao descaso, ao egoísmo dos que assumem “podres poderes” como via de realização de interesses particulares.

Um cortejo de planejadores urbanos – planejados para o sistema, socialmente elevados a autoridades em ordenar nossas vidas, identificados com interesses hegemônicos – desfilam ao longo da história de São Luis, com certezas imunes a períodos democráticos ou regimes de exceção, interferindo no cotidiano de milhares de pessoas através de opções ideológicas, certezas tecnocráticas e eficiências mercantis, compondo uma outra linha do enredo, outras histórias também a perpassar muitos dos textos.

Como Ítalo Calvino, Luiz Eduardo retrata as incontáveis cidades invisíveis nas quais nossa urbanidade busca se expressar e resistir aos atos mecânicos que nos assediam; como Friedrich Engels, expõe inacreditáveis permanências de necessidades insatisfeitas, sempre mais e mais ameaçadas pela cobiça do capital, retratando aquela Londres do XIX que sobrevive na São Luis do XXI; como Henri Lefebvre, mostra a sobrevivência possível nas contradições do consumo dirigido entre espaços concebidos e apropriados; como Milton Santos, contrapõe espaços luminosos e espaços opacos,

nas guerras de narrativas inerentes à dominação e à resistência em territórios usados e rugosidades urbanas.

Que a boa leitura aqui contida nos estimule a mudar a história e a geografia que pesam sobre São Luis!

São Luís, janeiro de 2021

Nota introdutória

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Este livro é resultado de um antigo desejo, deixar registrado em uma única obra um conjunto de escritos que fiz ao longo dos últimos anos, selecionados com o intuito de atingir o máximo de leitores, dentro e fora da comunidade acadêmica.

Desde a conclusão de minha graduação em Geografia nos idos de 2005, passando pelo Mestrado que fiz em Economia, até o Doutorado em Geografia, além das experiências que tive e tenho como técnico e professor, as minhas inquietações sempre fluíram para os textos, seja na forma de artigos científicos, pequenas análises sociopolíticas ou em textos jornalísticos.

Minhas análises se concentram sobre o espaço urbano, principalmente o da cidade onde nasci e vivo, São Luís, uma das aglomerações humanas mais desiguais do Brasil, capital do Estado mais pobre entre as 27 Unidades da Federação de um país que está entre as maiores economias do planeta.

A obra é dividida em duas partes principais, a primeira é composta por sete artigos científicos, que versam sobre pesquisas realizadas desde a graduação até hoje, publicados em anais de eventos e periódicos diversos ligados a programas de pós-graduação em Instituições de Ensino de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco, Pará e Maranhão.

A segunda parte do livro contempla textos mais curtos, com temáticas variadas, – embora a cidade seja o assunto chave – artigos de opinião publicados em jornais impressos e eletrônicos de grande circulação, em blogs e em portais progressistas de alcance nacional. São escritos fundamentados, uns de teor mais *geográfico-histórico-informativo* e outros em

tom de desabafo, textos que carregam indignação e inconformismo com a realidade do Brasil, que tratam da pandemia, do racismo estrutural, do neoliberalismo, das irresponsabilidades e das omissões governamentais, do território usado, do planejamento urbano e dos problemas persistentes que assolam São Luís.

Em tempos tão sombrios, de naturalização de absurdos e de banalização da ignorância, ler, estudar, pensar e escrever são verdadeiros atos de resistência, uma luta constante contra a linguagem ideológica virtual de autômatos e de algoritmos, que possuem a função de moldar nossos desejos e conectá-los a um consumismo vazio, ligado à *mercadoria-signo* como já disse Baudrillard. A tentativa é de destruir nossa capacidade de refletir e pensar criticamente os acontecimentos a nossa volta.

Meu desejo é que esta obra, com suas qualidades e limitações, de alguma maneira, possa dar sua contribuição ao debate acerca dos espaços urbanos e suas mazelas pela ótica da Geografia, meu campo de conhecimento. Se você tem em mãos este livro, meus sinceros agradecimentos pelo seu interesse.

Não poderia deixar de agradecer também, do fundo do meu coração, pessoas como meus pais Liana e Rui, meus irmãos Camila, Victor e João Lucas, minha esposa e filho, Lidiane e Leonardo, minha saudosa avó Sebastiana e a avó Naná, bem como outros familiares. Agradeço ainda aos poucos, mas fiéis amigos e amigas, aos professores e professoras que me marcaram e aos meus novos e antigos alunos e alunas. Todos e todas fizeram parte da minha trajetória ao longo dos últimos 22 anos, desde que entrei na UFMA como estudante. Este livro tem um pouco de cada um de vocês. Muito obrigado!

São Luís, 11 de Janeiro de 2021.

Primeira parte

São Luís, expansão, produção e fragmentação do espaço

Estratégias do capital na produção do espaço urbano: o processo de verticalização e as desigualdades socioespaciais em São Luís, Maranhão ¹

1 Introdução

A cidade é um fenômeno antigo, Castells (2009, p. 41-42) afirma que ela surgiu no “fim do neolítico (3.500 a.C à 3.000 a.C), no momento em que as técnicas e as condições sociais e naturais do trabalho permitiram aos agricultores produzir mais do que tinham necessidade para subsistir”. Dessa forma, os grupos sociais não precisavam mais residir nos espaços da produção agrícola, embora fossem dependentes destes. A cidade antiga possuía funções político-administrativas, jurídicas e, principalmente, religiosas, sendo produto do trabalho escravo.

Na era medieval, a cidade ganha corpo a partir das trocas comerciais, mesmo com o poder dos senhores feudais. “É preciso evitar o engano de conceber a época feudal como um período em que o comércio houvesse desaparecido e ao qual o uso do dinheiro fosse estranho. Daí o controle e fundação da cidade viessem a ser tomados como fonte valiosa da renda feudal adicional”, escreveu Dobb (1983, p. 52-53) em sua obra *A Evolução do Capitalismo*. As trocas se intensificaram, o trabalho livre já era uma

¹ Artigo publicado no vol. 25, nº 44 da **Revista Caderno de Geografia** em 2015, periódico ligado ao Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Geografia da PUC de Minas Gerais. Disponível em: < [Estratégias do capital na produção do espaço urbano: o processo de verticalização e as desigualdades socioespaciais em São Luís, Maranhão](#) | [Strategies of capital in the production of urban space \(...\)](#) | [Caderno de Geografia \(pucminas.br\)](#).

realidade, bem como a formação inicial de uma nova e poderosa classe social nos séculos XIV e XV, a burguesia.

A prosperidade comercial burguesa coincidiu com a expansão ultramarina européia que dominou grandes extensões de terra na América e aumentou as trocas comerciais com África e Ásia, contribuindo para o surgimento e o desenvolvimento de um número maior de cidades.

A Primeira Revolução Industrial inglesa, ocorrida na segunda metade do século XVIII, favoreceu ainda mais a expansão das cidades e da urbanização, que ofereceram “mão de obra e mercado para as indústrias” (CASTELLS, 2009, p. 45). A estrutura agrária e a economia doméstica deram lugar aos centros urbanos, à economia baseada na manufatura e mais tarde na maquinaria.

Pelo exposto até aqui, pode-se considerar que a cidade é produto da ação e dinâmica social de grupos humanos no espaço. Para Carlos (2007, p. 20), a cidade pode ser compreendida como “construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza”. Essa construção humana de que fala Carlos é um processo antigo, derivado de interesses e estratégias de certos grupos sociais em se apropriar de terrenos na cidade.

A cidade possui dois tipos de produção, uma material, observada na fabricação, utilização e circulação de objetos técnicos e outra simbólica, abstrata, representada pela maneira com que os indivíduos dão sentido aos objetos que os cercam, onde o aspecto subjetivo é o preponderante.

O espaço urbano na atual fase histórica se apresenta como objeto indelével do processo de acumulação capitalista. Cada vez mais, o solo urbano assume características de uma mercadoria especial, o que favorece a produção e a apropriação da mais-valia por parte de grupos seletos, detentores de uma fração considerável do globo terrestre (MARX, 2008).

Os países da Europa foram os primeiros a se urbanizar, no século XIX, fenômeno este que aconteceu nos Estados Unidos e Japão na primeira metade do século XX. Na América Latina, a urbanização situa-se a partir

da segunda metade do século XX e carrega consigo problemáticas estruturais graves. No Brasil, o processo de industrialização alavancou o crescimento das cidades, que teve início tímido na década de 1930, durante o governo Getúlio Vargas, e que se consolidou nas décadas de 1950 e 1960, desencadeando um quadro de modernização de toda a economia, que elevou as cidades à posição central na vida brasileira (IANNI, 2010).

A vida nas cidades é um fenômeno cada vez mais generalizado mundialmente, o relatório da ONU para assuntos populacionais, publicado em 2007 e intitulado *State of World Population 2007: Unleashing the potential of urban growth*, projetou que em 2025, 53% da população do mundo viverá em cidades (UNFPA, 2007).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a estimativa da população do Brasil chegou a marca de 202.768.562 (duzentos e dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois) habitantes em 1º julho de 2014, publicada pelo órgão no Diário Oficial da União em 28 agosto daquele ano.

Para chegar a esse patamar o país passou por profundas transformações, principalmente durante o século XX. Na década de 1940 a população predominante no Brasil era rural. Segundo os dados do IBGE, a população urbana era de 31,30% em 1940 e saltou para 84,35% em 2010, um avanço significativo que resultou numa grande metamorfose nos modos de vida da população brasileira. A faixa etária de idosos cresceu e a população jovem e a taxa de fecundidade vêm diminuindo gradativamente.

São Luís, capital do Estado do Maranhão, constitui-se na atualidade, uma grande aglomeração urbana. A partir da segunda metade do século XX intensifica-se o seu crescimento demográfico e conseqüentemente espacial, com reflexos significativos na apropriação do espaço urbano pela população, que por sua vez atinge, de acordo com as estimativas do IBGE, 1.064.197 habitantes em 2014 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2014).

Este artigo, portanto, analisa as transformações que a cidade de São Luís vem sofrendo nos últimos anos em decorrência da rápida

transformação de seu espaço urbano, já que o processo de verticalização, inerente às grandes cidades brasileiras, aparece como principal elemento de diversificação do espaço. Sendo assim, este trabalho consiste em uma proposta de análise da produção do espaço urbano de São Luís.

O texto conta ainda apresenta uma análise georreferenciada dos dados produzidos nos censos demográficos de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na coleta das informações dos censos de 2000 e 2010, são utilizados dois modelos de questionário pelo IBGE: Um questionário básico (documentação do universo) aplicado em todas as unidades domiciliares e contendo perguntas referentes às características básicas dos domicílios e moradores, que foram investigadas para 100% da população do Brasil. Um segundo questionário aplicado somente nos domicílios selecionados para a amostra, contendo, além das perguntas do questionário básico, outras mais detalhadas sobre características do domicílio e de seus moradores, referentes aos temas “religião”, “cor ou raça”, “migração”, “escolaridade”, “fecundidade”, “nupcialidade”, “rendimento”, entre outras.

Os dados dos setores censitários da amostra não podem ser usados devido à sua insignificância estatística, sendo que nesse caso a unidade mínima de análise é a área de ponderação, constituída por um agrupamento de setores censitários, onde os resultados já apresentam significância estatística e podem ser trabalhados (IBGE, 2002).

É preciso que fique claro que os dados provenientes dos setores censitários do IBGE são de grande valia para a análise, mas não constituem verdades absolutas sobre determinadas frações do espaço urbano de São Luís, até porque alguns setores censitários apresentam características bem diferenciadas quanto à população residente, cobrindo uma área de extensão espacial maior.

Na Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH) se obteve o acesso a dados referentes ao quantitativo de empreendimentos verticais a partir da consulta de alvarás de construção entre 2003 e 2014 e no Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID)

houve a produção de mapas para a pesquisa nos anos de 2011 e 2012. As leis urbanísticas como o Plano Diretor e o Zoneamento municipal também foram analisados.

O texto se divide em quatro partes principais. A parte inicial conta com uma breve discussão teórica sobre as contradições do espaço urbano. A segunda parte traz uma análise teórica sobre o fenômeno da verticalização atual, processo em andamento em diversas regiões do Brasil. Nesta parte é contemplada também uma discussão sobre as desigualdades socioespaciais, seja pela denominada segregação urbana ou pela espoliação urbana (KOWARICK, 1979).

A terceira parte, conta com uma breve explanação sobre o processo de produção do espaço em São Luís, a seção seguinte se encontra a localização da área de estudo e a última parte aborda as estratégias do capital no processo de verticalização em São Luís. Esta última parte apresenta a produção de gráficos e mapas sobre as mais diversas variáveis presentes nos 184 setores censitários² do município de São Luís, utilizando o Sistema de Informações Geográficas em formato *raster*, utilizando o módulo funcional *Arc Map* do Programa *Arc Gis 9.2*.

2 As contradições no espaço urbano

O espaço pode ser entendido como produto de um processo de relações que os grupos humanos estabelecem com a natureza. Esta relação é de produção, que por sua vez envolve trabalho, lazer, ideologia, dentre outros. Assim, o homem, “atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (MARX, 1988, p. 142). A sociedade, portanto, exerce controle sobre a natureza, modificando a si própria. O espaço urbano é produzido a partir da destruição da natureza e do espaço construído, possuindo uma ordem político-econômica e social.

² O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios (entre 250 e 400 domicílios) que permitam o levantamento por um recenseador (IBGE, 2010).

O termo “produção do espaço” foi desenvolvido pelo pesquisador Henri Lefebvre em seu livro de 1975 ainda não traduzido para o português *A Produção do Espaço* (do original em francês *La Production de l'espace*). Esta categoria de análise proposta pelo autor, proveniente de Marx, se refere aos processos de atuação das forças produtivas capitalistas no espaço (urbano), bem como suas repercussões na produção das relações sociais e ideológicas inerentes aos grupos humanos.

Lefebvre (1992) nos aponta a importância e o sentido do termo “produção”, em que existem duas acepções: uma *strictu sensu*, que indica a produção de bens e mercadorias, e outra *latu sensu*, que se liga à ideia de que se produzem também relações sociais, ideologia, cultura, valores, costumes, entre outros. Este entendimento é muito bem aplicado aos estudos de ordem urbana a partir de uma visão marxista. O espaço é marcado pela atuação dos agentes sociais. Mas como o espaço é produzido? Para Lefebvre (1973, 79-80),

a dupla acepção do termo decorre de que “os homens” em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo. A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos.

A concepção de Lefebvre sobre “produção” é semelhante a chamada “produção em geral”, problematizada por Marx em sua *Contribuição à crítica da Economia Política*, no qual a produção é tratada enquanto “um grau determinado de desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais” (MARX, 2008, p. 243), ou seja, é uma totalidade complexa, que possui certos traços comuns em diferentes épocas históricas.

Lefebvre levanta quatro hipóteses sobre a questão espacial na modernidade. Na primeira, o espaço seria “uma forma pura (...) sua concepção excluiria a ideologia, a inteligibilidade e a sabedoria” (LEFEBVRE, 1976, p. 28, tradução nossa). É o espaço do arquiteto, do engenheiro, próprio da

Matemática e das proporções. Ele é anistórico e aniquila também o tempo vivido.

A segunda hipótese é a de que o “espaço é resultado do trabalho e da divisão do trabalho”³ (LEFEBVRE, 1976, p. 30, tradução nossa), ou seja, é produto do tempo histórico. É ligado ao empiricismo, à experiência, ao objetivismo. A terceira hipótese é a de que o espaço é um instrumento político de dominação. Mas também está ligado à reprodução dos meios de produção através do consumo (LEFEBVRE, 1976).

A última hipótese se refere ao espaço como um lugar de reprodução das relações sociais. O espaço apresenta uma contradição fundamental, ele é homogêneo e desarticulado; os espaços de lazer, por exemplo, estão separados dos espaços de trabalho, mas em contrapartida estão unidos através do consumo (LEFEBVRE, 1976). Lefebvre (1991) forjou o termo “sociedade burocrática do consumo dirigido”, expressão que traduz o caráter racional da sociedade mais o objeto organizado por ela, “o consumo”, que por sua vez toma o lugar da produção no espaço. Assim, a chamada “cotidianidade” se caracteriza pela programação não somente do trabalho social, mas também do lazer, do repouso através do consumo em todas as suas esferas de alcance possíveis.

A visão de Milton Santos, em parte, é semelhante à noção de Lefebvre sobre produção do espaço, pois segundo ele o “ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2012, p. 202). Santos, ao aprofundar seus estudos sobre o espaço, forjou o termo “Formação Sócio-Espacial”, influenciado pelo conceito de Formação Econômica e Social de Marx. Em uma de suas principais obras, “A Natureza do Espaço”, Santos (2002, p. 62) afirma que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, sua definição varia de acordo com as diferentes épocas, a partir da natureza dos objetos e da natureza das ações.

³ A divisão social do trabalho diz respeito à especificidade do trabalho humano, no ato de pensar e projetar o que se quer fazer. Para Braverman (1987, p. 71-72), “divisão do trabalho é aparentemente inerente característica do trabalho humano, tão logo ele se converte em trabalho social, isto é, executado na sociedade e através dela”. Braverman, bem como Marx entendem a divisão social do trabalho enquanto produto inerente da organização em sociedade

Para Santos (2002, p. 96), “em cada período histórico observa-se um novo arranjo de objetos situados num determinado sistema de técnicas, possibilitando também o surgimento de novas formas de ação”. E continua

O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas. Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor (SANTOS, 2002, p. 109).

É através das ações (sistemas) que se criam os objetos técnicos e é partir dessa relação intrínseca, entre ações e objetos (em sentido amplo), que a sociedade pode vir a alcançar o que se esconde e o que motiva as transformações no/do espaço. Portanto, no atual período histórico, existe um arranjo articulado entre os inseparáveis sistemas de objetos e sistemas ações que constituem o espaço. Desta forma, a sociedade não age sobre a materialidade física, age sobre si mesma.

O tecido urbano é estruturado por diferenciações oriundas da divisão social do trabalho e da renda da terra. O espaço urbano é contraditório e contém problemáticas múltiplas. Existe um espaço racional, planejado para quem o domina, negociável, objeto de troca e de consumo. Damiani (2001, p. 52), baseada em Lefebvre, trata da oposição entre uma “lógica formal” e uma “lógica dialética” a propósito do espaço e afirma:

há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor, programa-se o cotidiano. Lugares neutralizados, higiênicos e funcionais, como as avenidas, voltadas para a circulação do automóvel. Toda a racionalidade econômica e política pesam sobre o cotidiano, enquanto vivido.

Dito isto, Damiani chama atenção para a produção incessante de um espaço cada vez mais racional, um império das representações, uma lógica

da mercadoria que acentua as desigualdades e camufla a essência espacial. O espaço é reduzido ao tecnocrático, ao planejamento dirigido, que deteriora a dialética do tempo. Mas o espaço urbano é dotado de uma variedade de conteúdos técnicos e socioeconômicos com alcances diferenciados, pois

ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto do vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades (SANTOS 2002, p. 309).

Ana Fani Carlos, baseada nas formulações de Lefebvre, vai conceber o espaço urbano como “condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade” (CARLOS, 2001, p. 11). Sua análise sobre o espaço urbano se dá a partir da reprodução do capital, da mercadoria e da reprodução da vida, que ganha força na sua relação dialética com os processos espaciais. Para Marx (2008, p. 1.077-1078), o capital

são os meios de produção convertidos em capital, os quais em si não são capital como ouro ou a prata em si, tampouco moeda. São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e condições de atividades da força de trabalho os quais se tornam autônomos em oposição à força de trabalho viva e, em virtude dessa oposição, se personificam em capital.

A análise do espaço urbano se fundamenta no entendimento da dominação política, que impõe uma lógica formal e uma racionalidade à cidade, uma acumulação de capital que dá condições para que o concreto e o abstrato sejam metamorfoseados, produzindo o lugar na cidade. A cidade é o local da sede do poder, onde a produção é controlada pelas classes dominantes. As contradições no espaço urbano se revelam a partir da luta de classes, que segundo Marx e Engels (2003, p. 12-13) se traduz enquanto

conflito entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes; que a história dessas lutas de classes se constitui de uma série de etapas, atingindo hoje um ponto em que a classe oprimida e explorada – o proletariado – não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime – a burguesia – sem que, ao mesmo tempo, liberte, de uma vez por todas, toda a sociedade da exploração, da opressão, do sistema de classes e da luta entre elas.

A cidade capitalista por ser desigual, é dominada por uma burguesia, (classe política, incorporadores imobiliários, empresários, etc.) que cria estratégias permanentes para se reproduzir e se apropriar dos lugares mais valiosos do espaço urbano. Segundo Lefebvre (2008, p. 140-141),

(...) o capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial (...) A estratégia vai mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia; ela visa a uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão.

Sendo assim, o espaço urbano é ideal para a reprodução do capital, já que a cidade constitui em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletiva, “cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente” (SANTOS, 2009, p. 125). A burguesia exerce um rígido monopólio nas áreas urbanas em termos de propriedade privada do solo e exclui os pobres urbanos, residentes das periferias, favelas, subúrbios ou guetos e que vivem em condições precárias, são segregados espacialmente, sofrem e convivem com a violência e o tráfico, e se amontoam em habitações improvisadas, quase sem acesso a itens básicos de sobrevivência humana, como água potável por exemplo.

A atuação do capital nos centros urbanos enseja a formação de conflitos de interesses no espaço intra-urbano entre classes sociais, seja de burguesia x trabalhadores, ou de trabalhadores x trabalhadores ou ainda

entre burguesia x burguesia. Tudo pelo controle e uso do espaço. Ao se referir às camadas miseráveis do proletariado na Inglaterra, Marx (2014, p. 775) afirmou que, “quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as habitações improvisadas dos trabalhadores”. Os embates entre classes são evidenciados pelo aparecimento de grupos de excluídos urbanos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de São Paulo, que ocupam terrenos ou imóveis desocupados de particulares (de pessoas físicas ou jurídicas), pois alegam não terem condições sequer de pagar um aluguel. Nesses casos, as decisões judiciais de reintegração de posse são geralmente feitas com resistência por parte dos moradores, ocasionando conflitos violentos entre sem-tetos e polícia.

Dessa forma, a luta de classes no espaço urbano se traduz por uma oposição fundamental: de um lado os trabalhadores lutam pelo acesso à moradia digna e adequada, de outro existe uma exploração da terra urbana, tanto pelo Estado como por proprietários fundiários rentistas, construtoras e incorporadores imobiliários.

3 O processo de verticalização e desigualdades socioespaciais

Cada vez mais, o solo urbano se transforma em mercadoria⁴, o que favorece a ampliação da mais-valia de grupos seletos inseridos no sistema financeiro mundial. Tais grupos encontram na verticalização uma forma lucrativa de investimento, o que acarreta uma modificação explícita na paisagem urbana e uma distribuição desigual de classes sociais antagônicas pelo espaço urbano.

Mas o que é a verticalização? Por que existe? De que forma atinge as cidades e o espaço urbano? O edifício, maior expressão da verticalização,

⁴ A valorização do solo urbano se torna diferenciada dos outros tipos de mercadoria. Como se trata de uma mercadoria diferenciada das demais, pelo fato de a terra não ser considerada um capital, mas sim um equivalente do capital, seu processo de valorização não é decorrente de forma direta do trabalho, mas sim das formas de como se dão a sua apropriação e uso (OLIVEIRA, 1982, p. 139).

é um tipo arquitetônico e um símbolo capitalista das grandes cidades do século XX e XXI. Ele é a expressão máxima das proezas técnicas realizadas pela engenharia civil e arquitetura, submetidas às vontades do capital. Basta pensarmos no *Empire State* ou no extinto *World Trade Center*, ambos em Nova York, ou no *Centro Financeiro Internacional* em Xangai ou ainda no *Burj Khaliba* em Dubai. Este último o maior do mundo, com 163 andares e 828 metros de altura. O que eles têm em comum? Funcionam como centros de consumo e negócios para grupos capitalistas.

É importante destacar que o processo de *verticalização* vem sendo analisado por muitos estudiosos no Brasil, a exemplo de Spósito (1991), Mendes (1992), Souza (1994), Somekh (1997), Costa (2000), entre outros. A análise de Souza (1994) incide sobre os processos de produção e apropriação do espaço urbano em São Paulo no âmbito da verticalização. Sua teoria sobre a *Identidade da Metrôpole* versa sobre uma interpretação da totalidade do processo urbano na capital paulista, se afirmando na “relação mútua de quatro agentes principais: o capital imobiliário, o capital financeiro, o capital fundiário e o capital produtivo” (SOUZA, 1994, p. 27). A verticalização, portanto, aparece como uma das principais modalidades de apropriação do espaço urbano em metrópoles e megacidades no Brasil e no mundo, pois representa um tipo de habitação ligada ao que é “moderno” e “sofisticado”.

O Estado, sobretudo entre os anos 1950/2010, foi o agente que mais injetou capital no processo de urbanização do Brasil, basta lembrar o papel do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da Caixa Econômica através do Programa *Minha Casa, Minha Vida* no século XXI, todos amparados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Desse modo, o espaço urbano é um local cada vez mais destinado à acumulação de capital, que se dá por meio da produção e obtenção da mais-valia por determinados grupos, além dos ganhos de renda aos proprietários fundiários. Para Botelho (2007a, p. 19)

O setor imobiliário teria, assim, uma função essencial a desempenhar na luta contra a tendência de baixa da taxa de lucro média, característica do modo de

produção capitalista, já que o setor da construção auferir lucros superiores à média da produção industrial, pois esse setor emprega, relativamente a outros setores da economia, mais capital variável do que capital constante, apesar dos importantes avanços técnicos no setor. Trata-se, então, de uma fonte de mais-valia considerável.

No entanto, a propriedade privada urbana, por meio da verticalização, se coloca como um “obstáculo frente à livre circulação do capital, tratando-se de uma contradição que antepõe a terra ao capital” (MARTINS, 1983, p. 61), pois quando o capitalista paga pela utilização da terra, ele está convertendo uma parte do seu capital em renda, “uma vez que significa a imobilização improdutiva de uma parte do capital empregado na produção” (RIBEIRO, 1997, p. 87). Mas isso não quer dizer que a apropriação da terra pelo capital impeça seu uso segundo decisões capitalistas.

De que forma o capitalista transpõe esse obstáculo? Existem algumas formas de incorporar a propriedade e a renda fundiária à acumulação capitalista. Uma delas é a procura por áreas menos valorizadas e sem infraestrutura adequada para serem incorporadas e gerarem sobrelucros, já que os territórios mais valorizados “são subutilizadas devido ao maior preço que as terras apresentam, eliminando os sobrelucros dos promotores” (BOTELHO, 2007b, p. 84), mas também sendo objeto de especulação.

Outra forma de passar por esse obstáculo é através do mercado financeiro, transformando a propriedade da terra em um título comercializável e alienável, através de empréstimos e hipotecas. Harvey (2011) afirmou que a renda pode capitalizar-se e converter-se em capital fictício, circulando através do ambiente construído, os ingressos gerados são capitalizados e os títulos de propriedade podem ser trocados. A propriedade fundiária, representada por edifícios de apartamentos, e sua respectiva renda que o proprietário tem direito de extrair a mais-valia global são elementos importantes para a acumulação capitalista, seja pela especulação/incorporação, seja pela renda capitalizada no mercado financeiro.

Muitos sociólogos, geógrafos e urbanistas vêem a propriedade privada como a causa da “segregação socioespacial”, a exemplo de Topalov (1979), Villaça (1998), Marcuse (2004), Carlos (2006), Castells (2009) e Burnett (2009), só para citar alguns. De forma geral, a *segregação* pode ser definida como “tendência à concentração de determinado grupo social em área específica, sem, portanto haver exclusividade” (VILLAÇA, 1998, p. 21). Castells fala em “estratificação urbana” em correspondência à noção de “estratificação social”, em que a distância social possui uma forte expressão espacial. Ele chama de *segregação urbana* a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo a disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 2009, p. 250).

Essa tendência é bem visível nas metrópoles brasileiras, pois a moradia é o elemento mais facilmente observado no que tange às diferenciações espaciais do solo urbano entre classes sociais, da qual a propriedade privada é o principal algoz das classes oprimidas. Neste sentido, os pobres urbanos ou grupos dominados não estão em conformidade com os padrões de produção e consumo no espaço urbano, por isso ocupam áreas desfavoráveis à habitação (loteamentos clandestinos e/ou irregulares), como encostas de morros, margens de cursos d’água, áreas próximas a lixões, dentre outras. Enquanto os grupos dominantes moram em áreas valorizadas e com maior infraestrutura.

Marcuse (2004, p. 24) afirma que “a segregação é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto”. Para este autor, o Estado é partícipe do ato de segregar ou não, ou seja, ele é o responsável por garantir os direitos da propriedade privada contra invasões, por exemplo. É responsável também por, ao menos na teoria, por levar infraestrutura quando da formação de ocupações em áreas urbanas, sejam elas quais forem.

Sendo assim, está, pois, evidente no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado, “a permissão ou a proibição da segregação. Assim, se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado” (MARCUSE, 2004, p. 30). Este processo, muito comum nos grandes centros urbanos brasileiros, se traduz a partir das políticas urbanas, que reforçam os padrões de diferenciação espacial com a convivência e o apoio do Estado. Este por sua vez, reafirma sua vocação para o controle social, originando uma estratégia de funcionalização do espaço. A normatização e o controle do espaço, representados por leis acaba por possibilitar a “convivência destas duas abordagens do zoneamento, já que a segregação espacial responde a uma necessidade de ‘distinção’ das elites e de obtenção de sobrelucros extraordinários pelos sistemas privados de produção do ambiente construído” (CARDOSO, 2008, p. 21).

Dito isto, o Estado é um agente fundamental no processo de intervenção no urbano, por isso cria estratégias que têm por objetivo a realização do valor, pois orienta os investimentos na construção de infraestrutura, viabilizando a reprodução do capital e instaurando a “ordem urbana, que contém e dissimula uma desordem fundamental, pois a alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo” (LEFEBVRE, 2008, p. 87).

Outra explicação para a segregação é derivada das classes dominantes devido ao medo da violência, uma forma de autosegregação:

Sob a influência do medo, do sentimento de insegurança que se dissemina morar em casas isoladas e mesmo em prédios de apartamentos que não estejam protegidos pelo aparato de segurança de um verdadeiro “condomínio exclusivo” vai-se apresentando como uma opção cada vez menos atraente em favor do tipo de *habitat* representado por um *gated community*. A organização espacial da cidade se vai, na esteira disso, modificando (SOUZA, 2008, p. 71-72).

Essa característica de que fala Marcelo Lopes de Souza é cada vez mais comum entre as classes dominantes urbanas, por isso surgiram a partir do final dos anos 1970, os condomínios fechados ou os “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 1997, p. 159) nos grandes centros brasileiros, compreendidos enquanto territórios burgueses, compostos por todo o aparato de segurança possível: muros altos e eletrificados, guardas terceirizados, câmeras de vigilância, dentre outros.

3.1 O Conceito de Espoliação Urbana

O conceito que nos parece mais apropriado para discutir as diferenças espaciais nas cidades é o de “espoliação urbana”, formulado por Lúcio Kowarick no final da década de 1970 para a realidade de São Paulo. Kowarick (1979, p. 59) apontou que durante “o regime autoritário dos militares, apesar da prosperidade econômica, houve um avanço significativo da pauperização em áreas metropolitanas do país”. Este padrão de acumulação só seria possível a partir da dominação e manutenção de um vasto Exército Industrial de Reserva por parte do regime militar. A partir desse regime de superexploração do trabalho⁵, o autor forja o termo “espoliação urbana”, que designa:

A somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta (KOWARICK, 2000, p. 22).

A espoliação urbana está, antes de tudo ligada à acumulação de capital, das lutas dos trabalhadores pelo acesso à terra, à habitação e aos bens de consumo coletivo. Neste sentido, as reivindicações sobre o Estado por

⁵ A superexploração do trabalho pode ser entendida como uma forma de exploração que desvaloriza e destrói o valor da força de trabalho. Carcanholo (2004, p. 11) já afirmou que este processo, “implica no acréscimo da proporção excedente/gastos com força de trabalho, ou na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com o aumento da intensidade do trabalho”.

parte das classes trabalhadoras, autônomos e desempregados são de suma importância, pois o “investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social” (KOWARICK, 2000, p. 23). Tradicionalmente os investimentos públicos são direcionados às classes dominantes em detrimento da massa dos trabalhadores.

O movimento que gera desigualdades no espaço acontece de forma acelerada no Brasil por conta dos incorporadores imobiliários, muitas vezes financiados pelo Estado e partícipes do movimento do capital, e que possuem um papel decisivo na consolidação das desigualdades socioespaciais. Os incorporadores modificam a dinâmica urbana expulsando camadas populares ao selecionarem áreas para a construção de condomínios residenciais, edifícios comerciais, shoppings centers, galerias, entre outras, com a finalidade precípua de acumular capital.

Pelo exposto, é legítimo afirmar que o processo de espoliação urbana é característica preponderante nos grandes centros urbanos do Brasil, já que possui como fundamento a lógica de reprodução e acumulação do capital, que espolia pobres.

4 Produção do espaço urbano em São Luís

São Luís do Maranhão nasceu durante o período Colonial ainda no século XVII. Sua ocupação constituiu-se como estratégia da Coroa Portuguesa em impedir a invasão de nações inimigas em seu território. Durante a segunda metade do século XVIII atingiu o seu apogeu econômico, tanto pela exploração do tráfico de escravos, como pela produção e exportação de seu principal produto agrícola, o algodão.

O algodão, juntamente com o tráfico de escravos, propiciou uma acumulação de riqueza representada pela peculiar arquitetura do seu centro histórico, com a maior quantidade de casarões coloniais portugueses no mundo fora de Portugal. Após o declínio da atividade algodoeira e da crise do tráfico negreiro, a cidade de São Luís perde importância econômica no

Brasil no século XIX, embora durante o início do século XX apresente uma rápida industrialização no ramo têxtil.

Somente com a implantação do Projeto Grande Carajás nos anos 1970, a economia regional foi dinamizada, consolidando-se na metade dos anos 1980 quando da inauguração da Estrada de Ferro Carajás – São Luís. A inserção da VALE e da transnacional ALUMAR no território maranhense possibilitou a conexão da região com o comércio mundial de minério de ferro e alumínio e representou o estopim de uma radical alteração da dimensão urbano-espacial na capital do Maranhão.

A dinamização da economia da cidade gerou uma expansão populacional brusca, principalmente por conta da grande quantidade de migrantes oriundos do interior do Maranhão que se dirigiram a São Luís durante o período 1960-1999. Isto levou a intensificação do uso do solo urbano a uma nova forma de ocupação da cidade, caracterizada por modos de apropriação espontânea do solo por grupos pobres. Tal expansão do espaço urbano originou uma profunda desigualdade no que tange à infraestrutura disponível para diversas áreas da cidade. Esta desigualdade tornou-se mais acentuada através de modalidades contemporâneas de produção e apropriação do espaço pelo que designo de *grupos sociais dominantes*.

Desta forma, houve um processo de verticalização na área da *Cidade Nova*⁶ tomada pelos grupos dominantes propiciou a concentração de escritórios, faculdades, restaurantes, shoppings e condomínios verticais. Com a inserção da cidade num roteiro turístico regional, este território recebeu novos investimentos pela implantação de uma rede hoteleira mais diversificada. Outra marca que surge nos últimos anos, é a implantação de diversos condomínios horizontais de padrão médio e alto.

Em conjunto, estes fenômenos representaram um momento de particular vitalidade da indústria da construção civil e de empresas imobiliárias que tem sido chamado pela imprensa local como “boom

⁶ A denominada *Cidade Nova* abrange as áreas com maior infraestrutura urbanística e de serviços em São Luís, apresentando uma morfologia urbana característica que engloba essencialmente os bairros do Renascença I, II e todo o território que compreende a orla marítima e seu entorno.

imobiliário”, concentrado na área da cidade para a qual os grupos dominantes se dirigiram a partir dos anos 1970. Esse “boom imobiliário” faz parte de uma tendência nacional. A partir dos anos 1990, a cidade de São Luís assumiu características muito específicas no que tange ao seu espaço urbano.

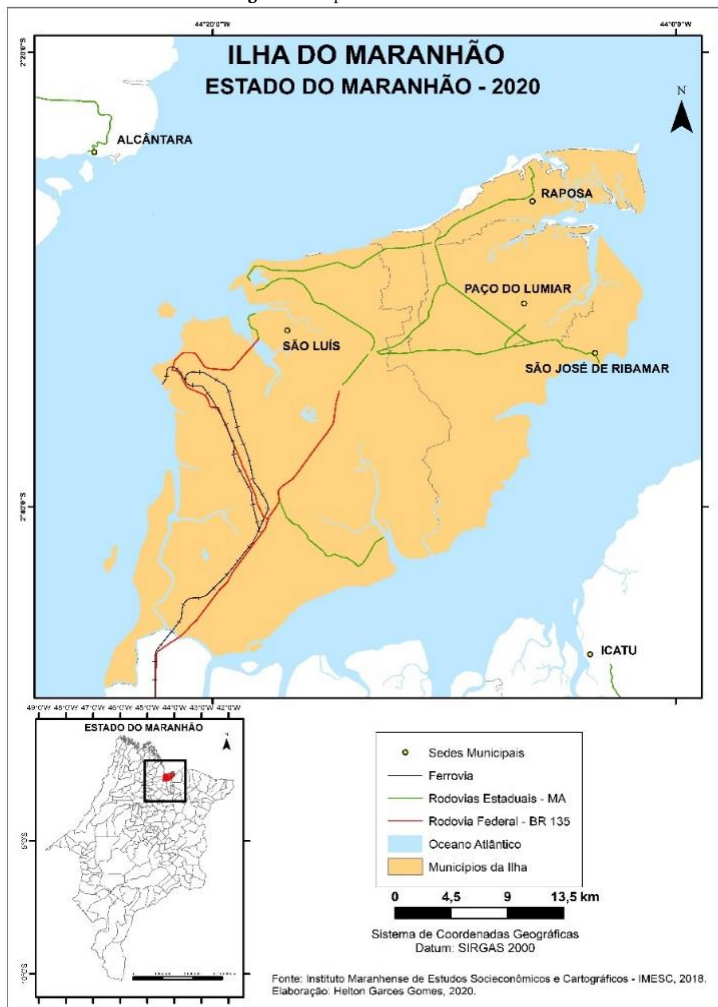
O acréscimo rápido de edifícios transformou a cidade em uma grande aglomeração, sua economia se diversificou o setor de serviços se expandiu. Em contrapartida, uma grande parcela de habitantes da cidade não participou das benesses dessa transformação, o que gerou o surgimento, a manutenção e a expansão de grandes espaços de exclusão, representados pelo que chamo de *grupos sociais dominados*.

5 Localização da área de estudo

O município de São Luís, situado no nordeste brasileiro, mais especificamente no norte do Estado do Maranhão, em um domínio geoambiental denominado de Golfão Maranhense, está delimitado entre as coordenadas geográficas 2° 24' 10" e 2° 46' 37" de Latitude Sul e 44° 22' 39" e 44° 10' 00" de longitude oeste. Ocupa 57% de todo o território insular, abrangendo mais de 80% da população existente na Ilha do Maranhão.

Apesar da denominação *Ilha de São Luís* ser correntemente utilizada no cotidiano, o termo considerado pela Geografia como tecnicamente correto é *Ilha do Maranhão*, cuja área é de 1.455,1 Km² e corresponde aos seguintes municípios: São Luís, com 831,7 km², São José de Ribamar com 436,1 km², Paço do Lumiar com 121,4 km² e Raposa com 63,9 km², o mais novo, emancipado em 1º de Janeiro de 1997 e desmembrado de Paço do Lumiar.

Figura 1 - Mapa da Ilha do Maranhão



Fonte: IMESC (2018), elaborado por Helton Garcês Gomes

6 Estratégias do capital no processo de verticalização e desigualdades socioespaciais em São Luís

De acordo com o geógrafo inglês David Harvey (2011, p. 77), “a produção de espaços e lugares absorveu, ao longo do tempo, grandes quantidades de excedente de capital”. Segundo ele, desde a década de 1970,

as inovações financeiras, como securitização da dívida hipotecária e a disseminação de investimentos mediante a criação de mercados de derivativos, apoiadas pelo Estado, “permitiram um enorme fluxo de excesso de liquidez em todas as facetas da urbanização e do espaço no mundo todo” (HARVEY, 2011, p. 76). Em São Luís não foi diferente, a cidade começou a atrair investimentos mais volumosos no setor da construção civil a partir dos anos 1990. Parte desses investimentos foi direcionada ao setor de habitações verticais em determinados territórios da cidade.

Bairros e conjuntos habitacionais localizados nas proximidades da orla marítima (Calhau, Ponta D’areia, Olho D’água, Ponta do Farol, Altos do Calhau, Renascença, Parque Shalon, COHAJAP, COHAMA, entre tantos outros), se consolidaram como áreas de renda bastante elevada devido ao movimento combinado entre iniciativa privada e Estado. A primeira concentrou no início da década de 1990 imensas glebas⁷ e posteriormente loteamentos⁸ nesses locais, enquanto que o poder público direcionou e consolidou investimentos principalmente na estrutura viária, a exemplo da construção da Avenida Litorânea e os espaços de lazer, como a área da Lagoa da Jansen.

Com a publicação e consolidação do Plano Diretor de 1992 e sua respectiva lei complementar, a lei Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano (ainda vigente), houve uma modificação profunda no padrão das novas construções. Uma dessas mudanças foi quanto ao gabarito máximo⁹. A Lei nº 3.253/1992 que dispõe sobre o Zoneamento municipal apresenta 26 Zonas (residenciais, administrativas, preservação histórica, interesse social, turísticas, etc.), cada uma dessas zonas possui regras para loteamento e construção de imóveis. Algumas zonas residenciais (bairros mais valorizados) passaram de um gabarito máximo de 6 pavimentos para

⁷ As glebas são áreas de terra que não foram objeto de loteamento ou desmembramento.

⁸ É a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com aberturas de novas vias, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias já existentes.

⁹ É a altura máxima que a edificação pode atingir em determinados logradouros.

um gabarito máximo de 10 pavimentos, a exemplo das Zonas Residenciais 6, 7 e 9 (SÃO LUÍS, 1992).

Outras, como as Zonas Turísticas 1 e 2 (que contemplam os bairros da Ponta D'areia e Ponta do Farol), passaram do gabarito máximo de 6 para 12 pavimentos (para fins residenciais) e 15 pavimentos (para fins de hotelaria). A partir do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento de 1992, o poder público e a iniciativa privada modificaram a centralidade urbana comercial e de serviços em São Luis através das construções de shopping centers, faculdades, hotéis, escolas, salas comerciais, consultórios e outros serviços especializados, todos localizados nos bairros mais novos e ricos.

6.1 O Processo de Verticalização em São Luis

A verticalização do espaço urbano é um processo varia conforme diversos fatores, como tamanho da cidade, atuação dos incorporadores imobiliários, capital proveniente de atividades econômicas, entre outros. Souza (1994, p. 89), já afirmou que “os edifícios, no caso da verticalização, distribuem-se no solo através de *formas* quase sempre concentradas e que oferecem à observação empírica, certas regularidades”. Estas formas de que fala Souza é resultado do processo produtivo e é determinada em um período histórico definido, no caso de São Luís, nos anos 1990 e com mais força na primeira década do século XXI.

A primeira década do século XXI foi bastante rentável para incorporadoras atuantes em São Luís. O mercado imobiliário se aqueceu, sobretudo a partir de 2007 e isto ficou visível a partir de 2008, quando edifícios foram levantados nas mais diversas áreas da cidade, principalmente nos bairros nobres. Não é a toa que “a incorporação dedica-se, sobretudo, à construção de edifícios verticais, pois constitui uma ‘evolução’ do loteamento, ao ‘multiplicar’ o solo mais valorizado nos centros urbanos” (SOMEKH, 1997, p. 109).

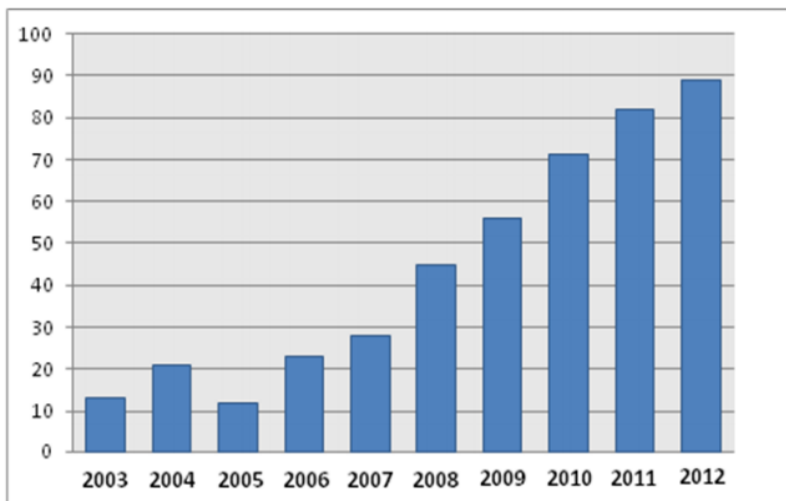
Tabela 1 - Financiamentos Habitacionais em São Luís (2004-2014)

Ano	Valor em milhões de reais
2004	R\$ 33.226.968,73
2005	R\$ 52.332.315,18
2006	R\$ 98.952.830,10
2007	R\$ 143.220.645,34
2008	R\$ 205.515.303,35
2009	R\$ 352.696.631,73
2010	R\$ 420.880.837,99
2011	R\$ 422.886.468,86
2012	R\$ 635.795.570,62
2013	R\$ 512.509.102,67
2014	R\$ 638.904.253,10
TOTAL	R\$ 3.516.920.927,67

Fonte: Brasil (2015). Caixa Econômica Federal, 2011. (Dados obtidos via e-mail a partir da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Livre Acesso a Informação). Elaborado por Luiz Eduardo Neves dos Santos

Segundo dados da Caixa Econômica Federal (Tabela 1), somente entre os anos de 2004 e 2014 os financiamentos imobiliários no Maranhão somaram R\$ 9.159.478.075,31. São Luís absorveu no mesmo período a cifra de R\$ 3.516.920.927,67, ou seja, pouco mais de 38% do total investido no Maranhão. A tabela 2 apresenta um volume de investimentos pequeno de financiamentos entre os anos de 2004 e 2005. Entre 2006 e 2014 os financiamentos na cidade apresentam ritmo ascendente e cresce mais de 6 vezes até 2014. Embora a variação entre 2010 e 2011 tenha sido pequena e em 2013 mostre um recuo em relação a 2012, em 2014 atinge sua maior marca no período.

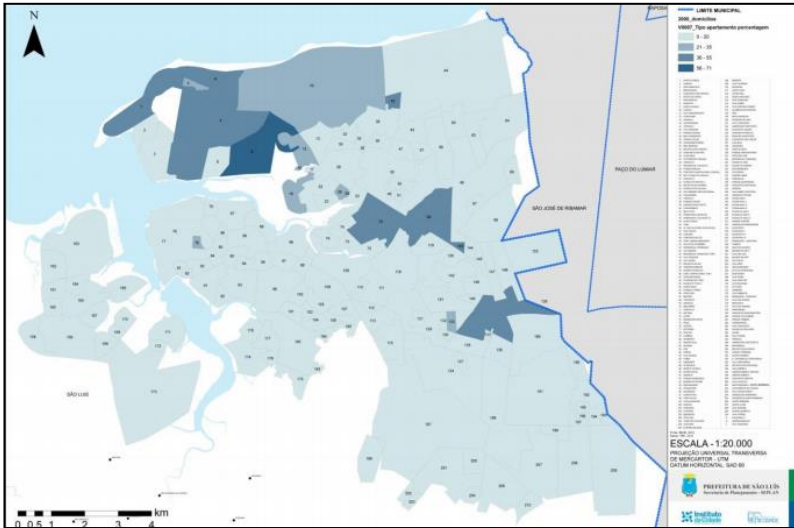
O aparecimento dos edifícios se deu com mais força nos primeiros anos do século XXI que nos anos 1990, sendo que a maior parte desses edifícios foi direcionada ao setor habitacional, conforme dados da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação. Ou seja, dos 506 edifícios levantados entre 2003 e 2012, 386 foram destinados para fins de moradia.

Figura 2 – Número de edifícios construídos em São Luís (2003-2012)

Fonte: SÃO LUÍS/INCID/SEMURH, 2015.

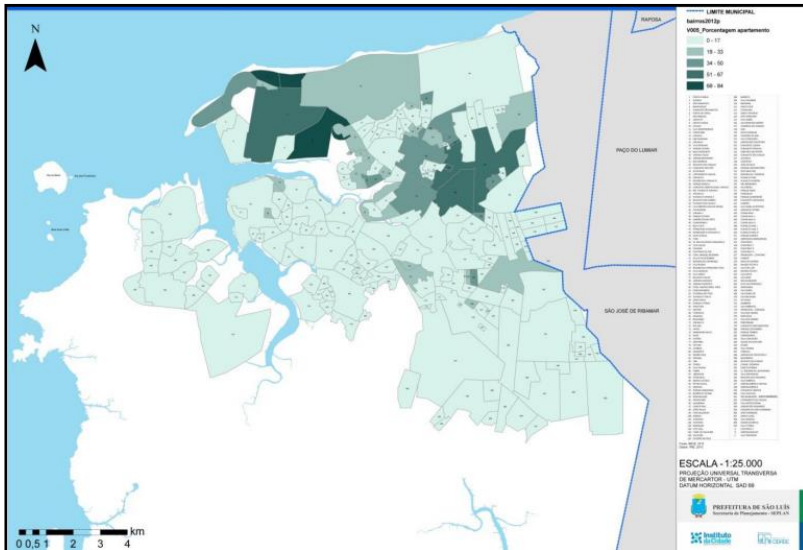
Com a ampliação dos investimentos na área da construção civil, as facilidades de crédito e a expansão de prazos para financiamentos habitacionais (até 35 anos em alguns casos) houve uma ampliação considerável da demanda por terrenos e imóveis em São Luís, o que elevou bastante os preços dessas mercadorias. Os investimentos em São Luís ainda assumem um caráter eminentemente especulativo, o que acarreta uma sobrevalorização do solo urbano. As transformações no espaço apropriado pelos grupos sociais dominantes revelam um padrão cosmopolita de consumo por parte destes. Para eles, a verticalização é o símbolo maior de uma modernização urbana que se assemelha aos modos de vida e padrões socioculturais das grandes metrópoles. Por isso, a “verticalização, assim, realiza espetacularmente a acumulação e a reprodução” (SOUZA, 1994, p. 26). Isto é percebido no espaço urbano da Cidade Nova em São Luís, não só pelos modernos edifícios, mas também pela crescente diversidade de serviços especializados oferecidos às classes mais abastadas.

Figura 3 – Mapa com n° de imóveis do tipo apartamento por setor censitário em 2000.



Fonte: IBGE (2000), elaborado por Patrícia Trinta.

Figura 4 – Mapa com n° de imóveis do tipo apartamento por setor censitário em 2010.



Fonte: IBGE (2010), elaborado por Patrícia Trinta.

Em 2000, se observa uma grande quantidade dessas habitações na *Cidade Nova*, sobretudo nos bairros do Calhau, Ponta D’areia, Renascença, São Marcos, COHAFUMA, dentre outros. Todos esses bairros receberam

infraestrutura urbanística e viária por conta do Plano Diretor e Lei de Zonamento de 1992 como já foi dito. Esses espaços em 2010 continuaram recebendo investimentos da iniciativa privada com o apoio estatal e, cada vez mais seus terrenos foram destinados à implantação de condomínios verticais de alto padrão, concentrando uma população detentora de boa parte da renda urbana da cidade. Para Botelho (2007b, p. 82-83),

A ação do Estado não é neutra (...) as áreas da população mais rica e as atividades ligadas ao capital monopolista (produção, comercialização e consumo) são privilegiadas no que diz respeito aos investimentos estatais em infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, bem como em relação à legislação urbanística.

Por isso, grandes empresas se instalaram em São Luís no ramo da construção civil a partir dos primeiros anos século XXI, a exemplo da Construtora e Incorporadora Gafisa S.A, que figurou como a 2ª maior empresa de construção civil do Brasil em 2010 (segundo ranking ITC 2010 - Informações Técnicas da Construção), com um total de 6.320.152,02 m² construídos e 286 obras presentes em 14 Estados e 30 cidades; e a Cyrela Brazil Realty que foi a 4ª maior construtora do Brasil em 2010, com um total de 4.071.990,24 m² construídos e 108 obras realizadas em vários Estados segundo Ranking ITC 2010 (INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL DA CONSTRUÇÃO - ITC, 2010).

Essas empresas trabalham com pesquisas de mercado bem elaboradas, o que permite um bom retorno em termos de lucratividade. Seus empreendimentos são de médio e alto padrão, com edifícios que podem chegar até 15 pavimentos, sempre destinados à elite, detentora da maior fatia de renda na capital. Elas se desenvolvem no interior do espaço urbano e abocanham um substancial quinhão monopolista do capital, que tende a garantir para elas monopólios do uso de equipamentos coletivos mais ricos, essenciais para a reprodução ampliada do capital, implantando em São Luís um tipo de apropriação do solo que denomino aqui de *verticalização seletiva*.

Em termos comparativos, os mapas das figuras 3 e 4 apresentam diferenças na espacialização de condomínios de apartamentos. No ano 2000 e em 2010 houve uma regularidade quanto aos empreendimentos imobiliários verticais em áreas próximas a orla (parte norte do município), como pode ser visto nos mapas. Outra tendência que se repete nesses anos diz respeito à quantidade de apartamentos nos bairros do Angelim, Bequimão e Forquilha. Tanto em 2000 quanto em 2010, esses bairros absorveram condomínios de baixo e médio padrão, com no máximo 4 pavimentos de gabarito.

É possível observar ainda nitidamente uma tendência, não vista em 2000, mas encontrada em 2010, do surgimento de uma quantidade maior de condomínios de apartamentos em direção à leste, para o município vizinho de São José de Ribamar, representados por bairros como o Turu, Santa Rosa, Itapiracó e Parque Vitória. Esses bairros absorveram condomínios de baixo e médio padrão, os quais chamo aqui de *verticalização de massa*, com no máximo 4 pavimentos de gabarito, sem elevador e com dimensões que variam entre $42m^2$ e $60m^2$.

É possível afirmar que esse direcionamento à São José de Ribamar tenha sido realizado de forma proposital pelos idealizadores do Plano Diretor e do Zoneamento em 1992, pois já vislumbravam a formação de uma região metropolitana adensada submetida aos interesses do capital de incorporação, o que até hoje é um processo em andamento. Fato este comprovado com a ampliação do gabarito dessas localidades para 8 e 10 pavimentos. Por isso que Burnett (2006) afirma que essa legislação foi a principal responsável pelo aumento considerável no aproveitamento do solo urbano da cidade, sendo a verticalização na cidade um processo irreversível e incontrollável.

O Mapa da figura 4, relativo ao ano de 2010 também nos mostra um aumento do número de apartamentos em bairros como o Anil, Planalto Anil e Santo Antônio, áreas de ocupação mais antiga e que andam na contramão da atual tendência histórica das localizações verticais na cidade. Este fato pode ser explicado por certa quantidade de sítios antigos e de

vazios urbanos nesses bairros, que foram comprados por construtoras locais, a exemplo da *Dimensão Engenharia* e da *Canopus*.

A realidade é que o processo de verticalização em São Luís se dá de maneira desigual, enquanto edifícios de alto padrão construtivo se multiplicam em bairros próximos à orla, prédios de baixo e médio padrão aparecem em áreas próximas à São José de Ribamar e outras. Esse processo tem a ver, sobretudo, com a reprodução do capital, apropriado pelos incorporadores com o objetivo de auferirem rendas fundiárias e acelerar a velocidade de rotação do capital, transformando capital-dinheiro em capital-mercadoria e capital-mercadoria em mais-capital-dinheiro.

São Luís está imersa em uma contradição social fundamental, de um lado se observa a concentração de serviços e equipamentos urbanos ideais, amparados pelo Estado, que dá suporte ao mercado imobiliário nos bairros ricos, símbolo de distinção social, *status* e sensação de segurança. Por outro lado, se exercem pressões sobre as camadas sociais empobrecidas, onde a legislação urbana não é aplicada em sua integralidade e que por causa da imposição de preços do mercado imobiliário, são classes espoliadas e segregadas no tecido urbano.

Para Gottdiener (2010, p. 131), “a hegemonia da classe capitalista é renovada através da segregação espacial e através dos efeitos da ‘força normatizadora’ da intervenção estatal no espaço”. Esta força normatizadora de intervenção estatal a que se refere Gottdiener pode ser demonstrada a partir da duplicação, do recapeamento asfáltico e da inserção de iluminação pública na MA-203, que liga o município de São Luís à São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa por parte do Governo Estadual. Uma rodovia que é a continuação da Avenida dos Holandeses, um dos metros quadrados mais caros da cidade e que margeia grande parte da orla marítima.

Essa intervenção não ocorre ao acaso, ela dá sustentação e apoio logístico à grande quantidade de condomínios fechados verticais e horizontais que estão sendo implantados nesta região limítrofe, a exemplo do condomínio de mansões Alphaville. Os empreendimentos imobiliários

dessa região se localizam na margem esquerda da rodovia sentido São José de Ribamar e Raposa e contrastam com a grande quantidade de aglomerados subnormais e bairros de residências precárias na margem direita da MA-203. Dessa forma, classes dominantes e classes dominadas convivem próximas, embora sem contato, pois as primeiras são protegidas por altos muros, com convívios sociais próprios, vivendo em um território específico, enquanto que as segundas sobrevivem em seus ritmos e com muitas dificuldades.

6.2 Desigualdades socioespaciais em São Luís

O espaço urbano de São Luís vem assumindo nas últimas décadas uma diferenciação muito acentuada no que tange à ocupação de classes sociais no tecido urbano. Essa diferenciação é agravada pela forma como a propriedade privada seleciona frações desse espaço. É preciso destacar que a grande quantidade de investimentos no setor imobiliário em São Luís, decorre dos financiamentos oriundos de políticas estatais, que de certa forma, facilitaram o acesso habitacional à classe média e alta e não privilegiaram as classes pobres.

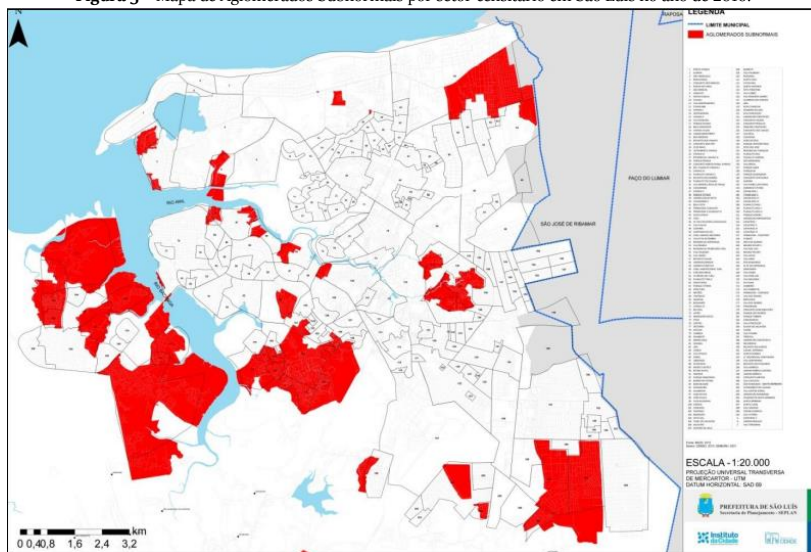
O padrão de produção do espaço em São Luís, bem como de outras grandes aglomerações urbanas no Brasil, se destaca pela presença marcante em sua paisagem, de duas “cidades” bem distintas, uma formal, apropriada pelos grupos dominantes, que gozam de infraestrutura, serviços diversificados e abundantes. E outra informal, apropriada pelos grupos dominados, pobres e espoliados das favelas, que vivem em condições precárias, que sofrem e convivem com a violência e o tráfico e residem em habitações improvisadas, quase sem acesso a itens básicos de sobrevivência, como água potável por exemplo.

Esta lógica, presente em São Luís, acontece de forma sincrônica, já que, à medida que o espaço urbano se verticaliza na Cidade Nova, também cresce de forma horizontal uma massa de marginalizados em direção a sul, sudeste e sudoeste de seu território. Isso foi o que atestou o IBGE (2010)

ao revelar que houve um aumento expressivo do número de aglomerados subnormais entre os anos de 2000 e 2010 em São Luís.

Os aglomerados subnormais são um conjunto de “moradias com um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2010, p. 18). Em 2000 eram oito as áreas de aglomerados subnormais, em 2010 aumentou para vinte e três o número dessas áreas. Aliado a isto, a população no município de São Luís saltou de 870.028 em 2000, para 1.014.837 em 2010 (IBGE, 2010).

Figura 5 - Mapa de Aglomerados Subnormais por setor censitário em São Luís no ano de 2010.



Fonte: IBGE (2010) elaborado por INCID (2011).

Pela lista do IBGE, são considerados aglomerados subnormais os bairros Vila Jaracaty, Santa Júlia, Mangue Seco, Bonfim, Gapara, Ilhinha, Vila Irmãos Coragem, Jambeiro, Portelinha, Residencial do Careca, Residencial Paraíso, Residencial Pontal da Ilha, Salina, Santa Rosa, Tamancão e as Vilas Alexandra Tavares, Conceição II, Gancharia, Jaracaty II, Maria Aragão, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II e São Luís. O que chama atenção no Mapa da figura 5 é que boa parte do território do Itaqui-Bacanga é

composto por aglomerados subnormais, bem como nos bairros da Santa Rosa e Coroadinho e entorno. Uma característica marcante nos assentamentos subnormais é a alta densidade demográfica, “nas localidades Santa Rosa e Vila Mauro Fecury II, a densidade populacional é acima da média da capital: 1,2 mil habitantes por quilômetro quadrado” (IBGE, 2010).

É preciso destacar que o conceito de aglomerados subnormais do IBGE, por ser limitado em sua definição, camufla outros territórios igualmente carentes de São Luís, a exemplo de bairros como a Cidade Olímpica.

Em São Luís, as desigualdades socioespaciais se dão não somente pelas diferenciações urbanísticas e de infraestrutura, mas também pelo abismo socioeconômico e educacional que separa grupos sociais dominantes de grupos sociais dominados. A produção do espaço em São Luís por meio da verticalização e da espoliação urbana se apresenta como elemento responsável por transformações morfológicas e funcionais da paisagem urbana que produz solos superpostos, provocando permanentemente a revalorização do espaço. Para Lefebvre (2001, p. 06):

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso.

Assim, o solo e a habitação são transformados em mercadorias, seu consumo só aumenta, visto que fazem parte das estratégias capitalistas, contribuindo para a produção e a reprodução do espaço. Os pobres em São Luís sofrem uma espoliação urbana severa, já que as políticas públicas atingem uma pequena parcela da população no espaço, tornando a cidade fragmentada. Há, portanto uma “multiplicação de espaços que são comuns, mas não públicos” (GOMES, 2002, p. 174).

Milton Santos diz que a metrópole é corporativa e fragmentada, composta de espaços luminosos, expressão máxima da modernização, e de espaços opacos – periferias, lugares da exclusão dessa mesma modernização (SANTOS, 1997). A produção do espaço de São Luís gerada por

processos hegemônicos implica na subalternização e degeneração de grupos sociais e numa consequente apropriação diferenciada da cidade, comandada pelos interesses do capital.

Considerações finais

O processo de urbanização verificado ao longo da segunda metade do século XX e mais especificamente, na primeira década do século XXI em São Luís, transforma a cidade, antes provinciana e limitada em uma aglomeração com grande mancha urbana. Esta mudança acontece não apenas no aspecto quantitativo, mas, sobretudo, transforma-se do ponto de vista qualitativo.

O grande contingente de migrações em direção à capital do Maranhão, aliados às estratégias do capital estatal, industrial e de incorporação, modificaram consideravelmente o espaço urbano de São Luís e foram responsáveis pelos diferentes tipos de uso do solo na cidade. Houve um acréscimo significativo no número de edifícios na cidade. Esses investimentos verticais são selecionados pelos incorporadores em territórios escolhidos de forma cuidadosa e seletiva, o que acaba “empurrando” os grupos dominados para lugares sem infraestrutura. Como adverte Lefebvre (2008, p. 141), a estratégia desses grupos de incorporação não se resume a “simples venda, pedaço por pedaço, do espaço, [com objetivo de auferir mais-valia] mas visa uma reorganização completa da produção, subordinada a centros de informação e de decisão”.

O capital estatal e industrial aliado ao capital de incorporação são os grandes responsáveis pela fragmentação do espaço urbano de São Luís, transformado em mercadoria, já que o solo urbano é determinado pelo preço, o que acaba por afastar grupos dominantes (que vivem em bairros com melhores condições) dos grupos dominados (moradores de áreas irregulares, clandestinas ou de risco).

O Estado dá o suporte aos incorporadores/construtores no sentido de prover infraestrutura e equipamentos urbanos, em lugares antes pouco

valorizados, e que passam a ter uma maior quantidade de capital fixo. Outra forma de o Estado favorecer os incorporadores/construtores é através da legislação urbana (Plano Diretor e Lei de Zoneamento de 1992) que permitiu definitivamente que a cidade se expandisse verticalmente para territórios específicos e diferenciais.

É sabido que legislação urbana de 1992 (ainda vigente!) em São Luís foi realizada em gabinete por um grupo seletivo de arquitetos, urbanistas e membros do poder político. É enganoso supor que essas leis foram escritas sem o consentimento dos incorporadores/construtores, pelo contrário, elas tiveram um papel ativo na consolidação dessa legislação, que entre outras coisas, promoveu uma ruptura nos padrões construtivos da cidade, permitindo o aumento da quantidade de pavimentos nas habitações e escritórios, representados pela grande quantidade de edifícios nos bairros nobres da capital maranhense e também pela expansão vertical em direção ao município vizinho de São José de Ribamar.

A verticalização seletiva é vista apenas nos bairros nobres, próximos à orla de São Luís, já que se refere aos edifícios que possuem baterias de elevadores, onde existe a segregação entre patrão e empregado, uma separação revelada nos elevadores “sociais” e de “serviços”.

Os prédios de até 4 pavimentos, sem elevadores e com menor extensão, apesar de serem uma constante nos últimos anos na cidade e de serem rentáveis para as incorporadoras, assumem um padrão de verticalização de massa, cada vez mais comum entre as populações de renda familiar entre 1 e 4 salários mínimos.

A seleção cuidadosa de determinados territórios para a implantação de empreendimentos imobiliários verticais através da renda fundiária faz com que uma grande parcela dos espoliados urbanos de São Luís se estabeleça nos chamados aglomerados subnormais, como constatado nos dados do IBGE. O conceito de aglomerados subnormais formulado pelo órgão acaba por negligenciar outros lugares que sofrem com a falta de equipamentos urbanos e infraestrutura, ou seja, o problema das

habitações precárias e de populações espoliadas é bem maior do que o exposto pelo IBGE.

Um dos motivos que fazem de São Luís uma cidade claramente dividida em seu espaço urbano (grupos dominantes x grupos dominados), uma cidade em pedaços é a grande concentração de renda por parte dos grupos dominantes, que com seu poder de consumo usufruem o que o mercado (imobiliário, carros, roupas de grife, etc.) oferece. O capital, acumulado por esses grupos, se manifesta de forma desigual no espaço urbano ludovicense, acentuando as desigualdades.

A acumulação de capital político por parte de pessoas que estão no poder, a negligência dos poderes públicos em relação à aplicação correta de recursos no ambiente urbano e a forma seletiva e criteriosa de apropriação do espaço por parte das incorporadoras/construtoras em São Luís, são as grandes responsáveis por agravar a problemática da espoliação urbana na cidade.

É preciso entender que a dinâmica de expansão urbana em São Luís, com a inserção de condomínios verticais de alto e médio padrão às classes mais abastadas, com a valorização do solo urbano e a carência de infraestrutura em lugares periféricos, decorre das estratégias de atuação do capital no território urbano, que aliada a processos políticos e econômicos, determina a produção do espaço com a divisão da cidade em pedaços, e tem como principal consequência a redistribuição espacial da população pobre, que permanece excluída do direito à cidade.

Referências

BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 18, 2ª sem., p. 15-38, 2007a.

_____. **O Urbano em Fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007b. 315p.

- BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Financiamentos habitacionais no Maranhão 2004-2014 (por município)**. Brasília, 2015. Dados obtidos via Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Livre Acesso a Informação). Disponível em: <<http://www.acaoainformacao.gov.br/>>. Acesso em 15 de abr. 2015.
- BURNETT, F. L. Movimentos sociais urbanos e o Estatuto da Cidade: Análise do Processo de Construção do Plano Diretor Participativo de São Luís, Ma. **Anais do II World Planning Scholl Congress**. Mexico City, Mexico, July, 2006.
- _____. As cidades brasileiras e a desigualdade socioespacial. **Revista da Faculdade de Serviço Social (UERJ)**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 99-112, 2009. Disponível em: <<http://www.sociedade.org.br/revista-em-pauta/teoria-social-e-realidade-contemporanea-uerj-br>>. Acesso em 16 abr. de 2015.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997. Disponível em http://novos-estudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/81/20080626_enclaves_fortificados_Plano_Diretorf. Acesso em 21 mar 2012.
- CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. **IV Colóquio Latino-Americano De Economistas Políticos**, 31 de outubro a 2 de novembro. Anais, São Paulo, 2004.
- CARDOSO, A. L. Contextualização/Caracterização. In: BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Habitacional e a Integração Urbana de Assentamentos Precários**: Parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2008. Disponível em: <[Ministério do Desenvolvimento Regional \(capacidades.gov.br\)](http://www.minc.gov.br/portal/secretaria-nacional-de-habitacao)>. Acesso em 4 abr. 2015.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.
- _____. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, José B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Anna-blume, 2006, p. 47-56.
- _____. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições/GESP, 2007. v. 1. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em 3 de jun. 2011.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 590p.

COSTA, A. A. **A Verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. 2000. 207f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

DAMIANI, A. L. As Contradições do Espaço: da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Org.). **O Espaço no Fim de Século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 48-61.

DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas). 281p.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304p.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 310p.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. 235p.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 331p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2000** – Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 20. jan. 2014.

_____. **Aglomerados Subnormais do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>. Acesso em 10 jun. 2014.

_____. **Estimativas da População Residente no Brasil em 2014**. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPI. Disponível em: <[http://ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.Plano_Diretorf](http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.Plano_Diretorf)>. Acesso em 15 mar. 2015.

INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL DA CONSTRUÇÃO (ITC). **Ranking ITC 2010**. Disponível em <http://www.itc.etc.br/rankingitc/2010>. Acesso em 25 out. 2012.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 205p.

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000. 144p.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **Espacio y Política: El Derecho a la Ciudad, II**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

_____. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1992. 464p.

_____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991. 216p.

_____. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143p.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 176p.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; Guetos, não: a segregação e o Estado. **Espaço e Debates**, São Paulo, NERU, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1983. 185p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008. v.VI, Livro Terceiro, O processo global de produção capitalista. 822-1230p.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. I, Livro Primeiro, O processo de produção do capital. (Coleção Os Economistas). 496p.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. 27. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014. v. II, Livro Primeiro, O processo de produção do capital. 585-937p.

_____.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. 68p.

MENDES, C. M. **O Edifício no Jardim: um plano destruído. A verticalização em Maringá.** 1992. 384f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, A. U. A lógica da especulação imobiliária. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão.** Petrópolis: Vozes, 1982. p. 131-146.

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/IPPUR, UFRJ: FASE, 1997. 352p.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 190p.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos 1). 384p.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia à uma Geografia Crítica.** 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2012 (Coleção Milton Santos 2). 285p.

_____. **Por Uma Economia Política da Cidade: O caso de São Paulo.** São Paulo: EDUSP, 2009. (Coleção Milton Santos 14).139p.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Governo. **Lei 3.252** de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do município de São Luís, e dá outras providências. São Luís, 1992. Disponível em: Acesso em 3 abr. 2015.

_____. Secretaria Municipal de Governo. **Lei 3.253** de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e dá outras providências. São Luís, 1992. Disponível em

_____. Prefeitura Municipal de São Luís. **Mapas Temáticos de Setores Censitários do IBGE 2000 e 2010.** São Luís: Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID) 2010, 2011 e 2012.

_____. Prefeitura Municipal de São Luís. **Empreendimentos Verticais no Município de São Luís.** Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH), Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID), 2015.

SOMEKH, N. **A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador**. São Paulo: EDUSP/Nobel /FAPESP, 1997. 173p.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.

SOUZA, M. A. A. **A Identidade da MetrÓpole**. São Paulo: EDUSP, 1994. 257p.

SPOSITO, M. E. B. **O Chão Arranha o Céu**: a lógica da reprodução monopolista da cidade. 1991. 384f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

TOPALOV, C. **La Urbanización Capitalista**: algunos elementos para su análisis. México: Edicol, 1979. 137p.

UNFPA. **State of World Population 2007**. Unleashing the Potential of Urban Growth New York: United Nations Population Fund, UNFPA, 2007. 108p

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 373p.

Imagens, sociabilidades e memórias: os múltiplos significados da paisagem de um antigo bairro em São Luís – MA¹

1 Introdução

A paisagem na Terra é um quadro ligado à humanidade, pelo valor social que possui. Quando os grupos humanos aparecem de forma assaz tímida por um número ínfimo de habitantes, a natureza era concebida como algo assustador. Os humanos se encontravam fragilizados diante das intempéries, dos animais selvagens, das barreiras geográficas e de uma série de elementos presentes no ambiente. Ao longo do processo histórico, a sociedade foi capaz de desenvolver técnicas e adquirir gradativamente um maior conhecimento e controle sobre o seu meio, primeiro com a descoberta do fogo, passando pela “invenção” da roda, domesticação de animais, desenvolvimento da agricultura, até o domínio eficaz dos elementos da natureza, representado pelo processo de industrialização, possibilitando a difusão cada vez maior de objetos técnicos pelo espaço geográfico, traduzidos na maior expressão humana em todos os tempos: a *cidade*.

A cidade pode ser explicada como um conjunto de objetos produzidos com intuítos variados e carregados de intencionalidades. Por isso, ela abarca duas produções, uma material, observada na fabricação, utilização e circulação de objetos técnicos; e outra simbólica, abstrata, representada

¹ Uma versão reduzida deste artigo foi publicada nos **Anais do I Encontro Internacional Geografia: Tradições e Perspectivas**, realizado na Universidade de São Paulo (USP) entre 2-5 de dezembro de 2008.

pela maneira com que os indivíduos dão sentido àquilo que os cerca. Neste contexto, a subjetividade é o ponto essencial deste processo que vive em permanente simbiose.

A Geografia de uma forma geral e mais especificamente através de sua corrente Cultural e Humanista vem ampliando e dando um novo rumo aos estudos e pesquisas sobre a cidade e o urbano através da redefinição de categorias espaciais como a *Paisagem*, o *Território* e o *Lugar*, permitindo a abordagem de temas como a interpretação e o significado da paisagem urbana, o papel da memória no tratamento sobre o território e o Lugar, as territorialidades em relação à religião, a percepção ambiental na análise do cotidiano, entre outros assuntos.

Contida no espaço urbano situa-se a paisagem, que não é apenas aparência, sendo também mutável, não existindo em si mesma, sendo produto de uma determinada forma de ver e perceber o urbano, construída individual e coletivamente. A cidade é traduzida por uma base material, representada por seus objetos, em que se desenrolam as relações interpessoais, que em conjunto definem o urbano. Este, por sua vez, é caracterizado por uma dimensão social e subjetiva, dando sentido à própria natureza da cidade. Neste contexto aparece também o bairro, detentor de uma espacialidade determinada por processos históricos inerentes ao próprio desenvolvimento do urbano.

Ao longo do processo de sua formação e estruturação, a cidade de São Luís do Maranhão sofreu uma série de alterações em sua paisagem, recebendo diversas intervenções que transformaram seu desenho, sua forma e as relações sociais presentes em seu espaço. O bairro do Monte Castelo, enquanto parte indissociável da cidade acompanhou este processo de expansão/modificação e, ao longo de mais de um século de existência, reflete uma gama de imagens e símbolos que se alojaram no imaginário coletivo de seus habitantes, afirmando uma forte identidade em seu território.

Não basta apenas entender a lógica de estruturação e formação da paisagem do bairro, mas compreender como se deram as vivências de sujeitos que viram a cidade de São Luís e principalmente o bairro do Monte

Castelo se expandir e se transformar de muitas maneiras, seja em relação à sua fisionomia ou pela maneira como seus habitantes o percebem, ou ainda através das relações sociais mais amplas existentes entre os diversos indivíduos que moram e vivem o cotidiano do *lugar* que, enquanto categoria da análise espacial, pode ser entendido aqui como um conjunto complexo, construído a partir do acúmulo de experiências e sentimentos (HOLZER, 2000).

A proposta metodológica aqui apresentada baseia-se em aspectos qualitativos. Para Triviños (1987) é bastante difícil definir uma pesquisa qualitativa, visto que seus suportes teóricos fundamentais são abrangentes e complexos, dificultando assim uma concepção precisa. Apesar disso, o autor tenta conceituá-la. Para ele, a pesquisa qualitativa possui dois traços fundamentais, o primeiro refere-se à “natureza desreificadora dos fenômenos, do conhecimento e do ser humano; e o segundo relaciona-se com a rejeição da neutralidade do saber científico” (TRIVIÑOS, 1987, p. 125). A pesquisa qualitativa nega os preceitos e métodos de cunho positivista, privilegiando um fenômeno do qual o sujeito é o principal agente. Não faz uso demasiado de dados, números, ou de nenhum outro tipo de estatística que possa mascarar a realidade social. A partir disso, pensamos que é através de uma pesquisa qualitativa que se pode descrever e analisar uma dada paisagem urbana e também as relações cotidianas entre o indivíduo e o meio em que vive e habita.

A pesquisa exposta neste artigo deu-se no bairro do Monte Castelo, situado no município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, a partir de uma análise histórica e socioespacial do *lugar* e de seus moradores, utilizando os relatos orais e as imagens fotográficas como suporte teórico-metodológico, a fim de desvelar alguns dos significados que esta paisagem possui. As representações sociais aparecem com bastante força neste contexto, pois podem ser entendidas como relações sujeito-objeto particulares, ligadas a um meio social. Assim, esta investigação situa-se numa linha de pensamento baseada na Geografia Cultural e Humanista,

apresentando como características principais a subjetividade, a experiência de vida, a memória e o simbolismo.

O texto inicia com uma breve problematização sobre os conceitos de paisagem na evolução do pensamento geográfico. Num segundo momento apresenta um resumo sobre a da noção de bairro, seu conceito e/ou definição, a terceira parte do artigo reflete uma breve explicitação sobre o contexto histórico no qual o bairro está inserido, apresentando posteriormente um levantamento sobre a localização geográfica da área em questão. Por fim é feita uma reconstituição de sua paisagem pela memória de seus habitantes, e de como estes moradores observam e percebem o bairro do Monte Castelo a partir de seus elementos significantes.

2. Sobre o conceito de paisagem na geografia

A análise da paisagem é uma constante nos estudos de Geografia, sendo trabalhada de forma sistemática desde a segunda metade do século XIX, influenciada por um aparato positivista. É importante frisar que o entendimento da noção de paisagem há mais de um século ainda era bastante diferente em relação aos conhecimentos atuais. Os principais trabalhos sobre a paisagem estavam representados, entre outros estudiosos, pelas obras de geógrafos clássicos como Alexander Von Humboldt, Carl Ritter, Otto Schlüter, Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache, constituindo-se como a base para todos os estudos posteriores sobre a categoria espacial em questão.

A paisagem pode ser compreendida como tudo aquilo que os olhos conseguem ver, mas é notório que seu entendimento ultrapassa esta noção típica do senso comum. Cada ser humano possui um olhar próprio, específico sobre determinada porção do espaço, é por isso que a paisagem é aberta a múltiplas interpretações e análises, reforçando a afirmação de Rapoport (1990) de que todas as paisagens são simbólicas. Mas esta categoria geográfica era, até a década de 1940, compreendida como um conjunto de fatos naturais e/ou humanos, idéia compartilhada por estudiosos como Otto Schlüter, Siegfried Passarge e Karl Hettner.

As definições e/ou conceitos atribuídos à paisagem variam de acordo com o tempo e também com a linha de pensamento geográfico na qual estão inseridas. A partir da década de 1970 surgem análises mais elaboradas sobre a noção de paisagem, tanto por parte de adeptos da *Geografia Crítica*, quanto por parte dos estudiosos da *Geografia Cultural e Humanista*. No entanto, ainda existe uma diferença marcante a respeito da noção de paisagem que perdura até os dias de hoje no âmbito geográfico. A Geografia Física a entende como sistema ecológico, predominando ainda certa dinâmica natural, enquanto que na Geografia Humana prevalece uma abordagem mais teórica e interpretativa, levando em conta a transformação inevitável da natureza ao longo do processo histórico.

Para Carlos (1994, p. 15), “a paisagem aparece como forma de manifestação do espaço geográfico superando a idéia de paisagem como elemento estático”. Por isso, ela é dinâmica, sendo constantemente modificada de acordo com as necessidades da sociedade, que participa da produção do espaço urbano, não resultando pura e simplesmente de componentes concretos e funcionais, que dão suporte ao sistema capitalista, mas também sendo caracterizada e composta por imagens inerentes à vida cotidiana dos indivíduos, que através da subjetividade possuem um sentido muito particular na produção da cidade.

Milton Santos nos legou um arcabouço teórico bastante rico em relação às categorias geográficas. O saudoso geógrafo asseverou que a paisagem “é toda passado, porque o presente que escapa de nossas mãos, já é passado também” (SANTOS, 2002a, p. 21). Isto explica a importância creditada à materialidade das coisas na compreensão do espaço, apresentando este, formas diversificadas, que são como resíduos do passado, sendo uma das chaves para se entender os agentes humanos em sua relação com os objetos técnicos presentes na paisagem de agora e de depois.

Neste contexto, ainda segundo Santos (2002b, p. 103), a paisagem é entendida como “um conjunto de formas, que num dado momento, exprimem heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza”, ou seja, esta categoria da análise espacial seria testemunha real

e concreta da transformação da natureza pelo ser humano num passado recente ou não, constituindo-se como um elemento de leitura de mundo. Outra definição bastante apropriada de “paisagem”, inserida agora na corrente Humanista da Geografia, é a formulada por Berque (1998, p. 84-85):

A paisagem é uma marca, porque ela imprime uma civilização; mas também é uma matriz, porque participa de esquemas de percepção, de concepção e de ação, isto é, da cultura, que canalizam um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, em outras palavras, com a paisagem de seu ecúmeno.

De acordo com a Geografia Cultural e Humanista, a paisagem urbana merece uma maior atenção, devido ao seu valor ambiental, estético e simbólico-cultural. Neste sentido, Schier (2003, p. 81) diz que “a paisagem [urbana] é a realização e a materialização de idéias dentro de determinados sistemas de significação”, isto é, ela se constitui como um quadro repleto de imagens que emanam significações variadas.

O estudo sobre a paisagem sempre esteve no cerne da Geografia Cultural. Carl Sauer (1998, p. 12-74), em trabalho publicado originalmente em 1925, intitulado *A Morfologia da Paisagem*, define paisagem como uma área composta pela fusão de formas distintas, podendo ser tanto naturais quanto culturais, adotando um “método morfológico”, no qual interpreta paisagens de fisionomias específicas. Com isso, Sauer define a paisagem de forma clara e objetiva, afirmando que ela resulta da ação da cultura ao longo do tempo sobre a natureza.

Atualmente, o debate acadêmico amplia seus horizontes acerca do conceito de paisagem, ultrapassando o entendimento limitado da sociedade como mera transformadora da natureza e superando a idéia de Geografia como um estudo excessivamente descritivo de uma ou várias áreas da Terra, também conhecido pelo nome de *corografia*, indo além da noção tradicional do dualismo teórico entre paisagem natural/paisagem cultural, chegando a traduzir-se como “uma forma intelectual na qual, diferentes grupos culturais a percebem e a interpretam, construindo seus marcos e significados nela” (SCHIER, 2003, p. 81).

Portanto, a paisagem foi e é criada em momentos diversos, incorporando tempos diferentes, sendo passível de sucessivas transformações pela dinâmica espacial, por isso é mutável. Toda construção inserida no espaço urbano é capaz de expressar um pensamento ou um sentimento, pois é dotada de uma simbologia, que por sua vez comporta representações múltiplas. Neste contexto, a memória é imprescindível, pois permite evocar imagens, experiências e conhecimentos valiosos sobre uma determinada paisagem.

3. O conceito geográfico de bairro: noções preliminares

Para se chegar a uma compreensão da construção geográfica do bairro do Monte Castelo, é necessário primeiramente saber o que significa “bairro”, como pensá-lo e como defini-lo. De maneira bem simples, pode-se dizer que o bairro é uma das várias partes em que se divide uma cidade, que serve de orientação para os seus diversos moradores. Porém, é preciso frisar que um bairro ultrapassa a noção de uma área demarcada, não sendo apenas um simples espaço ou suporte físico-administrativo com um determinado número de habitantes.

Segundo Lefebvre (1975), o bairro só pode ser definido a partir da cidade entendida como totalidade, ou seja, ele não pode ser pensado de forma isolada, pois é parte de um todo, chamado cidade, sem a qual não poderia existir. Assim, pode-se afirmar que os bairros surgem a partir da expansão urbana de uma cidade, isto é, estes enquanto realidades concretas, só podem ser entendidos a partir da história e da evolução de uma determinada cidade.

No entendimento de Pacheco (2001, p. 90), o bairro como parte integrante de um todo (des)organizado, “se constitui como um lugar residencial e segregado, geograficamente representativo e reproduzidor do espaço urbano, sendo segmentado e desigual, porém articulado”. A partir disso, se pode dizer que o bairro, de uma forma geral, é percebido de inúmeras formas, abarcando o novo e o velho, a casa e o edifício, o rico e o

pobre, por isso é fragmentado e desigual, mas por outro lado é articulado, porque é interligado e integrante de uma estrutura maior.

O bairro também pode ser caracterizado por uma aparente e relativa autossuficiência, possuindo em sua paisagem elementos como rede de transportes, bancos, hospitais, escolas, igrejas, estabelecimentos comerciais, residenciais, praças, entre outros, que dependem também de uma estrutura maior, que tem a ver com a escala da cidade, do estado e do país. Este caráter funcional confere ao bairro um *status* de utilidade pública, sendo acessível a um bom número de indivíduos, que por sua vez necessitam dos seus serviços. Por outro lado, o bairro possui uma interpretação que leva em consideração o ponto de vista do seu morador, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todos os seus aspectos. Assim, o bairro compreende aspectos ligados à subjetividade, ao enraizamento identitário e aos relacionamentos sociais mais amplos, mas também permite haver cada vez mais conflitos, descontentamentos, protestos, distanciamentos e empobrecimento das relações interpessoais. Pierre George assinala que o bairro:

É uma das bases da vida urbana [...] o morador refere-se ao bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a outro bairro [...] É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular (GEORGE, 1983, p. 76).

O bairro é percebido a partir das relações processadas entre seus moradores, sendo um lugar propício aos encontros, à comunicação, ao namoro, às brincadeiras, ao diálogo, possíveis através da dimensão de suas ruas. Souza (1989, p. 148-149) afirma que “o bairro é definido por uma existência concreta-objetiva e por uma existência (sub)intersubjetiva, sendo que estas se interpenetram e não se separam”.

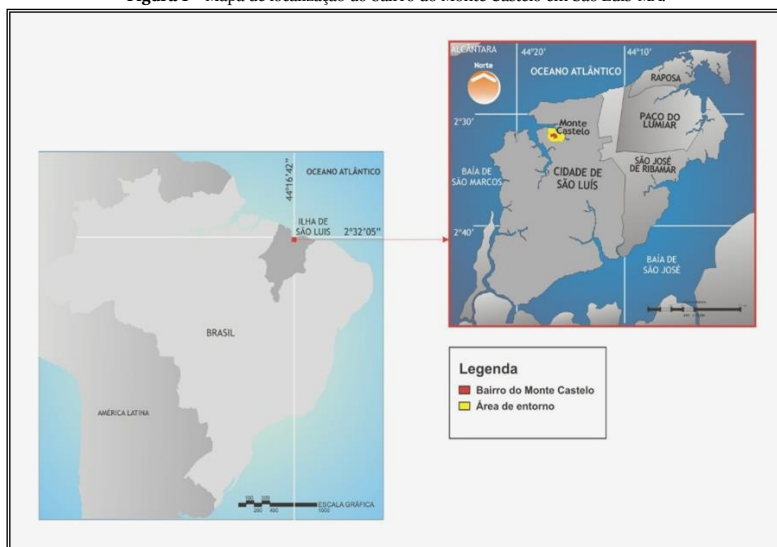
Portanto, o bairro participa de uma produção vinculada à circulação de mercadorias e de pessoas, segundo uma lógica funcional, na (re)produção do espaço urbano e também de uma produção atrelada às relações sociais, em que existe uma efervescência ideológica e cultural, com reflexos

significativos na dimensão do Lugar e do território. É por isso que Pacheco (2001, p. 94), concordando com o pensamento de Souza (1989), afirma que “o bairro é o local da reprodução dos grupos sociais”.

4. Uma imagem da cidade: o bairro do Monte Castelo

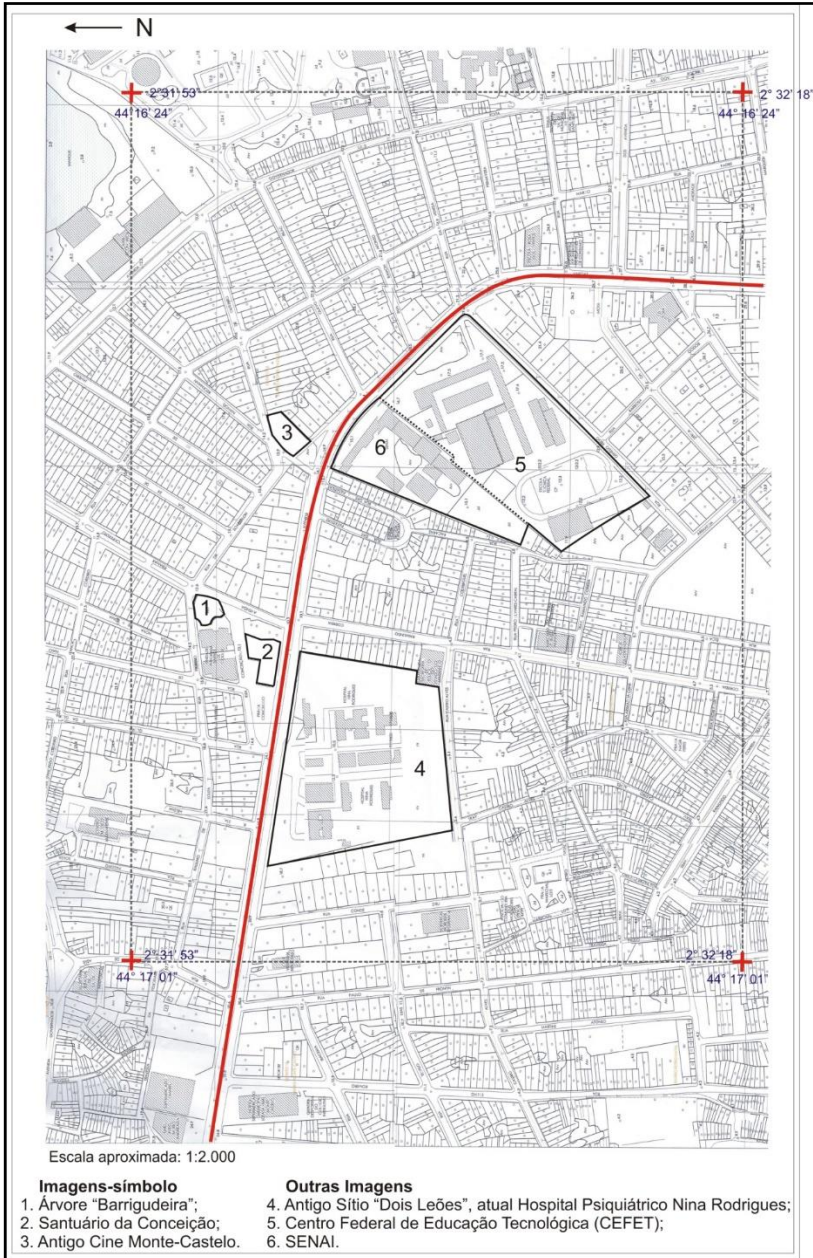
Os bairros da cidade de São Luís não possuem uma delimitação institucionalizada. Alguns órgãos como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) os delimitam a fim de facilitar sua atuação. O lugar aqui estudado, ao longo de sua existência sofreu modificações quanto a sua provável extensão, visto que, no início de sua ocupação apresentava muitos lugares desabitados. No momento que houve um crescimento efetivo em virtude da urbanização, quando da construção da Avenida Getúlio Vargas (*linha vermelha do mapa da figura 2*), havendo um maior desenvolvimento tecnológico no mapeamento de áreas urbanas a partir de fotos aéreas, seus prováveis limites e extensão ficaram mais nítidos de serem apreendidos e percebidos.

Figura 1 – Mapa de localização do bairro do Monte Castelo em São Luís-MA.



Fonte: INCID (2007), elaborado por Patrícia Trinta.

Figura 2 – Carta geográfica do espaço do Monte Castelo



Fonte: CAEMA (2002), adaptado por Luiz Eduardo Neves dos Santos.

5. Gênese e desenvolvimento do lugar: do *Areal* ao Monte Castelo

A cidade de São Luís apresentava uma população de aproximadamente 30 mil habitantes nos fins do século XIX, momento no qual localizamos as primeiras menções sobre a *localidade* denominada até então de *Areal*² e inserida nos seus arredores rurais.

A questão principal que explica o surgimento do lugar é o fato de estar situado às margens do antigo *caminho grande*, que se constituía como a única passagem por terra do Centro da cidade para o litoral norte, áreas interioranas da ilha e do Estado. Esta antiga estrada passou a abarcar um fluxo maior de pessoas quando em 1871 passou a funcionar em São Luís o transporte à base de tração animal, instalado pela Companhia *Ferro Carril*, que anos mais tarde instalaria também estradas de ferro, representada pelo transporte em bondes e trens, atingindo com mais facilidade áreas suburbanas.

De acordo com Ribeiro Júnior (2001, p. 89), “entre os anos de 1930 a 1970, a cidade de São Luís recebeu milhares de migrantes vindos do campo, fazendo com que as áreas da Avenida Getúlio Vargas (antigo *caminho grande*) fossem ocupadas” mais intensamente. Destacam-se as localidades do *Areal* (atual bairro do Monte Castelo), Retiro Natal, *Mata-douro* (atual bairro da Liberdade), *Cavaco* (atual bairro de Fátima), João Paulo, Filipinho e Anil. A partir da década de 1970, com a construção das pontes sobre o rio Anil e da Barragem do Bacanga, a cidade se expande para outras áreas, possibilitando o surgimento de uma série de conjuntos habitacionais e novos bairros.

É necessário dizer que os bairros surgidos a partir do eixo Centro-Anil (extinto *caminho grande*), dentre eles o Monte Castelo, cresceram e se desenvolveram espontaneamente. Por isso, a ocupação da área estudada aqui foi lenta até as quatro primeiras décadas do século XX, sendo representada apenas como um elo entre o Centro e as áreas mais afastadas da

² Segundo alguns dos entrevistados e os moradores mais antigos do bairro, a denominação *Areal* advém do fato de ter existido neste local uma grande quantidade de areia, que se estendia desde o leito maior do rio Anil – devido ao processo de sedimentação – até as partes topograficamente mais elevadas.

ilha, caracterizando-se como um local de passagem. Pode-se afirmar que houve uma ocupação mais intensa a partir dos anos 1940, em decorrência da pressão populacional no centro e em virtude do intenso êxodo rural, da evolução nos transportes, e por fim da construção da Avenida Getúlio Vargas.

Coletou-se depoimentos de moradores antigos do bairro. Como já foi destacado, a área de estudo pesquisada, no início de sua ocupação, era pouco habitada, fazendo parte da zona rural da cidade de São Luís, existindo nela alguns poucos casebres e ruas, além de uma grande variedade de sítios e chácaras. A saudosa Sr^a. Leontina Lemos, que residiu no bairro entre os anos de 1927 e 2007, relata um pouco da história de sua chegada ao *Areal*:

Eu vim pra cá pra esse bairro com onze anos, meu pai comprou a primeira casa numa rua que chamava na época *Bom Gosto*, e com doze anos meus pais se mudaram para o *sítio do Bessa*. Nessa época, aqui não tinha muita coisa. Só mato, árvores, muita terra e animais (informação verbal)³.

Este depoimento exterioriza a idéia de que no lugar – até as décadas de 1920 e 1930 – havia pouco espaço construído, existindo um número reduzido de moradores, sendo um lugar tranquilo, com forte presença de natureza, representado em grande parte por uma enorme diversidade de árvores frutíferas, pássaros, insetos e animais. A partir das palavras da entrevistada, se percebe ainda que o *Areal* possuía uma monotonia característica, o que não significa dizer que o lugar era excessivamente calmo e desprovido de conflitos, mas um lugar marcado por um tempo lento, por um cotidiano ditado pelo movimento vagaroso da *localidade*.

Ainda, de acordo com o relato da entrevistada, o *Areal* possuía algumas poucas casas, dispostas muitas vezes de maneira esparsa. Quando se abria uma rua, instalava-se ali uma ou outra casa, iniciando dessa forma toda uma história – que é geográfica – em torno dela. Segundo Claval

³ LEMOS, Leontina da Silva. **Lembranças do Areal**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Abril de 2005.

(2001, p. 293), “as casas não são somente simples máquinas de viver. São os lugares de lembranças das etapas felizes ou dramáticas da vida de cada um”. Nesse mesmo sentido, Bachelard (1994, p. 24), em sua *Poética do Espaço*, evoca a importância da casa como imagem e reduto imprescindível ao ser humano, afirmando que “a casa é nosso canto no mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmo. Um cosmo em toda a acepção do termo”.

Percebe-se que a Sr.^a Leontina, aos onze anos de idade, se lembra nitidamente de sua primeira casa no *Areal*, situada na rua *Bom Gosto*, além de sua morada no *sítio do Bessa*, e que segundo ela mesma, viveu os melhores momentos de sua vida. O antigo *caminho grande* possuía ao longo de seu percurso uma imensa quantidade de quintas e chácaras. Como a estrada passava pelo *Areal*, era possível observar também muitos sítios situados ao longo do seu trajeto.

Aqui tinha diversos sítios, como o *sítio do Bessa*, o *sítio do Bom Gosto*, o *sítio do Arthur Góes* que tinha uma fábrica de azeite e sabão e ficava próxima a maré. O sítio mais conhecido era o *Dois Leões*, onde hoje é o hospital Nina Rodrigues. Muita gente passava pelo *caminho grande* e ficava maravilhado com os sítios (Informação verbal)⁴.

Figura 3 – Porto do Sítio do *Bom Gosto*, no *Areal*.



Fonte: Cunha (1908).

⁴ Ibidem.

Nota-se a grande importância desses sítios para o lugar, isto porque, quando pessoas se dirigiam ao Areal através de bondes ou a cavalo, lembravam das denominações dos sítios ou dos proprietários destes, que serviam como fortes pontos de referência para a sua localização. Vale ressaltar, que muitos desses sítios abrigavam e acolhiam viajantes que passavam pelo lugar. Deste modo, havia muitas propriedades, representada por quintas e chácaras, ao longo do que hoje conhecemos como bairro do Monte Castelo e que serviam como identidade para o lugar, funcionando como espécies de *símbolos*⁵ típicos de uma área ainda pouco habitada e de paisagem rural.

Exemplos bem ilustrativos disso eram as propriedades já citadas pela Sr^a. Leontina, chamadas de *Bom Gosto* e *Dois Leões*. A primeira estava situada onde hoje no bairro se encontra parte da Rua Olavo Bilac e o Hospital Sarah Kubitschek e a segunda, de acordo com a entrevistada, localizava-se onde hoje é o Hospital Psiquiátrico Nina Rodrigues, clínica existente desde 1939, quando em 12 de março deste mesmo ano, o sítio *Dois Leões* fora comprado pelo governo do Estado pelo valor de 30:000 \$ (TRINTA CONTOS DE RÉIS), para o tratamento de doentes mentais.

Já nos finais do século XIX, Dunshee de Abranches nas suas andanças e viagens em cavalos e carruagens, de passagem pelo *caminho grande* já citava as localidades do *Bom Gosto* e *Dois Leões*, além do próprio *Areal*:

Daí por diante, fomos forçados apressar a marcha dos animais para alcançar ao nascer do sol o *Cutim do Padre*. Transpondo os *Dois Leões*, famoso pelas danças de *Bumba-Meu-Boi* e bailes de *Bate-Chinela* tivemos de afrontar o *Areal do Varela*, difícil trecho da estrada, onde nascia o caminho do *Bom Gosto*, bela propriedade do Comendador Leite, e a ladeira áspera que terminava ao alto, quase na entrada do sítio do Dr. Maia. (ABRANCHES, 1959, p. 20).

⁵ Sobre o conceito de símbolo concordamos com a concepção de Jung (1964, p. 20) que afirma: “o símbolo é um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e condicional”.

Pelo exposto, fica claro que o *Areal* caracterizava-se como um local de passagem obrigatória para viajantes que se dirigiam do Centro da cidade de São Luís à áreas mais afastadas da ilha e para o interior do Estado do Maranhão. As palavras de Abranches revelam a dificuldade na viagem ao passar pelo que ele chamava de *Areal do Varela*, ficando claro ainda as referências às denominações tanto das quintas quanto dos nomes dos proprietários delas. Neste sentido, referindo-se às chácaras e quintas do *caminho grande*, Vieira Filho (1971) discorre sobre suas belas propriedades de árvores frutíferas e jardins aprazíveis encontradas ao longo de seu percurso, como as quintas de Manuel Inácio, a dos Abranches, o São Raimundo, o Timon, o Britânia e a própria chácara Dois Leões.

A Sr^a. Leontina Lemos ainda conta um pouco sobre sua infância no *Areal*, dando ênfase ao seu cotidiano: “aqui era muito tranquilo nesse tempo, eu brincava com minhas irmãs e as vizinhas no sítio que eu morava; banhava no rio, subia nas árvores, apanhava fruta no pé, brincava de pega-pega” (informação verbal)⁶. É notável ainda que o lazer da infância se processava nos limites da casa e/ou dos sítios. Para Ecléa Bosi, “a casa é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções” (BOSI, 1999, p. 434). Neste tempo, relatado pela Sr^a. Leontina, a paisagem natural se sobressaía, sendo mais aberta a múltiplas aventuras para quem usufruía dela.

A paisagem relatada pela entrevistada nos remete a um passado bem vivo na memória dos indivíduos mais velhos. Percebe-se ainda, no depoimento, a perda de seu universo próprio, cujas lembranças se ligavam a imagens que ficaram num passado longínquo e que ao longo dos anos foram apagadas pelo processo de urbanização, com o incremento de novas imagens.

Neste sentido, Halbwachs (1990, p. 138) afirma que “perder seu lugar no recanto de tal rua, à sombra daquele muro, ou daquela igreja, seria perder o apoio de uma tradição que as ampara, isto é, sua única razão de

⁶ LEMOS, Leontina da Silva. **Lembranças do Areal**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Abril de 2005.

ser”. Desta forma, percebe-se uma grande tristeza e saudosismo dos idosos entrevistados para com o passado, isto é bem visível quando também se conversa informalmente com alguns moradores mais antigos do bairro, pois estes gostam de relembrar, contar histórias e reviver momentos. A Sr.^a Leontina ainda nos relata que aos domingos ia à antiga igreja de São Benedito rezar com a sua família. “Ainda quando eu era moça adorava costurar, bordar [...]. Minha relação com os vizinhos era muito boa, eu tinha muitas amizades nesse tempo” (informação verbal)⁷.

As fontes orais representadas pelos mais idosos são de grande valor para a Geografia, pois permitem não apenas reconstruir e repensar uma paisagem antiga, que é uma das chaves para se entender a dinâmica espacial vigente, mas também compreender como se deram as vivências de um grupo qualquer em determinado lugar ou território. Até meados da década de 1960 existia no Areal a igreja de São Benedito – que situava-se em frente ao atual hospital Centro Médico – considerada a primeira grande imagem religiosa do lugar, agregando pessoas da comunidade, que eram envolvidas por experiências ligadas à fé e ao sagrado, constituindo-se ainda como um lugar de comunicação e encontros, fato importante, já que o local não possuía muitos “espaços” destinados a uma maior sociabilidade.

Como se viu, o lazer e os eventos religiosos eram e ainda são fortes fatos para que haja comunicação e interação entre as pessoas no bairro. A Sr.^a. Leontina faz uma comparação entre o passado e os dias atuais, afirmando que “hoje não se conserva mais amizade como antes” (informação verbal)⁸. Da mesma forma, a Sr.^a. Satira Garcês Magalhães, que morou no bairro por mais de 70 anos, afirma que: “antes as pessoas eram mais amigas, hoje tem mais falsidade do que sinceridade” (informação verbal)⁹. Neste sentido, Milton Santos afirma que o nosso tempo – o da globalização – é caracterizado por uma série de individualismos (econômicos, políticos,

⁷ LEMOS, Leontina da Silva. **Lembranças do Areal**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Abril de 2005.

⁸ Ibidem.

⁹ MAGALHÃES, Satira Garcês. **Sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

sociais, culturais, etc.), comportamentos que justificam todo o desrespeito às pessoas, são afinal uma das bases da sociedade atual (SANTOS, 2000). Isto explica as afirmações das entrevistadas, que ao longo do século XX viram as relações interpessoais se esfacelarem, observando-se no presente uma “guerra” constante processada entre os indivíduos. É preciso destacar que esse movimento não é onipresente, mas uma característica geral formada nas últimas décadas.

O *Areal* começou a ser ocupado cada vez mais por pessoas vindas do Centro da cidade e também de outras partes do Estado. A partir dos finais da década de 1930, o bairro já contava com um motor que servia para geração de energia elétrica, instalado pela empresa *Ullen Company*.

Segundo o Sr. Amâncio Ângelo da Costa – que morou no bairro por 77 anos – em 1944, quase não existia mais nenhum terreno baldio (informação verbal)¹⁰. Nos idos dos anos 1940 as ruas eram de terra e os postes feitos de madeira, sendo toda eletrificação de 110 Volts. O lugar não possuía rede de esgoto, água encanada e saneamento básico. A sua paisagem, que se encontrava num momento de transição dos sítios para as construções de casas e ruas, não tinha boa aparência, mas, de acordo com alguns moradores mais velhos, as pessoas pareciam felizes.

À medida que o tempo passava, verificava-se uma transformação na paisagem do bairro. O primeiro passo dado nessa direção foi o início da construção da Avenida Getúlio Vargas em 1939, que cortava o bairro. Esta avenida possibilitou uma expansão urbana nunca vista na cidade de São Luís até então, sendo uma construção que permitiu de fato a formação dos primeiros bairros fora dos limites do Centro da capital. Sobre esta obra, apresentada num Relatório ao Interventor Federal no Maranhão, o Sr. Paulo Martins de Souza Ramos contava como esta avenida foi construída:

Pavimentada com paralelepípedos rejuntados e cimento, dispõe de duas superfícies de rolamento de sete metros cada uma, separada por uma série de

¹⁰ COSTA, Amâncio Ângelo da. **Memórias do Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Maio de 2005.

abrigos centrais de quatro metros de largura, gramados ajardinados, medindo os passeios três metros de cada lado (MARANHÃO, 1941).

A pavimentação desta avenida ensejou uma mudança marcante na paisagem do lugar. Isto é explicado pelo surgimento de construções ao longo do seu trajeto, substituindo boa parte dos sítios e quintas que ali existiam. Algumas dessas novas construções eram representadas por residências de arquitetura característica, residindo ali famílias com grande poder aquisitivo. Durante o século XIX e início do século XX, o *caminho grande* abrigou quintas e chácaras de famílias ludovicenses tradicionais. Com a reforma urbana e a construção da Avenida Getúlio Vargas verificada nos anos 1940, esta área transformava-se e começava a abrigar moradias requintadas.

Nos finais da década de 1940, o nome *Areal* é substituído pela denominação de *Monte Castelo* através da Lei Municipal nº. 94 de 25/03/1949. A nova identificação foi uma “homenagem ao feito das Forças Armadas do Brasil em território italiano, na batalha de 25/02/1945” (LIMA, 2002, p. 219). Como se vê, “nomear os lugares é [também] impregná-los de cultura e de poder” (CLAVAL, 2001, p. 202). Para Yi-Fu Tuan “dar nome a um lugar é dar seu explícito reconhecimento, isto é, reconhecê-lo conscientemente ao nível da verbalização” (TUAN, 1975, p. 168). Houve uma transição não apenas de nomeação, mas também de metamorfose do espaço, já que este lugar adquirira o *status* de bairro que se estruturava e se urbanizava. De acordo com os depoimentos recolhidos na pesquisa, esta nova denominação demorou algum tempo até que fosse incorporada definitivamente ao cotidiano.

A transformação do lugar, que atraía cada vez mais habitantes, foi também impulsionada pelo avanço nos transportes, responsável por diminuir cada vez mais a distância entre o Centro da cidade e o Monte Castelo. O bairro constituiu-se também na morada de *pracinhas*¹¹ que participaram

¹¹ Os *pracinhas* foram militares de baixa patente, membros da chamada Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutaram junto com os aliados na II Guerra Mundial em 1944, na Batalha de Monte Castelo, Itália.

da batalha que deu origem ao nome do bairro, criando assim uma identidade que perdura até os dias atuais entre os mais idosos.

Durante o início da década de 1950, o Monte Castelo já possuía uma delegacia localizada na Rua Odilon Soares, uma feira livre, uma escola, uma farmácia e alguns bares e comércios, além de um significativo número de casas e ruas. Durante as décadas de 1940 e 1950, se destacou ainda a construção no bairro de duas importantes instituições de ensino para o estado do Maranhão: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – CEFET-MA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Figura 4 – Casas no Monte Castelo em 1950.



Fonte: Jorge (1950).

A paisagem do Monte Castelo modifica-se ainda mais quando são instalados a eletrificação e o asfaltamento definitivo durante a segunda metade da década de 1960. Isto significou um grande benefício para seus residentes, que puderam dispor de uma melhor infraestrutura, acompanhada também pela instalação de uma rede de água e esgotos.

O poder público, através de seus representantes maiores na época, como Newton Bello, Paulo Ramos, Epitácio Cafeteira, dentre outros, foi o grande responsável pela transformação da paisagem no Monte Castelo, que devido à sua localização próxima ao Centro da cidade e às margens da Avenida Getúlio Vargas foi um dos primeiros bairros a se beneficiar com

uma maior estruturação praticada por membros do poder público. Segundo o depoimento do Sr. Amâncio Costa, em relação à instalação da rede de água e esgotos, houve a ajuda de vários moradores no sentido de cavar buracos para serem colocados os canos da rede (informação verbal)¹².

O entrevistado relata ainda que durante as décadas de 1940 e 1950 a corrente elétrica era baixíssima, as pessoas utilizavam lâmpadas de bateria para iluminar as casas. “Com a instalação da corrente de 220 Volts foi muito bom pra gente, com relação à instalação da rede de esgotos nem se fala, a vida da gente melhorou cem por cento” (informação verbal)¹³.

Percebe-se que com a instalação da rede elétrica de 220 Volts, há uma mudança no cotidiano dos moradores do bairro; além disso, foram incorporados à paisagem novos postes de concreto e uma fiação nova e longa. Em relação ao asfaltamento, o Sr. Amâncio disse que: “sabe o que é morar num bairro totalmente asfaltado, com serviço de água e esgoto funcionando, isso é muito bom porque o bairro se desenvolve” (Informação verbal)¹⁴. O lugar, que antes se caracterizava por apresentar ruas arenosas, com mata, sem asfaltamento e rede de esgoto, passara a apresentar uma infraestrutura, que, segundo os entrevistados mais idosos, melhorou sensivelmente a qualidade de vida de muitos moradores.

Durante as décadas de 1950 e 1960 houve loteamentos e construção de casas no bairro financiadas pela Caixa Econômica Federal. O bairro se desenvolveu, pois como se observou até aqui, passou a contar com ruas pavimentadas e bem iluminadas. Durante as décadas de 1970 e 1980 houve uma maior diversificação em seus serviços, alterando ainda mais sua fisionomia, modificando assim os modos de vida das pessoas que habitavam o bairro.

Em sua obra *A Natureza do Espaço*, Milton Santos considera a paisagem enquanto realidade histórica somente a partir da sua associação com

¹² COSTA, Amâncio Ângelo da. *Memórias do Monte Castelo*. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Maio de 2005.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

o espaço social (SANTOS, 2002b), isto quer dizer que esta não existe de maneira isolada, já que é apenas materialidade. Esta materialidade, traduzida pelas formas, deve obedecer a um movimento realizado pela sociedade. Ainda de acordo com Santos (2002b, p. 107), “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. Assim pode-se falar, com toda legitimidade, de um funcionamento da paisagem”. A partir das palavras do geógrafo baiano, pode-se afirmar que as novas “formas” (ruas pavimentadas, novos postes e fios elétricos, rede de esgotos, etc.) presentes na paisagem do bairro estavam intrinsecamente ligadas a novas “funções” (realizadas por seus indivíduos a partir do incremento de novas formas), ou seja, verifica-se uma mudança no que tange às relações sociais.

A partir da instalação da nova rede elétrica inicia-se uma vida noturna mais intensa, o asfaltamento facilita a mobilidade das pessoas pelo bairro, a instalação da rede de esgoto modifica comportamentos dentro das casas, a relação entre os vizinhos aumenta consideravelmente, o cotidiano se modifica ao longo do tempo a partir da inserção de novas formas em sua paisagem, pois cada uma é provida de uma significação social realizada constantemente no tempo e no espaço. Durante os anos 1980 e 1990 o bairro já se apresentava bastante urbanizado, possuindo uma infinidade de serviços bem estruturados, como supermercados, panificadoras, escolas, praças, bares, editoras, grandes redes de farmácias, hospitais, dentre outros.

Nos últimos tempos, os indivíduos de outros bairros, além de muitos moradores, vêm considerando o Monte Castelo como um bairro “ameaçador” e “perigoso”, devido a um crescente número de assaltos registrados em delegacias e noticiados pela mídia. Isto foi reforçado pelos depoimentos de todos os entrevistados, sem exceção, como, por exemplo, o da Sr^a. Satira que diz: “quando eu era moça, ia pra igreja andando tranquila, hoje tomo muito cuidado por causa dos roubos” (informação verbal)¹⁵. Ou

¹⁵ MAGALHÃES, Satira Garcês. *Sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Monte Castelo*. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

como o depoimento do Sr. João Raimundo Filho, residente à Rua Newton Bello há 66 anos: “a gente nem pode tá muito tempo na rua, porque pode ser assaltado, então o que resta é ficar trancado em casa” (informação verbal)¹⁶. De fato, nos últimos anos houve um aumento considerável no número de assaltos e roubos no bairro, como noticiado em 6 de Setembro de 2004 pelo Jornal *O Estado do Maranhão*:

Os moradores do Monte Castelo estão preocupados com a onda de assaltos que vem acontecendo no bairro, principalmente no ponto de ônibus próximo ao Cefet e ao antigo Cine Monte Castelo. [...] Ao falar do assunto os moradores preferem não se identificar. Transitar pela avenida Getúlio Vargas, no trecho que vai do Hospital Aldenora Bello até a Igreja de Nossa Senhora da Conceição também é perigoso. (FALTA, 2004).

Não cabe aqui analisar as causas e consequências dessa situação, mas deve-se salientar que essa é uma realidade presente em muitos bairros de grandes cidades brasileiras que passaram por um doloroso processo de urbanização, não sendo assim um caso isolado e sim um problema de ordem estrutural.

Então, é possível perceber uma mudança na concepção do lugar, construído pelos moradores e por pessoas de fora, que o tacham como bairro de “vagabundos” ou de “marginais”. Esta modificação é de certa forma, contrabalanceada pelos acontecimentos que o bairro proporcionou e ainda proporciona aos seus habitantes, como a constituição familiar, a casa e as amizades construídas ao longo dos anos, o jogo de futebol na rua, a ida à igreja, que entre outros fatos, contribuem para a fundação de uma identidade.

É necessário afirmar que o bairro do Monte Castelo vem sendo desvalorizado nos últimos anos, não somente pela questão da banalização da violência, mas também pela perda do mesmo enquanto referencial identitário construído durante os anos de sua formação e estruturação, pois este

¹⁶ RAIMUNDO FILHO, João. **Sobre a Barrigudeira e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

espaço não se traduz mais como o lugar único da sociabilidade, representado pelo jogo de futebol e brincadeiras nas ruas, pelas cadeiras nas calçadas, enfim, pelas íntimas relações de vizinhança, embora haja resquícios ainda nítidos dessas manifestações. O tempo de hoje são dos novos comportamentos, “o assistir TV”, “o navegar na Internet”, “o ir ao shopping”, entre outras formas de relacionamentos.

Pode-se dizer que no bairro existem imagens bem características presentes em sua paisagem, imagens estas que funcionam como verdadeiros símbolos e servem como pontos de atração e interação entre indivíduos que participam ativamente do seu cotidiano. Os vários tempos vividos de uma cidade, e de seus bairros, estão encerrados nas imagens de seu espaço físico, de seus núcleos históricos e nas imagens inventadas por aquele que revive na imaginação a lembrança do tempo passado.

A paisagem urbana, representada pela imagem e/ou transformada em símbolo, é um desafio, uma instigação, um convite que vai além da simples aparência captada pela visão, traduzindo-se como uma forma que os indivíduos possuem de atribuir-lhes significados múltiplos na vivência cotidiana. O bairro do Monte Castelo apresenta uma gama, do que chamo aqui de *imagens-símbolo*¹⁷ em seu espaço, refletindo uma paisagem rica e diversificada, experienciada pelos seus moradores ao longo dos anos.

5.1 Uma árvore centenária

Como já foi assinalado, o bairro do Monte Castelo, no início de sua ocupação era composto de muitos sítios, predominando em sua paisagem uma vegetação característica. Ao longo de seu crescimento houve uma supressão gradativa de grande parte dessa vegetação, isto se explica pelo aumento substancial de casas a partir das décadas de 1950/1960 e também

¹⁷ Determinadas imagens (mentais e/ou cotidianas) podem tornar-se símbolos “quando se tornam familiares dentro de uma sociedade a ponto de ultrapassar seu sentido geral e imediato” (ELIADE, 1996, p. 157). Destacamos três *imagens-símbolo* na paisagem do bairro: a árvore “barrigudeira”, a Igreja da Imaculada Conceição e o já extinto Cine Monte Castelo.

pela inserção do asfaltamento definitivo durante a segunda metade da década de 1960.

Apesar disso, durante as décadas de 1970 e 1980 ainda havia um bom número de árvores preservadas nos quintais das residências, como mangueiras, goiabeiras, tamarineiros, cajueiros e até mesmo parreiras, como citado pela Sr. Leontina Lemos (informação verbal)¹⁸.

Neste contexto, pode-se destacar a primeira imagem-símbolo selecionada na pesquisa. É uma espécie arbórea bem evidente na paisagem de São Luís e do bairro, de nome científico *Ceiba Pentandra*, de nome comum *Sumaúma* (árvore típica de regiões tropicais e equatoriais) e conhecida popularmente como “barrigudeira”, por apresentar um tronco e galhos de enorme diâmetro.

A cidade de São Luís, antes de sofrer um feroz processo de urbanização, possuía uma boa quantidade de árvores de todo tipo, situadas em sítios e quintas. Além das espécies já especificadas, localizadas nos quintais das casas, se destacavam as “barrigudeiras”, os oitis, os fícus, os juçarais e buritis, dentre outras. O Sr. João Raimundo mora na mesma rua onde se localizava esta espécie no Monte Castelo. Ele nos fala sobre a árvore:

Quando eu cheguei aqui no Monte Castelo em 1954, tinha outras árvores parecidas com esta aí e ficava uma perto da outra, como se fosse em fila. Essa que sobrou tinha o mesmo tamanho que tem hoje desde o ano em que vim pra cá e as outras eram um pouco menores. O bonde nesse tempo entrava no bairro e passava debaixo delas fazendo muita sombra. (informação verbal)¹⁹.

A partir da fala do Sr. João Raimundo, pode-se perceber que existiam outras árvores da mesma espécie, dispostas uma perto da outra em forma de fileira, gerando, em dias ensolarados, grande quantidade de sombra. As árvores citadas pelo Sr. João Raimundo localizavam-se ao longo da atual Rua Odilon Soares, desde a antiga pizzaria Popeye em direção à antiga

¹⁸ LEMOS, Leontina da Silva. **Lembranças do Areal**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Abril de 2005.

¹⁹ RAIMUNDO FILHO, João. **Sobre a Barrigudeira e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

árvore, onde hoje é a quadra da Escola Barbosa de Godóis. Hoje não restam muitas dessas árvores no Monte Castelo.

Segundo documentos do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão, até 2012, quando houve sua supressão, a idade da árvore era estimada em 160 anos, no entanto existia uma controvérsia em relação ao seu tempo de vida, havendo um compartilhamento entre os entrevistados e outros moradores mais antigos de que esta espécie possuía pouco mais de 2 (dois) séculos de existência. Como se pode observar na foto da figura 6, esta espécie possuía uma rara beleza, sendo uma característica marcante na paisagem do bairro²⁰.

Figura 6 – Árvore Barrigudeira no bairro do Monte Castelo em 2006.



Fonte: Luiz Eduardo Neves dos Santos, 2006.

A “barrigudeira” adquiriu um grande significado à custa de um intenso processo de urbanização, verificado principalmente nas zonas próximas ao centro de São Luís, pois árvores de sua idade e porte são raras em qualquer área urbana no Brasil. Em virtude da expansão urbana e da retirada indiscriminada da vegetação na ilha, houve no final da década de 1980 o tombamento de algumas espécies de árvores na cidade, incluindo a “barrigudeira” no Monte Castelo.

²⁰ Por falta de manutenção e cuidado, a barrigudeira começou a ter problemas em 2010, quando partes de sua estrutura se soltaram, causando perigo para moradores que ali passavam. Em 2012 ela foi definitivamente suprimida, hoje existe uma quadra poliesportiva em seu lugar, batizada de Ginásio da Barrigudeira.

O tombamento foi aprovado a partir do projeto de Lei Municipal nº 61/87, do vereador Raimundo Assub, e posteriormente transformado em Lei Estadual; que objetiva proteger árvores antigas e ameaçadas de extinção, tornando-as imunes ao corte, sendo integradas ao Patrimônio Histórico do Estado do Maranhão. Portanto, esta espécie estava incluída no patrimônio ambiental, possuindo grande valor histórico.

Figura 7 – Antiga placa que representava o tombamento da árvore



Fonte: Luiz Eduardo Neves dos Santos, 2006.

Com a transformação desta espécie em patrimônio, houve uma maior valorização da árvore pelos habitantes do bairro, tanto entre os mais jovens quanto pelos mais idosos, que estavam mais habituados com a sua presença. Os idosos do Monte Castelo possuíam um enorme apreço pela árvore, pois a observavam há décadas em seu cotidiano, estavam acostumados com tal imagem. Muitos moradores não se davam conta da sua importância, somente quando perguntados, é que se deparavam com o grande significado que possuía. Como diz o Sr. João Raimundo Filho:

Não consigo pensar nesta rua sem a barrigudeira, quando vou a padaria ela está lá, balançando suas folhas, fazendo sombra para as pessoas. Em determinada época ela perde suas folhas e depois floresce de novo. Eu acho importante

preservar ela, mas não cuidam dela; se cortassem ela, uma parte de mim seria cortada também (informação verbal)²¹.

A Sr^a. Leontina também possui grande admiração por este Bem, afirma ela:

Desde quando cheguei aqui gostava das barrigudeiras, elas eram grandes como esta de hoje e toda vez que eu ia para a igreja passava por elas. Se ela fosse derrubada ficaria muito triste, porque eu acho ela bonita e formosa (informação verbal)²².

A partir destes relatos, pode-se notar a relevância que este patrimônio possui para o lugar, pois era um resquício de uma paisagem já destruída, que ficou no passado, mas que indubitavelmente serviu até pouco tempo como referência na manutenção e reconstrução de identidades, sejam elas pessoais ou coletivas. A “barrigudeira” foi talvez, a imagem mais representativa do Monte Castelo, pois resistiu durante muito tempo ao veloz ritmo de crescimento do bairro nos últimos 60 anos. Sua forma passava a impressão de um objeto vigoroso e indelével; seus enormes troncos e raízes foram testemunhas vivas de épocas em que São Luís era outra cidade.

Ela criava ainda uma espécie de resistência a um determinado grupo de idosos, que mantinha bem viva na memória uma paisagem que se foi. A recuperação desse passado, das paisagens outrora destruídas, por meio das lembranças partilhadas desses sujeitos, faz deles novamente um grupo disposto a gerar uma reação, mesmo que silenciosa, dando sentido e persistência ao lugar.

5.2 A igreja da Imaculada Conceição

²¹ RAIMUNDO FILHO, João. **Sobre a Barrigudeira e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

²² LEMOS, Leontina da Silva. **Lembranças do Areal**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Abril de 2005.

A religiosidade no bairro do Monte Castelo sempre foi um ponto forte. Grande parte de seus moradores estão ligados a práticas relacionadas ao sagrado. Decerto que o cotidiano religioso é simultaneamente individual e coletivo; individual, porque cada devoto possui uma relação específica com o Criador; é coletivo quando a crença é partilhada por um determinado grupo, com ideais comuns. Para Rosendahl (2003, p. 190), “é o bem simbólico que dá sentido e significado às práticas religiosas de diferentes grupos”, por isso, na religião cristã existem símbolos carregados de significações para os seus praticantes, como a cruz, a bíblia, o vinho e as imagens sacras que, segundo os fiéis, dão sentido a existência do homem, transcendendo os limites da vida e dando-lhes a oportunidade de alcançar a plenitude.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos antes de situar-se no bairro do Monte Castelo localizava-se na Rua Grande (ver figura 8), desde o ano de 1762, mas tornou-se Sede Paroquial apenas em 1805. Na segunda metade da década de 1930 houve uma remodelação urbana na cidade de São Luís. Muitos prédios antigos foram demolidos em nome de uma “modernização”; além disso, havia uma linha de bonde elétrico que passava ao lado da igreja, provocando assim alguns acidentes. Por estas razões, Pedro Neiva, o então prefeito de São Luís e o Interventor Federal no Maranhão à época, Paulo Ramos, decidiram demolir a igreja no ano de 1939.

Segundo o Jornal *O Estado do Maranhão*, de 12 de Dezembro de 2004, esta igreja “antes de sua demolição, suas imagens, altares e painéis de azulejos foram transferidos para a vizinha igreja de Santana” (ANTES, 2004). Depois da demolição da igreja na Rua Grande, foi doado um terreno para a construção de uma nova paróquia consagrada à Santa, localizado no então lugar chamado de *Areal*, às margens da recém pavimentada Avenida Getúlio Vargas. A Sr^a. Sátira Magalhães, devota de Nossa Senhora da Conceição há mais de 60 anos, destaca a importância da construção da igreja no Monte Castelo, afirmando:

Eu freqüentava a igreja desde quando ela era na Rua Grande, ia todos os domingos assistir as missas que começavam 5h da manhã, mas quando ela veio pra cá foi muito bom, a comunidade em peso do Monte Castelo começou a freqüentar a igreja, mesmo aquelas pessoas que não eram devotas de Nossa Senhora da Conceição se engajaram na participação dos trabalhos da congregação; além disso, a paróquia fica muito bem localizada. (informação verbal)²³.

Pode-se perceber com este relato a importância que a igreja e a religião possuem para o território, pois são fundadoras de identidades; além disso, elas se exprimem através de símbolos, a exemplo da própria estrutura física da paróquia, que passa a representar um lugar sagrado para seus moradores, que a ela se dirigem com regularidade para orar, rezar, comungar e pedir a Deus a remissão de seus pecados.

Figura 8 - Igreja de N Senhora da Conceição dos Mulatos na Rua Osvaldo Cruz



Fonte: Abranches (1992).

Enquanto a igreja estava sendo construída, os fiéis reuniam-se na casa da família Caldas (ver figura 9), no local chamado *Porto de Roma*, às margens do rio Anil, localizado no próprio *Areal*. Sua construção foi concluída em 1952 e foi feita com a ajuda de fiéis através de doações, assim relatam os mais idosos do Monte Castelo.

²³ MAGALHÃES, Satira Garcês. *Sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Monte Castelo*. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

Pode-se afirmar que a “territorialidade é uma oscilação contínua entre, de um lado, o território que dá segurança, símbolo de identidade, e, de outro, o espaço se abre para a liberdade e às vezes para a alienação” (BONNEMAISON, 2002, p. 100). O território, neste caso, é o lugar sagrado, e o espaço, que é dinâmico, seria representado por outras práticas da vida social. Portanto, parafraseando Rosendahl (2003), é pelo território que se enraíza a ligação simbólica existente entre cultura e espaço.

Figura 9 – Antiga propriedade do Sr. José Luis Caldas, no Porto de Roma, local onde os fiéis se encontravam



Fonte: Luiz Eduardo Neves dos Santos, 2006.

As missas possuem uma grande relevância para os devotos de Nossa Senhora da Conceição, pois estes manifestam sua fé na Santa assistindo-as com mais intensidade aos domingos e dias santos, por acreditarem na remissão de culpas e na obtenção de verdadeiros tesouros espirituais. “A representação simbólica existe em si mesma e se materializa no espaço” (ROSENDAHL, 2003, p. 206). A Sr^a. Satira afirma:

Essa igreja pra gente é nossa vida, o Monte Castelo venera Nossa Senhora da Conceição. Ela significa muito pra mim, já tive muitas graças alcançadas e o dia que não vou a igreja me sinto muito mal e infeliz e a missa é uma ocasião importante, é a hora que nos reunimos para falar com Deus (informação verbal)²⁴.

²⁴ MAGALHÃES, Satira Garcês. **Sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

A partir deste relato, pode-se afirmar que o território da igreja representa um lugar de felicidade para os fiéis, sendo que a missa é uma prática simbólica essencial e de enorme significação, pois de um lado está o aspecto físico da paróquia, sua forma, que é sagrada para os devotos, e do outro está a subjetividade, representada pela fé e imaginário dos mesmos.

A elevação da igreja de Nossa Senhora da Conceição a Santuário reforçou ainda mais a fé dos devotos. De acordo com o jornal *o Estado do Maranhão*, de 12 de Dezembro de 2004, a igreja foi fundada em 29 de Agosto de 1805 e reconhecida como Santuário no fim de 2004, título concedido pelo então Arcebispo de São Luís Dom Paulo Ponte (SANTUÁRIO, 2004). Este reconhecimento é resultado de um intenso trabalho pastoral dos padres Dehonianos e de um árduo empenho da instituição em evangelizar pessoas dentro do espírito das Santas Missões Populares.

Figura 10 – Santuário de Nossa Senhora da Conceição no Monte Castelo



Fonte: Luiz Eduardo Neves dos Santos, 2006.

Outro motivo é o fato da paróquia ter completado 200 anos de fundação no dia 29 de agosto de 2005 e também os 150 anos de Proclamação do Dogma da Imaculada Conceição. A igreja passou à condição de *Santuário da Conceição* conjuntamente com o Santuário de São José de Ribamar.

Com este título, a matriz de Nossa Senhora da Conceição adquire importância na escala de Brasil, devido, sobretudo, à sua tradição, vinculada

ao processo evangelizador na cidade de São Luís. Sabe-se ainda que esta paróquia recebe um número cada vez maior de fiéis a cada ano, sempre no 8 de dezembro, dia da imaculada Conceição (informação verbal)²⁵, sendo uma festa comemorada em todo o continente americano e em alguns centros europeus.

O festejo tem reflexos significativos na dimensão do lugar e da paisagem, pois acontece na praça em frente à igreja, agregando devotos e não devotos em torno das celebrações, incluindo as brincadeiras da quermesse, parque de diversão, *shows* com artistas maranhenses, etc. A Sr^a. Satira nos relata um pouco sobre este festejo:

Todas as semanas antes de 8 de Dezembro, havia festas em louvor a Nossa Senhora da Conceição, havia uma quermesse, um parquinho, a comunidade montava barracas com comidas típicas para vender e tinha shows de artistas maranhenses, tudo para arrecadar dinheiro para as obras da igreja. As missas durante o festejo acontecem ao ar livre e a procissão do dia 8 é a coisa mais linda, muitos se vestem de branco, seguram velas e cantam; a imagem da Santa é carregada com muito amor (informação verbal)²⁶.

Ao narrar o festejo do dia 8 de Dezembro em homenagem à Santa, a Sr.^a Satira demonstrava ainda grande lucidez, suas lembranças sobre a igreja remontavam um passado que era bem vivo em sua memória: “ao longo da minha vida, a fé em Nossa Senhora da Conceição só cresceu” (informação verbal)²⁷.

É necessário mencionar que muitos moradores do bairro não participam do cotidiano da igreja. Mas isto não lhe tira a importância. A alegria da Sr.^a. Satira vem também do engajamento dos sacerdotes e da comunidade em realizar todos os anos o festejo. Cada comunidade religiosa se estabelece no mundo sagrado onde participa da memória histórica no tempo e no espaço. “O tempo sagrado, marcado pelo calendário litúrgico

²⁵ MAGALHÃES, Satira Garcês. **Sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

²⁶ MAGALHÃES, Satira Garcês. **Sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

²⁷ *Ibidem*

de festas religiosas, contribuí para que o grupo religioso reforce o sentido de pertencimento à instituição religiosa” (ROSENDAHL, 2003, p. 205).

Nos últimos anos, a comemoração acontece de forma mais discreta, sem a realização de quermesses ou shows, sendo agora lembrada durante 30 dias, com missionários visitando famílias e evangelizando (informação verbal)²⁸. Apesar disso, ainda há uma grande participação de pessoas e milhares de devotos vindos de todo o Maranhão. Alguns moradores do bairro defendem o retorno do festejo como ele era antes.

5.3 O Cine Monte Castelo

A última *imagem-símbolo* destacada aqui é a do antigo Cine Monte Castelo. Foi um dos primeiros cinemas ludovicenses situado fora do Centro da cidade. Sua inauguração no início da década de 1960 causou grande alvoroço no bairro, sendo uma novidade principalmente entre as pessoas com menos condições financeiras e provocando uma enorme alegria e entusiasmo entre os moradores. O Sr. José de Ribamar dos Santos, morador do bairro desde o seu nascimento, nos relata um pouco sobre a sua relação com o antigo espaço cinematográfico: “ia muito ao cinema daqui, gostava de assistir os filmes de *western*, as sessões eram sempre cheias e divertidas. A vinda do cinema pra cá foi uma grande novidade, já que naquela época não tinha muita televisão por aqui” (informação verbal)²⁹.

O cinema constituiu um fator de atração para o bairro, muitos indivíduos de outros bairros dirigiam-se ao Monte Castelo a fim de assistir filmes. Isto acarretou uma modificação na dimensão do lugar, pois as relações sociais, representadas principalmente pelos encontros, eram uma constante na vida do bairro. Neste contexto, Claval (2001, p. 293) afirma que a “vida social implica a organização das vias de circulação e dos espaços públicos”, permitindo encontros, reencontros e desencontros,

²⁸ Ibidem.

²⁹ SANTOS, José Ribamar dos. **Sobre o cinema e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Novembro de 2005.

mobilizando os ginásios e estádios para a prática esportiva, as missas e os cultos reunindo fiéis em igrejas e templos, os filmes em cinemas, os espetáculos teatrais, entre outras formas de lazer.

José de Ribamar Everton Neto, habitante do bairro há 42 anos, destaca a importância do Cine Monte Castelo, afirmando que este teve como principal característica o fato de estar situado fora do eixo do Centro e destacou-se como um cinema das massas mais pobres, funcionando como ponto de atração para indivíduos de lugares mais próximos ao Monte Castelo (informação verbal)³⁰.

A partir das palavras do entrevistado, percebe-se claramente como o cinema exerceu um papel transformador no cotidiano do bairro. No entanto, esta sala de espetáculos não permitiu um acesso tão fácil às pessoas de baixa renda. De acordo com os entrevistados mais velhos, alguns de seus conhecidos e colegas nunca tinham assistido a um filme na vida, devido principalmente à falta de recurso financeiro, mas com a inauguração do cinema no bairro conseguiram, enfim, apesar da dificuldade, conhecer a magia da *sétima arte*.

Algumas pessoas economizavam dinheiro a semana inteira para assistir aos filmes no cinema. O Sr. José Mendes relata sua experiência e dificuldade em entrar no cinema: “ia para a porta do cinema e comprava os bilhetes para as pessoas que ficavam na fila, que era grande, com isso, cada pessoa me dava uma gorjeta, aí eu conseguia juntar dinheiro e comprar minha entrada para assistir a sessão” (informação verbal)³¹.

Durante muitos anos e de acordo com os entrevistados, o Cine Monte Castelo foi sinônimo de diversão e alegria para indivíduos de todas as idades, funcionando ainda como ponto de encontro entre amigos, namorados e familiares. Durante a década de 1960 e 1970 começara a se organizar uma cultura de massas, tão comum na atual geração e “indispensável ao

³⁰ EVERTON NETO, José de Ribamar. **O recente no Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Outubro de 2005.

³¹ SANTOS, José Ribamar dos. **Sobre o cinema e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Novembro de 2005.

reino do mercado, e à expansão paralela das formas da globalização econômica, financeira, técnica e cultural” (SANTOS, 2000, p. 143).

Figura 11 - Fachada do antigo Cine Monte Castelo.



Fonte: Luiz Eduardo Neves dos Santos, 2006.

Atualmente no Brasil os cinemas concentram-se em “shoppings centers”, não sendo isto fruto do acaso, visto que estes centros comerciais têm por objetivo principal a prática e o estímulo ao consumo. Nos fins dos anos 1990, o cinema do bairro foi extinto, não suportando a competição com empresas cinematográficas maiores e mais bem estruturadas. Outro fator que contribuiu para a sua extinção foi a própria transformação da realidade dos moradores do Monte Castelo, que começaram a buscar esta e outras formas de lazer e diversão para fora dos limites do bairro. Em 2005 o antigo cinema abrigava uma igreja evangélica, hoje se encontra desocupado, se deteriorando. Apesar de não mais existir naquele local, o seu prédio ainda funciona como forte ponto de referência, impregnado no imaginário e na lembrança de muitos moradores e de sujeitos de outras partes da cidade, que o reconhecem quando ouvem falar em seu nome. Sendo assim, o extinto cinema do Monte Castelo ainda possui um papel relevante no que tange à localização no/do bairro.

Para Santos (1997), a paisagem pode conter formas viúvas e virgens, onde as primeiras esperam serem reutilizadas e as segundas são criadas para receber novas funções. O extinto cinema se traduz como uma forma

viúva, abrigando outra função, que não é mais de espaço cinematográfico. O mesmo autor denomina de *rugosidade*, “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2002b, p. 140).

A partir das palavras do autor citado pode-se afirmar que o extinto cinema é uma rugosidade, presente na paisagem do bairro e na memória de muitos indivíduos que nele moram e o reconhecem, pois “em cada lugar o tempo atual, se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas” (SANTOS, 2002b, p. 140). Sua forma e imagem são uma espécie de marca registrada, enraizada no bairro, e que, se preservada, permanecerá ainda por muitos anos na mente das pessoas como um cinema e não como uma igreja ou qualquer outro tipo de serviço que ali estiver.

Considerações finais

O processo de urbanização verificado ao longo do século XX na capital maranhense transforma a antiga cidade, antes limitada e pequena, numa grande aglomeração. Os habitantes da cidade, por sua vez, possuem muitas maneiras de apreciá-la. Como um laboratório da percepção, a cidade oferece constantemente novos objetos de captação para os sentidos. Os bairros aparecem, assim, como uma característica marcante dessa expressão urbana.

As lembranças são quase sempre evocadas pelos mais idosos, que em geral sentem falta de um ambiente que foi sendo gradativamente apagado pelas novas construções e pelo incremento de novas imagens. Por isso, a cidade e o bairro absorvem o sujeito da percepção e o projeta nos abismos de sua memória. O bairro, como parte inerente à cidade, abrange os diversos agentes que participam de seu desenvolvimento e lhe atribuem significações múltiplas. Os habitantes do bairro do Monte Castelo, falecidos ou não, possuíam/possuem diversos sentimentos em relação ao ambiente onde vivem, podendo ser contraditórios, de fascinação ou ódio,

de satisfação ou frustração. O que se foi verificado nesta pesquisa tem a ver com um forte sentimento de apego ao bairro por parte de alguns de seus moradores, apesar de se observar nos últimos anos uma mudança nesta concepção.

Pode-se afirmar que, ao longo de mais de um século de existência, observa-se três principais momentos que caracterizam o *Areal-Monte Castelo*: o primeiro situa-se até o fim década de 1930 e refere-se ao *Areal* de tempo lento, de paisagem rural, de belos sítios, quintas e chácaras; o segundo momento situa-se entre as décadas de 1940 à 1980, sendo traduzido pela instalação de equipamentos urbanos (formas), possibilitando a formação e a consolidação do bairro enquanto lugar da sociabilidade; o último momento, situado nos últimos vinte anos, é caracterizado pelo intenso processo de urbanização, gerando novos modos de vida, havendo como conseqüências principais uma perda gradativa do bairro enquanto referencial identitário, ensejando ainda novas formas de relacionamentos que excedem os seus limites. Porém, este movimento não é homogêneo e onipresente, mas sim uma característica cada vez mais comum não só no lugar, mas em nossa sociedade.

É necessário também ressaltar, a importância das *imagens-símbolo* para os habitantes do bairro, – como a igreja de Nossa Senhora da Conceição, a já extinta barrigudeira e o antigo cinema – contribuindo em certa medida para a manutenção do enraizamento cultural-identitário no lugar. Pois é através das ações e das possibilidades de ações que os lugares se constroem, investidos de valor simbólico, relacionando materialidade e subjetividade. Por fim, o bairro aqui estudado, indubitavelmente abrange formas e sujeitos diversos, que possuem uma relação muito íntima com o lugar. Portanto, o bairro do Monte Castelo, para o sujeito ou para o grupo, permanece como lugar da experiência dialética entre conceituação e jogo infundável dos sentidos, da memória e da percepção.

Referências

ABRANCHES, Dunshee de. **A Esfinge do Grajaú**: memórias. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Brasil, 1959. 263p.

_____. **O Cativoiro**. 2ª ed. São Luís: ALUMAR, 1992. 198p.

ANTES a igreja ficava na Rua Grande. **O Estado do Maranhão**. São Luís, 12 Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.oestadodomaranhão.com.br>>. Acesso em 17 Jul. 2005.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1994. (Coleção Os Pensadores). 272p.

BERQUE, Augustin. Paisagem – Marca, Paisagem – Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 84 – 91.

BONNEMAISON, J. “Viagem em torno do território”. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia Cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p. 83-132.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 488p.

CARLOS, Ana F. A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. 270p.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2ª Ed. Florianópolis: EDUSC, 2001. 453p.

COSTA, Amâncio Ângelo da. **Memórias do Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Maio de 2005.

CUNHA, Gaudêncio. **Álbum do Maranhão 1908**. São Luís: Spala Editora Ltda.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**: Ensaio Sobre o Simbolismo Mágico-religioso. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 178p.

EVERTON NETO, José de Ribamar. **O recente no Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Outubro de 2005.

FALTA segurança no Monte Castelo. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 06 Set. 2004.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983. 236 p.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990. 222p.

HOLZER, W. Memórias de viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **Geographia**, Niterói, v. 2, n° 3, p. 111-122, 2000. Disponível em: < [Vista do Memórias de Viajantes: Paisagens e Lugares de Um Mundo Novo \(uff.br\)](#) >. Acesso em 30 dez. 2020.

JORGE, Miécio. **Álbum do Maranhão**. São Luís, 1950.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964. 316p.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 3 ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975. 268p.

LEMOS, Leontina da Silva. **Lembranças do Areal**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Abril de 2005.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos**. São Paulo: Editora Siciliano, 2002. 242p.

MAGALHÃES, Satira Garcês. **Sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

MARANHÃO. Governador. 1936-1945 (Paulo Ramos). **Relatório de Governo de 1940**. São Luís, 1941.

_____. Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão. **Levantamento aerofotogramétrico da ilha de São Luís**. São Luís, 2002. Escala 1:2.000.

PACHECO, João Batista. O Conceito Geográfico de Bairro: uma aplicação à questão do sítio Campinas / Basa e da Ilhinha. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís - MA: UFMA, v. 5, n. 1/2, p. 90-104, jan./dez. 2001. Disponível em: < [O CONCEITO GEOGRÁFICO DE BAIRRO: uma aplicação à questão do Sítio Campinas/Basa e da Ilhinha | Pacheco | Revista de Políticas Públicas \(ufma.br\)](#) >. Acesso em 10 mai. 2007.

RAIMUNDO FILHO, João. **Sobre a Barrigudeira e o Monte Castelo**. Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Julho de 2005.

RAPOPORT, Amos. The meaning of the built environment: a Nonverbal Communication Approach. University of Arizona Press: 1990. 253p

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís:** 1612-1991. São Luís: Ed. do Autor / FUNC, 2001. 150p.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 187-224.

SANTOS, José Ribamar Mendes dos. **Sobre o cinema e o Monte Castelo.** Depoimento concedido a Luiz Eduardo Neves dos Santos em Novembro de 2005.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Imagens, memórias e significados múltiplos:** a paisagem urbana no bairro do Monte Castelo em São Luís- MA. Monografia. 120p. São Luís: UFMA, (Graduação em Geografia), 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 130p.

_____. **Por Uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.

_____. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura.** São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ano 54, n.2, out/nov/dez. 2002a, p. 21-22. Disponível em: <[14803.Plano Diretorf \(bvs.br\)](#)>. Acesso em 23 jun. 2007.

_____. **A natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002b. 392p.

SANTUÁRIO reforça fé dos devotos. **O Estado do Maranhão,** São Luís, 12 dez. 2004.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia. **RAEGA.** Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR. Disponível em:<[TRAJETÓRIAS DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA | SCHIER | Raega - O Espaço Geográfico em Análise \(ufpr.br\)](#)>. Acesso em 28 dez. 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política.

Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2 p. 139-172, 1989. Disponível em: <[rbg_1989_v51_n2.PlanoDiretorf\(ibge.gov.br\)](http://rbg.1989.v51.n2.PlanoDiretorf(ibge.gov.br))>. Acesso em 28 dez. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987. 175p.

TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, New York, v. 65, n2, 151-165, 1975.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. São Luís: Editora Olímpica, 1971. 197p.

**Toponímia, poder e identidade:
Uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São
Luís, Maranhão ¹**

*“(…) na Rua do Sol me cego,
na Rua da Paz me revolto
na do Comércio me nego
mas na das Hortas floresco;
na dos Prazeres soluço
na da Palma me conheço
na do Alecrim me perfume
na da Saúde adoço
na do Desterro me encontro
na da Alegria me perco
na Rua do Carmo berro
na Rua da Direita erro
e na Aurora adormeço (...)”*

(Ferreira Gullar, 2016, p. 87-88)

1. Introdução

A poesia é uma das muitas formas de se evocar e homenagear determinada cidade. Exemplos não faltam. Dos versos de Manuel Bandeira em sua *Evocação do Recife*, aos de Drummond em *Confidência do Itabirano*, até o *Romanceiro da cidade de São Luis* de Bandeira Tribuzi, a cidade é

¹ Artigo publicado em 2016, no número 28 da **Revista GeoUERJ**, ligada ao Instituto de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Disponível em: [TOPONÍMIA, PODER E IDENTIDADE: UMA ABORDAGEM ACERCA DOS LOGRADOUROS CENTRAIS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO | dos Santos | Geo UERJ](#).

resgatada do fundo da memória de seus poetas, de suas reminiscências ainda vivas, concretizadas na arquitetura de suas estrofes.

A *Evocação do Recife* de Manuel Bandeira representa um tempo da cidade de sua infância, a “Rua da União”, a “Rua do Sol”, a “casa de seu avô” e “os pregões” são lugares e elementos cimentados na lembrança do poeta. Drummond, em *Confidência do Itabirano*, reconstrói na memória sua cidade natal, a pequena Itabira, revelando em seus versos a dor de sua saudade. Bandeira Tribuzi, no poema *Romanceiro da cidade de São Luís*, evoca os elementos físico-naturais de São Luís, dando a eles formas e sentimentos humanos. Os seus “rios como braços”, o seu “mar com ânsia e raiva” e o “seu verde pulmão salgado” são maneiras figurativas, próprias da poesia, de dar vida à cidade.

A prosa é outra manifestação literária que entroniza as cidades. No início de *Os tambores de São Luís*, Josué Montello descreve os passos traçados por Damião pelas ruas da São Luís de 1915. O palco, sob o manto negro faiscado com pontos brilhantes no ar, é representado pelo nostálgico e soturno ambiente amarelado dos lampiões acesos em cada esquina. O octogenário Damião caminha pelas ruas das Cajazeiras, de São Pantaleão, da Inveja, do Mocambo, do Passeio e seus arredores, quase sempre inebriado pelo baticum dos tambores da Casa das Minas.

Ao abordar as relações sociais e de poder acontecidas no espaço urbano ludovicense, Montello descreve o cenário de seu romance de forma assaz ilustrativa. Sua referência às ruas, becos, praças, casarões e igrejas é convite tentador ao leitor-morador de São Luís a voltar no tempo através da imaginação.

O presente artigo se deterá em discutir e analisar a toponímia da área central do município de São Luís a partir do contexto geo-histórico. Investiga-se historicamente de que forma os topônimos foram formados e porque alguns deles permanecem e outros não. Procura-se atestar que a nomeação desses logradouros é um traço cultural, por isso construtor de identidades, mas também uma estratégia de poder, representado pela

instituição de leis por parte do poder público, que determina a maneira como acontecerá a nomeação.

2. Sobre toponímia, lugar, território e identidade

Os nomes dos logradouros no Brasil estão em íntima relação com o cotidiano dos moradores que vivem (ou viveram) no lugar ou em seu entorno. Eles se constituem enquanto enunciados que nascem originalmente de forma espontânea, a partir de uma língua viva. Tal língua sofre variações ao longo do tempo histórico, podendo mudar de grafia ou mesmo entrar em desuso.

A toponímia é a disciplina que se preocupa com a procedência da significação dos nomes dos lugares, juntamente com a antroponímia (que cuida do significado dos nomes das pessoas), faz parte da Onomástica, ramo da Lingüística que se dedica aos nomes de indivíduos e lugares. De acordo com Dick (1990), o estudo da toponímia não se restringe à investigação lingüística ou etimológica, pois procura também a significação dos nomes dos lugares, extrapolando a esfera lingüística, dessa forma, leva em consideração também os aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropoculturais.

Os topônimos nascem a partir da fala dos sujeitos e a incorporação dos mesmos no cotidiano do grupo advém, quase sempre, de referências presentes na paisagem do lugar. Por isso, Isquierdo (1996, p. 81-82) afirmou que os topônimos são “verdadeiros fósseis lingüísticos, embora o signo toponímico esteja inserido no sistema lingüístico, a sua função não é de significar, mas de identificar os lugares. Serve de referencializador a realidade espacial do homem”. Os marcos na paisagem podem ser representadas por alguém muito popular no lugar, por uma capela ou igreja consagrada a algum santo, por um acidente geográfico ou ainda, por elementos da natureza característicos da localidade.

O Lugar é indubitavelmente um resultado da experiência humana. Sua existência seria explicada pela maneira como as pessoas o percebem e lhe dão significado, que por sua vez é constituído e apreendido nas relações

cotidianas. Para Buttimer (1985), o lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas.

Outro ente espacial, não menos importante que o lugar, é o território. Seu entendimento é semelhante ao de lugar, chegando até mesmo a confundir-se com ele em alguns aspectos. O saudoso geógrafo Milton Santos, afirma que no início da relação homem/meio, o território era um forte componente de identidade (SANTOS, 2000, p. 62), ou seja, o sentido de pertencimento do grupo ao ambiente no qual estavam inseridos, produzia uma idéia própria de domínio. Para Holzer (1997, p. 83-84) “o território traduz-se como um conjunto de lugares, onde se desenvolvem laços afetivos e de identidade a determinado grupo social”, ou seja, este não precisa ser necessariamente fechado e rígido. Sua existência é condição básica para a formulação de um mundo pessoal ou intersubjetivo. Segundo Hoesbaert (1999, p. 185-186)

O território envolve não somente um “ter” mediador de relações de poder (político-econômico) sobre parcelas do espaço, ele compõe também o “ser”. Ao mesmo tempo prisão e liberdade, lugar e rede, fronteira e coração, o território de identidade pode ser uma prisão que esconde e que oprime ou uma rede que se abre e se conecta a um coração que emana poesia e novos significados.

Assim como o lugar, o território produz uma enorme carga subjetiva, onde seus habitantes criam fortes laços de identidade e de apego a uma determinada porção do espaço. Com isso, ao apropriar-se de um espaço qualquer, os grupos sociais desenvolvem características comuns, construindo no seu cotidiano, relações afetivas com o seu território, que por sua vez é transformado de acordo com as vontades e anseios do próprio grupo.

A noção de “território usado” proposta por Santos e Silveira (2001, p. 247) nos parece reveladora de processos de identificação próprias dos sujeitos, já que o território por si só não diz nada, mas é o seu uso que gera reconhecimento e dá valor ao espaço. É por isso, por exemplo, que alguns nomes de logradouros no Brasil existem apenas no papel da lei, já que o grupo se utiliza de outros topônimos no cotidiano. Então, a identidade é

um complicado mosaico de relações entre o sujeito e o mundo, na qual, tem no lugar e no território suas maiores expressões.

A identidade forma-se da tríade *lugar-topônimo-habitante*, traduzindo-se como mediação entre o sujeito e o contexto da sua vida, onde mora com sua família, sua relação com seus vizinhos e amigos, os ambientes que frequenta (escola, trabalho, igreja, etc.), tudo isso faz parte da construção da personalidade e da identidade de um indivíduo ou grupo. A rua é o primeiro ambiente com que as pessoas se deparam ao sair de casa. Em relação a alguns locais, esta pequena porção do espaço não pode ser entendida apenas como lugar de passagem de pessoas ou de veículos. As ruas em algumas circunstâncias apresentam uma série de significados, ao mesmo tempo em que separam, podem unir, geram encontros, são usadas de várias maneiras, seja o jogo de futebol, as festas carnavalescas, as manifestações da cultura popular, tudo isso acontece por essas vias que cortam a cidade.

Neste contexto, os topônimos assumem uma função essencial, o de identificação para o grupo que se utiliza deles. Esses nomes apresentam uma forte relação de subjetividade com esse grupo, havendo uma significação, uma relação de complementaridade entre o lugar e o habitante mediada pelo topônimo. A nomeação dos lugares é um traço cultural inconfundível, mas é também uma estratégia de poder. Ela é uma prática social e uma prática discursiva. Nomear lugares é uma forma de demarcar limites, expressar seu significado num contexto social próprio, oferecendo caminhos para formar laços afetivos. Como já foi mencionado, o topônimo é um alicerce na construção de identidades e por mais que alguns nomes tentem se manifestar por imposição, seu uso implica certo consentimento.

Para Gohn (2004) a identidade de um grupo se constrói a partir de um conjunto de percepções e visões de mundo que transparece no seu processo de experiência histórica, ao atuar coletivamente, aliada às representações simbólicas que também constroem ou adotam. Assim é possível afirmar que toda identidade é produzida socialmente por meio de uma atividade discursiva e imaginária. Reforça-se, portanto, seu caráter cultural.

A cidade é composta por imagens diversas, um bairro, uma praça, uma rua, uma igreja, uma casa são elementos que unem certo número de pessoas propiciando a criação de múltiplas representações e identidades. Ferrara (1990) assinala que as mudanças econômicas e sociais criam marcas no meio urbano, traduzidas por imagens que tem como significado o conjunto de valores, hábitos, desejos que unem através dos tempos, o cotidiano dos homens. A cidade e o bairro onde um indivíduo morou e cresceu, as pessoas com quem brincou e conviveu, as suas atividades de lazer, onde estudou, que atividades profissionais que desenvolve, enfim as influências que sofreu, são fatores cruciais na diferenciação de concepções e visões de mundo.

Desta forma, a cidade possui personagens diversos que participam de experiências específicas. É neste contexto que homens, mulheres, crianças, jovens e idosos projetam o futuro e realizam seus sonhos. Toda cidade é como um palimpsesto, cada demolição, cada paisagem suprimida, ressurge na memória, ou se revela através de um signo que permanece capaz de fazer aflorar, de recompor na lembrança o que foi. Por isso cada construção, cada rua, praça, largo ou beco, com seus respectivos topônimos, inseridos no espaço urbano, são capazes de expressar um pensamento ou um sentimento, pois são dotados de uma simbologia, que por sua vez comporta representações diversas.

3. Breve histórico dos topônimos em São Luís

As origens da ocupação européia em São Luís remontam o início do século XVII com a chegada de embarcações vindas da França. Os franceses tentaram estabelecer a chamada *França Equinocial*, apesar de não atingirem seu objetivo principal, permitiu ao francês, *Senhor de La Ravardière*, Tenente-General do Rei da França no Brasil, “fundar” São Luís em 1612, que recebeu este nome em memória eterna a Luís XIII, Rei da França e de Navarra. Ressalta-se que houve inúmeras tentativas de ocupação da ilha pela Coroa Portuguesa no século XVI, tanto por mar quanto por terra, mas todas fracassaram.

Os franceses, ao se instalarem na Ilha do Maranhão, escolheram um promontório localizado na baía de São Marcos, entre as embocaduras dos atuais rios Anil e Bacanga. Neste lugar, de topografia “alta”, foi construída uma Fortaleza, que devido a sua posição estratégica, facilitava a defesa contra possíveis ataques de embarcações inimigas que adentravam o continente. Assim, os gauleses quando chegaram à ilha, estreitaram as ligações com os índios tupinambás, que já habitavam esta região antes da chegada dos brancos.

O nascimento de São Luís deriva assim da construção de uma Fortaleza, situada em ponto estratégico com vista para o mar, rota de entrada de embarcações. A fortaleza da qual me refiro compreende o atual Palácio do Governo do Estado, situado na atual *Avenida Dom Pedro II* (antiga *Avenida Maranhense*).

No fim do ano de 1615, na chamada *Batalha de Guaxenduba*, os franceses foram expulsos pelos portugueses, comandados por Jerônimo de Albuquerque, iniciando oficialmente a colonização portuguesa em terras maranhenses. A Coroa Portuguesa necessitava exercer seus domínios sobre o território, por isso teve como desafio povoar a ilha e ter disponível mão-de-obra para explorar a terra “conquistada”.

O traçado urbano inicial da capital maranhense é atribuído por alguns estudiosos ao arquiteto e engenheiro militar lusitano Francisco Frias de Mesquita. Este traçado, de linhas retas, em forma de tabuleiro de xadrez, é visível na área da Praia Grande, área tombada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

Por volta da metade do século XVII, as poucas casas presentes na cidade eram, em sua maioria, de pindoba. Nos fins do século XVIII, segundo o historiador José Ribeiro do Amaral, as edificações passaram a ser construídas de taipa de pilão com telha vã sobre madeira mal polida, contando São Luís com quinhentas casas (AMARAL, 2003).

Estas primeiras ocupações, representadas por pequenos núcleos, se localizavam em pontos mais favoráveis à coletividade, que através de doações feitas pelo Senado da Câmara de São Luís, situavam-se nas

proximidades do Forte, do cais do Porto, de lugares sagrados e igrejas e das fontes de água.

Ribeiro do Amaral (2003, p. 76), afirmou que até o ano de 1733 as ruas da pequena São Luís não tinham nomeação, havia apenas referências a elas, isto é, as denominações se ligavam a algum objeto característico da paisagem, a algum acontecimento, ou mesmo a um nome de alguém muito conhecido no lugar. Mas isso não é de se estranhar, muitas cidades no Brasil possuem logradouros com nomes que passaram incólumes por décadas, séculos e surgiram a partir de referências contidas na paisagem, transmitidas entre gerações por tradição oral.

Até o século XVIII, o tecido urbano de São Luís resumia-se ao que se conhece hoje como Largo do Carmo, Praia Grande e parte do Desterro. A maior parte desta expansão ocorreu de forma aleatória, sem um plano, causando uma grande diferença entre suas ruas e edificações. Do século XVIII até o primeiro quarto do século XX a cidade cresce de forma muito lenta, o local hoje conhecido como anel viário era o mais urbanizado, outras ocupações mais rarefeitas eram situadas ao longo do São Francisco, no Itaqui-Bacanga e ao longo do *caminho grande*².

A segunda metade da década de 1930 foi marcada pela gestão de Paulo Ramos, que promoveu atividades para o bem-estar da população através da melhoria dos serviços públicos, o Maranhão e a cidade de São Luís receberam intervenções urbanas e de infraestrutura, capitaneada pela política modernizante e autoritária de Getúlio Vargas.

Segundo Barros (1998, p. 53), “em 1937, Paulo Ramos inicia um programa de reforma e construção de estradas no interior do Estado e em São Luís”. A cidade passa por uma modernização, e uma nova frente de expansão se consolida a partir chamado *caminho grande*, que seria pavimentado a partir dos anos 1940 com a Avenida Getúlio Vargas, modificando o padrão urbano deste eixo que ia até o bairro do Anil, substituindo sítios e chácaras por moradias de arquitetura peculiar.

² Antiga estrada que se confundia com a Rua Grande (Avenida Oswaldo Cruz), situada no divisor de águas entre o Anil e o Bacanga. Esta ligava a antiga zona urbana da cidade às áreas mais distantes da Ilha do Maranhão.

De acordo com Ribeiro Júnior (2001, p. 89), “entre os anos de 1940 à 1970, a cidade recebeu milhares de migrantes vindos do campo, fazendo com que as áreas da Avenida Getúlio Vargas fossem ocupadas”. Daí surge os bairros do Monte Castelo, Liberdade, Fátima, João Paulo, Filipinho, Anil, entre outros. A partir da década de 1970 e 1980, com a construção tardia das pontes sobre o Anil e da Barragem do Bacanga, acompanhada do incremento de uma série de conjuntos habitacionais, a cidade se expande para outros territórios.

Segundo Di Tizio (2007), raras são as leis municipais que estabelecem regras para a motivação toponímica. Em São Luís, até a década de 1970 não houve uma política efetiva que estivesse voltada para o estabelecimento de regras para nomear logradouros, apesar de surgirem uma série de bairros, avenidas, ruas e praças neste período. Houve sim, algumas tentativas do poder público municipal, através da aprovação de leis e decretos, de se modificar o nome de alguns logradouros consagrados popularmente. Geralmente o que acontecia era a substituição de um nome popular pelo nome de alguma personalidade ligada ao poder. Exemplos disso são as leis nº. 300/51 e 334/51 que, respectivamente, deram o nome de *Saturnino Belo* à antiga *Rua da Carioca* e denominou de *Elídio Jansen* a via pública conhecida pelo nome de *Amendoeira*.

A lei nº. 2.151 de 1975 foi a mais importante do ponto de vista do estabelecimento de critérios para a nomenclatura dos logradouros na capital maranhense. Aprovada na gestão do Prefeito Haroldo Tavares, estabeleceu regras para a nomeação logradouros públicos (ruas, becos, praças, etc.). No anexo da lei constam os nomes oficiais dos logradouros, os seus nomes antigos, o memorial descritivo indicando onde eles iniciam e terminam e o histórico de cada um deles.

A cidade do início do século XXI é muito diferente da velha cidade, antes pequena e limitada. A São Luís provinciana dá lugar a uma metrópole, a cidade é detentora de problemas estruturais graves, como pobreza, desemprego, violência, poluição ambiental, dentre outros. Estes são alguns dos legados da deficitária gestão urbana, da não consolidação do

planejamento na cidade e de investimentos maciços em Educação, Saúde, Infraestrutura por parte do poder público. Com quarenta e cinco anos de existência, a lei 2.151/75 tornou-se obsoleta em face da quase triplicação da população da cidade e da exacerbada expansão de seu espaço urbano.

4. Caminhos da pesquisa e localização da área de estudo

A pesquisa teve apoio dos dados levantados pelo Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID)³ para a revisão da Lei de Toponímia do município de São Luís (2.151/75) nos anos de 2008 e 2009. A revisão da legislação contou com a realização de audiências públicas; foram feitas sensibilizações com os moradores dos bairros envolvidos, foi constituída uma Comissão Toponímica, através do Decreto 33.607 em 2008 e foi redigido um texto em forma de Projeto de Lei.

Para a verificação das informações, os pesquisadores do INCID trabalharam com pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Foi feito um acordo de cooperação entre a Prefeitura e a Universidade Estadual do Maranhão, o que possibilitou a utilização do trabalho de estagiários nos levantamentos. Foram aplicados dois tipos de questionários: um técnico-urbanístico, que verificou as condições físicas do logradouro; outro, socio-cultural, que procurou levantar, com os moradores e trabalhadores, os nomes pelos quais os logradouros eram conhecidos, o porquê destas denominações, além dos locais de início e término de cada logradouro. Foram realizadas visitas pontuais pelos pesquisadores do INCID aos logradouros onde pairavam dúvidas, mesmo com o trabalho de campo dos estagiários. Foram realizados encontros entre os técnicos do INCID e os representantes dos Correios, ocasiões em que foram dirimidas muitas dúvidas sobre a situação dos logradouros.

Sobre a pesquisa documental e bibliográfica, houve o levantamento de obras e dados em publicações que versam sobre o tema “toponímia de logradouros de São Luís”, encontrado em livros, artigos científicos, jornais,

³ É necessário frisar que entre os anos de 2007 e 2013 eu fiz parte da equipe de pesquisadores do INCID que trabalhou na Revisão da Lei de Toponímia, portanto, contribuí na elaboração desta metodologia de revisão da legislação.

revistas, ementários, diários oficiais, dentre outros. O levantamento de dados em arquivos públicos e particulares foi de suma importância. As buscas na rede mundial de computadores (internet) foram de grande valia também. A tarefa de nomear logradouros em uma cidade como São Luís não constitui tarefa das mais simples, principalmente quando se trata de um espaço de ocupação bastante antiga. Muitos nomes nasceram de forma espontânea e emanaram do cotidiano de um dado grupo em relação ao lugar onde vivem. As referências contidas na paisagem do lugar contribuem na incorporação de determinados topônimos.

Os logradouros escolhidos são os que estão inseridos nos limites do chamado Anel Viário (ver mapa 1), localizado na área central de São Luís, totalizando 337 (trezentos e trinta e sete) logradouros, entre ruas, praças, becos e largos, identificados a partir de mapas, fotografias aéreas, cartas e visitas aos locais realizadas por estagiários e funcionários do INCID. Houve ainda um total de 1.613 (mil seiscentas e treze) pessoas entrevistadas, entre moradores e frequentadores dos bairros.

Figura 1 - Mapa de localização da região do Centro antigo de São Luís (Anel Viário)



É muito comum a existência de dois ou mais nomes para um mesmo logradouro na cidade, por isso foram estabelecidos critérios para a escolha dos 337 topônimos. No universo dos logradouros da área citada, existe grande variedade de tipologias toponímicas. Intelectuais, políticos, santos, religiosos, datas comemorativas, pessoas representativas do lugar, nomes populares, eis alguns dos tipos mais comuns de nomeações. O principal critério utilizado pelos pesquisadores do INCID para a escolha do nome definitivo do logradouro foi a quantidade de vezes que foi citado pelos entrevistados e moradores do lugar. Geralmente os nomes mais citados são os mais aceitos pela comunidade.

Alguns nomes estão consagrados no imaginário popular do ludovicense e por mais que alguns outros nomes tenham se manifestado por imposição, seu uso requer certa aceitação por parte do grupo. Alguns topônimos servem de exemplo, como a Praça da Alegria, que já possuiu as nomeações de Sotero dos Reis e 13 de maio, mas permanece com o nome *Alegria* por força da memória popular. Outro exemplo é a *Rua Grande*, também chamada de Osvaldo Cruz, mas a população pouco utiliza o nome do médico e sanitarista para referir-se ao logradouro. Assim acontece também com o *Beco Catarina Mina* (antiga *Rua Djalma Dutra*), a *Rua do Egito* (antiga *Rua Tarquínio Lopes*), a *Rua do Sol* (antiga *Rua Nina Rodrigues*), a *Rua da Paz* (antiga *Rua Cel. Colares Moreira*), dentre muitas outras.

A partir dos dados coletados no INCID com informações sobre os 337 logradouros do Anel Viário de São Luís, construiu-se uma divisão em grupos, uma tipologia de nomes baseada no estudo de Dick (1992, p. 31-34), na qual estabelece 27 (vinte e sete) taxionomias, sendo 11 (onze) referentes ao ambiente físico e 16 (dezesseis) ligadas aos aspectos socioculturais e históricos.

Taxonomias de Natureza Física: 1. *Astrotopônimos* – Referente aos nomes de corpos celestes (ex: Rua da Estrela); 2. *Cardinotopônimos* – Relativo a posições geográficas em geral (ex: Rua do Norte); 3. *Cromotopônimos* – Referem-se à escala cromática (ex: Beco Escuro); 4. *Dimensiotopônimos* – Relativos as características dimensionais dos

acidentes geográficos como largura, comprimento, extensão, altura e profundidade (ex: Rua Grande); 5. *Fitotopônimos* – Ligado a plantas e vegetais (ex: Rua da Mangueira); 6. *Geomorfotopônimos* – Referente às formas topográficas, elevações no terreno, depressões e formações litorâneas (ex: Montanha Russa); 7. *Hidrotopônimos* – Referentes à acidentes hidrográficos em geral (ex: Rua Fonte do Ribeirão); 8. *Litotopônimos* – Ligados aos minerais e componentes do solo (ex: Rua Fonte das Pedras); 9. *Meteorotopônimos* – remete a idéia de fenômenos produzidos na atmosfera terrestre (ex: Praça do Trovão); 10. *Morfotopônimos* – Relativo aos topônimos cujo sentido lembra as formas geométricas (ex: Rua da Curva); 11. *Zootopônimos* – Entre as fontes motivadoras de topônimos é comum, no Brasil, a presença de animais (ex: Rua da Cotovia).

Taxonomias de Natureza Antropocultural: 1. *Animotopônimos* (ou *Nootopônimos*): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. (ex: Praça da Saudade); 2. *Antropotopônimos*: topônimos relativos aos nomes próprios individuais (ex: Praça Odorico Mendes); 3. *Axiotopônimos*: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais (ex: Avenida Senador Vitorino Freire); 4. *Corotopônimos*: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes (Rua Belo Horizonte); 5. *Cronotopônimos*: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a) (ex: Rua Cidade Nova); 6. *Ecotopônimos*: topônimos relativos às habitações em geral (ex: Rua do Mocambo); 7. *Ergotopônimos*: topônimos relativos aos elementos da cultura material. (ex: Beco das Canoas); 8. *Etnotopônimos*: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (ex: Avenida dos Africanos); 9. *Dirrematopônimos*: topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. (ex. Rua Passa e Fica); 10. *Hierotopônimos*: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto (ex: Largo dos Evangélicos). Essa categoria subdivide-se em: 10.1 *Hagiotopônimos*: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano (ex: Rua Nossa Senhora da Guia), 10.2 *Mitotopônimos*: entidades

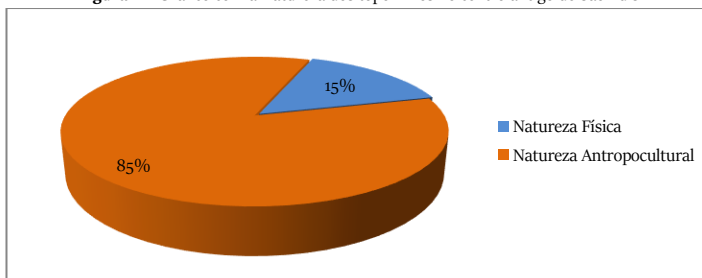
mitológicas (ex: Rua Curupira); 11. *Historiotopônimos*: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas (ex: Rua 21 de Abril); 12. *Hodotopônimos*: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural (ex: Caminho da Boiada); 13. *Numerotopônimos*: topônimos relativos aos adjetivos numerais (ex: Rua Dois vizinhos); 14. *Poliotopônimos*: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial (ex: Vila Conceição); 15. *Sociotopônimos*: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. (ex: Travessa dos Vidraceiros); 16. *Somatopônimos*: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal (ex: Braço do Trombudo).

5. Os topônimos em são luís: um perfil dos logradouros centrais e sua identidade

No Brasil, as regiões urbanas possuem uma quantidade maior de logradouros com taxonomias de natureza Antropocultural, isso é explicado pelo fato de existirem nesses lugares paisagens com objetos técnicos variados, espaços compostos de monumentos, edifícios, muros, shoppings, cada vez mais distante de uma realidade físico-natural.

Nossa escala de análise é o chamado Anel Viário, região com 337 logradouros e que se divide quanto às taxonomias da seguinte forma (Figura 2):

Figura 2 – Gráfico com a Natureza dos topônimos no centro antigo de São Luís

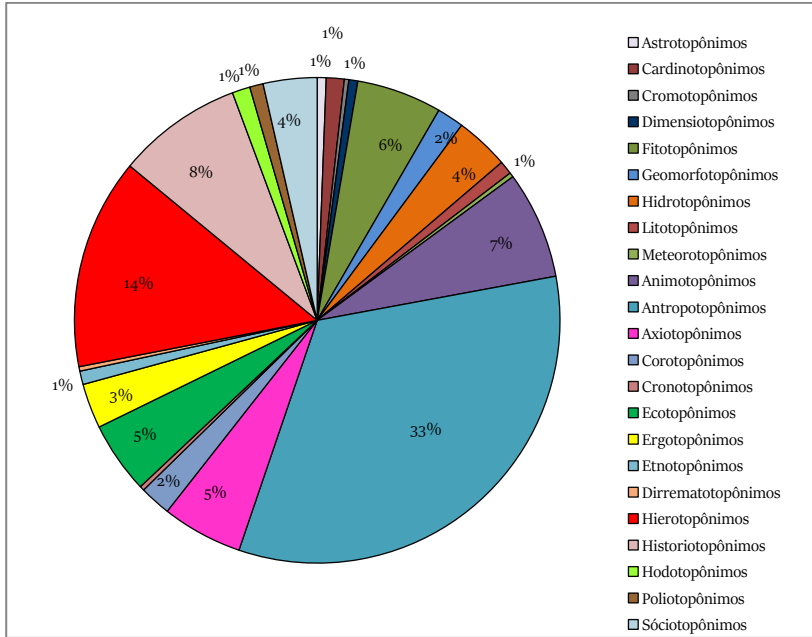


Fonte: Elaborado por Luiz Eduardo Neves dos Santos, 2015.

Embora em número bem menor, as taxas de natureza física se relacionam as características presentes na paisagem da cidade, que é uma ilha continental bem próxima do Equador. Encontramos assim as denominações como *Avenida Beira-Mar*, *Rua do Apicum*, *Rua do Coqueiro*, *Praça da Praia Grande*, que são exemplos de alguns topônimos relacionados aos ambientes litorâneos. Assim como *Rua das Cajazeiras*, *Rua da Mangueira* e *Rua da Amendoeira*, exemplos de espécies comuns em climas tropicais.

O alto grau de urbanização de nossa área de estudo, devido a fatores históricos mais antigos de ocupação faz com que haja uma incidência elevada de taxonomias de natureza antropocultural. A partir da proposta formulada Dick (1992), pode-se dividir os topônimos inseridos no Anel Viário em São Luís como o gráfico da Figura 3. É possível observar nele que as maiores incidências taxonômicas no centro antigo de São Luís são os Antropotopônimos (33%), os Hierotopônimos (14%), os Historiotopônimos (8%), os Animotopônimos (7%) e os Fitotopônimos (6%), sendo este último o único de natureza física. A partir desta constatação, vamos nos deter sobre as duas taxonomias mais frequentes, os hierotopônimos, que tem nos santos católicos sua maior incidência e os antropotopônimos, representados principalmente por intelectuais ligados às letras e ao poder.

Tanto os Hierotopônimos quanto a sua subdivisão em Hagiopotônimos, nomes ligados ao hagiológico católico, são muito encontrados na região central de São Luís. São nomes ligados à fé cristã como *Rua Bom Jesus*, *Praça da Bíblia*, *Largo dos Evangélicos* e também nomes de Santos católicos, como *Rua São Tomás de Aquino*, *Travessa São Pedro*, *Travessa São José*, *Largo do Carmo*, *Rua de São Pantaleão* e tantas outras. As referências constantes a santos católicos nos logradouros da cidade são a prova da marca indelével de colonização portuguesa em São Luís.

Figura 3 – Gráfico com as taxonomias dos logradouros centrais em São Luís

Fonte: Elaborado por Luiz Eduardo Neves dos Santos, 2015.

É necessário afirmar que a maioria dos logradouros com nomes de santos está diretamente relacionada à apropriação do território pelos habitantes do lugar por símbolos e monumentos católicos, a exemplo da imagem de São Sebastião localizada em um oratório na Praça de mesmo nome no bairro da Madre Deus. De acordo com Isquierdo (1996, 142-143), “dar o nome de um santo a alguém ou a algum lugar significa colocar esse ser ou esse local nomeado sob os cuidados específicos desse santo”. A grande maioria dos hagiotopônimos da área central de São Luís fica nas proximidades dos templos e igrejas, representados por ruas, travessas, mas, sobretudo por largos e praças.

Para Choay (2006, p. 18), “chamar-se-á monumento tudo o que o quer for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, ritos, mitos ou crenças”. As igrejas do Centro de São Luís são exemplos

emblemáticos, já que se inscrevem no lugar de forma a fortalecer os laços afetivos da comunidade.

Figura 4 - Largo e Igreja do Desterro em São Luís



Fonte: Luiz Eduardo Neves dos Santos, 2015.

Rosendahl (2005, p. 198) assinala que “o território é ocupado, e dessa forma, consagrado, protegido e reconhecido pela comunidade”. As igrejas e a religião possuem grande importância para o território, pois são fundadoras de identidades e se exprimem através de símbolos, como por exemplo, a estrutura física das igrejas e suas imagens, que passam a representar um lugar sagrado para seus moradores, que se dirigem com regularidade para orar, rezar, comungar e pedir a Deus a remissão de seus pecados. Os monumentos sagrados no centro de São Luís possuem um papel primordial na formação e nomeação de logradouros do entorno.

5.1 A Plêiade intelectual inscrita nos logradouros

O lugar objeto deste artigo passou ao longo do tempo por mudanças drásticas no que tange a nomeação de seus logradouros, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX e com mais força no século XX. Desta forma, os topônimos de natureza física na cidade foram gradativamente substituídos, via decisão/imposição do poder público, por topônimos de natureza antropocultural, sobretudo de intelectuais, maranhenses e de

outros lugares, como escritores (*Rua Humberto de Campos, Rua Graça Aranha*), poetas (*Praça Gonçalves Dias, Praça Catulo da Paixão Cearense*), Jornalistas (*Praça João Lisboa, Rua Vicente de Carvalho*), Juristas (*Rua Godofredo Viana, Avenida Rui Barbosa*), médicos (*Rua Netto Guterres, Avenida Silva Maia*) e Políticos (*Praça Benedito Leite, Parque Urbano Santos*), todos, membros de uma elite minoritária de São Luís e do Brasil.

É preciso entender um pouco como se fundou o mito e a tradição em terras maranhenses da cultura ligada as Letras. O Maranhão vivenciou um período de grande desenvolvimento econômico na segunda metade do século XVIII, época em que a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão fomentou grandes investimentos na cultura do arroz e do algodão, gerando uma absorção de grande riqueza por parte de determinadas famílias nesta terra. Para Rossini Corrêa (2012),

A ascensão econômica resultante da presença da companhia mercantil, cuja similar paraibana foi nefasta, no dizer de José Américo de Almeida, articulou uma espécie de prosperidade suficiente para o Maranhão disputar, com Bahia e Minas Gerais, a primazia de ter filhos seus estudando em universidades europeias, básica, mas não exclusivamente, em Portugal. Assim floresceram os bacharéis em leis, letras, teologia, matemática e, mais raramente, medicina e engenharia. Não faltaram os formandos em filosofia. Eis a razão histórica da cultura maranhense, produto espiritual de uma sociedade de senhores e de escravos: a brasileira.

As palavras de Corrêa chamam atenção para a contradição acintosa da sociedade brasileira, ou seja, a oposição senhor/escravo, que encontra no Maranhão uma de suas mais fortes representações. O abismo a separar senhores e escravos tornou-se mais largo a partir da formação intelectual e cultural europeia dos filhos de integrantes da aristocracia local. Tal fato propiciou um ambiente favorável a esses indivíduos de exercerem cargos na administração pública e a ingressarem em carreiras como o jornalismo e a política.

Nas primeiras décadas do século XIX, momento de arrefecimento da rizicultura e também da cultura do algodão, houve a formação do chamado

Grupo Maranhense (1832-1868), composto por nomes de envergadura na literatura brasileira, a exemplo de João Lisboa, Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Gomes de Sousa e Sotero dos Reis⁴.

Surge então na primeira metade do Oitocentos a denominação de *Atenas Brasileira* para a cidade de São Luís. Para Oliveira (2006, p. 139), foi uma proposta que teve por objetivo “incutir na sociedade a imitação dos padrões clássicos da civilização ocidental, de se tornar um referencial identitário, buscar legitimidade intelectual, notoriedade e evocar nomes-símbolos, como a terra e, sobretudo o homem.” Na realidade surge uma espécie de estereótipo da sociedade ludovicense, como se toda ela fosse letrada, mas a realidade é que a grande maioria da população era pobre e analfabeta.

Para Lacroix (2008, p. 67), o cognome *Atenas Brasileira*

Rendeu ao Maranhão e ao maranhense o estatuto de ateniense, generalizando o que era mais imaginário que real, dissimulando a divisão concreta e efetiva daquela sociedade elitista e preconceituosa. Aludida mitologia cultivada pela classe dominante foi repetida, acreditada e transmitida e toda a sociedade (...) A ideia de que a *Atenas Brasileira* era especial e superior foi aceita também pelos menos favorecidos, e o Maranhão em seu declínio econômico e cultural, por várias décadas foi nutrido por este orgulho.

A concepção de *Atenas Brasileira*, entendida como mito por autores como Corrêa (2017) e Borralho (2010), figurou muitos anos no imaginário do ludovicense, pois proporcionava à população uma espécie de orgulho e diferenciação perante outras regiões do Brasil. Nos fins do século XIX surge outro grupo de intelectuais a partir da Oficina dos Novos (1901) e da Academia de Letras (1908). Os nomes mais representativos desses novos atenienses foram o de Antônio Lôbo e Ribeiro do Amaral (LACROIX, 2008), mas faziam parte desse grupo nomes importantes como Godofredo

⁴ Houve uma importante produção historiográfica no período colonial, como os “estudos de Pereira de Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, o de Raimundo José de Sousa Gaioso, chamado *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão* e o de Bernardo Pereira do Lago, chamado *Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão*” (CORRÊA, 2012).

Viana, Viriato Corrêa, Barbosa de Godóis, Fran Paxeco, Alfredo de Assis, Clodoaldo Freitas, Astolfo Marques, dentre outros.

Os *novos atenienses*, como ficaram conhecidos, foram responsáveis por uma espécie de regeneração intelectual em São Luís. Eles não configuraram uma unidade política coesa, no entanto exerceram atividades literárias – escrevendo em jornais, exercendo cargos públicos e lecionando em escolas – articuladas ao passado mítico dos fundadores da *Atenas Brasileira*.

Depois de tecer breves comentários acerca das origens da cultura literária maranhense, se faz necessária a compreensão dos motivos dos batismos dos logradouros com seus nomes.

Nas últimas décadas do século XIX e durante todo o século XX, o poder público agiu, via publicação de resoluções e leis, de forma a homenagear personalidades do Maranhão através de batismos de logradouros e da construção de monumentos. Essas ações tiveram como consequência principal a duplicidade de nomes para um mesmo logradouro.

A imposição de nomes⁵ por parte do poder público funcionou em alguns casos, mas em outros a força da memória popular coletiva, através do uso cotidiano do nome antigo e do logradouro se sobressaiu. São exemplos de batismos impostos que perduram até hoje: *Rua Humberto de Campos* (antiga *Travessa Vira Mundo*), *Praça João Lisboa* (antiga *Praça da Liberdade*), *Rua Lúcio de Mendonça* (antiga *Rua dos Pescadores*) e *Travessa Silva Jardim* (antiga *Travessa Curupira*). São exemplos de nomeações impostas que não vingaram: *Rua Cândido Mendes* (atual *Rua da Estrela*), *Rua Aluisio Azevedo* (atual *Rua das Flores*), *Rua Henriques Leal* (atual *Rua Direita*) e *Rua Paula Duarte* (atual *Rua do Ribeirão*).

O ato de nomeação dos logradouros seja pelos habitantes do lugar ou pelos que estão no poder nos ajudam a compreender mais sobre a história do lugar e assim preservar uma memória. Pierre Nora, ao diferenciar

⁵ As resoluções, decretos e leis para nomeação de logradouros em São Luís nunca foram feitas com a participação e consulta à população. Até os dias atuais é de praxe a Câmara de vereadores de São Luís nomear ruas, praças e avenidas e conceder títulos e homenagens a personalidades sem a devida consulta à população.

Memória e História, forja o termo “lugares de memória”, que são como restos, resquícios de um passado que deve ser cristalizado em formas, como monumentos e símbolos. Para Nora (1993, p. 13), “os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há uma memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações (...), pois sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria”.

Os lugares de memória em São Luís começaram a se formar em torno do mito da *Atenas Brasileira* através da inauguração de monumentos e da nomeação de logradouros em homenagem e reverência aos integrantes do *Grupo Maranhense*, como Gonçalves Dias, Odorico Mendes e João Lisboa.

Em 1873 foi inaugurada no Largo dos Remédios, a estátua do poeta Gonçalves Dias. Vinte e sete anos depois de instalado o monumento, o nome de Largo dos Remédios foi substituído pela denominação de Praça Gonçalves Dias. Foram plantadas no espaço da praça várias palmeiras, em homenagem a um dos mais conhecidos poemas do autor e da língua portuguesa: *Canção do Exílio*.

A denominação de *Praça Odorico Mendes* foi dada pela Câmara Municipal de São Luís em 28 de julho de 1901 pela Resolução nº. 14, a mesma que criou a Praça João Lisboa (BORRALHO, 2010). O busto de Odorico Mendes foi inaugurado na praça em 1905, uma obra realizada pelo escultor mexicano José Maria Oscar Rodolfo Bernardelli.

Foi por meio de uma lei Estadual, que houve a autorização para a construção do monumento em homenagem a João Lisboa, de autoria do escultor francês Jean Magrou e que viria a ser inaugurado no ano de 1918. Em 2020, a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo passaram por uma substancial reforma empreendida pelo prefeito Edivaldo Holanda Junior em parceria com o Governo do Estado, sob a gestão Flávio Dino. Dentre as modificações, houve a colocação de paralelepípedos e novo calçamento, a restauração da estátua do Frei capuchinho Carlos Olearo e do Relógio público e da Estátua de João Lisboa, que ganhou mais visibilidade com o paisagismo feito no local.

Houve ainda a demolição do antigo Abrigo da Praça João Lisboa, que fora construído no início dos anos 1950, onde funcionavam 10 boxes para lanches e refeições e três bancas, sendo instalado um jardim em seu lugar. Segundo o Portal G1 Maranhão (ABRIGO, 2020), a prefeitura alegou que a estrutura estava comprometida e precisava ser retirada e os trabalhadores indenizados. Na realidade, é possível afirmar que tanto a gestão municipal, quanto à estadual realizam um processo de higienização ou “gentrificação” (SMITH, 2007) do espaço urbano, ou seja, uma reestruturação espacial que visa a retirada de populações empobrecidas de seus locais de moradia ou de trabalho, a fim de dar um ar mais moderno e aprazível à paisagem urbana. O “Programa São Luís em Obras” e o “Programa Nosso Centro” são exemplos deste processo de segregação e cerceamento de serviços mais tradicionais e humildes no Centro Histórico, que devem ser, na concepção do poder público, lugares destinados às classes mais favorecidas na cidade e aos turistas.

Figura 5 - Demolição do abrigo da Praça João Lisboa



Fonte: O Imparcial (2020)

O ato de nomear é sempre uma relação de poder. A cidade é um lugar onde se inscrevem essas marcas do poder. Para Foucault (2014, p. 45), o que faz com que “o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Desta

forma, houve por parte da população de São Luís uma aceitação imediata dos monumentos e dos nomes dos logradouros, não só do *Grupo Maranhense*, mas de tantos outros intelectuais dos séculos XIX e XX, já que isso era uma forma se orgulhar desta terra “singular” e “distinta”, produtora de nobres personagens ligados às letras.

Neste contexto, a noção de identidade não é menos importante, Hall (2006) ao discorrer sobre identidades nacionais afirma que elas são formadas e transformadas no interior de uma *representação*. Assim, a pessoas não são apenas cidadãs de uma nação, mas participam de uma ideia de nação. Para Hall (2006, p. 50-51), “uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos (...) as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades”. Tais sentidos só se revelam através de estórias sobre que são contadas sobre a nação, que unem passado e presente pelas imagens que construíram dela.

A concepção de Hall sobre identidades nacionais pode ser transposta a uma identidade local, no caso à de São Luís. Aqui a elite política e intelectual construiu uma ideia mítica de *Atenas Brasileira*, ideia esta atrelada a um sentimento de valorização da sociedade e do território maranhense perante o Brasil.

O sentimento ufanista em São Luís se alastrou e ficou impregnado no imaginário da população por muito tempo. Os ludovicenses se orgulhavam até recentemente de outros dois mitos criados pelo élan da *Atenas Brasileira* e seus desdobramentos: o de melhor português falado no Brasil e de única capital brasileira fundada por franceses.

A criação da identidade ligada aos intelectuais e escritores em São Luís está gravada nos monumentos e logradouros do centro antigo, lugares marcados, tantas vezes impostos como símbolos, para serem lembrados, perpetuados através de uma memória que se afasta e “inutiliza a crítica do passado inerente ao ofício do historiador” (COSTA, 2006 apud AZEVEDO, 2006, p. 13). Mas também existem micro-identidades que

negam a imposição de nomes ligados ao poder político e intelectual, já que nada respondem a certos grupos.

Considerações finais

Este ensaio, ainda que preliminar, buscou chamar atenção sobre como se formou a toponímia de logradouros na área central de São Luís. As nomeações dos lugares e das categorias da paisagem permitem falar muito sobre o território, nem que para isso se inventem estórias, forjadas pelos grupos com intuito de criar e perpetuar uma memória, seja ela de natureza religiosa ou mesmo sociopolítica. Há, portanto, uma transformação de um universo físico em um universo social.

Os nomes dos logradouros públicos não são somente um meio de referência local, mas têm a ver com um contexto específico cultural e também de relações de poder, simbolizados a partir das vontades e anseios nem sempre harmoniosos entre os habitantes que vivem e respiram o lugar e os donos do poder.

Os monumentos religiosos e sua toponímia, como santos e igrejas são antigos no lugar central da capital maranhense, pois possuem uma significação sagrada para os habitantes do lugar, são territórios simbólicos reivindicados, vivenciados e praticados no cotidiano através da fé do grupo que utiliza o lugar. A toponímia ligada ao hagiológico católico é, indubitavelmente, uma herança da colonização portuguesa em São Luís.

Em São Luís – durante os séculos XIX e XX – os logradouros centrais perderam uma identidade atrelada ao caráter físico e passaram a ter um significado cultural, principalmente nomeações ligadas aos intelectuais e homens das letras. Este processo só foi possível pelo apoio incondicional do poder público. Na realidade os intelectuais se confundiam com os homens do poder, pois muitos exerciam cargos públicos administrativos de confiança.

Os antropotopônimos relacionados ao mito da *Atenas Brasileira* se sobressaem em um universo plural de nomeações de natureza física e mais

ainda de taxonomias antropoculturais, já que foi fundada enquanto representação de identidades em contexto histórico específico. É preciso entender que as nomeações de praças, ruas, largos, becos e travessas na área de ocupação mais antiga de São Luís são, amiúde, um ato de poder, sempre imposto, nem sempre consentido pela população, embora fundador de identidades, narrativas e discursos, que precisam ser analisados de forma crítica à luz do movimento histórico.

Referências

ABRIGO da Praça João Lisboa é demolido. **O Imparcial**. São Luís, 17 de out. 2020. Disponível em: < [Abrigo da Praça João Lisboa é demolido | O Imparcial](#)>. Acesso em 29 dez. 2020.

ABRIGO do Largo do Carmo é demolido para dar lugar a jardim em São Luís. **Portal G1 Maranhão**. São Luís, 17 de out. 2020. Disponível em: <[Abrigo do Largo do Carmo é demolido para dar lugar a jardim em São Luís | Maranhão | G1 \(globo.com\)](#)>. Acesso em 29 dez. 2020.

AMARAL, J. R. **O Maranhão Histórico**. São Luís: Instituto Géia, 2003. 123p.

BARROS, V. **Imagens do Moderno em São Luís**. São Luís: UFMA, Monografia de Graduação, 1998.

BORRALHO, J. H. P. **Uma Athenas Equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís. EdFunc, 2010. 446p.

BUTTNER, A. Campo de Movimiento y sentido del lugar. In: RAMÓN, M. D. G. (Org.). **Teoría y Método en la Geografía Anglosajona**. Barcelona, Ariel Geografía, 1985. 272p.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 283p.

CORREIA, R. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. 2. ed. São Luís: Engenho, [1993] 2017. 620p. (Coleção Biblioteca Básica Maranhense – volume II).

- _____. Atenas Barsileira: mito e realidade. **Suplemento Cultural e Literário Guesa Er-rante**. São Luís, Ano X, Edição 258, 2012.
- COSTA, W. C. *Omnia Vanitas*: uma radiografia do poder oligárquico (prefácio). In: AZEVEDO, Emílio. **O caso do Convento das Mercês**: as marcas do atraso político e a ilegalidade envolvendo o patrimônio público. São Luís: Lithograf, 2006.
- DI TIZIO, I. R. **Tietê ontem e hoje**: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear. Uma proposta de Lei. 2007, 203 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.
- DICK, M. V. P. A. **Motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. 387p.
- _____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992. 224p.
- FERRARA, L. D. As Mascaras da Cidade. **Dossiê Cidades**, São Paulo, n.5, p. 3-10, mar/mai, 1990. Disponível em: <[As máscaras da cidade | Revista USP](#)>. Acesso em 29 dez. 2020.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 432p.
- GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004. 416p.
- GULLAR, F. **Poema sujo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 122p.
- HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L.;ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p.
- HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobres os conceitos de Paisagem e Lugar, Território e Meio Ambiente. **Território**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 3, Jul / Dez, 1997. Disponível em: <[03_6_holzer.Plano Diretorf \(laget.eco.br\)](#)>. Acesso em 29 dez. 2020.

- ISQUERDO, A. N. **O Fato Lingüístico como Recorte da Realidade Sócio-Cultural**. 1996, 409 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1996.
- LACROIX, M. L. L. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2008. 184p.
- NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: < [ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES | Nora | Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História \(pucsp.br\)](#)>. Acesso em 29 dez. 2020.
- OLIVEIRA, E. G. Os Novos Atenienses: saudade e poesia como invenção do Maranhão. **Ciências Humanas em Revista** - São Luís, v. 5, número especial, junho 2007. Pp. 135-144, 2007.
- RIBEIRO JUNIOR, J. R. B. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991**. São Luís: Ed. do Autor / FUNC, 2001. 150p.
- ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005, p. 191-226.
- SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 476p.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 11, n. 1, p. 15-31, 2007. Disponível em: <[GENTRIFICAÇÃO, A FRONTEIRA E A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO | GEOUSP Espaço e Tempo \(Online\)](#)>. Acesso em 29 dez. 2020.

O planejamento urbano na Amazônia Oriental: as relações entre produção do espaço e legislação urbana no contexto metropolitano ludovicense ¹

1. Introdução

O planejamento urbano é fundamental na condução e administração de qualquer cidade, pequena, média ou grande, seus diversos instrumentos servem ao menos em teoria, como organizadores e reguladores da produção do espaço urbano. Os diferentes marcos legais urbanos, com seu aparato técnico de regulação e controle do solo, tem o poder de influenciar o futuro de uma cidade a ponto de definir formas de apropriação e dominação dos espaços.

O direito à propriedade privada é uma espécie rolo compressor que esmaga qualquer outro tipo de noção de direito, sobretudo àqueles que têm a ver com as coletividades. A cidade em países como o Brasil, neste sentido, é uma máquina de produzir desigualdades e o poder público, via legislação de uso e controle do solo urbano, são em larga medida, responsáveis por reforçar essa problemática.

Pelo exposto, o presente artigo tem por objetivo analisar o papel da legislação urbana do Plano Diretor e do Zoneamento em São Luís, capital do estado do Maranhão, enquanto uma modalidade de planejamento urbano, imposto pela ação estatal municipal e suas relações com o processo de produção do espaço na porção oriental da Amazônia brasileira.

¹ Publicado no livro **Uma Amazônia Metropolitana: Urbanização Regional e Metropolização do Espaço**, organizado por Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior e Tiago Veloso dos Santos, Editora Itacaiúnas, Belém, 2021

Desta forma, também expõe como meta a construção de uma breve abordagem histórica do contexto nacional e local sobre o planejamento urbano e sua legislação, contextualizando-os nas suas relações, material e ideológica, com o espaço urbano de São Luís. Visa ainda problematizar conceitos e categorias teóricas como planejamento urbano, produção do espaço, região metropolitana, plano diretor e zoneamento.

Buscou-se ainda demonstrar as interações existentes entre o capital imobiliário e a política municipal urbana no que se refere aos critérios de escolha e delimitação das zonas onde há intensa especulação imobiliária, verticalização, e, sobretudo, a criação das Zonas de Interesse Social (ZIS).

Assim, ficará evidenciado que a São Luís amazônica se destaca como metrópole que possui, entre outras problemáticas, um planejamento estatal voltado para os grandes empreendimentos mineiros, ao mesmo tempo, que permite com que o seu espaço urbano se torne cada vez mais fragmentado.

2. Pequena síntese da ocupação e da urbanização em são luís

São Luís do Maranhão surge durante o período Colonial ainda no século XVII. O controle da ilha do Maranhão foi parte da estratégia da Coroa Portuguesa em barrar a ocupação de nações inimigas em seu território. Nos séculos XVI e XVII era bastante difícil navegar no litoral maranhense, tanto pelas correntes marítimas, quanto pelo litoral recortado, o acesso por terra era igualmente difícil e grupos de nativos eram hostis, principalmente com os portugueses. A dominação efetiva lusitana se dá a partir dos primeiros anos que sucederam 1615 quando os franceses, depois de três anos de ocupação no Maranhão, são expulsos, o que ocasionou também mortes e expulsão de milhares de grupos nativos da ilha e estimulou o povoamento do lugar com a migração de famílias vindas dos Açores.

Durante boa parte do século XVIII o Senado da Câmara ficou responsável por fiscalizar e ordenar a ocupação em São Luís através da doação de terrenos, as Sesmarias. Já na segunda metade do Setecentos atinge o seu

apogeu econômico no cenário colonial através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, tanto pela exploração do tráfico de escravos, como pela produção e exportação de seus principais produtos agrícolas, o algodão e a cana-de-açúcar. O capital mercantil acumulado pela elite ludovicense pela comercialização desses produtos agrícolas e também pela importação significativa de mão de obra escrava originou uma sociedade marcada pela desigualdade desde a chegada do branco.

Ainda no século XIX foi marcado por um controle maior do espaço urbano, não só em São Luís, mas em diversos núcleos urbanos brasileiros, através dos chamados códigos de posturas municipais, que já eram uma realidade na colônia nos séculos XVII e XVIII, mas se detalharam e se diversificaram nos oitocentos. Os Códigos de Posturas são instrumentos jurídico-administrativos utilizados para organizar o espaço urbano, é um “mecanismo que visa integrar os atores sociais a um projeto de civilização, cuja consolidação passa pela disseminação da idéia da necessidade de um espaço público ordenado” (CARVALHO, 2005, p. 17).

Em São Luís, os códigos de postura refletiam as ideologias das classes dominantes desde 1842, quando da publicação do primeiro código na cidade. Tais ideologias, arregimentadas pelo discurso de uma cidade ideal, se direcionavam no embelezamento do núcleo urbano, na permissão dos tipos de construções e atividades permitidas e proibidas na cidade, na segurança, nos comportamentos, na salubridade e no higienismo.

O início do século XX é marcado por epidemias como peste bubônica e por relatórios sanitários que acabam por traçar diretrizes para a cidade baseadas na salubridade ambiental, saneamento e no melhor cuidado com o abastecimento de água; era o ápice do urbanismo higienista que ia perdurar até os anos 1930. Ainda nos anos 1920 é que se observa um marco na política dos serviços públicos, influenciando numa maior modificação da estrutura urbana de São Luís. A companhia norte-americana *Ulen Management* foi implantada na cidade, passando a concentrar a produção e o comando dos serviços de água, esgoto, luz e tração elétrica, devido à carência de empresas locais para executar tais serviços. Porém a Ullen não

cumpriu com todos os seus objetivos, não atendendo satisfatoriamente aos serviços propostos no contrato inicial, trazendo prejuízos para a cidade que ainda carecia de serviços básicos de infraestrutura.

A década de 1930 foi marcada por um novo modo de governança no Brasil, e teve no Maranhão a sua mais importante representação, a indicação de um Interventor Federal – Paulo Martins de Sousa Ramos – que orientou atividades para o bem-estar da população através da melhoria dos serviços públicos, já que o Maranhão e a cidade de São Luís precisavam de obras que atendessem às necessidades de sua população. O engenheiro Saboya Ribeiro é nomeado prefeito no mesmo ano, tendo como prioridade uma remodelação abrangente e sistemática do espaço urbano de São Luís que deveria interferir também nos hábitos da população, para isso elaborou um Plano de Remodelação da cidade e seu primeiro zoneamento.

Para Lopes (2013, p. 171), a reforma urbana de Saboya Ribeiro se baseava na “reorganização da gestão, legitimação social das propostas, visão totalizante da cidade, intervenção em edifícios públicos, circulação viária, ações higienistas e estética urbana”. Em 1937 Paulo Ramos, juntamente com o novo prefeito Pedro Neiva, inicia um programa de reforma e construção de estradas no Estado e em São Luís. Na gestão Pedro Neiva surge o segundo zoneamento de São Luís. Sua emergente malha urbana se diferenciaria daquela que atendia ao padrão do século XIX, de modo que a cidade se expande para a Avenida Getúlio Vargas, construída na década de 1940, sendo um novo eixo de expansão à época.

Nos anos 1950 o planejamento urbano em São Luís ganha com a elaboração do Plano de Expansão da Cidade (1958), feito pelo engenheiro Ruy Mesquita e que previa um audacioso planejamento viário com a construção de avenidas e pontes que iriam transpor as duas principais barreiras geográficas na cidade, os rios Anil e Bacanga. O Plano de Mesquita não foi posto em prática naquele momento, mas muitas de suas ideias seriam concretizadas no início dos anos 1970, com duas pontes sobre o rio Anil e a construção da barragem sobre o rio Bacanga.

3. O Estado autoritário como ponto de inflexão da urbanização e do planejamento urbano ludovicense

Após o golpe militar em 1964, o Brasil, e, em particular o Maranhão, foram tomados por um momento de euforia no campo econômico, sobretudo com o que foi estabelecido nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) e nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA's), que previam, dentre outras metas, o crescimento econômico através do PIB, o aumento da renda per capita, o controle da inflação, a diversificação industrial e o desenvolvimento urbano, isso como forma de combater um período de intensa estagnação.

Ainda na década de 1960, São Luís acompanha o planejamento nacional via dinamização de sua economia que buscava novos investimentos, a exemplo da construção de um novo porto que pudesse escoar as riquezas da Serra dos Carajás, articulando-a ao capital estrangeiro e ao mercado global. Nos anos 1960 foi registrada uma taxa de incremento populacional que somava quase o dobro da registrada na década anterior (MARANHÃO, 1976). Paralelo a este quadro, era registrado também o crescimento da habitação informal, instigada pela ausência direta do Estado na questão e pelo achatamento salarial, o que, conforme assinala Ribeiro Junior (2001), levou pelo menos 16% da população da capital maranhense a recorrer às moradias subnormais.

Até 1970 a população ainda crescia de forma não tão acelerada se comparada a outros centros urbanos brasileiros, embora com um acréscimo ainda não visto na história urbana da cidade. No período 1950-1970 foram incorporadas 145.701 pessoas na cidade, que em termos cumulativos representavam 265.486 habitantes (FERREIRA, 2002). Os conjuntos habitacionais financiados pelos Bancos Nacional de Habitação (BNH) e do Nordeste (BNB) se concentraram no que mais tarde se chamaria de *cidade nova*. A construção, no início de 1968, da ponte Governador Newton Bello

sobre o rio Anil, ligando o Caratatiua e o Ivar Saldanha² ao lugar que hoje corresponde aos bairros do *Maranhão Novo* (1970), *IPASE* (1971) e *COHAMA* (1975), representou um avanço da cidade para territórios que na época possuíam baixíssima densidade populacional. Segundo Ferreira (2002, p. 28), entre 1951 e 1970, o crescimento horizontal de São Luís “foi de 9,87 km² ou 137,66% em relação ao período de 1612-1950, sendo ainda lento e linear”.

Os anos 1970 ficaram marcados ainda pela promulgação de uma importante lei, o Plano Diretor de 1975 e seu respectivo Código de Zoneamento na gestão do engenheiro civil e prefeito Haroldo Tavares, parte de um panorama nacional representado pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). O Plano foi um marco devido à sua abrangência e diversificação, o primeiro a atingir a totalidade do município. Foi contratado o escritório Wit-Olaf Prochnik – Arquitetura e Planejamento S.C.L. com uma equipe multidisciplinar para realizar os estudos.

Tal legislação se fazia necessária por dois motivos principais: 1. preparar o espaço do município para receber os investimentos do Programa Grande Carajás e do Porto do Itaqui; 2. ordenar e controlar a expansão urbana pelo uso adequado da terra com a criação de um sistema viário maior em consequência do incremento de muitos conjuntos habitacionais via recursos do Sistema Financeiro de Habitação, Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Banco do Nordeste (BNB). É bom lembrar que esses dois motivos estavam relacionados diretamente com os programas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, custeado em grande parte pelos investimentos do capital estrangeiro.

O Código de Zoneamento do Plano Diretor de 1975 estabeleceu 6 Zonas: a Zona Central, os Centros de Bairro, as Zonas Industriais, as Zonas

² O Caratatiua e o Ivar Saldanha constituem bairros populares de São Luís, ficam nas imediações da margem esquerda do rio Anil, durante boa parte do século XX muitos de seus habitantes residiam em palafitas. O IPASE, o Maranhão Novo e a COHAMA foram conjuntos de moradia para onde se direcionaram recursos financeiros de políticas habitacionais da ditadura militar. O bairro ganhou o nome de IPASE por causa do *Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado*, antigo órgão ligado ao governo Federal.

Residenciais, as Zonas Especiais e a Zona Rural. Com exceção das Zonas Rural e Central, todas as outras apresentaram subdivisões (MARANHÃO, 1977).

Temas relevantes foram colocados no Código, a exemplo da questão ambiental, que se tornou uma preocupação mundial com a Conferência de Estocolmo realizada em 1972 e promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Das oito Zonas Especiais, cinco estavam relacionadas ao meio ambiente. Destacamos a Zonas de interesse paisagístico do litoral norte (ZE-1), a Zona de Proteção das Bacias Hidrográficas (ZE-5) e a Zona de proteção ao lago do Bacanga (ZE-8). Nas Zonas Especiais também foi dada importância ao patrimônio histórico arquitetônico pelos casarões coloniais, a partir da Zona de interesse histórico para fins residenciais (ZE-3) e Zona interesse histórico para fins comerciais (ZE-4).

As Zonas Residenciais atendiam lugares da cidade com os loteamentos em que os conjuntos habitacionais estavam ocupando ou iriam ocupar. As Zonas Industriais foram escolhidas à sudoeste do município, se consolidando nos anos 1980 com o protagonismo da Companhia Vale do Rio Doce e da ALUMAR (Alumínios do Maranhão S.A.), consórcio formado pela Alcoa e BHP Billinton. A inserção desses empreendimentos possibilitou ainda a construção de portos (Itaqui e Ponta da Madeira) que recebem os fluxos da extração de minérios do Pará e da confecção do Alumínio em São Luís.

Em 1981, através da Lei nº 2527, é instituído um novo zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, muito parecido com a legislação de 1975, mas com algumas novidades nos usos e índices. Foram acrescentadas três zonas, as Zonas de Reservas, subdividida em Zona de Reserva Florestal (ZRF) e a Zona de Proteção Ambiental (ZPA), além de uma Zona de Expansão Urbana (ZEU).

As duas leis citadas, sobretudo o Plano Diretor de 1975 e seu Código de Zoneamento, foram de extrema importância, já que constituíram objeto de pesquisas e diagnósticos socioeconômicos, históricos e ambientais, abrangendo a totalidade do município, mas não foram capazes de conter

o avanço urbano desenfreado – só entre 1960 e 1991 a população de São Luís mais que quadruplicou, passando de 158.292 habitantes para 695.199 habitantes segundo o IBGE. Tal legislação não previu os efeitos ocasionados pela promulgação da Lei de Terras do Governo Sarney no fim dos anos 1960, que determinava a venda de terras devolutas do interior do Estado a grupos de fora do Maranhão sem licitação e a preços módicos (ASSELIN, 2009), o que acarretou a expulsão do pequeno lavrador do campo, que se direcionou principalmente à grande ilha onde se localiza São Luís e ao Pará.

No tópico a seguir se discutirá, de forma breve, algumas categorias teóricas pertinentes para esta análise, como produção do espaço, planejamento urbano e direito à cidade, para logo em seguida passar a examinar a legislação de zoneamento vigente e suas repercussões no espaço urbano de São Luís.

4. Produção do espaço, planejamento urbano e legislação urbana: algumas considerações

A concepção de espaço é aqui compreendida como uma instância social de produção e reprodução da vida dos seres humanos, dimensão concreta da sociedade, produto histórico da luta de classes. O espaço só poderá ser inteligível através da sociedade, da mesma forma, a sociedade só se torna concreta pelo espaço (SANTOS, 2005, p. 22). A expressão “produção do espaço” foi desenvolvida por Henri Lefebvre em 1975 na obra “A Produção do Espaço” (*La Production de l'espace*). Tal categoria proposta pelo filósofo faz referência aos processos de atuação das forças produtivas do capital no espaço, assim como suas interferências na produção das relações sociais e ideológicas entre grupos.

Lefebvre (1991, p. 37) indica a relevância do sentido do termo ‘produção’, que adquire segundo ele uma acepção ampla e vigorosa na esfera do cotidiano, não se reduzindo apenas às relações econômicas, mas também a criação de obras, de consciência, que incluem tempo e espaço

sociais, relações políticas, ideológicas, relações sociais, cultura, valores e costumes. Milton Santos, apesar de possuir uma teoria do espaço distinta de Lefebvre, admite que o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço (SANTOS, 2012).

O espaço urbano é produzido a partir da destruição da natureza e do espaço construído, possuindo uma ordem política e econômica. Por isso que Santos (2002, p. 255) afirmou que “nas cidades, a produção não é mais ação do trabalho sobre a natureza, mas do trabalho sobre o trabalho”. O tecido urbano é estruturado por diferenças oriundas da divisão social do trabalho e da renda da terra. De acordo com Corrêa (2011, p. 145), o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e de lutas”, isto é, ele se traduz enquanto arranjo sócio-espacial próprio da luta de classes e lugar por excelência da acumulação do capital.

O planejamento urbano exerce um poder de ordenar e organizar o espaço. De forma genérica, Souza (2006, p. 46) afirma que “o planejamento [urbano] é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra”. De acordo com Rodrigues (2013, p. 121), o planejamento urbano “tem como objetivo a cidade ideal, a ocupação harmônica e integrada de áreas urbanas, o progresso, o desenvolvimento das cidades. Raramente há ênfase à cidade real, à vida da população nas cidades”.

Para Limonad (2015, p. 75), “o planejamento urbano marca uma ruptura com o liberalismo e com a política do capitalismo competitivo, por atribuir ao Estado um protagonismo essencial na produção do espaço para garantir as condições gerais de reprodução para o capital”. Essa ação – no sentido do tempo presente, ligado à gestão urbana – deve ser entendida como um conjunto, que tem a ver com alcance de resultados futuros.

É preciso ressaltar que a ação do Estado em relação ao planejamento nas cidades se faz também no plano da dominação ideológica (BURNETT, 2011), ou seja, a partir da produção de discursos sobre o espaço urbano, contribuindo para “ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo” (MARICATO, 2000, p. 124). O aparato

regulatório, como a legislação urbana³, planos diretores, zoneamentos, leis complementares e seus instrumentos dão sustentação ao Estado, tanto no plano ideológico como no concreto.

5. A região metropolitana da Amazônia Oriental: entre o institucional e o concreto

É preciso justificar São Luís como um espaço amazônico. São Luís e a porção oeste do Maranhão se assemelham às características amazônicas, tanto do ponto de vista físico-natural, como nos aspectos históricos, sociais e políticos. Desde a criação, ainda no século XVIII, do Estado do Maranhão e Grão-Pará (depois Grão-Pará e Maranhão) e a força da Companhia de Comércio, em que a configuração político-administrativa se diferenciava do restante da Colônia até mesmo nas relações que matinha com a Coroa Portuguesa.

No século XX, dois trabalhos são importantes ao colocar o Maranhão e não somente São Luís como espaços amazônicos. O primeiro foi realizado em 1967 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulado “Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas chamadas Regiões Homogêneas”, sob a coordenação do geógrafo Pedro Pinchas Geiger. O segundo foi o artigo de Roberto Lobato Corrêa denominado “A organização regional do espaço brasileiro” publicado na Revista Geosul em 1989, no qual ele coloca na Amazônia os estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão como fronteiras do capital, face aos novos arranjos espaciais com projetos de cunho mineral, energético e agropecuário (CORRÊA, 1989).

A conexão via ferrovia entre a imensa reserva de minério de ferro da Serra dos Carajás e o Porto da Ponta da Madeira no município é outro aspecto que deve ser levado em consideração ao colocar São Luís como

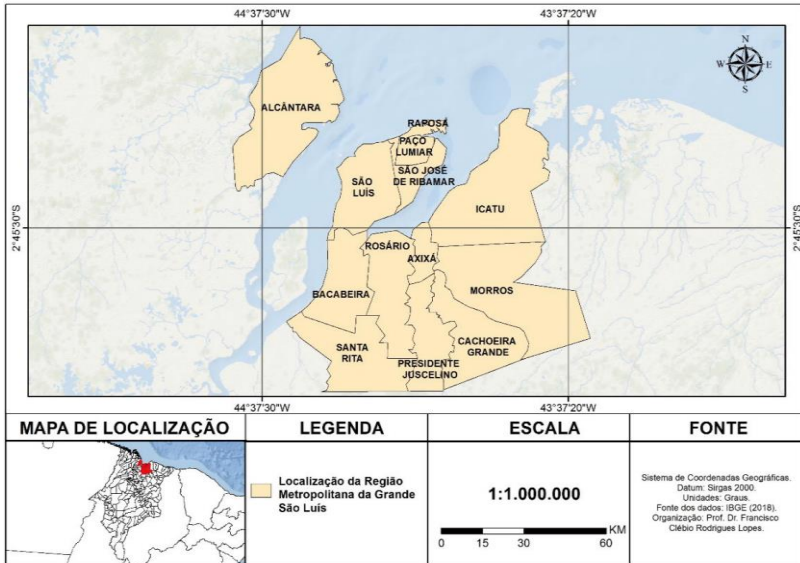
³ Em diversas passagens deste artigo se preferiu utilizar a expressão “legislação urbana” à “legislação urbanística”, já que o urbanismo é um termo mais específico, um sub-conjunto do planejamento urbano, “ligado a uma área de atuação profissional em particular” (SOUZA, 2006, p. 56). A questão urbanística se refere às técnicas, formas e ao desenho urbano, ao passo que o urbano em si possui uma concepção mais ampla, “não é uma realidade acabada, mas um horizonte, de transformações territoriais, sociais, políticas e econômicas que se difunde em fluxos materiais e imateriais” (RODRIGUES, 2013, p. 124).

metrópole amazônica. Sendo assim, para Santos (2017, p. 222), São Luís se insere no processo de metropolização amazônica pelos motivos a seguir:

a) sua história urbana e regional é comum à produção do espaço amazônico, desde o início da ocupação no século XVII até a atualidade dos programas de integração do século XXI; b) o padrão de metropolização recente advém da inserção nos projetos de modernização do território regional através da instalação de grandes projetos econômicos e causa repercussões nas três aglomerações urbanas mais importantes, Belém, Manaus e São Luís.

Pelo exposto, se percebe a importância de São Luís no contexto urbano-regional amazônico. Mas como São Luís chegou a esta condição de metrópole? O contexto nacional de criação de regiões metropolitanas nos ajuda a compreender. As primeiras regiões metropolitanas brasileiras foram criadas no auge da ditadura em 1973 pela Lei Complementar nº 14 que instituiu 8 aglomerações urbanas com status de região metropolitana: São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Belém. Um ano depois, com a união dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro é criada a nona região metropolitana, a do Rio de Janeiro. Os critérios para a criação dessas regiões foram de ordem funcional, socioeconômica, espacial e demográfica.

No início deste século, diversas Unidades da Federação e seus espaços citadinos iniciam um processo de criação de regiões metropolitanas a partir de critérios estritamente políticos sem que se tenha uma configuração de conurbação, uma “banalização da criação de regiões metropolitanas no Brasil” (CORDEIRO, 2019), ocorrido em alguma medida com a cidade de São Luís nos anos 1990.

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL)

Fonte: IBGE (2018). Elaborado por Francisco Clébio Rodrigues Lopes.

A regulamentação da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) ocorre via Lei Complementar Estadual nº 38/1998. Era composta pelos 4 municípios da grande Ilha do Maranhão: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Em 2003, a partir da Lei Complementar Estadual nº 69, o município de Alcântara passa a compor a RMGSL. A última alteração se dá em 2015, pela Lei Estadual Complementar nº 174, que em seu Art. 2º diz: “Integram a Região Metropolitana da Grande São Luís os Municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís” (MARANHÃO, 2015).

São Luís desde o Censo de 2010 (IBGE, 2010) se tornou demograficamente uma cidade milionária, somando 1.014.837 habitantes, com uma densidade demográfica de 1.215,69 pessoas por quilômetro quadrado. A estimativa de população absoluta em 2020 para o município foi de 1.108.975 habitantes e a população estimada para a RMGSL é de 1.619.377 (IBGE, 2020).

A partir da segunda década do século XXI, São Luís enquanto cidade que polariza os municípios de sua região metropolitana e dezenas de outros no Maranhão, assume, do ponto de vista funcional, características não somente de *metrópole*, “com sua diversidade econômica, social e cultural, densidade elevada de pessoas, de comércio e serviços e infraestrutura que atendam a uma ampla área, além de manter relações com outras metrópoles nacionais e internacionais” (COSTA e AMORA, 2015, p. 35). Mas é notório que a configuração espacial ludovicense se insere rumo a um processo de *metropolização*, compreendida “enquanto processo no espaço (...) que transforma cidades em metrópoles como de um processo socioespacial que impregna o espaço de características metropolitanas” (LENCIONI, 2006, p. 47).

São Luís concentra serviços que a fazem ter o 25º Produto Interno Bruto (PIB) entre os 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2017), número que vem crescendo ano a ano nas últimas duas décadas, tal “aumento de seu PIB foi proveniente das atividades terciárias e da indústria” (LOPES, 2018, p. 94), como comércio, administração pública, turismo, serviços imobiliários, transportes, indústria da construção civil e produção de alumínio e suas ligas primárias.

Há fortes desigualdades no município de São Luís, onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴ de bairros como Calhau, Renascença e Ponta do Farol se assemelham aos de países centrais, ao passo que em bairros marginais como Ilhinha, Cidade Olímpica e Vila Sarney o IDH se compara a países muito pobres. Há também grandes disparidades na região metropolitana, segundo o IBGE (2010), São Luís possui um IDH-M de 0,768 (alto), enquanto municípios como Icatu e Alcântara, possuem um IDHM de 0,546 (baixo) e 0,573 (baixo), respectivamente, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2019).

São Luís, enquanto metrópole periférica se encontra articulada com as outras grandes metrópoles brasileiras pela BR-135 e também pelo

⁴ Indicador do Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH é uma medida composta por indicadores de três dimensões: longevidade, educação e renda, ele varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Aeroporto Marechal Cunha Machado, que segundo dados da Agência Nacional Aviação Civil (ANAC) foi o 24º Aeroporto mais movimentado do Brasil em 2019 com 1.574.933 embarcados e desembarcados (BRASIL, 2019). Além disso, a cidade tem uma conexão com os grandes centros globais ao exportar via Porto do Itaqui e Ponta da Madeira, entre outros produtos, o minério de ferro e a soja. Segundo o Anuário Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Porto do Itaqui cresceu 17% em 2018 em relação a 2017, totalizando 22,3 milhões de toneladas movimentadas, sendo 44% granel agrícola, com destaque para a soja e o porto da Ponta da Madeira totalizou um quinto da movimentação do Brasil, 198 milhões de toneladas, predominantemente minério de ferro (BRASIL, 2019).

6. O plano diretor e o zoneamento de 1992: efeitos para o espaço urbano de São Luís

A luta pela reforma urbana no Brasil inicia na década de 1960, tempo que setores progressistas da sociedade reivindicavam por reformas estruturais na questão fundiária das cidades, que começavam a sofrer os efeitos da rápida urbanização. A principal bandeira levantada foi a realização da Reforma Agrária no campo, parte já do plano das “Reformas de Base” no governo João Goulart. A proposta de uma reforma urbana nas cidades brasileiras foi primeiramente formulada em 1963, em congresso promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Mas o golpe militar de 1964 inviabilizou o florescimento da mobilização em torno da reforma urbana.

No fim dos anos 1970 com uma flexibilidade gradual do regime militar, houve uma reorganização em torno da reforma urbana novamente, e em 1987, na constituinte, houve uma grande vitória por parte dos movimentos sociais em torno do tema. Uma Emenda Popular pela Reforma Urbana é proposta. Tal emenda conta com o acúmulo teórico da questão urbana e o avanço político dos movimentos populares, recebe 200.000 mil

assinaturas e contribui para a incorporação dos capítulos 182 e 183 sobre a política urbana no texto da Constituição (GRAZIA, 2012).

É neste contexto que, nos anos 1990, dezenas de cidades grandes e médias no Brasil elaboram, de forma mais detalhada, seus planos diretores e respectivos zoneamentos, como Fortaleza (Leis nº 7.061/1992 e 7.987/1996), Recife (Leis nº 15.547/1991 e 16.176/1996), Belo Horizonte (Leis nº 7.165/1996 e 7.166/1996), Rio de Janeiro (Lei nº 16/1992) e São Luís (Leis nº 3.252/1992 e 3.253/1992), só para ficar em alguns exemplos.

O zoneamento – uma modalidade de planejamento urbano – é definido como um instrumento bastante utilizado nos planos diretores, através do qual a cidade é dividida em zonas sobre as quais recaem diretrizes distintas para o uso e a ocupação do solo, principalmente os índices urbanísticos. Para Ribeiro e Cardoso (2012, p. 114), o “zoneamento deve servir, então, para o controle do uso do solo, tendo em vista a preocupação de proteger certos padrões de qualidade de vida e, ao mesmo tempo, de gestão democrática da cidade”. Na prática, em diversas cidades, o zoneamento não cumpre o que os autores afirmam, por uma série de questões, a exemplo da determinação dos tipos de uso em função de usos já consolidados, a lei apenas os reconhece, mesmo que a realidade seja perversa e desigual.

O zoneamento é uma lei complexa, por conter grande quantidade de índices com números em tabelas, a população, em sua maioria, desconhece o que essa legislação estabelece, embora ela afete a vida de milhões de pessoas nas cidades brasileiras. Por conta disso, essa legislação atende interesses do empresariado do ramo imobiliário e da construção civil em São Luís, acentuando desigualdades socioespaciais.

Em dezembro de 1992, na gestão do prefeito Jackson Lago, é aprovado o Plano Diretor (Lei nº 3.252/1992) e sua lei complementar, o zoneamento (Lei nº 3.253/1992). Tais leis foram elaboradas por um conjunto de especialistas, principalmente arquitetos e urbanistas, com pouco diálogo para com a sociedade civil, algo comum no Brasil à época. Este grupo de especialistas compôs a equipe do Instituto de Pesquisa e

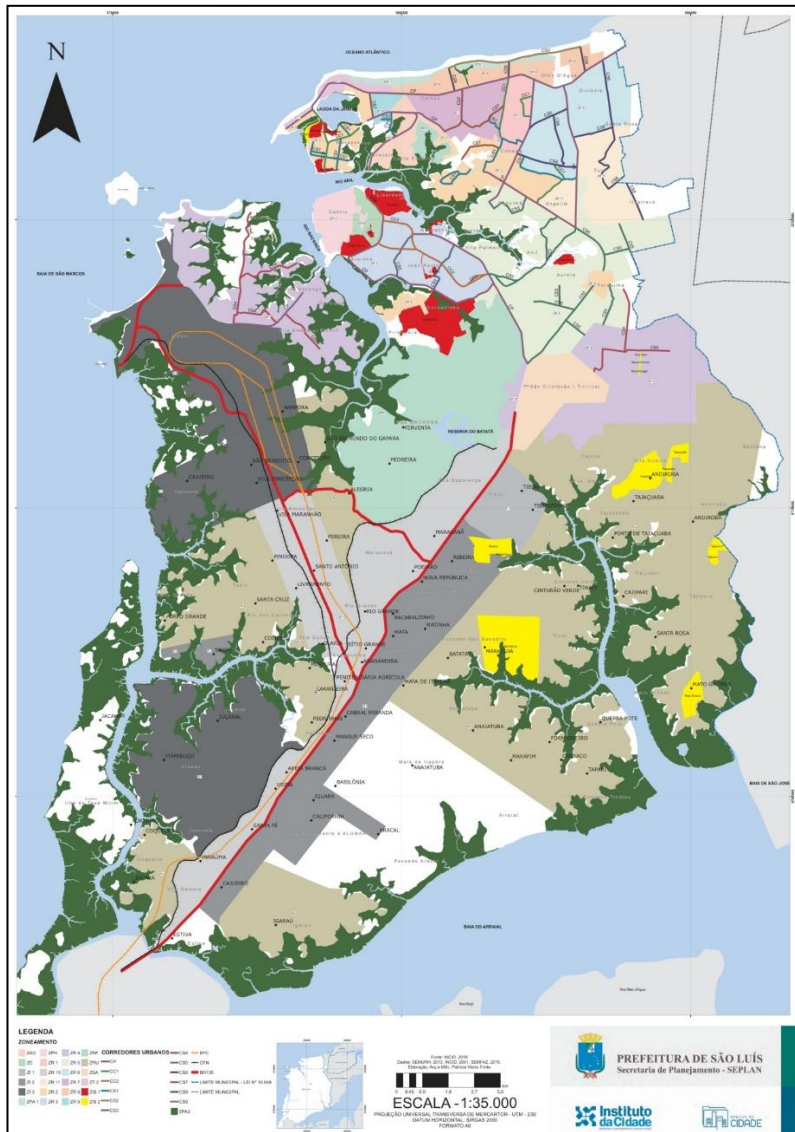
Planejamento do Município (IPLAM), órgão criado pela mesma lei do Plano Diretor.

O zoneamento de 1992 ainda está vigente, passados 26 anos houve modificações e acréscimos na lei. Originalmente ela conta com 26 zonas em 11 tipologias distintas (1. Zonas Residenciais, 2. Zonas Turísticas, 3. Zona Administrativa, 4. Zona Central, 5. Zona de Preservação Histórica, 6. Zonas de Proteção Ambiental, 7. Zona de Segurança do Aeroporto, 8. Zona de Reserva Florestal, 9. Zonas de Interesse Social, 10. Zonas Industriais e Zona Rural) e 12 corredores viários.

6.1 O papel das Zonas de Interesse Social (ZIS) no Zoneamento de 1992 e seus impactos

O Zoneamento de 1992 entra em vigor numa época de crise econômica e alta inflação no Brasil, os investimentos em habitação eram baixos, o que ocasionou “intervenções seletivas no espaço urbano da cidade, com o critério preponderante de assegurar, aos investimentos privados, retorno rápido e sem risco” (BURNETT, 2012, p. 108). Assim, tal legislação permitiu no início, uma mudança no padrão construtivo de algumas partes da cidade, sobretudo no que tange ao processo de verticalização, determinando um número maior no gabarito máximo para algumas zonas residenciais e nas zonas turísticas, beneficiadas com grandes investimentos.

Figura 2 – Mapa de zoneamento de 1992 de São Luís (atualizado)



Fonte: SÃO LUÍS (1992), INCID (2018).

Por incrível que possa parecer, a Lei de Zoneamento, Parcelamento, uso e ocupação do solo ainda se encontra vigente, mesmo depois de 28 anos, isto não é nada bom para a cidade, já que a população é obrigada a

ficar de fora das decisões sobre quaisquer mudanças em seus artigos, ficando a cargo de alianças entre os poderes Executivo, Legislativo e o empresariado do ramo imobiliário.

Em 1992 é aprovada também a lei nº 3.255, que delimita pela primeira vez na história do município as Zonas de Interesse Social, a ZIS 1 (destacadas no mapa da figura 2 em vermelho), que buscou garantir a permanência de populações carentes em áreas consolidadas na zona urbana e a ZIS 2 (delimitou-se apenas uma área na zona urbana que posteriormente se transformou em ZIS 1). Depois da publicação do Plano Diretor em 2006, houve nos anos subsequentes a implantação de mais 7 Zonas de Interesse Social (a ZIS 2, hachuradas em amarelo no mapa da figura 2), sem que houvesse uma discussão mais ampla com a sociedade e com os moradores das áreas, que se localizariam, principalmente, em lugares pouco urbanizados no município, sem o mínimo de infraestrutura e com uma rede de transporte público precária.

As ZIS, mais popularmente conhecidas como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) no Brasil, são áreas que se caracterizam por assentamentos de baixa renda, irregulares e consolidados ou áreas subaproveitadas. A finalidade da demarcação destas áreas no território municipal é de promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, o remanejamento e a produção de habitações de interesse social, incluindo a recuperação de imóveis degradados e a provisão de equipamentos sociais e culturais.

A prefeitura de São Luís não realiza uma política efetiva de inclusão dos mais pobres à cidade, existem ações de remanejamento de famílias e de regularização fundiária por parte da administração municipal como afirma a Prefeitura de São Luís, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH), mas esse número é ínfimo se comparado à demanda.

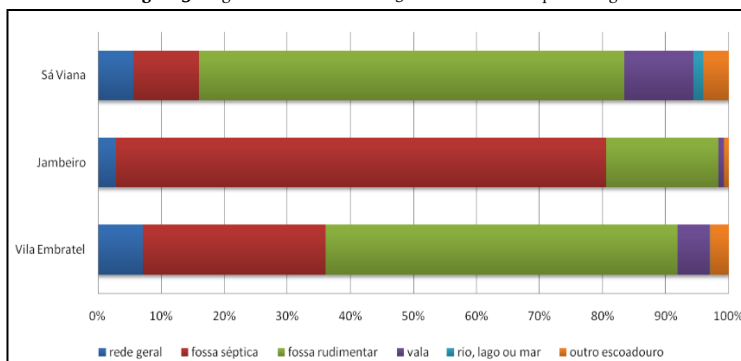
As ações da gestão municipal se limitam também a destinar habitações populares, via programas federais, em lugares distantes, na zona rural ou na periferia urbana, o que configura um processo de valorização

do espaço capitaneado pelo Estado a serviço das grandes corporações imobiliárias.

É perceptível ainda que a legislação não se refira claramente o que se conhece por ‘ZEIS de Vazios’, que são aquelas que possuem “características redistributivas, pois implicam a alteração dos padrões urbanísticos de modo a destinar para a habitação de interesse social áreas antes retidas para valorização futura, ou destinadas à ocupação por grupos de renda média e alta” (GONDIM e GOMES, 2012, p. 514). É sabido que a utilização desse tipo de ZEIS nos planos diretores no Brasil, implantadas depois do Estatuto da Cidade, tem sido pouco utilizadas que as ZEIS do tipo 1 e 2, impedindo o acesso por parte de grupos segregados à habitação de interesse popular.

O gráfico da figura 3 mostra a questão do esgotamento sanitário em 3 bairros da área Itaqui-Bacanga. A rede geral de esgoto não cobre nem 10% do total nos três bairros, sendo mais grave a situação no Jambeiro. As fossas sépticas e rudimentares são a principal forma de esgotamento sanitário dos bairros. O poder público municipal, quando age, institucionaliza a segregação socioespacial ao destinar e regularizar áreas com pouca infraestrutura aos grupos mais empobrecidos da sociedade. Se entendida apenas como mera obtenção da garantia de posse da terra, a regularização fundiária está longe de ser suficiente para assegurar o direito à habitação e à cidade.

Figura 3 - Esgotamento sanitário em 3 bairros da área Itaqui-Bacanga



Fonte: IBGE (2010), elaborado pelo autor.

Maricato (2000, p. 177) afirma que “o zoneamento tem contribuído para restringir o mercado e, portanto, o acesso à moradia, por meio de padrões segregadores ou distinguidores”. A legislação urbana auxilia na produção de rendas do solo, que, nada mais são que “ganhos extraordinários localizados, produzidos por um processo de valorização do capital, onde uma parte das condições dessa valorização não podem se reproduzir e são monopolizáveis” (TOPALOV, 1979, p. 135).

Desde os anos 1980, que os preços dos imóveis e terrenos nas cidades brasileiras e em São Luís não são apenas determinados pela relação oferta/demanda, mas também pelo planejamento urbano, através da legislação. Desta forma, construída sob uma lógica econômica de mercado, que favorece incorporadores e “promotores de investimentos imobiliários para os setores de maior renda, a legislação urbana serve basicamente para definir e lhes reservar as melhores áreas, impedindo sua invasão’ pelos pobres” (ROLNIK, 2015, p. 186).

O planejamento urbano em São Luís, representado pela legislação de zoneamento, não tem garantido o acesso da população mais pobre a serviços de qualidade, ao contrário, ela reforça o processo de segregação socioespacial. Lamentavelmente o zoneamento de 1992 ainda se encontra vigente, sem revisão, mesmo com a crescente expansão demográfica, espacial e de serviços em São Luís e sua consolidação como metrópole.

Longe de ter acesso a itens básicos da vida urbana, o habitante empobrecido de São Luís, que representa mais da metade do total da população, não encontra perspectiva de participar de forma mais deliberativa dos processos decisórios da cidade, ou de participar dos processos culturais e de lazer no espaço intraurbano, um entrave explícito ao direito à cidade. O poder público exclui essa população de uma participação ativa nos processos decisórios locais, eliminando possibilidades de oferecer educação, cultura, lazer e esporte a essa gente, que se encontra à margem da cidade legal.

Considerações finais

São Luís, uma metrópole situada na Amazônia oriental, necessita de um ordenamento de seu espaço, que nas últimas três décadas se modificou consideravelmente, tanto no contexto intraurbano, como no aspecto urbano-regional.

O Plano Diretor e a Lei de Zoneamento constituem o principal marco legal-territorial do município de São Luís. Foi constatado que uma legislação caduca e vigente sobre usos e índices urbanísticos contribui seriamente para o aprofundamento de desigualdades sócio-espaciais e permite com que os agentes do capital imobiliário se apropriem do destino da cidade a partir de sua relação próxima com o poder público e do conhecimento que possuem sobre essa legislação e suas brechas.

Como resultado, foi analisado que pós-2006 houve um incremento na legislação de zoneamento de 1992 – sem qualquer debate público com os habitantes – de diversas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que na lei são chamadas de Zonas de Interesse Social (ZIS). Foi constatada que a grande maioria das comunidades periféricas, situadas ou não em ZIS, não possuem a regularização fundiária, uma população aproximada de pouco mais de meio milhão de pessoas segundo dados do IBGE (2010).

O padrão de produção do espaço em São Luís, bem como de outras grandes aglomerações urbanas no Brasil, se destaca pela presença marcante em sua paisagem, de duas “cidades” bem distintas, uma legal, apropriada pelos grupos dominantes, com condomínios verticais e horizontais, que gozam de infraestrutura e serviços diversificados e abundantes. E outra ilegal, apropriada pelos grupos dominados, pobres e espoliados das periferias, que sobrevivem em condições precárias, que sofrem e convivem com a violência e o tráfico e residem em habitações improvisadas, quase sem acesso a itens básicos, como água potável por exemplo.

A legislação urbana de zoneamento de 1992 (ainda vigente!) em São Luís foi realizada em gabinete por um grupo seletivo de arquitetos,

urbanistas e membros do poder político que ainda hoje decidem os rumos do planejamento urbano da cidade. É enganoso supor que essas leis foram escritas sem o consentimento das incorporadoras e construtoras, pelo contrário, elas tiveram um papel ativo na consolidação dessa legislação, que entre outras coisas, promoveu, além de uma inoperância quanto às ZIS e às suas populações, uma ruptura nos padrões construtivos da cidade, permitindo o aumento da quantidade de pavimentos nas construções, representado pelos edifícios nos bairros nobres da capital maranhense e também pela expansão horizontal em direção ao município vizinho de São José de Ribamar.

O planejamento urbano em São Luís, representado pelo zoneamento, tem se mostrado a favor de grupos mais abastados, que são beneficiados com maior infraestrutura urbana na chamada cidade legal. Espaços que servem também para a especulação imobiliária, inserção de escritórios, salas comerciais, edifícios para moradias, dentre outros. Em contrapartida, milhares de habitantes vivem na chamada cidade ilegal, àquela em que o Estado não se faz presente como deveria, onde os índices de violência imperam e os equipamentos urbanos são exíguos.

Referências

- ASSELIN, V. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. 2. ed. Imperatriz, MA: Ética, 2009. 176p.
- BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). **Anuário Estatístico 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://web.antaq.gov.br/ANUARIO/>>. Acesso 19 dez. 2019.
- BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). **Dados estatísticos do transporte aéreo no Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <[Dados Estatísticos – Agência Nacional de Aviação Civil ANAC](#)>. Acesso em 19 dez. 2019.
- BURNETT, F. L. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista**: a fetichização dos planos diretores participativos. São Paulo: Annablume, 2011. 310p.

_____. **São Luís por um Triz:** escritos urbanos e regionais. São Luís: EdUEMA, 2012. 171p.

CARVALHO, H. F. **Urbanização em São Luís:** entre o institucional e o repressivo. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 2005.

CORDEIRO, E. C. Da banalização das regiões metropolitanas ao Estatuto da Metrópole: será o fim das “metrópoles de papel”? **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 1, abr, 2019, p. 40-58. Disponível em: < [Da banalização das regiões metropolitanas ao Estatuto da Metrópole: será o fim das “metrópoles de papel”? | GEOUSP Espaço e Tempo \(Online\)](#) >. Acesso em 10 dez. 2020.

CORRÊA, R. L. A organização regional do espaço brasileiro. **Geosul**, Florianópolis, n. 8, ano IV, 2º semestre, p. 7-16, 1989. Disponível em: < [A organização regional do espaço brasileiro | Geosul \(ufsc.br\)](#) >. Acesso em 29 dez. 2020.

_____. **Trajetórias Geográficas.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 302p.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Fortaleza:** transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2015. p. 31-76.

FERREIRA, Antônio. J. A. Dinâmica de ocupação espacial-uso do solo em São Luís no período de 1950 a 2000. **Cadernos de Pesquisa (UFMA)**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 25-36, 2002.

GONDIM, Linda Maria de Pontes; GOMES, Marília Passos Apoliano. O Direito à cidade em disputa: o caso da ZEIS do Lagamar (Fortaleza-CE). **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 507-527, 2012. Disponível em: < [O direito à cidade em disputa: o caso da Zeis do Lagamar \(Fortaleza-CE\) | Gondim | Cadernos Metrópole. \(pucsp.br\)](#) >. Acesso em 17 mar. 2020.

GRAZIA, G. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, L. C. Q; CARDOSO, A. L. **Reforma Urbana e Gestão Democrática:** promessas e desafios do Estatuto da Cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2012. p. 53-70.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <[IBGE | Censo 2010](#)>. Acesso em 10. set. 2018.

_____. **@Cidades: São Luís-MA**. Disponível em: < [IBGE | Cidades@ | Maranhão | São Luís | Panorama](#) >. Acesso em 15 jan. 2020.

_____. **Regiões de influência das cidades (REGIC)**. Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192p. Disponível em: < [liv101728.Plano Diretorf \(ibge.gov.br\)](#) >. Acesso em 18 ago. 2020.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: < [Produto Interno Bruto dos Municípios | IBGE](#) >. Acesso em 19 ago. 2020.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. 215p.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In. SILVA, Catia Antonia da et. al. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. p. 41-58.

LIMONAD, Ester. Muito além do jardim: Planejamento ou Urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Orgs.). **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 71-102.

LOPES, F. C. R. Metamorfoses no espaço metropolitano de São Luís (MA). **Geotextos**, vol. 14, n. 1, julho, 2018, p. 83-102. Disponível em: < [GEOTEXTOS_v14n1_Miolo.indb \(ufba.br\)](#) >. Acesso em 20 jan. 2020.

LOPES, J. A. V. **São Luís, capital moderna e cidade colonial: Antônio Lopes da Cunha e a Preservação do Patrimônio Cultural Ludovicense**. São Luís: Editora Aquarela/Fundação Municipal de Cultura, 2013. 328p.

MARANHÃO, Companhia de Habitação do Estado. **Problema Habitacional do Maranhão**. São Luís. 1976.

_____. **Plano Diretor de São Luís**. São Luís, Secretaria de Planejamento, Sioge, 1977.

_____. **Lei Estadual Complementar nº 174** de 25 de maio de 2015. Dispõe sobre a instituição e gestão da Região Metropolitana da Grande São Luís. São Luís, 2015.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Oflia et. al. (orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <[Atlas Brasil](#)>. Acesso em 12 jan. 2020.

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano Diretor e gestão democrática da cidade. In: RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. (Orgs.) **Reforma Urbana e Gestão Democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2012. p.103-118.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. B. **Formação do Espaço Urbano de São Luís**: 1612-1991. São Luís: Ed. do Autor/FUNC, 2001. 150p.

RODRIGUES, A. M. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, Elson Manoel (Org.). **Planejamento Urbano no Brasil**: conceitos, diálogos e práticas. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013. p. 121-138.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015. 423p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia à uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2012 (Coleção Milton Santos 2). 285p.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos 1). 384p.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005, p. 21 - 41. (Coleção Milton Santos 7). 170p.

SANTOS, T. V. Diferenciações urbano-regionais na Amazônia brasileira: a estrutura metropolitana de São Luís e o perfil da metropolização da Amazônia oriental. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 34, n. 3, p. 217-238, 2017. Disponível em: <[Artigo Publicado - Geografia Recife20190726-49611-h86vfi.Plano Diretorf\(d1wqtxts1x7e7.cloudfront.net\)](#)>. Acesso em 29 dez. 2020.

SÃO LUÍS. **Lei 3.252** de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do município de São Luís, e dá outras providências. São Luís, 1992.

_____. **Lei 3.253** de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e dá outras providências. São Luís, 1992.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a. 560p.

TOPALOV, C. **La Urbanización Capitalista**: algunos elementos para su análisis. México: Edicol, 1979. 137p.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. p.169-243.

Por uma educação geográfica transformadora: apontamentos e reflexões a partir dos conceitos de Memória, Lugar e Cidade ¹

“A realidade é [também] tudo aquilo em que ainda não nos tornamos, ou seja, tudo aquilo que a nós mesmos projetamos como seres humanos, por intermédio dos mitos, das escolhas, das decisões e das lutas” (Alfred Schmidt, 1986).

1. Prólogo

Atividade característica dos humanos, o ato de rememorar era atribuído pelos antigos gregos à titânide Mnemósine – a Memória. Seduzida por Zeus, deu à luz a nove filhas chamadas de Musas. Era filha do Céu (Urano) e da Terra (Gaia) e irmã do Tempo (Cronos), sendo a responsável por unir os lados do abismo que existia entre passado e presente, levando o homem ao conhecimento pleno de suas raízes ancestrais.

Manter vivos os laços com o passado é uma tarefa cada vez mais importante nos dias atuais, visto que a sociedade em que vivemos é cotidianamente atingida por informações e imagens de todo o gênero. Não há como processar e assimilar toda esta quantidade de informações e imagens, sendo apenas algumas filtradas pelos indivíduos.

Trazendo o mito para a realidade atual, observa-se que a Mnemósine teria dificuldade em realizar sua tarefa, já que passado e presente se distanciam ininterruptamente, pois hoje é o presente que assume todo o

¹ Artigo publicado no número 1, volume 2 da **Revista Ensino de Geografia (Recife)** em 2019. Disponível em: [POR UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA TRANSFORMADORA: apontamentos e reflexões a partir dos conceitos de Memória, Lugar e Cidade | Santos | Revista Ensino de Geografia \(Recife\) \(ufpe.br\)](#).

espaço e se dá como representação global do tempo [...] que se substitui à profundidade da duração (SUE, 1994 *apud* SANTOS, 2002). Ou seja, o sujeito urbano “preso” em meio às imagens e objetos de diversas ordens, perde alguns de seus principais referenciais pretéritos. Sendo assim, a memória torna-se importante ferramenta metodológica para estudos de ordem histórica, geográfica e antropológica no que tange a indivíduos e lugares, daí reside sua relevância enquanto tema para utilização nas aulas de Geografia.

O lugar, enquanto conceito-chave da Geografia deve ser concebido não somente por uma dimensão cultural-simbólica, mas também a partir de sua articulação com o mundo, pelas práticas espaciais. O professor de Geografia precisa estar preparado para apresentar ao aluno esta acepção. Da mesma forma que, a noção de cidade, para fins deste trabalho, não deva estar separada da de memória e lugar, já que “a memória na/da cidade é hoje um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar” (ABREU, 2014, p. 33).

O objetivo principal do texto é a discussão, baseada metodologicamente em uma pesquisa de revisão analítica dos três conceitos, a nosso ver indissociáveis e já mencionados – memória, lugar, cidade – no contexto da formação profissional e do campo de trabalho do professor de Geografia, apontando caminhos possíveis para a realização do que se designa aqui de pedagogia da existência.

Desta forma, o texto se estrutura da seguinte maneira: o primeiro ponto versa sobre a formação do professor de Geografia frente a um mundo cada vez mais interconectado, de informações velozes e acontecimentos que interferem nos valores morais e éticos que ameaçam as novas gerações. Em um segundo momento, as categorias ‘memória’ e ‘cidade’ são discutidas e inter-relacionadas enquanto conteúdos para as aulas de Geografia. Logo depois, é abordada a importância do conceito de lugar em sua relação com a cidade para o alcance de uma prática educativa geográfica. Por fim, explana-se o ideia de uma pedagogia da existência, crítica e

transformadora da realidade do aluno a partir da Geografia e sua docência, para além dos limites da escola, como ensinamento para a vida.

2. A formação do professor de geografia nas eras da informação e da indeterminação

É necessário iniciar esta discussão alertando sobre as características tortuosas do atual período histórico de desenvolvimento capitalista. Há no presente uma aceleração da História (NORA, 1993), nas palavras de Santos (2002), esta rapidez histórica é realizada através do meio geográfico, que tende a ser universal com a consolidação do chamado meio técnico-científico informacional, sendo assim, uma contemporaneidade simultânea e compulsória. Giddens (1989) se referiu a um “esvaziamento do tempo”, Virilio (1993) chegou mesmo a anunciar a morte do espaço. Harvey (2014) discorreu sobre o que denominou de “compressão espaço-tempo”, chamando atenção para as mudanças organizacionais da economia de mercado, como a emergência de novas modalidades de acumulação do capital.

A famosa passagem do Manifesto Comunista de Marx e Engels (2003), de que “tudo que era sólido se evapora no ar”, ainda continua a ter efeito na atualidade, já que sintetiza a aceleração temporal, presente no esfacelamento das relações sociais, na fragilização do trabalho diante do poder do capital e na ideologia oriunda e disseminada por atores hegemônicos, centrada na mercadoria e no consumo. Suas repercussões são nefastas, representadas, na atualidade, pela generalização planetária das desigualdades sociais, pela crise existencial, pela desordem geopolítica e pelo caos ambiental sem precedentes.

Sendo assim, o professor de Geografia precisa estar preparado para enfrentar a complexidade do mundo, que é confuso e confusamente percebido (SANTOS, 2000). Os desafios da formação do professor, neste contexto, são enormes, até por que “a Geografia é uma disciplina escolar que possui seus objetos de aprendizagem e núcleos conceituais a partir de

uma abordagem filosófica comprometida com a realidade social” (CASTELLAR; VILHENA, 2010, p. 05). A Geografia Escolar, com base na ciência geográfica, deve ser entendida pelo viés histórico-analítico da produção espacial, em suas dimensões materiais e ideológicas. Enquanto disciplina escolar ela deve ser mais que um amontoado de informações sobre o mundo repassadas aos estudantes, possui a tarefa precípua de fazer com que o aluno se reconheça enquanto sujeito que participa e tem a capacidade de poder interferir no espaço e mudar a História.

Liotard (2009, p. 05), ao falar sobre o *Saber* nas sociedades informatizadas, afirma que ele [o saber] “é e será produzido para ser vendido, ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu valor de uso”. O saber, nesta perspectiva, é um forte fator de diferenciação entre classes² e nações, já que se constitui numa grande força produtiva capitalista. Os currículos de Geografia, enquanto caminhos para o saber, não podem menosprezar estas transformações da *Era da Informação*³, precisam ser críticos a ponto de contestar quem se beneficia deste paradigma, por isso devem ser discutidos e revisados periodicamente, auxiliando na aproximação da Geografia que se ensina na escola com os aportes conceituais e metodológicos discutidos, disseminados e atualizados nas universidades.

O ensino da Geografia deve estar atento à crescente financeirização do capital e de como ele afeta as relações sociais de produção no espaço. A pulverização da centralidade do trabalho causa assim um impacto gigantesco na política, antes determinada pelas tolerâncias e pelo reconhecimento dos Direitos Humanos. Oliveira (2007) chamou isso de a

² Chauí (2016, p. 56-57) chamou essa diferenciação de *ideologia da competência*, que serve, “como toda ideologia, para ocultar a divisão social das classes, mas com a peculiaridade de afirmar que a divisão social se realiza entre os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas)”.

³ O termo “Era da informação”, descrito e analisado por Castells (2009) é explicado pelo conjunto de eventos que, segundo ele, assinalam o fim da era industrial e o surgimento de outra, derivada de uma revolução tecnológica localizada nas últimas duas décadas do século passado. Esta revolução tem como essência um paradigma centrado no desenvolvimento das tecnologias informacionais e de comunicação. Neste paradigma, a aplicação do conhecimento e o processamento da informação são os elementos primígenos dos processos produtivos.

Era da Indeterminação, período caracterizado pelas novas intolerâncias, tensões longamente acumuladas e racismos adormecidos, sobretudo no pós-11 de setembro de 2001. A era da indeterminação é de interesse da Geografia e de seu ensino, já que tais tensões se reproduzem no espaço: protestos, manifestações, migrações, segregações, assassinatos, injustiças, são problemáticas que precisam ser discutidas dentro e fora de sala de aula e contextualizadas no movimento dinâmico da sociedade no espaço.

Um dos principais gargalos na formação do professor de Geografia é fazer uma conexão entre os conteúdos estabelecidos – que não devem ser estanques – e o contexto em que os estudantes estão inseridos, que vão desde suas relações familiares, vida urbana, visões de mundo e dimensão cultural local até suas condições econômicas de produção de suas existências. Para Pérez e Fernandes (2008 *apud* CALLAI, 2010, p. 20), o controle da informação e dos meios de comunicação na sociedade urbana e global favorece o florescimento de uma cultura da superficialidade, o que provoca uma visão simplista do mundo. Como nos alertou Santos (2000, p. 112), “nas condições atuais, o movimento determinante, com tendência a uma difusão avassaladora, é o da criação da ordem da racionalidade pragmática, enquanto a produção do espaço banal é residual”. A escola precisa suscitar discussões em torno dessa racionalidade pragmática, já que ela penetrou no ambiente escolar, interferindo na própria função social da escola e, mais especificamente, nas relações ensino-aprendizagem da Geografia.

3. Memória e cidade: conteúdos para as aulas de geografia

Os relatos orais, fundamentais para o registro da memória, passaram a adquirir maior destaque na medida em que se percebeu que os mesmos possibilitam analisar representações simbólicas socialmente construídas no tempo e no espaço. A oralidade constitui “espaço essencial da comunidade, pois, numa sociedade não existe comunicação sem oralidade, mesmo quando a sociedade dá grande valor à escrita para a memorização da

tradição e circulação do saber” (CERTEAU; GIARD, 1996, p. 336). Cabe ao professor explorar, em suas avaliações, por exemplo, a força dos relatos orais e da memória nas aulas de Geografia em sua relação com os conceitos-chave, como no caso da paisagem e do lugar. Os alunos e, sobretudo suas famílias, possuem uma história, realizada no espaço.

O espaço representado pela paisagem e pelo lugar tem sido modificado numa velocidade alucinante. Para Lowenthal (1985), a memória é matéria-prima, é inescusável, ela se refere ao processo e os resíduos dos processos estão aí, na forma de artefatos ou de ambiente natural, para serem revisitados, reaproveitados, reinterpretados. É a partir da memória que se podem recuperar lembranças individuais e coletivas, o que permite a descrição e a análise dos agentes transformadores da paisagem e as modificações nas relações sociais presentes no lugar, sejam estes equivalentes à escala de um país, cidade ou bairro. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia, em seu terceiro e quarto ciclos, diz que “as percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são, portanto, elementos importantes na constituição do saber geográfico” (BRASIL, 1998, p. 27).

O estudo sobre a memória no meio urbano é outro aspecto que se deve levar em consideração, tornando-se necessário aos estudos geográficos. Segundo Holzer (2000, p.114) “a paisagem [e o lugar] é uma expressão física da ação do homem sobre a natureza, e por extensão, um receptáculo de memória”. Abreu (2014, p. 43) afirma que a memória urbana e a memória da cidade dizem respeito não à capacidade de lembrar dos indivíduos ou grupos, “mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade”. As experiências pretéritas sobre determinado lugar possuem caráter geográfico irrestrito, pois remontam um quebra-cabeça que é a chave para se entender as relações socioespaciais na atualidade.

Assim, não é possível apenas pensar a cidade como quadro físico, visto que ela é dotada de intencionalidades⁴ dos grupos humanos, que a moldam a partir de suas vontades e interesses. A cidade é composta por imagens diversas, elementos que unem certo número de pessoas propiciando a criação de múltiplas representações, que podem ser coletivas ou individuais. As mudanças socioeconômicas e culturais criam marcas no meio urbano, traduzidas por imagens que têm como significado o conjunto de valores, hábitos e desejos que unem, através dos tempos, o cotidiano de homens e mulheres.

Toda cidade é como um palimpsesto, cada desaparecimento, cada paisagem que sumiu, ressurge pela lembrança, ou aparece através de um signo que permanece capaz de fazer surgir, de recompor na memória o que se foi. Por isso toda construção no espaço urbano é capaz de expressar um pensamento, um sentimento, de carga simbólica, que por sua vez comporta representações múltiplas.

É preciso diferenciar ‘urbano’ de ‘cidade’: o urbano tem a ver com o subjetivo, o simbólico, o que está por trás da paisagem urbana que compõe a cidade. Rodrigues (2010, p. 79), apoiada em Lefebvre, diz que o urbano deve ser “caracterizado como modo de vida, que atinge áreas rurais e urbanas, já a cidade é uma forma espacial, lugar de concentração, que difunde o urbano, sendo, portanto, um centro de decisão política”. A cidade e o urbano são temas de extrema relevância na escola, pois permitem aos alunos ter múltiplas possibilidades de confrontos entre as diferentes imagens e concepções cidadinas, as do cotidiano e as científicas. A partir dessas visões, o aluno poderá criar as estratégias de participar da vida urbana, os professores devem ter a capacidade de mostrar aos alunos a cidade numa perspectiva crítica da realidade, na “busca de atingir a essência pela compreensão do fenômeno, pois sem fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível (KOSIK, 2002, p. 16). O que há por

⁴ O conceito de intencionalidade nasce da relação entre objetos e ações, ou seja, toda e qualquer ação humana no espaço possui alguma intenção, por isso, “a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território” (SANTOS, 2002, p. 94).

trás dos edifícios das grandes cidades? Por que existe *shopping centers*? Por que a cidade possui uma paisagem urbana tão desigual? Qual a importância dos rios e dos aquíferos para a cidade? Onde a violência urbana tem suas causas? – São algumas das indagações que o professor de Geografia precisa suscitar nos alunos.

É preciso, também, que se diga aos alunos, que a memória coletiva é um cimento essencial para a sobrevivência das sociedades ou como afirma Halbwachs (2003), a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínua, que se transforma, portanto é viva. Carlos (2007a, p. 43) alerta que o espaço e o tempo obedecem a uma ordem despótica, severa, imposta: “tempo associado ao ritmo do processo de trabalho, preso a um calendário rígido e o espaço dominado por fluxos de mercadorias, capitais e informações. Ao se reproduzirem, destroem referências urbanas e, como consequência, a memória social”. De fato, a veloz transformação dos lugares urbanos pelo movimento do capital tem uma força destrutiva da memória, até porque “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 2003, p. 170).

4. A categoria *lugar* e sua relação com a cidade: elementos para uma educação geográfica crítica

Ainda é muito corriqueiro na educação geográfica nas escolas brasileiras conceber o conceito de lugar enquanto um ponto no espaço, relacionado à localização, herança da escola clássica francesa, em que a Geografia era concebida por La Blache como ciência dos lugares e não necessariamente dos grupos humanos. O lugar não pode ser confundido com o local, para Chaveiro (2014, p. 267) “o lugar é o movimento social, histórico, cultural, simbólico vestido – e investido – no cotidiano, o local é uma referência pontual cartográfica, assinalada por coordenadas, referência geodésica”. Decerto, é preciso levar em consideração os sentimentos, as manifestações culturais, a subjetividade e a apropriação do espaço, quando se fala do lugar.

O espaço geográfico é repleto de lugares de todo tipo, com paisagens diversas: edifícios, avenidas, viadutos, pontes, favelas, plantações, planícies alagadas, usinas, indústrias são alguns elementos que se encontram espalhados pelo mundo. O fato é que todos esses lugares são vividos, experienciados e transformados pelos grupos sociais que habitam neles. Por isso que Carlos (2007a, p. 14) afirma que “o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”. É preciso dizer que um dos maiores desafios do ensino da Geografia é conceber o lugar enquanto totalidade, em sua articulação com o mundo, deixando a abstração de lado.

Existem duas acepções, bem delimitadas, sobre a categoria lugar consagradas na Geografia, uma ligada ao paradigma Humanista com sua dimensão simbólico-cultural, outra atrelada ao paradigma Crítico, de matriz marxista, entendida como construção social, a partir do par dialético singularidade/universalidade. O entendimento de lugar para a Geografia Humanista aparece principalmente como resultado da experiência humana. Segundo Holzer (2000, p.113) o “lugar pode ser definido como um conjunto complexo, enraizado no passado e incrementando-se com a passagem do tempo, com o acúmulo de experiências e sentimentos”. Assim, o lugar seria entendido pela maneira como as pessoas o percebem e lhe dão significado, que por sua vez é constituído e apreendido nas relações cotidianas.

Para a geógrafa Anne Buttimer, o lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas (BUTTIMER, 1985). Neste sentido, o lugar é caracterizado como um “mundo de significado organizado” (TUAN, 2013, p. 219). É nele que deve existir uma sensação de familiaridade entre os indivíduos e de enraizamento para com o ambiente circundante, disso decorre sua forte carga subjetiva. Para Relph (2014, p. 31),

Lugar não é meramente aquilo que possui raízes, conhecer e ser concebido no bairro; não é apenas distinção e apreciação de fragmentos de geografia. O

núcleo do significado de lugar se estende, penso eu, em suas ligações inextrincáveis com o ser, com a nossa própria existência. Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco.

A compreensão lugar-sujeito, de acordo com Relph, vai além de uma análise apenas objetiva, sendo importante a dimensão da experiência vivida, existencial em sua relação com o mundo, sempre pela subjetividade e pelo sentimento de pertencimento.

A identidade e a estabilidade são a base para a construção do lugar segundo autores como Relph e Tuan. O sentimento de pertencimento a partir de experiências intersubjetivas são características determinantes para se consolidar a identidade, como já destacou Relph (1976). Já a estabilidade segundo Tuan (1979) está centrada na segurança proporcionada pelo lugar conhecido.

Pelo exposto até aqui, fica claro que o lugar, numa perspectiva Humanista, é concebido enquanto espaço vivido, apropriado pelos grupos sociais a partir da experiência intersubjetiva, da identidade e da estabilidade.

Outra acepção concebe o lugar enquanto construção social, produto do processo histórico em sua articulação com o mundo. Uma dialética entre o singular e o universal. Como afirma Santos (2000, p. 112), “os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”. Esse entendimento remete o lugar enquanto totalidade, já que ele não é um fragmento ou parte do mundo, ele é o mundo em movimento, em sua dinâmica.

O lugar é tanto produto de uma dinâmica única, resultante de características particulares culturais e históricas, quanto da influência implacável dos vetores do grande capital global. Desta forma, compreender o lugar passa por ir além das aparências, sendo preciso desvelar as contradições impostas pelo movimento da globalização.

Para Carlos (2007a, p. 17) “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade *habitante-identidade-lugar*”. Dito isto, o lugar é uma construção, oriunda das relações sociais que se realizam sob certas circunstâncias. O lugar possibilita as condições para a realização da vida cotidiana, que “faz parte do *centro* do acontecer histórico, sendo a verdadeira *essência* da substância social. Os acontecimentos históricos não cotidianos partem da vida cotidiana e a ela retornam” (HELLER, 2004, p. 20). O cotidiano e a vida cotidiana, realizadas no lugar, são sem dúvida, instâncias propícias à descoberta e à criatividade do pensamento e das ações humanas.

Ainda nesta concepção, o lugar se define como funcionalização do mundo e é por ele que o mundo é percebido empiricamente (SANTOS, 2005). As ações hegemônicas da globalização permitem que elementos universais atinjam todos os lugares, mesmo que de formas diferenciadas, seja através de objetos técnicos, consumo, ou através da informação instantânea.

Pelo exposto, para a corrente Crítica da Geografia, o lugar constitui uma dimensão real, concreta e histórica. Mas até que ponto essas duas acepções de lugar – a Humanista e a Crítica – se cruzam? Elas devem ser dicotomizadas? Para responder a essas questões é preciso compreender a visão de Livia de Oliveira e Milton Santos. A primeira, filiada à corrente Humanista da Geografia, e o segundo, ligado mais à corrente Crítica da Geografia, de caráter renovado.

Oliveira (2014, p. 18-19), ao falar sobre o *sentido de lugar*, afirma que é ele “experienciado como aconchego que levamos dentro de nós. Ou o lugar consciente do tempo social histórico, recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior”. Percebe-se que ela valoriza a dimensão histórica, social e concreta do lugar, embora a dimensão subjetiva e existencial seja preponderante em sua obra.

Santos (2000, p. 114) admite que o lugar “não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência renovada, o que

permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro”. Partindo desta afirmação, pode-se inferir que não há o desprezo pela noção de lugar enquanto experiência, enquanto espaço vivido, no entanto essa noção se articula à ideia de transformação social do presente e do futuro. É possível, portanto, perceber aproximações em torno do conceito de lugar por essas duas correntes da Geografia. Como isso se processa na escola? Como o professor de Geografia pode trabalhar essas questões?

Primeiro é necessário compreender o entendimento de cidade, recorte espacial escolhido aqui para tratar do lugar. Foi falado que a cidade é uma forma espacial que difunde o urbano. Certeau (1994, p. 174) afirma que a cidade é um “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade”. Para Carlos (2007b, p. 20), a cidade pode ser compreendida como “construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza”. Essa construção humana de que fala Carlos é um processo antigo, derivado de interesses e estratégias de certos grupos sociais em se apropriar de territórios na cidade.

No campo da educação geográfica é possível fazer uma aproximação ainda maior das acepções de lugar descritas até aqui, tomando como referência a cidade. Isto por que a experiência vivida no lugar não se separa da sua dialética com o mundo, e também, por que a experiência exige uma atitude perante a racionalidade dominante que se impõe nas cidades.

A análise do lugar como experiência/vivência cotidiana do estudante permite a ele uma maior compreensão da realidade social a sua volta e uma maior percepção sobre o que acontece no mundo. São nos lugares da cidade que as manifestações de identidade e resistência se realizam, são espaços não apenas de circulação e passagem, mas de reivindicação, prontos a serem explorados. Cabe ao professor mostrar esses caminhos aos seus alunos.

A compreensão do lugar vivido pelo aluno, com todas as suas contradições, expressas nas formas e nas práticas urbanas, permite a possibilidade da formação de um sujeito/cidadão não somente crítico, como capaz de “intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente se adaptar a ela” (FREIRE, 1996, p. 77). Desta forma,

O espaço considerado como território e lugar é historicamente produzido pelo homem à medida que organiza econômica e socialmente sua sociedade. A percepção espacial de cada indivíduo ou sociedade é também marcada por laços afetivos e referências socioculturais. Nessa perspectiva, a historicidade enfoca o homem como sujeito produtor desse espaço, um homem social e cultural, situado além e mediante a perspectiva econômica e política, que imprime seus valores no processo de produção de seu espaço (BRASIL, 1998, p. 27).

Faz-se mister dizer que o papel da Geografia Escolar é tratar dos processos e fenômenos espaciais em suas relações temporais transescalares, reconhecendo a existência – tantas vezes inter-relacionada – de uma “Geografia material”, concreta, representada pela disposição dos objetos e seres na superfície do planeta e de um “discurso geográfico”, resultado das representações elaboradas pelos grupos humanos acerca dessa realidade (MORAES, 2005). Nesta perspectiva, o lugar na cidade aparece tanto como experiência vivida como também enquanto construção social, possibilitando aos alunos se perceberem como agentes atuantes na relação com os objetos e críticos em relação aos discursos produzidos acerca dessa materialidade.

5. A geografia e os seus professores: crítica e transformação através de uma pedagogia da existência

Primeiramente é preciso deixar claro a ideia aqui de Pedagogia da existência, um tanto divergente daquela defendida por Saviani (2009), sinônimo da chamada Escola Nova, paradigma educacional que se caracteriza por um processo pedagógico ligado aos aspectos mais

emocionais, espontâneos e de criatividade dos alunos na escola. A conotação aqui proposta, oriunda do materialismo histórico, parte da ideia da própria compreensão do que é o sujeito, de como se dá a construção de seu saber, representado pelas interações dos grupos sociais e de suas relações com o ambiente, ou seja, pela capacidade de produzir suas condições de existência (material e ideal), mediada pelo trabalho. Assim, o homem, “atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (MARX, 1988, p. 142). A sociedade, portanto, exerce controle sobre a natureza, modificando a si própria. Esse movimento é histórico.

Desta forma, os grupos humanos constroem sua própria história, dentro de certas limitações estabelecidas pelas condições de seu desenvolvimento, condições estas profundamente atingidas pelas relações econômicas, ligadas a uma etapa específica do modo de produção capitalista.

O professor de Geografia, imerso em uma era confusa, cuja informação é despótica e veloz, tem a tarefa precípua de despertar no aluno uma visão crítica sobre o mundo a partir do lugar, das suas condições de existência, já que “hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (SANTOS, 2005, p. 161). Esta possibilidade de tomada de consciência se dá no cotidiano e a escola tem um papel a cumprir nesta esfera.

Se o Lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência como nos aponta Certeau (1994), o ensino de Geografia deve pressupor a construção de valores voltados à tolerância e ao diálogo com os diferentes, ao não conformismo com as injustiças, com posições críticas em ao que é imposto, já que a “mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o sonho” (FREIRE, 1996, p. 79).

A consolidação de práticas que estimulem os alunos à aprendizagem geográfica não é uma tarefa das mais simples, ela é um processo, construído no cotidiano, sendo o professor um mediador, de modo a auxiliar o

aluno no desenvolvimento de suas capacidades e habilidades cognitivas. Assim,

o espaço da escola é um espaço de formação, não só dos alunos, mas também dos professores. Além de ser um espaço formativo para professores por veicular conhecimentos e informações, por induzir, por orientar comportamentos das pessoas que ali estão no cotidiano, ela é um espaço no qual a formação profissional mais sistematizada pode ocorrer (CAVALCANTI, 2006, p. 46).

Destarte, os alunos precisam aprender a ter posicionamentos críticos na escola e acerca da realidade social em que vivem, é preciso dar voz a eles, já que o conhecimento no processo de ensino-aprendizagem é uma troca de saberes. O professor deve apontar os caminhos para que o aluno problematize a realidade social circundante em sua conexão com o mundo, permitindo o exercício da apreensão das categorias geográficas através do lugar, chegando a novas descobertas até atingir uma consciência.

Portanto, a ideia de pedagogia da existência, proposta aqui, ultrapassa os limites físicos da escola e se atrela também à prática cotidiana do aluno em outras esferas de sua vida – sobretudo aqueles em condições materiais degradantes – que excluído de uma racionalidade dominante dos vetores do grande capital, pode realizar o mundo à sua maneira, produzindo contra-racionalidades (SANTOS, 2002), uma nova forma de agir no mundo, sempre, através do lugar. Segundo Freire (2016, p. 65),

quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

Os espaços urbanos, lugares por excelência dos oprimidos, com sua multiculturalidade, são permeados de imagens e valores articulados a processos globais, a descoberta no/do lugar é exaltada pela experiência. Nas periferias dos grandes centros, milhões sobrevivem na dificuldade e não

são considerados cidadãos, pois não usufruem das benesses do urbano e não possuem o direito à cidade.

Os pobres urbanos fazem parte do tempo lento (SANTOS, 2002), em cidades grandes é possível identificar essa lentidão quando olhamos os espaços marginais. A vida nesses lugares ocorre nos seus ritmos genuínos, as cadeiras nas calçadas, as brincadeiras de rua, as trocas e experiências culturais, as relações de vizinhança bem próximas, mas concomitantemente, existe a violência, o tráfico de drogas, o que gera a reclusão de indivíduos em suas próprias casas. É preciso que o professor de Geografia vivencie e contextualize essa realidade com os alunos pelo diálogo.

O espaço urbano é o lugar, é o palco das realizações humanas, por isso é nele que os indivíduos podem criar mecanismos contra o que é imposto pelo capitalismo dominante, já que o movimento da globalização é um entrave para a geração da consciência. Olhar para o passado geográfico, representado pelas formas, não significa virar as costas para o futuro, já que a memória dá sustentáculo ao porvir. Para Santos (2000, p. 116) “é fundamental viver a própria existência como algo unitário e verdadeiro [...], já que a resistência é um exercício permanente de pensar o futuro. Desta forma, a existência é produtora de sua própria pedagogia”. E é na cidade que, professores e alunos podem se reconhecer no mundo, pois é no cotidiano, vivido no lugar que o mundo pode ganhar sentido, já que simultaneamente o local se opõe ao global e se confunde com ele.

6. Epílogo

O texto, ora aqui apresentado, trouxe a tona temas que o professor de Geografia precisa estar atento. Sua formação deve passar pelo conhecimento geográfico em sua integralidade, seus paradigmas, suas funções ideológicas e, sobretudo, pela compreensão das relações sociais processadas no espaço, na articulação dialética lugar/mundo. Dito isto, o professor de Geografia, diante de um mundo caótico, desigual e onde a ‘violência da informação’ impera, precisa desenvolver nos alunos a capacidade de pesquisar, observar, refletir, criticar, ter iniciativa e se socializar.

O geógrafo da escola precisa ser um pesquisador do lugar, e a partir de conceitos, ferramentas e exemplos sobre o espaço geográfico, interpretar e desvelar as diversas geografias do lugar, a partir da memória na cidade e da produção da existência dos alunos, reinventado uma pedagogia geográfica no cotidiano. Conhecer o lugar de vivência dos alunos, como se processam suas relações a partir do lugar é uma das condições para tornar os conteúdos geográficos significativos para a vida deles.

Existe saberes que o professor de Geografia deve sempre levar em consideração na construção do conhecimento na escola: os ligados a experiência dos alunos; aqueles relacionados à ciência geográfica, entendidos como construção histórica, devidamente contextualizados; e os saberes pedagógicos, enquanto métodos de ensino, sua operacionalização, didáticas e metodologias.

Destaca-se ainda a necessidade de análise na escola, dos saberes dos alunos, seu cotidiano no lugar, considerando a esfera da proximidade, da vizinhança, do reconhecimento e da horizontalidade das relações afetivas entre os grupos dos quais participam, entendidas como caminho para alcance da consciência. É preciso aprofundar os estudos sobre a memória e o cotidiano geográficos, pois estes se transformam numa instância cada vez mais rica e salutar para serem analisados, visto que o mundo torna-se cada vez mais globalizado e a memória e o cotidiano realizados no lugar urbano, em alguns casos, podem se traduzir como elementos contrários desse movimento homogeneizante.

O ensinamento de Milton Santos serve à educação geográfica que se pretende libertadora: “a consciência *pele lugar* se superpõe à consciência *no lugar*. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história” (SANTOS, 2002, p. 330). Essa nova história constitui um caminho para um novo modo de ver o mundo, o que pode suscitar novas e solidárias práticas espaciais.

Referências

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Escritos sobre Espaço e História**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 27-54.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): Geografia**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: < [PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia | PCN | Cursos a Distância CPT](#) >. Acesso em 30 dez. 2020.
- BUTTNER, A. Campo de Movimiento y sentido del lugar. In: RAMÓN, M. D. G. (Org.). **Teoria y Método en la Geografía Anglosajona**. Barcelona, Ariel Geografía, 1985. 272p.
- CALLAI, H. C. A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica. In: MORAIS, E. M. B; MORAES, L. B. **Formação de Professores: Conteúdos e Metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 15-38. Disponível em: < [LIVRO-FORMAÇÃO-DE-PROFESSORES-CONTEÚDOS-E-METODOLOGIAS-NO-ENSINO-DE-GEOGRAFIA-2010.Plano Diretorf \(nepeg.com\)](#) >. Acesso em 30 dez. 2020.
- CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Labur Edições/GESP, 2007a. Disponível em: < [livro2.p65 \(usp.br\)](#) > Acesso em: 16 ago. 2020. 85p.
- _____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições/GESP, 2007b. v. 1. Disponível em: < [Espaco urbano \(usp.br\)](#) >. Acesso em 3 jun. 2020. 123p.
- CASTELLAR, S.; VILHENA, J. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção Idéias em Ação, coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho). 161p.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 698p.
- CAVALCANTI, L. S. Bases teórico-metodológicas da Geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. In: ROSA, D. E. G. *et al.* (Org.). **Formação de Professores: concepções e práticas em Geografia**. Goiânia: E.V., 2006. p. 27-50.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 354p.

CERTEAU, M.; GIARD, L. Uma ciência prática do singular. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 335 - 342.

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2016. 254p. (Escritos de Marilena Chauí, 3).

CHAVEIRO, E. F. Corporeidade e Lugar: Elos da Produção da Existência. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 249-279.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura). 150p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. 256p.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 252p.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003. 224p.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 352p.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 158p.

HOLZER, W. Memórias de viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **Geographia**, Niterói, v. 2, nº 3, p. 111-122, 2000. Disponível em: < [Vista do Memórias de Viajantes: Paisagens e Lugares de Um Mundo Novo \(uff.br\)](#) >. Acesso em 30 dez. 2020.

KOSÍK, K. **Dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 250p.

LOWENTHAL, D. **The past is a Foreign Country**. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. 489p.

LYOTARD, J. F. **A Condição Pós-Moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. 131p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. I, Livro Primeiro, O processo de produção do capital. (Coleção Os Economistas).

_____.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. 68p.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154p.

NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: < [ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES | Nora | Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História \(pucsp.br\)](#)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

OLIVEIRA, F. Das invenções à indeterminação. Política numa era da indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.). **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-48.

OLIVEIRA, L. O Sentido de Lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 3-16.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pilon, 1976. 156p.

_____. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 17-32.

RODRIGUES, A. M. Conceito e definição de cidades. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2010. 340p.

SANTOS, M. **Por Uma Outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos; 1). 384p.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Coleção Milton Santos; 7). 170p.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41 ed. Campinas: Autores Associados, 2009. 90p.

SCHMIDT, A. **El concepto de naturaleza en Marx**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1986. 244p.

Tuan Yi-Fu. Space and Place: Humanistic Perspective. In: Gale S., Olsson G. (eds) **Philosophy in Geography**. Theory and Decision Library (An International Series in the Philosophy and Methodology of the Social and Behavioral Sciences), vol 20. Springer. Disponível em: < [Space and Place: Humanistic Perspective | SpringerLink](#)>. Acesso em 30 dez. 2020.

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: EDUEL, 2013. 248p.

VIRILIO, P. **O Espaço Crítico**. São Paulo: Editora 34, 1993. 124p.

Em busca da cidade moderna: a remodelação urbana de São Luís durante a Era Vargas (1936-1945) ¹

1. Introdução

Nas primeiras três décadas do século passado, o Brasil possuía uma população rural majoritária, mergulhada no analfabetismo, com baixa expectativa de vida e essencialmente empobrecida. A economia era sustentada pelo seu principal produto de exportação, o café, que representava mais de 80% das exportações do país à época (IANNI, 2010).

Nas décadas de 1920 e 1930, o processo e as condições socioeconômicas e culturais no Brasil caminharam para o incremento de um novo projeto nacional, com a instauração de um emergente paradigma moderno, que encontrou nos centros urbanos – territórios que começavam a ser ocupados e a se diversificar – seu grande laboratório. Segundo Ianni (2010), é a partir da década de 1930 que são estabelecidas, sob a responsabilidade do Estado, as condições e os limites básicos de funcionamento do mercado da força de trabalho. Na mesma linha de pensamento, Francisco de Oliveira afirma que

a revolução de 1930, que teve em Oliveira Viana e Francisco Campos dois de seus principais elaboradores na sequência do Estado Novo, atendeu às petições

¹ Artigo publicado no volume 35, número 76 (set-dez) da **Revista Geosul** em 2020 e tem como co-autora a geógrafa e professora **Dr^a Maria Clélia Lustosa Costa**, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: [Em busca da cidade moderna: a remodelação urbana de São Luís durante a Era Vargas \(1936-1945\) | Geosul \(ufsc.br\)](#).

autoritárias, ampliando o quadro de institucionalidade, uma poderosa anabolização do Estado, dando-lhe condições e instituições para administrar e regular o capitalismo moderno, intervindo no conflito de classes, reorganizando os poderes nas entidades federadas para anular o justamente temido poder oligárquico-clânico (OLIVEIRA, 2005, p. 381).

Dessa forma, a política econômica brasileira pós-1930, através do poder do Estado, muito contribuiu para a expansão e funcionamento do capitalismo monopolista no país em condições de dependência, já que os Estados Unidos iniciavam sua política imperialista na América Latina. O conjunto das atividades estatais no período 1930-1945 assinalou a agonia do *Estado Oligárquico*² (IANNI, 2010). As medidas econômicas e políticas adotadas nesse período e a própria reestruturação do aparelho estatal tiveram um caráter modernizante, desenvolvimentista e de apelo ao nacionalismo.

A Revolução de 1930 no Brasil provocou embates e contradições no cenário político maranhense e ludovicense, pois havia no Estado do Maranhão uma hegemonia de grupos oligárquicos que controlavam as instituições políticas, além da debilitada economia. Tais grupos mantinham relações com lideranças coronelistas por todo o Maranhão, forçando produtores rurais de menor porte a ter forte dependência política e econômica. Havia também, principalmente na capital São Luís, uma elite comercial e industrial que mantinha fortes vínculos com setores agrícolas do interior do Estado.

As mudanças impostas pelo emergente cenário político nacional forçavam o rompimento com as estruturas tradicionais existentes, mas em terras maranhenses os “grupos políticos tradicionais continuaram mantendo suas zonas de influência, com poucas alterações. Permanecia a união de seus interesses, juntamente com os dos comerciantes que chefiavam o oligopólio da Praia Grande” (COSTA, 2016, p. 62-63), base econômica

² Entendido aqui como Estado agrário e tributário, cuja elite emanava das classes dominantes tradicionais, e cujo monopólio do poder político servia exclusivamente para o enriquecimento dos membros de sua própria classe social.

estadual através do porto. Cabia às novas lideranças dinamizar esse sistema a partir de reformas progressistas.

Diante do exposto, o presente artigo tem o objetivo de analisar o processo contraditório de legitimação de um urbanismo moderno, mas de natureza estatal e autoritária, no contexto de fortalecimento dos municípios brasileiros frente à uma nova realidade urbano-industrial no país. Mais especificamente se detém nas repercussões para o espaço urbano de São Luís a partir da interventoria do Paulo Ramos no Maranhão e da gestão municipal dos prefeitos Saboya Ribeiro e Pedro Neiva no período varguista.

2. Da primeira república à Era Vargas e a questão do urbanismo

A Primeira República ou República Velha (1889-1930), sobretudo a partir dos anos 1920, se caracterizou, do ponto de vista socioespacial, pelo início de uma dinamização e expansão das cidades e da indústria, impulsionados pela imigração estrangeira e por uma política de substituição de importações.

A crise na agricultura e a imigração fizeram com que houvesse um maior deslocamento para as nascentes cidades, “além de camponeses, entraram no país pedreiros, padeiros, sapateiros e pequenos comerciantes – diversificando o quadro de serviços urbanos” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 326). Embora a população rural fosse maior e a agricultura a principal atividade econômica do país, não se pode negar que nas três décadas iniciais do século XX, os modos de vida urbano começavam a ganhar destaque.

As cidades precisavam ser cuidadas e embelezadas, para que representassem bem sua função de ser o sustentáculo da economia agroexportadora, para tanto, foram objeto de reformas urbanas, com a função

voltada para a otimização do funcionamento do complexo agroexportador. As grandes transformações urbanas são realizadas procurando, entre outras

coisas, evitar a interrupção do funcionamento dos portos brasileiros, como quando diversas epidemias tomaram conta das cidades litorâneas, principalmente a partir de 1860 (QUINTO JUNIOR, 2003, p. 187).

Desta forma, com o incremento de uma realidade urbana, surge de maneira mais efetiva no Brasil os chamados Códigos de Postura, que continham determinações de cunho comportamental, de condutas e ordenamento do espaço urbano, seja do ponto de vista das construções de imóveis, da salubridade e da higiene – com o objetivo de controlar epidemias como a peste, a varíola e a febre amarela – mas, sobretudo iniciava pelo controle dos corpos, investindo nos aspectos mais relevantes para gerenciar a vida na urbe, organizando a vida social, esse mecanismo remete à ocorrência de táticas e técnicas do biopoder³.

O disciplinamento da população foi indispensável ao florescimento capitalista brasileiro, modo de produção que só conseguiu se desenvolver às custas da inserção controlada dos corpos nos meios de produção e através de um ajustamento de fenômenos de população aos processos econômicos.

É possível afirmar que os códigos de postura formulados em larga escala no Brasil entre as últimas décadas do Oitocentos e as primeiras décadas do século passado são o ponto de partida do que posteriormente se convencionou chamar de plano diretor e zoneamento, que se espalharam pelo país a partir da segunda metade do século XX.

É necessário lembrar que as tentativas expostas em planos e códigos das cidades brasileiras no que diz respeito ao embelezamento de seus núcleos se vinculam a uma imposição ideológica das classes dominantes do poder, que “não era discurso apenas; refletia ação concreta do Estado, embora com objetivos nem sempre condizentes com o discurso” (VILLAÇA, 2010, p. 192). Era a época das grandes reformas urbanas

³ “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação, durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces – anatômica e biológica –, individualizante e especificamente, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo” (FOUCAULT, 2018, p. 150).

vinculadas ao paradigma higienista, com saneamento, abastecimento d'água, cuidado com o lixo e a abertura de grandes avenidas para circulação de ar.

A São Luís da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, bem como outras cidades brasileiras, viu a elaboração de diversos relatórios sanitários feitos por médicos e engenheiros com o intuito de diagnosticar os problemas urbanos e sua influência sobre a saúde da população, com destaque para o estudo sobre Saneamento produzido por Palmério Cantanhede em 1899 e um relatório sobre a peste bubônica feito por Victor Godinho em 1904.

Nos anos 1920, com o florescimento e a diversificação das relações sociais urbanas, houve o surgimento de novos grupos sociais que tinham interesses distintos dos grupos predominantes na época, estes últimos representavam uma elite política ligada aos grupos oligárquicos regionais que praticavam uma

política econômica externa, do tipo liberal (exigida por empresas comerciais e financeiras europeias e norte-americanas que controlavam o setor externo brasileiro) que significava a maciça e sistemática exportação do excedente nacional através da comercialização do café e a importação de manufaturados e artigos de consumo para a classe dominante, ou seja, boa parte do produto nacional encaminhava-se para o exterior (IANNI, 2010, p. 28).

Os novos grupos sociais eram diversos, consequência da incipiente industrialização (burguesia industrial), expansão do setor terciário e da própria urbanização. A fundação do *Partido Comunista do Brasil* (PCB) em 1922, as primeiras manifestações do *tenentismo* e a *Semana de Arte Moderna* (1922) são algumas expressões desses novos grupos.

Antes de 1930, o sistema político-econômico no Brasil já mostrava claros sinais de desgaste, problemáticas estruturais e conjunturais típicas de uma economia dependente e frágil. Dois acontecimentos foram cruciais para a República Velha implodir: primeiro a Grande Depressão de 1929 que provocou graves danos à cafeicultura; segundo, o assassinato de João Pessoa que culmina no agravamento da crise política nacional, levando à

deposição o presidente Washington Luís (sem que ele passasse o cargo ao seu sucessor Júlio Prestes). Em 3 de novembro de 1930 uma Junta Governativa Provisória, formada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o Contra-Almirante Isaías de Noronha entregou o poder ao líder da Aliança Liberal, Getúlio Vargas (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Com a Revolução de 1930, inaugura-se no Brasil uma estratégia governamental com diretrizes nacionalistas e intervencionistas, uma tecnoestrutura estatal (IANNI, 2010) de forte planificação administrativa, com repercussões na política econômica e nas reformas urbanas, sinais claros da ruptura com os modelos que vigoraram nas primeiras três décadas do século XX. Vargas implementa uma gestão modernizante, porém autoritária, atingindo seu auge com o golpe de 10 de novembro de 1937. As cidades e seus modos de vida seriam o novo *locus* da modernidade preconizada por Getúlio Vargas.

A nova racionalidade política a partir de 1937 no Brasil passava obrigatoriamente pelo controle das cidades, com projetos de modernização, Planos de Remodelação e Extensão (LEME, 2005), de embelezamento e higienização. Planos que incluíam demolições de construções e o que se convencionou chamar anos depois de *gentrificação*, isso em diversos territórios, o que suscitou desigualdades através da segregação socioespacial.

Pode-se afirmar que, o par *modernidade-autoritarismo* inicia de um mesmo processo, a intenção do urbanismo na cidade varguista era fomentar uma nova estética, atraente no discurso, instrumento propagandista do um regime político que prezava pela eficiência da engenharia e da arquitetura com seus novos paradigmas científicos. Os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's), ligados à administração direta e indireta do governo, por exemplo, constituíram o grande inventário arquitetônico estadonovista, mas segundo Manzo (2011), as edificações que melhor representaram a imagem do poder de Getúlio Vargas, no tocante à onipresença do Estado na vida dos cidadãos, na solidez de sua estrutura e na segurança e confiança perante os compromissos firmados, na

ratificação do conceito de nação pelas suas tradições e ao mesmo tempo de modernidade, foram as dos Ministérios, edifícios modernos e imponentes.

A seguir, se discutirá o papel da Interventoria de Paulo Ramos no Maranhão, com destaque para as administrações municipais de Saboya Ribeiro e Pedro Neiva e suas relações com o urbanismo em São Luís.

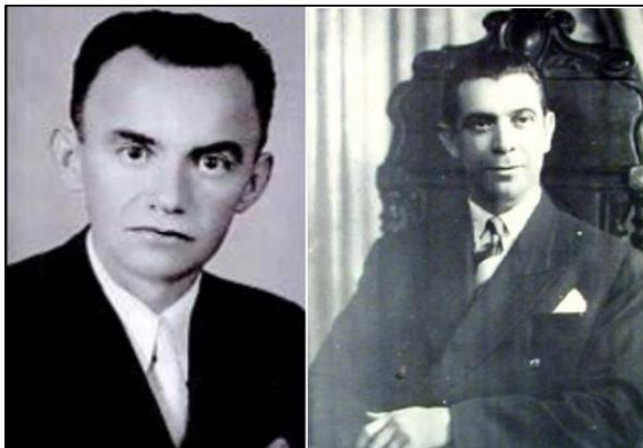
3. Os desafios de Paulo Ramos e Saboya Ribeiro frente a uma cidade decadente

A política que simbolizava a mudança no Brasil dos anos 1930 era representada pela indicação de interventores nos Estados, que poderiam ser naturais dos próprios Estados ou não. Desde o início desta política até 1936, houve tanto mudanças na gestão municipal e estadual via imposição do governo federal, quanto uma rotatividade de militares de linha dura para atuarem como interventores nos Estados, o que por vezes provocou tensões com grupos políticos de oposição locais. O Governo Federal, no ano de 1936, indicou então o advogado maranhense de Caxias, Paulo Martins de Souza Ramos, para assumir o cargo de Interventor Federal no Maranhão. Seu nome foi consenso entre os políticos locais, mesmo entre os grupos de oposição ao governo Vargas.

Ramos promoveria o que se chamou na época de ‘a reconstrução do Maranhão’, inaugurando um período “dos mais profícuos e progressistas que já desfrutou o Maranhão” (MEIRELES, 2002, p. 336). Essa concepção de Meireles, um tanto ufanista, é reforçada pela indicação do nome do engenheiro e urbanista cearense José Otaécio de Saboya Ribeiro para ser prefeito de São Luís. Havia na mentalidade na época, desde intelectuais e também entre as lideranças políticas locais e nos quadros políticos nacionais a ideia de que o perfil técnico de um líder – representado por Saboya Ribeiro⁴ – seria capaz de levar adiante o projeto modernizador preconizado por Vargas.

⁴Saboya Ribeiro, antes de ser prefeito de São Luís trabalhou na Secretaria de Viação e Obras do Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de Engenheiro-Chefe do 5.º trecho da nova adutora do rio das Lages. Foi professor de Arquitetura

Figura 1 – Paulo Ramos e Saboya Ribeiro



Fonte: Ferreira (1987) e Arquivo da Biblioteca DAU/UFC.

Antes de se analisar a importância de Paulo Ramos, Saboya Ribeiro e Pedro Neiva para uma mudança na concepção da cidade de São Luís na segunda metade dos anos 1930, instaurando um paradigma urbano moderno, cabe destacar um texto do jovem Josué Montello sobre São Luís, publicado na *Revista Careta* em novembro de 1937, intitulado “A cidade que não quer ser nova”. Em tom ufanista, o escritor destaca o marasmo de uma cidade que se recusava ser moderna.

Todas as cidades no Brasil se transformam. Um ritmo vertiginoso as envolve. Fortaleza, por exemplo, há pouco tempo, valia apenas por sua praia muito alva, povoada pelos heróis do poeta maior da prosa brasileira. Hoje é um espetáculo dinâmico. Os prédios se empinam no dorso dos alicerces de cimento armado e os arranha-céus se multiplicam sob o sol doirado da terra de Iracema. Belém, mais ao norte, embrulhada nas suas mangueiras, tem já o aspecto das grandes cidades. Há movimento, inquietação, vontade louca de subir (...) São Luís, entretanto, é aquilo mesmo, minha cidade querida não muda (MONTELLO, 1937, p. 24).

na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, onde substituiu Atilio Corrêa Lima, em 1937. Foi diretor da Escola Nacional de Belas-Artes (LOPES, 2013).

Apesar do tom saudosista, utilizando-se de expressões no texto como “minha cidade querida”, “a heroica e leal São Luís de La Ravardière”, Montello não deixa de possuir certa razão em seu artigo; São Luís na segunda metade dos anos 1930 ainda estava limitada ao que se conhece hoje como o *anel viário*, que circunda a área central e histórica da cidade e mesmo dentro deste perímetro, em suas bordas, ainda havia lugares com características essencialmente rurais.

Pelo exposto, coube a Paulo Ramos, que assumiu o cargo de interventor em agosto de 1936, a Saboya Ribeiro, empossado prefeito em 15 de setembro daquele mesmo ano, e a Pedro Neiva, substituto de Saboya Ribeiro na metade do ano de 1937, o desafio de romper com essa falta de modernização e desenvolvimento urbano em São Luís. Esses três nomes seriam responsáveis pela elaboração e execução de um Plano de Remodelação para São Luís, ambicioso na teoria, que encontrou limitações práticas por causa das dificuldades financeiras, mas não deixou de causar inovações na cidade de então.

Em seu diagnóstico sobre São Luís, Saboya Ribeiro constatou primeiramente uma imagem negativa sobre uma cidade antiga e pouco higienizada, falou em mensagem dirigida à Câmara Municipal, quando da sua saída do cargo de prefeito, que os desafios eram grandes em reformar uma cidade bonita, porém, decadente, talvez a única capital do Brasil que conservara um conjunto de casario do século XIX, com suas vias tortuosas, estreitas e íngremes e com seus velhos trapiches (SABOYA RIBEIRO, 1937).

O então prefeito concebia a cidade como um organismo vivo que deveria ter saúde, para assim se desenvolver. Era preciso fazer uma higienização nos casarões e sobrados que se encontravam em situação de risco e/ou em estado de abandono, para tanto tratou de declarar guerra aos espaços insalubres e degradados⁵ em São Luís. Sobre a questão da

⁵ Na Edição de 1.º de junho de 1937, em sua página 2, o Jornal O Imparcial estampava a seguinte manchete “As Obras de Demolição dos Pardieiros de S. Luiz”. O texto era um relato claro do combate ostensivo que Saboya Ribeiro fez para colocar fim em áreas degradadas de São Luís. Ela foi escrita assim: “Sabado pela manhan, o nosso reporter encontrando-se na Praça João Lisbôa com o Sr. Francisco de Paula Gomes, mestre de obras da Prefeitura Municipal,

higiene, ele aponta em seu diagnóstico problemas sociais e estéticos, que poderiam ser melhorados pela demolição de ruínas da cidade; disse ele que “não é pequeno o número de prédios que se encontram em estado *adeantado* de ruína, transformados em *fócos* de proliferação de *animaes* nocivos a saúde, ameaçando permanentemente a vida dos transeuntes” (SABOYA RIBEIRO, 1937).

Saboya Ribeiro criticou veementemente a especulação imobiliária que se realizava na zona central, em que proprietários exploravam a pobreza pela cobrança de aluguéis caros em albergues sujos. Segundo ele

É possível que os que aqui vivem se tenham acostumado ao aspecto das fachadas mal cuidadas, dos beiraes sujos e de mal aparência geral das ruas. Mas os que aqui aportam pela primeira vez, não deixam de experimentar uma sensação de tristeza e de desalento, de notar que os oitões das edificações pintadas de negros ou cobertos de limo, emprestam uma nota fúnebre ao panorama da cidade (SABOYA RIBEIRO, 1937).

Ainda em seu diagnóstico sobre São Luís, a visão de Saboya Ribeiro era de que a cidade poderia passar por reformas de maneira menos dolorosa, já que a intervenção na cidade existente e antiga poderia ser alcançada através de planos de fácil execução, o que traria um desenvolvimento civilizatório, numa cidade “onde não existe cultura *generalizada* e onde é sentida de maneira forte, a falta de sopro do progresso realizador” (SABOYA RIBEIRO, 1937). Para sustentar seus argumentos, o engenheiro-arquiteto cearense seguiu uma linha parecida com a feita por Montello em seu texto para a revista Careta, ao fazer comparação com outras cidades brasileiras:

o qual se dirigia para as obras de demolição, que o Dr. Saboya Ribeiro está mandando proceder nos velhos pardieiros que ameaçam dia a dia abafar os transeuntes da nossa capital. (...) Dirigimo-nos então para o enorme sobrado da Rua Cândido Mendes, 387, onde arriscadamente trabalhadores promovem a sua demolição (...) precisamente dentro de 3 semanas o enorme sobrado estará transformado em esqueleto (...) Depois dessa demolição o Dr. Saboya Ribeiro atacará os serviços em outros prédios velhos, no correr da Ulen que estão em vias de desabar. O prefeito, zeloso pela vida dos habitantes daquelles pardieiros, está intimando-os a se retirarem dos mesmos. Sabemos que muitos desses habitantes, apesar das intimações continuam a habitar os prédios em apreço”.

Porto Alegre, a bella cidade sulina, marcha a passos gigantescos; a velha capital bahiana caminha sob novos rithmos; as cidades Pernambucanas, mesmo as do alto sertão, organisam planos de extensão e embelezamento; o architecto Nestor de Figueiredo orienta traçados das cidades Parahybanas e mostra novos caminhos à cidade de Fortaleza; Bello Horizonte, a jovem capital mineira, construidaha menos de meio seculo, no momento, sob a orientação de Octacilio Negrão, soffre uma como que verdadeira remodelação (SABOYA RIBEIRO,1937).

Ele também se disse espantado com o estado de abandono da cidade, que nunca passara por uma “remodelação *systematica* ou melhoramento extensivo” (SABOYA RIBEIRO, 1937) e colocava culpa na elite política e econômica local, chamando-a de individualista, que nada fazia para obrigar a todos a zelar pela cidade. Destarte, é possível afirmar que as pretensões de Saboya Ribeiro eram audaciosas, pois objetivavam uma reforma urbana alicerçada no higienismo e na mudança de comportamento dos habitantes perante o espaço urbano.

Para tanto, propôs uma grande reforma administrativa e aprovou um novo, abrangente e moderno Código de Posturas em menos de dois meses como prefeito. Foi o maior e mais diversificado código da história da cidade. Através do Decreto n.º 205, de 3 de novembro de 1936, idealizado e promulgado por Saboya Ribeiro, entra em vigor o novo Código de Posturas de São Luís, acabando com um atraso de cerca de 43 anos desde a publicação do último Código em 1893. No início do Código que acabara de ser aprovado, existiam explicações para a renovação da legislação:

(...) Considerando que o progresso da technica poz à disposição das cidades elementos inteiramente para os quaes é necessário crear legislação,(...) Considerando que a prática nas capitaes brasileiras tem forçado as Municipalidades [...] a adotarem novos Códigos compatíveis com a época actual, e completa-los com elementos novos [...] assim, constituindo uma [...] difficil consulta,(...) Considerando que a Municipalidade de à muito se resente de um Código [...] dotar a cidade de São Luiz de um novo Código, [...] com as exigências do progresso do Brasil,Art. Único – Decreta e manda pôr em execução o novo Código de Posturas do Município de São Luiz, revogadas as disposições em contrário. (SELBACH, 2010, p. 97-98).

As primeiras palavras da lei chamam a atenção para a necessidade de sua renovação em vistas do progresso técnico, exigindo dos municípios e capitais brasileiras a se adaptarem aos novos tempos em decorrência também das mudanças nos hábitos, comportamentos e mentalidades da sociedade. O novo Código foi dividido em 27 títulos, alguns com respectivas seções, conforme a necessidade do assunto. O total de artigos chegou a 508, o maior e mais detalhado entre os cinco códigos de posturas que já existiram em São Luís no intervalo de mais de um século.

O primeiro assunto tratado no Código se referia às infrações, das multas e das penas. O segundo tratava das questões propriamente urbanas, dividido entre os títulos II a VIII, entre os artigos 19 a 85. O Título II tratava do Município, dos bens de uso comum e dos terrenos, sendo dividido em dois capítulos, da Divisão administrativa no artigo 19, estabelecendo as bases para o zoneamento da cidade que seria aprovado pouco mais de um depois. Nele há a divisão em 4 zonas a saber: Central, Urbana, Suburbana e Núcleos do Interior da Ilha e Rural.

Tratou ainda de logradouros públicos e das Ruas, estabelecendo as larguras e comprimentos, estabeleceu regras para a urbanização de novas áreas e sua divisão em lotes, determinou condições para arborização e abriu possibilidades para regulamentar o uso nas estradas municipais. Tratou da tecnologia urbana definindo muitas expressões do urbanismo da época como “Edificar”, “Construir”, “Fundo de Lote”, “Porão”, “Prédio de Sobrado”, “Logradouros Públicos”, entre outras. Na lei, apareceu pela 1ª vez a palavra “Zoneamento” e “Zonas”, assim descritas:

Zoneamento - É a divisão da cidade em diversas zonas ou districtos de uso estabelecido num plano de cidade, afim de promover a localização racional dos seus diferentes órgãos, propocionando aos seus moradores vantagens de ordem econômica, sanitária, esthetica, mediante restricções quando ao uso e volume das edificações.

Zona - São os diferentes districtos de uma cidade, estabelecidos num zoneamento. Essas zonas são:

- a) **Residenciaes** que podem ser subdivididas em zona de habitações particulares, zonas de habitações coletivas, zonas mixtas, etc., onde é permitido o commercio de gêneros de uso diário destinados á alimentação de famílias e uso domestico, pequenas officinas eatelleres.
- b) **Commercial** que abrange em particular o movimento commercial, interno e externo, da cidade, abrangendo o commercio em varejo (lojas de fazenda, armarinhos, perfumarias, drogarias, etc.), o centro de negócios (bancos, casas bancarias, corretores, bolsas)etc.
- c) **Industrial** onde se grupam as diferentes industrias podem ser classificadas segundo a sua natureza em diversos grupos e esses grupos formarão sub-zonas cada qual adequada a seu destino. Da zona industrial fazer parte também o porto, o aero porto, as estações de estradas de ferro, villas e casas operarias quando convenientemente dispostas ao serviço das diferentes industrias. (SELBACH, 2010, p.118-119).

É possível perceber que neste Código, Saboya Ribeiro lança as bases de um planejamento urbano mais moderno e arrojado, estabelecendo uma visão de urbanização para os próximos anos de acordo com a vocação social e econômica. Desta forma, a fim de organizar a expansão urbana em direção às periferias e áreas rurais, “às margens das linhas de bonde, o Código subordina a iniciativa privada ao ‘Plano de Urbanização’ e estabelece índices de ocupação e dimensionamento para novos loteamentos, prevendo um alcance regional” (LOPES, 2013, p. 183). Saboya Ribeiro anteviu o direcionamento futuro da cidade, para onde ela caminharia.

Outras partes do Código tratavam ainda dos profissionais urbanos, tais como arquitetos, engenheiros, arquitetos construtores e construtores, do alinhamento, localização e nivelamento, das construções em geral, dividido em quatro seções: pés direitos, altura dos edifícios, áreas de iluminação e ventilação, e serventias em comum; e arquitetura das fachadas, marquises e toldos, andaimes e tapumes. Outro assunto abordado foram as questões sanitárias, especialmente as voltadas aos espaços físicos, como as condições de salubridade e higiene gerais dos subterrâneos, porões e sobrelojas, cavas, Porões, Lojas e Sobrelojas.

O Título X tratava dos estabelecimentos industriais e comerciais, dividindo-se em sete Seções: Açougues; Fábricas de produtos alimentícios,

farmacêuticos, laboratórios e indústrias leves ocupando menos de 50 pessoas; Fábricas; Hospitais; Cocheira e estábulos, Escolas; e Garagens, postos de gasolina e lubrificação.

O Código de 1936 estabeleceu critérios rigorosos e bem definidos sobre projetos arquitetônicos e urbanísticos que envolviam embelezamento, segurança ventilação, salubridade, higiene, tamanhos de vias, estética urbana, fachadas de prédios, tipos de construções, dentre outros. A lei determinava “que cópias dos projetos fossem enviadas à Diretoria de Saúde Pública do Estado e citava também o Serviço de Salubridade das Edificações” (LOPES, 2013, p. 185). Portanto, obedecendo, de forma coerente, a outras instâncias no que dizia respeito às fiscalizações.

Outros dois Decretos vieram somar com o Código de Posturas em 1936, formando um sistema de regulação urbana moderno, são eles: o Decreto n.º 219, de 19 de dezembro, e o Decreto n.º 217, de 19 de dezembro. Eles tratavam de um novo Regime Tributário e de um pioneiro zoneamento (mapa da figura 2), respectivamente.

A reformulação tributária estabeleceu novas taxas para obras e construções em diferentes territórios da cidade ou zonas que acabavam de ser criadas, além dos melhoramentos urbanos. O título 7.º, intitulado ‘Taxas Sobre os Serviços Municipais’, determinava a criação da “taxa de limpeza, jardins, iluminação e conservação das vias públicas”, bem como criava taxas para “melhoramentos na cidade”.

Essa estratégia era uma maneira de aumentar a arrecadação de um Estado com graves problemas nas finanças, mas que pelas mãos de Paulo Ramos, a partir de sua experiência como funcionário público no Ministério da Fazenda e com sua habilidade de diálogo com o Legislativo e com nomes dos altos cargos da política nacional, conseguiu apoio para equilibrar as contas do Estado. Segundo Costa (2016, p. 80):

A solução fiscal de questões, que desde a primeira metade do século XX afligiam aos administradores era efusivamente comemorada, sobretudo no que se referia a recuperação da capacidade de pagamento do Estado, tanto no Brasil quanto no estrangeiro. Ramos comemorava juntamente com os deputados

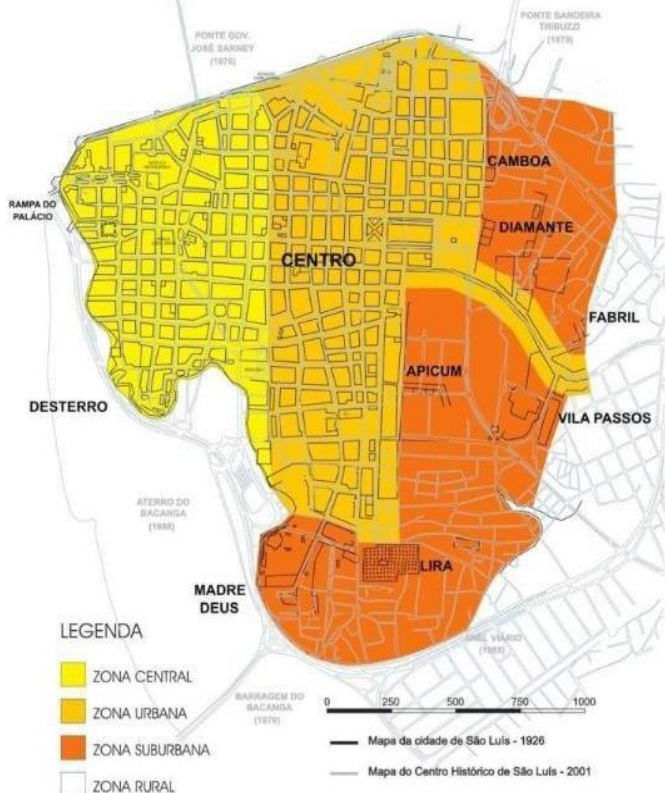
estaduais os resultados da reforma da contabilidade pública e do sistema tributário (mediante lei estadual aprovada) e da resolução das dívidas interna, externa e flutuante, passando pelos empréstimos tomados nos Estados Unidos e na Europa, bem como pela criação do Banco do Estado.

Junto com a questão da tentativa de sanar o problema fiscal nas contas públicas do município, Saboya Ribeiro edita um decreto na mesma data do novo regime tributário (19 de dezembro de 1936), que é o zoneamento, baseado no que estava determinado no Artigo 19 do Código de Posturas aprovado 46 dias antes.

O zoneamento proposto por Saboya Ribeiro coincidia “com o traçado urbano representado no mapa da cidade desenhado por José Abranches de Moura dez anos antes” (LOPES, 2013, p. 180). Esta pioneira divisão do município considerava, além da zona mais adensada de São Luís (Zonas Central e Urbana), os núcleos suburbanos da ilha (Zona Suburbana), ocupações que apresentavam incipientes características urbanas, mas que eram cercadas de sítios, quintas e chácaras, como os povoados do Anil, São José, Pedrinhas, Paço do Lumiar, Olho D’água e Turu. Tal zoneamento identificava ainda todo o resto da ilha, em sua maioria Zona Rural.

Em fevereiro de 1937, Saboya Ribeiro ainda apresentou um ‘anteprojeto de remodelação da cidade’ que unia questões e aspectos socioeconômicos em prol do desenvolvimento urbano e algumas soluções urbanísticas. Habitação popular, salubridade, intervenções urbanas a partir de investimentos privados, barateamento nas construções através dos materiais e a criação de um hotel estavam incluídos.

Figura 2 – Mapa baseado no Decreto nº 217/1936 que instituiu o Zoneamento



Fonte: Lopes (2013, p. 178).

O projeto do então prefeito, intitulado “Remodelação, Extensão, Embelezamento da Cidade de São Luiz”, esboçado em um croqui e publicado em fevereiro de 1937 pelo jornal O Imparcial, previa uma intervenção em diversas áreas da cidade, inclusive intervenções que estavam em curso como a do Mercado Público e do Matadouro Modelo e outras que seriam ainda construídas ou reformadas em importantes espaços públicos, como prédios, praças e vias da cidade onde se localizavam repartições públicas e que tinham grande movimentação de pessoas, a exemplo da Praça e Avenida João Lisboa, da Avenida Dom Pedro II (com a construção de um centro cívico), Rua Sete de Setembro, Rua Oswaldo Cruz, Avenidas Beira-Mar e João Pessoa, incluía a demolição do Palácio dos Holandeses, construção de

um hotel e intervenções no cais do Porto e no entorno da linha férrea. Segundo Lopes (2013, p. 174),

A partir desses princípios projetuais, os quarteirões conformados pelos prédios de arquitetura tradicional luso-brasileira, não são tratados como elementos de composição do desenho urbano, mas como resultado da aplicação dos novos traçados à cidade. Este sistema de avenidas, por sua vez, facilitaria o tráfego eficiente entre as diversas zonas da cidade, conferindo a essas áreas salubridade, iluminação e arborização que, aliado à adoção de novos padrões estéticos para a arquitetura (Art Decò), emprestariam uma imagem de modernidade à cidade (LOPES, 2013, p. 174).

Figura 3 - Croqui do Plano de Remodelação de São Luís elaborado por Saboya Ribeiro



Fonte: O Imparcial (1937).

Era um projeto ambicioso, que olhava para o futuro da mobilidade urbana da capital maranhense; para isso instituiu, através do Decreto n.º

233/1937, uma Comissão do Plano de Cidade, composta por sete membros, chamada à época de “Organismo *Technico* Municipal” pelo O Imparcial, que, em sua manchete sobre a comissão do plano, escreveu: “verdadeiro conselho *technico*, essa *comissão* *vae* agrupar valiosos elementos de reconhecida capacidade mental, independência e possuidores de *accentuado* sentimento *esthetic*” (COMMISSÃO, 1937, p. 2). O jornal se referia à capacidade intelectual e técnica dos membros da comissão, que além do próprio Saboya Ribeiro, era composta pelo Coronel Luso Torres (ex-prefeito e ex-interventor), os médicos Carlos Macieira e Heitor Pinto, o Industrial Américo Pacheco de Carvalho, o professor Luiz Rêgo e o engenheiro Pinheiro Costa.

A tentativa de modernizar São Luís, não apenas dando a ela um aspecto urbano novo, mas mirando a alteração dos costumes e hábitos, modernizando seu sistema tributário, ordenando o comércio, a indústria e o transporte, foi de grande relevância. Mas Saboya Ribeiro esbarrou no complexo arranjo político e na sua classe dominante – sobretudo os mandatários do Comércio que tinham fortes ligações com a oligarquia política local – que não concordavam com algumas práticas modernizantes e ideias promovidas pelo prefeito, que não logrou sucesso nos diálogos com esses segmentos.

O prefeito começou a ser criticado por diversos órgãos de imprensa do quais havia tido apoio no início de sua gestão, muitos termos depreciativos foram usados pela imprensa para qualificar o prefeito, “*prefeito tentacular, arquiteto-embromista e moço-urbanista* demonstravam a insatisfação e a descrença na expertise que julgava representar, além de demarcar os espaços de fala” (COSTA, 2016, p. 115).

Saboya Ribeiro chegou a chamar os moradores de “selvagens e sem cultura⁶”, provocando a ira da elite local, da imprensa e de parte da população. As propostas saboyanas, como se viu, se basearam num paradigma moderno, com a construção de amplas avenidas, demolição e reconstrução

⁶ Manchete “O Protesto do Commercio no caso dos insultos da mensagem de Saboya Ribeiro”, do Jornal Pacotilha, Ano LVII, n.º 899, de 5 de agosto de 1937.

de casarões em ruínas, higienização dos espaços e a valorização do acervo arquitetônico. Em 21 de agosto de 1937, Saboya Ribeiro, sem apoios políticos e do povo, pede exoneração a Paulo Ramos.

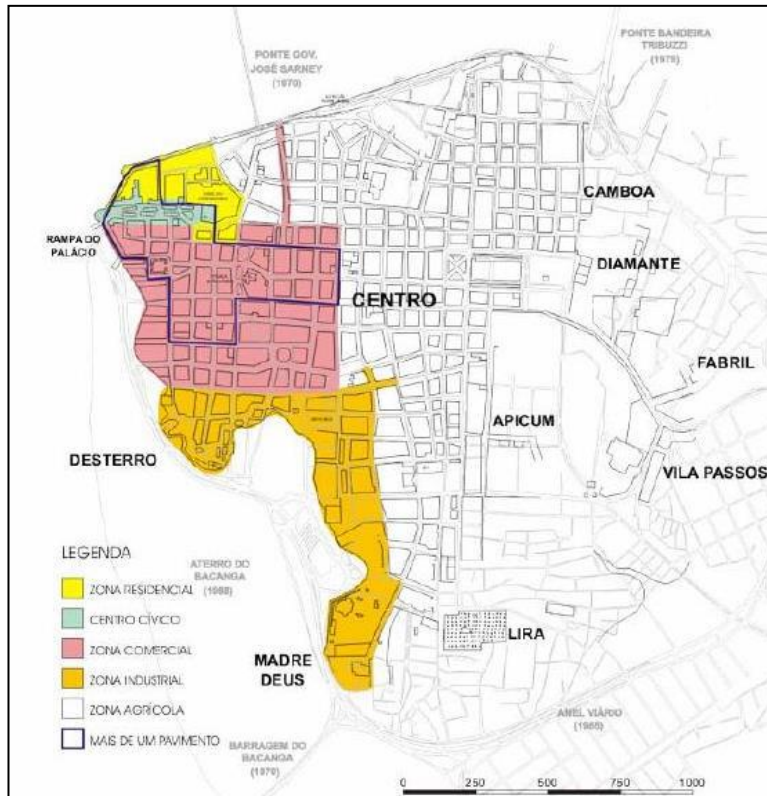
4. A gestão Pedro Neiva e a São Luís “moderna” e funcional

Com a saída de Saboya Ribeiro da prefeitura, Clodoaldo Cardoso ocupa então a cadeira de prefeito de São Luís interinamente após a saída de Ribeiro, até que, em novembro de 1937, Pedro Neiva de Santana⁷ é nomeado prefeito do município, um nome que agradou a imprensa e as elites econômica e política local. Sua nomeação coincidiu com o golpe de 10 de novembro, que culminou com a instalação de um regime autoritário no Brasil.

Saboya Ribeiro deixou uma semente modernizadora importante que seria posta em prática numa escala maior por Pedro Neiva e Paulo Ramos. Na visão de Buzar (2000), a cidade ganhava uma nova fisionomia através de sua gestão, bem como lhe era imposto um rígido controle sobre as finanças. Pedro Neiva assume e continua as ideias e ações propostas iniciadas pelo seu antecessor, faz ajustes na legislação urbana, define critérios para isenções de impostos que “incentivam a verticalização no centro urbano e um novo zoneamento para a cidade” (LOPES, 2013, p. 206). Com o Decreto n.º 330/1938, Pedro Neiva aprova um novo código de zoneamento para São Luís, o segundo na história da cidade, um zoneamento funcional que se limitava em quase toda sua totalidade à Zona Central, criada por Saboya Ribeiro no zoneamento de 1936.

⁷*Pedro Neiva de Santana* nasceu em Nova Iorque (MA) no dia 27 de setembro de 1907, filho do coronel Manuel José de Santana e de Ana Neiva de Santana. Fez os primeiros estudos em Floriano (PI) e no Liceu Maranhense, em São Luís. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ingressou em 1929 na Faculdade de Medicina, pela qual se diplomou, especializando-se depois em medicina legal (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019).

Figura 4 - Mapa baseado no Decreto nº 330/1938 que instituiu o Zoneamento



Fonte: Lopes (2013, p. 208).

Outra característica desse instrumento era o incentivo à verticalização da cidade, definindo trechos onde não seriam permitidas construções novas com apenas um pavimento. Havia no Decreto 330/1938, segundo Burnett (2012, p. 33), “uma nova zona residencial, compreendida pelas ruas de Santana, Passeio, Ribeirão, São Pantaleão e Direita, onde medidas legais impediam a presença de construções populares, como cortiços e casas térreas”, o que incentivava uma renovação arquitetônica nos prédios.

O Zoneamento de Pedro Neiva instituiu um Centro Administrativo ou Centro Cívico (legado de Saboya Ribeiro) bem como 4 zonas: a Zona Comercial, a Zona Industrial, a Zona Residencial e a Zona Agrícola. As intervenções que seriam derivadas deste zoneamento privilegiariam a zona

central como já foi dito, menosprezando a totalidade da ilha, como as zonas suburbana e rural criadas por Saboya Ribeiro.

O *Novo Plano da Cidade* de Pedro Neiva estabeleceu uma série de providências de cunho higienista com a inserção de novas estruturas em prédios e edifícios em substituição às antigas, além de transformações no sistema viário da cidade, situação semelhante ao que vinha acontecendo em bairros e avenidas de outras cidades brasileiras como Recife, São Paulo, Salvador e Porto Alegre.

Por ser médico de formação, Pedro Neiva imprimiu as seguintes mudanças de caráter higienista: reforma dos hospitais Geral e Infantil, no Instituto Oswaldo Cruz, taxaço de cortiços e casas mais humildes, medidas em relação à ventilação e iluminação de ambientes internos e a ampliação de arborização de avenidas, ruas e praças da cidade. Segundo Lopes (2013, p. 213),

As substituições de estruturas tradicionais por novos edifícios, realizadas no início da década de 1940, incluíram a demolição do antigo mercado, ainda na administração de Saboya Ribeiro, que funcionava no terreno da extinta Companhia de Iluminação e Gás, o gazômetro, para a construção de um novo e moderno Mercado Central (...). O ‘palácio dos holandeses’ também demolido por Saboya Ribeiro, daria lugar à nova sede da Associação Comercial – que tanto havia protestado contra as mudanças e impostos de Saboya – o palácio do Comércio, edifício de linhas Art Decò, construído pelo Município e cedido à Associação. Era nesse verdadeiro ‘palácio encantado da cidade’ que a burguesia local promovia os seus bailes.

Durante os anos 1940, São Luís começa sua expansão para além dos limites do que hoje equivale ao Anel Viário, que foi proporcionada com a utilização dos bondes elétricos até o bairro do Anil, da Ferrovia São Luís-Teresina, e a abertura de novas e modernas avenidas, como a Getúlio Vargas e a João Pessoa, que facilitou o deslocamento dos indivíduos, por meio de um transporte público, e organizou a ocupação de um local, onde estavam situadas chácaras, quintas e sítios, que eram mais distantes do Centro histórico.

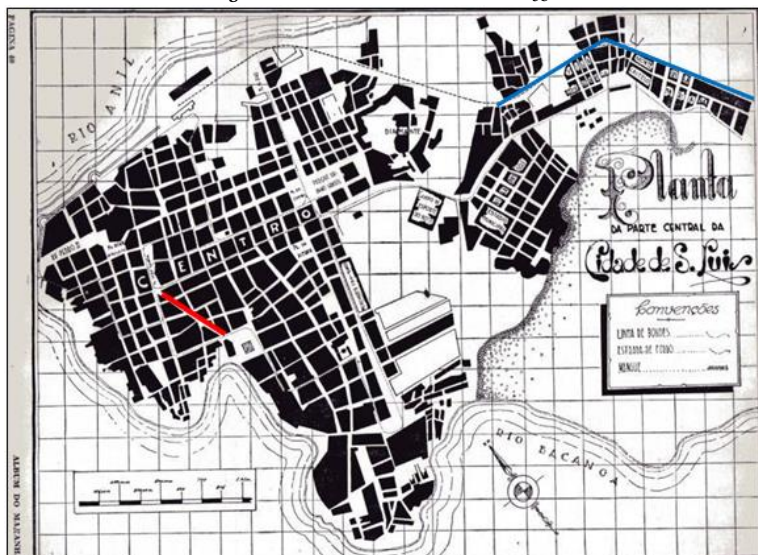
A Avenida Getúlio Vargas foi construída com duas largas vias para linhas do bonde e veículos automotivos, canteiros centrais gramados com jardins e árvores, e calçadas laterais largas. A construção desta via foi uma grande influência que serviu de inspiração para a abertura de novas e importantes vias na cidade.

Figura 5 – Avenida Getúlio Vargas em São Luís nos anos 1940.



Fonte: Jorge (1950).

Figura 6 – Planta da cidade de São Luís em 1950



Fonte: Jorge (1950).

A pavimentação desta avenida ensejou uma mudança marcante na paisagem do lugar, isto é explicado pelo surgimento de construções amplas e confortáveis em suas margens, substituindo boa parte dos sítios e chácaras que ali existiam. Algumas dessas novas construções eram representadas ao longo da avenida por residências de arquitetura característica, predominando o estilo moderno, mas também com a presença dos estilos neoclássico e art decò, residindo ali famílias com grande poder aquisitivo.

O crescimento urbano de São Luís teve como uma de suas maiores expressões a ocupação do eixo Centro-Anil. Segundo Gomes (1988), nas décadas de 1920 e 1930 São Luís possuía um lento crescimento da área urbana, permitindo que a cidade atraísse recursos direcionados à urbanização, como algumas tímidas melhorias em saúde, educação, transporte, energia e saneamento. A partir da década de 1940, a cidade de São Luís “expande-se numa faixa de aproximadamente 13 quilômetros de extensão” (GOMES, 1988, p. 21;22), sendo que a topografia pouco favorável, situada no divisor de águas dos dois principais rios da ilha, fez com que este crescimento se direcionasse aos manguezais.

A Planta de São Luís de 1950, publicada no Álbum do Miécio Jorge, traz duas inovações em relação aos mapas publicados anteriormente; uma é o traçado da Avenida 10 de Novembro (atual Avenida Magalhães de Almeida⁸ – linha vermelha na figura 6) em diagonal, essa construção constituía a proposta de intervenção urbana idealizada por Saboya Ribeiro em 1937 e implementada por Pedro Neiva e Paulo Ramos em 1941, criando uma ligação entre a Praça João Lisboa e o Mercado e outras áreas da cidade, provocando uma ruptura com o traçado urbano dos séculos XVIII e XIX em virtude da demolição de muitos casarões, o que possibilitou a incorporação de construções em estilo modernista. A outra inovação na Planta é o novo eixo viário de expansão urbana de São Luís, a Avenida Getúlio Vargas (linha azul na figura 6). A toponímia chama atenção nesta área da cidade,

⁸ Sobre a construção e modernização da avenida em questão, conferir o trabalho de Pflueger e Furtado (2017).

com os bairros Vila Operária, Vila Mariana e Monte Castelo, este último o mais importante devido ao seu pioneirismo com rápida urbanização para além dos limites do Anel Viário entre os anos 1950 e 1980.

Na Era Vargas, ainda houve ações voltadas à produção de habitações ao público assalariado a partir dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), que foram criados em 1933 para fomentar única e exclusivamente a assistência previdenciária e médica aos seus associados. Desta forma, “em 1937, os IAPS passaram a atuar no campo da habitação, onde poderiam investir até 50% de suas reservas para o financiamento habitacional” (RUBIN; BOLFE, 2014, p. 205). O Estado Novo viu ali uma possibilidade de iniciar uma política urbana de habitação a fim de exercer um maior controle social nas cidades que começavam a adquirir maior importância na constituição da sociedade brasileira.

Com a queda de Vargas em 1945 e a volta da democratização brasileira, São Luís retorna a uma instabilidade política nas gestões municipais que não possuíam planos urbanos mais ousados, imperando apenas os reclamos da problemática cotidiana localizada. Mesmo assim, em 7 de setembro de 1945 é inaugurada a Cidade Balneária do Olho D'água, construída pelo governo com via de acesso para o local, então distante da vida urbana, mas que “comprovará a relevância urbana que aquela região terá para a futura expansão de São Luís” (BURNETT, 2012, p. 96).

Paralelo à nova vocação dos IAP's para a produção imobiliária surge em maio de 1946, no Governo Dutra, a chamada Fundação da Casa Popular (FCP), instituída pelo Decreto-Lei n.º 9.218, que tinha por objetivo fomentar investimentos na área da habitação popular para parcelas da população de baixa renda. Segundo Vasconcelos (2014, p. 37), “a cidade de São Luís foi contemplada com apenas um conjunto de 50 casas, localizado no Monte Castelo”, nas proximidades do prédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), conhecido entre os moradores locais pelo nome de “Popularzinha”. Entre os estados da Federação que receberam conjuntos pelo FCP, o Maranhão foi aquele contemplado com menor quantidade de habitações.

Os anos que sucederam a Era Vargas no Maranhão até 1975⁹, em especial na cidade São Luís, foram marcados pela ausência de um planejamento voltado para o espaço urbano e outros territórios do município. A exceção foi em 1958, quando houve a idealização de uma expansão para novos territórios na capital maranhense, *O Plano de Expansão do engenheiro Ruy Mesquita*, que de um lado estabelecia estratégia para ocupação do norte do município em direção às praias, atravessando o rio Anil com a construção de uma ponte e de outro lado um crescimento para a área conhecida hoje como Itaqui-Bacanga, com toda a sua potencialidade portuária. O plano de Mesquita foi considerado arrojado para a época e em alguns aspectos se baseou nas ideias de Saboya Ribeiro no seu Plano de Remodelação de São Luís, como a construção de um Centro Cívico e a construção de uma grande avenida que contornaria todo o centro antigo, conhecida atualmente como *Anel Viário*.

Considerações finais

O Período varguista foi marcado pelo discurso e pela prática do saber urbanístico, com a participação ativa de técnicos e intelectuais na construção e consolidação de planos estratégicos para as cidades brasileiras, tendo como base uma racionalidade moderna.

Houve uma política estatal abrangente de remodelação urbana que teve a influência estética do movimento moderno, priorizando demolições, reconstruções e a expansão de áreas centrais, zoneamentos com a setorização de atividades, higienização dos centros urbanos e seus respectivos códigos de posturas, códigos edificatórios, alargamento de avenidas, novos bairros residenciais para as classes mais abastadas e bairros operários, dentre outras questões, tudo com o intuito de se instaurar uma nova ordem social e espacial a partir de um viés autoritário e racionalista.

Não obstante, Vargas nomeou aos estados interventores que, através de relatórios periódicos e detalhados lhe repassavam tudo que era

⁹ Ano da publicação do primeiro Plano Diretor de São Luís sob a gestão do prefeito Haroldo Tavares.

realizado, uma estratégia de controle do território que teve apoio de militares, pesquisadores e intelectuais.

Nesta perspectiva, o trabalho de Paulo Ramos no Maranhão foi inovador à medida que imprimiu e consolidou grandes obras – e em certa medida uma nova mentalidade – na capital e no interior do estado. A figura de Saboya Ribeiro também representou uma ruptura com a velha forma de se pensar a cidade de São Luís, isto ficou evidente com a elaboração de um abrangente e diversificado Código de Posturas em 1936, uma lei que primou pela modernização do espaço urbano e sua higienização, sem esquecer a importância do patrimônio arquitetônico com seus casarões, patiches e sua memória coletiva.

Saboya Ribeiro inovou ao elaborar um zoneamento que viu o município em sua totalidade e não apenas o centro antigo, lugar com maior adensamento populacional na época. Propôs e imaginou uma imensa via que circundaria todo o território do centro antigo, contribuiu para ajustar e equilibrar as contas do município e logrou êxito em muitas diligências e fiscalizações na cidade, sobretudo em casarões com riscos de desabamento e em incêndios comuns na zona rural, onde a pobreza e a insalubridade imperavam. No entanto esbarrou nos interesses da elite econômica e comercial na cidade, ligada umbilicalmente às oligarquias políticas locais que viam em suas ideias modernizantes uma ameaça para seus projetos.

Pedro Neiva de Santana, sucessor de Saboya Ribeiro, conseguiu levar adiante muitas ideias do engenheiro-arquiteto cearense e foi uma figura que conseguiu dialogar com setores políticos locais, com a elite comercial e a imprensa, o que foi decisivo para a longevidade de sua gestão. Nela se destacaram a formulação de um zoneamento funcional para a cidade que privilegiou territórios onde habitavam as classes média e alta, medidas higienistas e de construção de casarões em estilo moderno como os que se viam na então nova Avenida 10 de novembro e a pavimentação do *caminho grande*, transformado em Avenida Getúlio Vargas, o grande eixo de expansão urbana ludovicense período de 1940 à 1960.

Não é exagero afirmar que, ao menos no discurso, a era Vargas e sua influência no planejamento urbano de São Luís foi uma das mais emblemáticas tentativas de modernização do território na cidade no século XX, as ideias oriundas de intelectuais e técnicos de urbanismo desta época ressoaram por décadas ao influenciar, em alguma medida, o Plano de Expansão de Ruy Mesquita e o Plano Diretor de 1975.

Referências

A CIDADE de São Luiz. **O Imparcial**. São Luís, n. 5.498, 26 fev. 1937, p. 1. Disponível em: <[O Imparcial \(MA\) - 1926 a 1946 - DocReader Web \(bn.br\)](#)>. Acesso em 22 mar. 2019.

AS OBRAS de demolição dos pardieiros de S. Luiz. **O Imparcial**. São Luís, n. 5.591, 1 jun, 1937, p. 2. Disponível em: < [O Imparcial \(MA\) - 1926 a 1946 - DocReader Web \(bn.br\)](#)>. Acesso em 22 mar. 2019.

BURNETT, F. L. **São Luís por um Triz**: Escritos urbanos e regionais. São Luís: EDUEMA, 2012. 171p.

BUZAR, B. Prefeitos de São Luís no Século XX. **O Estado do Maranhão**. São Luís, 1 out. 2000, Caderno Especial.

COMISSÃO DO PLANO DE CIDADE. **O Imparcial**. São Luís, n. 5.539, 7 abr. 1937, p. 3. Disponível em: < [O Imparcial \(MA\) - 1926 a 1946 - DocReader Web \(bn.br\)](#)> Acesso em 22 mar. 2019.

COSTA, M. L. **O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**. 2016. 161f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2016.

FERREIRA, E. P. **A Mística do Parentesco** – uma genealogia inacabada. Piauí/Maranhão/Rio de Janeiro e São Paulo. Vol. 4. São Paulo: Corrêa Lago, 1987. 240p. Disponível em: < [Parentesco :: HOME](#)>. Acesso em 20 fev. 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 176p. (Coleção Biblioteca de Filosofia).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPLANO DIRETOROC). **Pedro Neiva de Santana**: perfil biográfico. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <[PEDRO NEIVA DE SANTANA | CPLANO DIRETOROC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#)> Acesso em: 30 jan. 2020.

GOMES, J. T. P. Síntese Histórica da Formação Urbana de São Luís. **Revista FIPES**. São Luís, v. 3, n. 2, p. 17 – 25, Jul / Dez, 1988.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 332p.

JORGE, M. **Álbum do Maranhão 1950**. São Luís, s. ed, 1950.

LEME, M. C. S. **Urbanismo no Brasil (1895-1965)**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005. 599p.

LOPES, J. A. V. **São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial**. Antônio Lopes da Cunha e a Preservação do Patrimônio Cultural Ludovicense. São Luís: Fundação Municipal de Cultura/Editora Aquarela, 2013. 328p.

MANZO, R. **A Arquitetura na construção da imagem do Estado getulista**: Rio de Janeiro (1930-1945). 2011. 309f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

MEIRELES, M. M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2002. 392p.

MONTELLO, J. A cidade que não quer ser nova. **Revista Careta**, Rio de Janeiro n. 1.535, Ano XXX, p. 24-25, 20 nov. 1937. Disponível em: <[careta_1937_1535.Plano Diretorf \(bn.br\)](#)> Acesso em 30 mar. 2019.

OLIVEIRA, F. “Dêem-me Ademir e eu darei o campeonato”. In: CASTRO, A. C. et. al. **Brasil em desenvolvimento 2**: instituições, políticas e sociedade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 379-391.

PFLUEGER, G.; FURTADO, L. As imagens do moderno em São Luís pelo álbum de Miécio Jorge, de 1950. **Revista Amazônia Moderna**, Palmas, v.1, n.1, p.68 – 83, abr/set. 2017. Disponível em:< [Periódicos - UFT | Revista Amazônia Moderna](#)> Acesso em 10 jan. 2020.

- QUINTO JUNIOR, L. P. Nova legislação urbana e velhos fantasmas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003. Disponível em: < [a11v1747.Plano Diretorf \(scielo.br\)](https://doi.org/10.1111/1747.PlanoDiretorf/scielo.br)>. Acesso em 19. abr. 2020.
- RUBIN, G. R.; BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, Santa Maria v. 36, n. 2 mai – ago. 2014, p. 201-213. Disponível em: < [1602-1487076445.Plano Diretorf \(oaji.net\)](https://doi.org/10.14870/76445.PlanoDiretorf(oaji.net))>. Acesso em 29 jan. 2020.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694p.
- SELBACH, J. F. (Org.). **Códigos de Posturas de São Luís/MA**. São Luís: EDUFMA, 2010. 304p.
- VASCONCELOS, P. E. S. **Política habitacional do Estado autoritário em São Luis (1964-1985)**. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, 2014.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 169-243.

Planejamento urbano e aliança Capital - Estado: A revisão do Plano Diretor 2006 de São Luis e a mercantilização do espaço municipal ¹

“A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas a representação da ‘cidade’ é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição da cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação de renda imobiliária” (Ermínia Maricato, 2000, p. 165)

1. Introdução

O planejamento urbano, definido como ação do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano, (VILLAÇA, 2010) é fundamental na gestão da cidade e, como regulador da produção do espaço, seus instrumentos determinam a essência e o sentido da urbes, pois com imenso aparato técnico de regulação e controle do solo, a legislação urbana têm o poder de pré-determinar o futuro de uma cidade. No Brasil, os esforços recentes de incluir processos de participação popular na definição da legislação urbana se mostraram incapazes de evitar a apropriação e dominação do espaço de modo a favorecer certos grupos sociais em detrimento da maioria dos cidadãos (BURNETT, 2009).

¹ Artigo publicado nos Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas realizada em agosto de 2019 na Universidade Federal do Maranhão. Disponível em [Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas \(ufma.br\)](https://anais.ufma.br/). O texto foi escrito em parceria com o Arquiteto e Urbanista, professor **Dr. Frederico Lago Burnett**, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial (UEMA).

Comprovando que o direito à propriedade privada é um rolo compressor, esmagando qualquer outro tipo de noção de direito (HARVEY, 2012), sobretudo àqueles que têm a ver com grupos definidos como minoritários, as cidades brasileiras são lugares de produção de desigualdades e o poder público é, em larga medida, corresponsável por reforçar esta problemática, inclusive via estabelecimento das diretrizes de organização e (re)produção do espaço.

Estabelecido ao longo da história de São Luís, das sesmarias do período colonial, códigos de postura, planos de melhoramento e embelezamento, até às leis mais apuradas e detalhadas na segunda metade do século XX, o planejamento urbano se tornou Plano Diretor em 1975, momento que a cidade recebe complexos industriais e portuários e grandes investimentos do regime militar para produção habitacional e infraestrutura urbana. A partir dos anos 1990, São Luís já assume status de mercadoria (LEFEBVRE, 2016), dominada por construtores imobiliários, apresentando clara divisão das diferentes tipologias de habitação no espaço urbano em franca expansão, de um lado a cidade legal e, do outro, a cidade ilegal.

Analisando o plano diretor como expressão do planejamento urbano que determina a qualidade de vida de São Luís, este texto faz uma reflexão crítica sobre o papel decisivo do poder municipal em tais processos que, conforme interesses privados, nega ou apoia políticas públicas. E, para assegurar a reprodução capitalista no espaço, não hesita em ampliar limites urbanos, reduzir áreas de proteção ambiental e ameaçar não apenas a população mais empobrecida cidade, mas também as condições de vida de comunidades rurais e a preservação dos recursos naturais.

2. Plano diretor em São Luís, atenção para uns, desprezo para muitos

2.1 Expansão horizontal e segregação socioespacial

Apesar de contar pouco mais de 400 anos de existência, a cidade de São Luís tem uma reduzida experiência naquilo que se define como

planejamento urbano *latu sensu* (VILLAÇA, 2004), somando apenas 3 planos diretores em 30 anos, o primeiro, de 1975, uma iniciativa exógena do governo militar. Aplicada em várias cidades do país pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, braço técnico do Banco Nacional de Habitação - BNH (SERRAN, 1976), visava disponibilizar terra urbana para as mudanças resultantes dos grandes empreendimentos públicos e privados realizados pela Política Nacional de Desenvolvimento, nas décadas de 1970 e 1980 (BURNETT, 2007). Produzido em São Luis através de consultoria externa, o Plano Diretor tinha como principal objetivo o “ordenamento” das terras federais além dos rios Anil e Bacanga, repassadas para o município a fim de possibilitar a produção do BNH em regiões periféricas (RIBEIRO JUNIOR, 1999).

O processo de anexação territorial, sob regime autoritário, com suspensão de eleições nas cidades-capitais, encontrou campo fértil no contexto local para disputas paroquiais de grupos políticos pela gestão da cidade e, no período dos 11 anos (1975-1986), enquanto eram ocupados 40 mil hectares de terras federais, 11 prefeitos diferentes passaram pelo Palácio La Ravardière, alguns com menos de 3 meses na cadeira de alcaide (BUZAR, 2000). A reduzida estrutura técnica de gestão do solo, organizada na administração Haroldo Tavares (1971-1975), foi paulatinamente desmobilizada e assim a improvisação e o amadorismo se associaram ao clientelismo e ao patrimonialismo no processo de ocupação e usurpação de terras públicas. Priorizando a malha viária para conectar o núcleo central às novas áreas incorporadas ao município (PEREIRA e ALCÂNTARA JUNIOR, 2017), o Plano Diretor de 1975 consolidou um padrão disperso de cidade, irracional do ponto de vista da gestão pública (SERRA, 1991), sem políticas de infraestrutura e serviços públicos

Compatível com o governo federal, o caráter autoritário e tecnocrata do PLANO DIRETOR foi incapaz de incorporar os imensos contingentes populacionais despejados dos campos pelo processo de privatização das terras públicas estaduais (BARBOZA, 2013), que chegavam à capital em busca de empregos, principalmente na construção civil. As ocupações

irregulares de áreas urbanas por loteadores clandestinos e movimentos populares foram constituindo assim outra cidade, ignorada pelo planejamento e pelos serviços públicos. Vilas, parques e palafitas se expandiram pelas periferias² e constituíram a “cidade ilegal”, enquanto conjuntos de classe média se dispersavam entre a “cidade velha” e áreas bem localizadas, apropriadas e estocadas por especuladores, no que seria a “cidade moderna”.

2.2 A expansão vertical e a opção preferencial pela alta renda

Quase vinte anos depois daquele primeiro Plano Diretor, os grandes enclaves exportadores pouco tinham contribuído para o desenvolvimento econômico da cidade, incapazes de dinamizar a produção capitalista do espaço de São Luis. Após a crise do BNH (MARICATO, 1987) e a errática política urbana dos sucessivos governos democráticos, a imensa reserva de terras bem localizadas, assegurada pelo Plano Diretor de 1975 mantinha um grande estoque ocioso ou com baixa ocupação. Situação que contrastava com as franjas da cidade a leste e oeste que, com a implantação dos conjuntos do BNH e do Porto do Itaqui, atraíram loteadores e sem-tetos, transformando os limites de São Luis com os demais municípios da ilha e o Itaqui- Bacanga em adensada e precarizada conurbação de bairros populares (BURNETT, 2011).

Apesar de concentrar parte significativa da população ludovicense, toda essa área “invisível” se manteve sem atendimento por parte do poder público e será a reduzida região dos loteamentos do Renascença que passará a disputar a centralidade urbana com a antiga São Luis. A chegada de novos modos de vida urbana – centros de compras, salas comerciais, consultórios médicos e odontológicos e, principalmente, moradia multifamiliar verticalizada (VENANCIO, 2011) – reativaram os negócios

² Como periferia, o texto se refere a assentamentos urbanos irregulares do ponto de vista fundiário e urbanístico, carentes de infraestrutura e serviços públicos, não restritos a uma situação marginal do ponto de vista espacial, podendo se localizar em áreas centrais e bem localizadas.

imobiliários, culminando em 1992 com a elaboração e aprovação de um novo Plano Diretor e um novo Zoneamento para a cidade.

Para entender as origens e razões do Plano Diretor de 1992, construído no interior da administração pública, é necessário observar o surgimento de um novo poder econômico local que, fortalecido pelos financiamentos do BNH, representou a ascensão da indústria da construção civil à macropolítica nacional (RIBEIRO, 1997). Em uma economia de baixa industrialização e mão de obra sem qualificação, a construção civil brasileira passou a ocupar lugar estratégico nas políticas públicas nacionais. Por isso, e diferentemente do anterior, a legislação urbana de 1992 se origina em demandas locais que, com pouquíssimo e quase nenhum financiamento público federal para produção habitacional durante as chamadas “décadas perdidas”, reduzindo drasticamente as produções de moradias de baixa renda e a capacidade de compra das camadas médias. Desta maneira, os construtores contavam com os próprios recursos para atender demandas da alta renda e seus anseios de morar em áreas com potencial de valorização ambiental e locacional.

Assim, apesar da inclusão dos instrumentos pós-Constituição, como áreas de interesse social, direito de preempção, usucapião urbano, direito real de concessão de uso e operações urbanas (SÃO LUIS, 1993), visando trazer mais equidade à cidade desigual e fragmentada, a força política dos interesses imobiliários e as demandas de alta renda direcionaram o verdadeiro e efetivo sentido do Plano. A Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo daquele ano aumentou significativamente as taxas de ocupação do solo, saltando de 6 para até 15 pavimentos o gabarito das edificações nas áreas de interesse do mercado (SANTOS, 2015).

Desvinculado de um processo planejado de oferta de infraestrutura e serviços, as demandas por saneamento e mobilidade passaram a ser, desde então, questões recorrentes na cidade e, incapaz de atender tais necessidades, a Prefeitura incentivou o transporte particular e os problemas de trânsito, enquanto a deficiência no abastecimento de água ressuscitou o negócio da empresária Ana Jansen no século XIX, e a comercialização de

água potável hoje movimentava milhões de reais em frotas de caminhões-pipa em praticamente toda a ilha!

2.3 O planejamento participativo e a inércia da gestão pública

Como este histórico da atuação classista dos planos diretores não se limita à São Luis, mas se reproduz de maneira similar em todo o território nacional, a confirmação, pela Constituição de 1988, do Plano Diretor como instrumento maior de ordenamento do solo urbano, capaz de assegurar a função social da cidade e da propriedade fundiária urbana, provocou amplos e profundos debates entre correntes dos movimentos populares de luta urbana. A principal contestação se referia ao histórico tecnocrata do Plano Diretor (ROLNIK, 1997; GRAZIA, 1990), com alguns questionando o planejamento genérico e a baixa efetividade para implementar diretrizes e proposições democráticas (VILLAÇA, 2005; MARICATO, 2005), enquanto outros, mais raros, questionaram a dependência que movimentos sociais passariam a ter de decisões jurídicas (BALDEZ, 2003).

Como sabemos, a opção pelo instrumento constitucional resultou no complexo e bem intencionado Estatuto da Cidade, aprovado 13 anos depois da Carta Magna (2001), na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), sob conjuntura de desmobilização dos movimentos urbanos (BURNETT, 2009). A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, levou seus gestores – uma equipe de ativistas da luta urbana – a se entender como Estado e apoiar em todo o país, a partir de 2005, a construção de mais de 5 mil planos diretores participativos. Elaborada em curto tempo, sob improvisações, consultorias externas, aprendizado popular, pressão empresarial e divisão entre arquitetos e urbanistas, a quase totalidade das leis urbanas foi parar em prateleiras institucionais (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011).

Neste contexto, São Luis produz o seu primeiro Plano Diretor coordenado pelo Conselho da Cidade – CONCID, eleito em conferência

municipal e com um pequeno e ativo núcleo de militantes urbanos. Marcado por um “planejamento urbano sem mapa” (VILLAÇA, 2010), com bases estatísticas e cartográficas defasadas (SÃO LUIS, 2006), o processo definiu princípios e diretrizes emanados do Estatuto da Cidade, aprovando políticas setoriais de planejamento, habitação, saneamento e mobilidade, em um Macrozoneamento para o conjunto do município, onde o Mapa de Vulnerabilidade Socioambiental se tornou ação posterior e indispensável para o próximo passo, a revisão da Lei de Zoneamento de 1992.

Aprovado no limite do prazo, sem qualquer modificação por parte do poder legislativo, o Plano Diretor aprovado em 2006 retornou ao Conselho da Cidade (CONCID) para as providências cartográficas pendentes e início dos trabalhos sobre a Lei de Zoneamento. Entretanto, o processo de esvaziamento por parte da Prefeitura foi duplo, por falta de quórum para deliberações e corte nas verbas para execução do mapeamento, comprovando que o processo tinha sido uma encenação para cumprir exigências legais. Completando, em outubro de 2020, 14 anos de sua aprovação, nenhuma ação proposta em 2006 foi implementada pelas gestões de Tadeu Palácio, João Castelo e Edvaldo Holanda; porém, à margem da legislação, inúmeras medidas foram tomadas para dinamizar os negócios imobiliários, alterando a contagem de pavimentos garagem no gabarito das edificações ou utilizando o social como tática, caso das Zonas de Interesse Social nas zonas rurais, criadas para produção de unidades financiadas pelo Programa Federal *Minha Casa, Minha Vida*.

3. Revisão do plano diretor de 2006, tragédia no retorno ao passado?

3.1 Os limites espaciais do Capital e a necessária recriação de terra urbana

O esgotamento das condições urbanas de reprodução capitalista exige a constante reconstrução de um discurso legitimador da apropriação privada do espaço produzido socialmente. Ao consumir recursos naturais e

técnicos, com resultados quase sempre questionáveis do ponto de vista social e ambiental, reconfigurar condições favoráveis ao Capital implica constituir um novo consenso em torno da promessa de um futuro melhor. O tempo entre o esgotamento de certo padrão de apropriação privatista no espaço e a constituição de nova condição propícia à acumulação implica movimentos de pequena escala, iniciativas fragmentadas e resultados nem sempre favoráveis, que precisam ser entendidos como dificuldades para toda a sociedade e não apenas para setores capitalistas.

No período entre a aprovação do Plano Diretor 2006 e o início efetivo de sua revisão em 2018 se sucederam contextos em muitos aspectos restritivos da reprodução do capital imobiliário em São Luis. Com exceção das grandes incorporadoras nacionais capitalizadas, produtoras nas glebas estocadas desde os anos 1980 de condomínios fechados de alta e média renda, e da limitada produção de residenciais de baixa renda em reduzidos espaços – construídos em municípios vizinhos e do continente –, a valorização do solo na cidade passou a se apresentar como um problema para a produção imobiliária em escala industrial. Frente a esta situação, criada pela dinâmica especulativa local, desde meados dos anos 2000, a atualização das taxas de ocupação e gabarito em determinadas zonas, congeladas desde a Lei de Zoneamento de 1992, se apresentou como a principal demanda do ramo imobiliário.

Envolvidos com as políticas federais de incentivo à produção imobiliária, primeiro pelo *Minha Casa, Minha Vida*, depois através do Programa de Aceleração do Crescimento, os empresários procuraram, através de vários expedientes – como as ZIS rurais e os pavimentos–garagem por fora do gabarito das edificações –, contornar as limitações urbanísticas e ampliar seus lucros. As tentativas de resolver o impasse, levando para o CONCID a revisão da Lei de Zoneamento, depois de longo período desde aprovação do Plano Diretor de 2006, impuseram a necessidade de previamente revisar a legislação urbana maior, colocando em discussão temas para os quais o setor empresarial não possuía hegemonia suficiente para

controlar o processo, além de pouco confortáveis para a municipalidade, sempre omissa em relação ao Plano Diretor de 2006.

Entretanto, o crescente esgotamento do estoque de terras e o agravamento da crise nacional em 2016, coincidindo com o processo de eleições municipais, fez aproximar necessidades econômicas e políticas, recolocando a questão urbanística na pauta. Mas, foi um fator externo ao capital imobiliário que possibilitou a retomada do controle empresarial da política urbana: a demanda de longa data, por parte do governo estadual, em modificar o status rural da região do retroporto do Itaquí e seu entorno, possibilitando legalizar ocupações industriais que ali se sucedem desde a instalação da termelétrica, em 2007, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (CORRÊA; MARQUES, 2017). Assim, a demanda da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia – SEINC colocou a revisão do Plano Diretor de 2006 em outro patamar, reconfigurando a correlação de forças no CONCID.

O oportunismo do mercado imobiliário, aproveitando-se de um tema fora de suas demandas iniciais – a revisão de status de áreas rurais – com certeza teve como inspiração as experiências socialmente desastrosas, mas empresarialmente vantajosas, dos residenciais do Programa *Minha Casa Minha Vida* nas comunidades do Maracanã, Ribeira, Mato Grosso e Tajipuru. Aproveitando-se do surrado e oportunista discurso do “interesse social”, as justificativas de terras para construção de moradia popular se juntaram aos argumentos da inexistência de atividades rurais na região atingida pela mudança de uso do solo.

3.2 Por dentro da proposta: o desenvolvimentismo como máscara socioespacial

Neste contexto, o processo de revisão do Plano Diretor de São Luís de 2006 se inicia em 2015, proposto pelo poder municipal por exigência do Estatuto da Cidade, tendo como objetivo fazer pequenos ajustes no texto sobre o Macrozoneamento Ambiental, estratégia na realidade que visava a

rápida discussão e aprovação da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Uma lei complexa, atrasada em 28 anos para complementar o Plano Diretor, que divide a cidade em zonas e estabelece índices e usos urbanísticos. O processo previa 8 audiências em menos de 2 meses, mas representantes da sociedade civil no CONCID recorreram ao Ministério Público Estadual (MPE) para dar mais publicidade e maior prazo. Apesar da concordância da Prefeitura, que estabeleceu naquele momento 15 audiências, ao completar 13 sessões, o processo foi cancelado pelo MPE, que alegou, dentre outras coisas, a baixíssima participação popular, determinando uma discussão mais ampla do Plano Diretor.

A proposta inicial, rediscutida em reuniões técnicas no CONCID, continha alterações que chamam atenção para o quantitativo, como a inclusão de 59 artigos, a exclusão de outros 19 e, algumas modificações textuais em artigos, incisos e parágrafos existentes, mas no geral, do ponto de vista qualitativo, não havia diferenças substanciais em relação à Lei de 2006. Mas, o que salta aos olhos é o aparecimento da palavra “*desenvolvimento*”, presente no texto da Proposta de Lei em 89 oportunidades, seguida de palavras como ‘urbano’ e ‘rural’ (as mais recorrentes), além de ‘sustentável’, ‘econômico’, ‘local’, ‘turístico’, dentre outras. E tanto no Plano Diretor de 1992, quanto no de 2006, a expressão “*desenvolvimento*” aparece também algumas dezenas de vezes. É preciso entender que tipo de ‘desenvolvimento’ é esse, se ele busca “melhoria na qualidade de vida e no aumento na justiça social (SOUZA, 2006, p. 75), se remete a uma “urbanização excludente” (BATTAUS e OLIVEIRA, 2016) ou se ele simplesmente inexistente na prática.

Fiori (2001) já havia alertado que, do ponto de vista político e social, o desenvolvimentismo brasileiro foi um projeto conservador e autoritário da coalizão abrangente e heterogênea, arbitrada na maior parte do tempo pelos militares. Tal projeto, baseado na industrialização e no crescimento econômico, resultou na expansão de desigualdades socioespaciais urbanas, atingindo seu ápice no atual momento histórico. Aliado a este projeto encontra-se a restauração neoliberal, que perdura enquanto prática e

ideologia desde os anos 1990, momento em que o Estado brasileiro – como detentor do monopólio de normas e leis – cria condições para reprodução de forma ampliada do capital estrangeiro no “território nacional da economia internacional” (SANTOS, 2000, p. 76).

A proposta de revisão do Plano Diretor, reapresentada em 2019 depois de ser discutida no CONCID no ano de 2018, contempla 3 anexos em forma de mapas a saber: 1. A delimitação urbana e rural; 2. O Macrozoneamento Ambiental; e 3. O Macrozoneamento Urbano. Para o Macrozoneamento Ambiental há uma tabela com definições, objetivos e instrumentos, além da tipologia das áreas e, em relação ao Macrozoneamento Urbano são 5 tabelas (5 tipologias) com características, objetivos, instrumentos e bairros.

O elemento novo na proposta é o mapa da delimitação urbano-rural, com a supressão de 41% da Zona Rural sem apresentação de estudos técnicos consistentes, utilizando uma metodologia frágil, baseada essencialmente em imagens de satélite e fotografias aéreas de 2009. Os instrumentos de natureza técnico-científica, que consistem nos referenciais metodológicos de coleta, tratamento e interpretação de dados deixam a desejar na proposta, já que “o diagnóstico dos problemas, os aspectos quantitativos, qualitativos e de localização social e espacial” (CARVALHO, 2001, p. 134) carecem de análise empírica do território, passível de ser transformado em zona urbana, que por sua vez apresenta características de ocupação espontânea recente, sem possuir o mínimo de infraestrutura.

Pelo que há na proposta, a ampliação da zona urbana, sobretudo na porção oeste e sudoeste do território – o Macrozoneamento Urbano da *Zona em Consolidação 2* – permitirá a instalação de um porto privado ao sul/sudoeste da baía de São Marcos, interesse do capital financeiro chinês, oriundo da *China Communications Construction Company*, a maior empresa de infraestrutura da China com previsão de investimentos em São Luís na ordem de R\$ 2 bilhões (FERNANDES, 2018). Apoiada pelos representantes do governo estadual no CONCID, essa posição foi apoiada pela gestão municipal nas audiências, sob o conhecido discurso de que

proporcionarão emprego, renda e desenvolvimento ao município. Como os setores empresariais da construção civil enxergam a possibilidade de novos empreendimentos nesses territórios, se mostraram favoráveis a ampliação da zona urbana, que comprime a região da Bacia do Rio dos Cachorros, onde estão comunidades de Taim, Colier, Juçaral, Santa Cruz, que sofrerão a investida para compra e usurpação de suas terras, destruindo modos de vida.

Outro ponto que merece atenção na proposta se refere às 3 tipologias do Macrozoneamento Ambiental - 1. De Proteção Integral; 2. De Uso Sustentável; e 3. De Manutenção da Drenagem. Mais abrangente que o de 2006, o novo texto apresenta algumas “novidades”. O Sítio Santa Eulália com parte a ser retirada da Macrozona de Uso Sustentável e, por possuir arruamentos, incluída agora na *Zona de Consolidação 1* do Macrozoneamento Urbano, apesar de nunca ter sido ocupado; diminuição das zonas de dunas, justificada pela construção de imóveis de alto padrão nas áreas próximas da Avenida Litorânea; e a APA-Maracanã, com sua área diminuída pela expansão urbana descontrolada.

Contrastando com tais propostas que, de imediato, abrirão espaços valorizados para produção imobiliária, há um grande descaso quanto à consolidação do Mapa de Vulnerabilidade Socioambiental, que até o ano de 2020 não foi elaborado e que, segundo determinação do Parágrafo Único do Art. 22 do Plano Diretor de 2006, teria a função de subsidiar a política de uso e ocupação do solo no município; sua elaboração, de acordo com o Plano Diretor de 2006 estava prevista em até 90 dias após promulgação da lei.

De extrema importância para diagnosticar os problemas socioambientais em muitos territórios do município, a proposta atual determina o prazo de 150 dias para a elaboração do Mapa, um acinte se considerarmos um atraso de mais de 14 anos. Perante a ineficaz e mesmo inexistente política de fiscalização municipal, as ocupações desordenadas – de alta e baixa renda – seguem aumentando nas últimas décadas em São Luís (SÃO

LUÍS, 2020) e o Mapa de Vulnerabilidade Socioambiental representaria um valioso instrumento de planejamento e controle social.

Diante da preocupação com as demandas empresariais do novo Plano Diretor, cabe destacar a omissão dos escalões técnicos da presente gestão em não propor a delimitação de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no município, principalmente na porção norte de São Luís e na área do Itaqui-Bacanga, com grande adensamento e milhares de ocupações precárias. Apesar de presente desde o Plano Diretor de 1992, tais zonas nunca foram regulamentadas nas políticas urbanas, comprovando as “ilusões do Plano Diretor” (VILLAÇA, 2005) perante as possibilidades de regularização fundiária para habitantes de bairros pobres da cidade.

Pelo exposto até aqui, percebe-se que o “desenvolvimento”, citado no texto da proposta e propalado nas audiências públicas de janeiro e fevereiro de 2019, não se aplica às camadas mais empobrecidas do município, mas ao contrário, se destina aos interesses do grande capital. Mascarados por uma questionável participação popular no CONCID e em audiências públicas, e a partir das normas jurídicas de poder, os governos municipal e estadual colocam os interesses privados acima da qualidade de vida da população, que sofrerá com danos socioambientais graves, como falta de habitação digna, transporte público adequado, saneamento básico e acesso a equipamentos urbanos.

Considerações finais

Ao ser dominado pela ideologia desenvolvimentista na forma de políticas públicas territoriais, o planejamento urbano em São Luís se apresenta historicamente como um entrave à justiça social. Ao facilitar a expansão de setores privados, que se expressam na transformação da paisagem por interesses particulares, através de condomínios e shopping centers em faixas litorâneas e controle da porção sul/sudoeste do município por empresas exportadoras de commodities, o urbanismo – ação do Estado sobre a cidade – exclui grande parte de seus habitantes em virtude do alto custo a ser pago por habitação e serviços.

O capital estatal aliado ao capital industrial e de incorporação são os grandes responsáveis pela fragmentação do espaço urbano da São Luís contemporânea, transformado em mercadoria, já que o acesso ao solo urbano é determinado pelo preço, o que isola grupos sociais de média e alta renda, que vivem em bairros com melhores condições, dos setores empobrecidos e moradores de áreas irregulares, clandestinas ou de risco. Sob essa profunda segregação socioespacial – agravada pela prioridade ao veículo particular, com transporte público caro e caótico, onde faltam espaços públicos de lazer e cultura –, pobreza e desigualdade tem aumentado, proliferando os assentamentos informais.

Relevante marco legal-territorial para o município, a proposta de revisão do Plano Diretor de São Luís de 2006 apresentou problemas tanto na forma como o CONCID organizou as audiências públicas – com grandes entraves para participação efetiva da população –, quanto pelo texto do Projeto de Lei que, ao tentar criar novos territórios urbanos, privilegia de modo explícito o mercado da construção civil e as grandes empresas de capital aberto, tornando estas novas terras, objeto para reprodução capitalista em detrimento das necessidades sociais.

A legislação urbana, especialmente o Plano Diretor e o Zoneamento, como ideologia das elites, tem funcionado como marco delimitador de fronteiras de poder, como comprova o processo de revisão do Plano Diretor de 2006, onde reuniões do CONCID e audiências públicas são, na prática, exemplos de planejamento urbano sem participação ativa da população, já que o poder público se submete aos interesses privados, um grande entrave para a viabilidade de um planejamento urbano favorável às necessidades sociais, capaz de pensar e efetivar uma cidade mais justa e menos desigual.

Referências

- BALDEZ, M. L. A luta pela terra urbana. In: RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A.L.(Orgs.). **Reforma Urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade.** Rio de Janeiro:REVAN: FASE, 2003, p. 71-92.

BARBOZA, Z. M. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Universidade Regional de Blumenau, outono, 2013, p. 113-128. Disponível em: < [O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo | Barbosa | Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional \(furb.br\)](#) >. Acesso em 20 abr. 2019.

BATTAUS, Danila M. A.; OLIVEIRA, E. A. B. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, n. 97, p. 81-106, 2016. Disponível em: < [0102-6445-In-97-00081.Plano Diretorf \(scielo.br\)](#) >. Acesso em 14 mai. 2019.

BURNETT, Frederico Lago. Da cidade unitária a metrópole fragmentada: crítica a constituição da São Luis moderna. In LIMA, Antonia Jesuíta (Org.) **Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 173-198.

_____. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos**. São Paulo: Annablume, 2011. 309p.

_____. Metropolização e Gestão Urbana na Ilha do Maranhão: Efeitos Socioambientais da Produção Imobiliária de Baixa Renda. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas** da Universidade Federal do Maranhão, ago. 2011. Disponível em: < [METROPOLIZAÇÃO E GESTÃO URBANA NA ILHA DO MARANHÃO: efeitos sócioambientais da produção imobiliária de baixa renda | Burnett | Revista de Políticas Públicas \(ufma.br\)](#) >. Acesso em 12 abr. 2019.,

BUZAR, Benedito. **Prefeitos de São Luís no Século XX**. O Estado do Maranhão, São Luís, 1. out. 2000, Caderno Especial.

CARVALHO, S. N. Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do Plano Diretor. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, São Paulo, out/dez, p. 130-135, 2001. Disponível em: < [a013 \(scielo.br\)](#) >. Acesso em 10 abr. de 2019.

CORRÊA, Maria Cláudia Cardoso; MARQUES, Ana Rosa. O Processo de Implantação da Termelétrica do Itaqui, São Luís – MA e a sua Influência na Dinâmica Territorial da Vila Nova Canaã, Paço do Lumiar – MA. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 12, n.28, p. 203-233, dez 2017. Disponível em: < [Vista do O processo de implantação da Termelétrica do Itaqui, São Luís-MA e a sua influência na dinâmica territorial da Vila Nova Canaã, Paço do Lumiar-MA \(ufu.br\)](#) > Acesso em 05 abr. de 2019.

- FERNANDES, Anais. Chinesa investe em porto no Maranhão e estuda ferrovias. **Folha de São Paulo**, 19. mar. 2018. Mercado, 2018. Disponível em: < [Chinesa investe em porto no Maranhão e estuda ferrovias - 19/03/2018 - Mercado - Folha \(uol.com.br\)](#)>. Acesso em 10 abr. 2019.
- FIORI, José Luís. Para um diagnóstico da “modernização” brasileira. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 269-289.
- GRAZIA, Grazia de (Org.). **Plano Diretor, instrumento de reforma urbana**. Rio de Janeiro: FASE, 1990, 97p.
- HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: < [O direito à cidade | Harvey | Lutas Sociais \(puccsp.br\)](#)>. Acesso em 12 abr. 2019.
- IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios 2000-2016**. SIDRA – Banco de Tabelas Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: < [Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA](#)>. Acesso em 07 abr. 2019.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**: o direito à cidade II. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 203p.
- MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. 97p.
- _____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 121-192.
- _____. **O que esperar dos Planos Diretores?** LABHAB, FAU-USP, Out. 2005. Disponível em: < [Antes de mais nada quero cumprimentar a Raquel Rolnik e sua equipe, com a qual tive o orgulho de trabalhar até recentemente, p \(usp.br\)](#)>. Acesso em 08 abr. 2019.
- PEREIRA, M. R. S.; ALCÂNTARA JUNIOR., J. O. A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 977-998, set/dez 2017. Disponível em: < [A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo](#)

[paradigma social na ocupação do espaço urbano | Pereira | Cadernos Metrópole. \(pucsp.br\)](#)>. Acesso em 12 abr. 2019.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. B. **Formação do espaço urbano de São Luís**. São Luís: Edições FUNC, 1999. 150p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR, 1997. 352p.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JR. O. (Org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 351-360.

SANTOS, L. E. N. Estratégias do capital na produção do espaço urbano: o processo de verticalização e as desigualdades socioespaciais em São Luís, Maranhão. **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 44, p. 191-220, 2015. Disponível em: < [Estratégias do capital na produção do espaço urbano: o processo de verticalização e as desigualdades socioespaciais em São Luís, Maranhão Strategies of capital in the production of urban space \(...\)| Caderno de Geografia \(pucminas.br\)](#)>. Acesso em 08 abr. de 2019.

SANTOS JR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann. **Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011. 295p.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.

SÃO LUIS. **Lei do Plano Diretor**, Lei 3.252 de 29 de dezembro de 1992. Diário Oficial do Município, São Luís, 15/04/1993. Disponível em: <[1188 3-lei n. 3.253 de 29.12.1992 d.o.m. n.88. pags. 06-27.Plano Diretorf \(saoluis.ma.gov.br\)](#)>. Acesso em 19 abr. 2019.

_____. **Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo**, Lei 3.253 de 29 de dezembro de 1992, disponível em: < [1188 3-lei n. 3.253 de 29.12.1992 d.o.m. n.88. pags. 06-27.Plano Diretorf \(saoluis.ma.gov.br\)](#)>. Acesso em 15 abr. 2019.

_____. **São Luís:** uma leitura da cidade. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006. 38p. Disponível em: <[Hotsites - Prefeitura de São Luís \(agenciasaoluís.com.br\)](http://Hotsites - Prefeitura de São Luís (agenciasaoluís.com.br))>. Acesso em 27 abr. 2019.

SÃO LUÍS é a 5ª capital brasileira com maior percentual de habitação em aglomerados. **G1 Maranhão**, São Luís, 2020. Disponível em: <[São Luís é a 5ª capital brasileira com maior percentual de habitação em aglomerados | Maranhão | G1 \(globo.com\)](http://São Luís é a 5ª capital brasileira com maior percentual de habitação em aglomerados | Maranhão | G1 (globo.com))>. Acesso em 01 de jan. 2020.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: NOBEL, 1991.172p.

SERRAN, João Ricardo. **O IAB e a política habitacional:** 1954-1975. São Paulo: Schema, 1976. 145p.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **Mudar a Cidade:** uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 556p.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. 2005. Disponível em: <[Senhor editor chefe: \(belem.pa.gov.br\)](http://Senhor editor chefe: (belem.pa.gov.br))>. Acesso em 3 mai. 2019.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. p.169-243.

Segunda parte

Olhares geográficos sobre a cidade e outros temas

Cidade, planejamento e pandemia no Brasil ¹

“As grandes cidades são habitadas principalmente por operários (...) estes estão constantemente expostos ao perigo do desemprego, que equivale a morrer de fome e são muitos os que sucumbem. Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas, insalubres, seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável (...) a comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficiente e, no limite, há mortes por fome” (Friedrich Engels, 2010, p. 115).

O fragmento acima remonta a situação deplorável em que viviam as classes operárias nas cidades do Reino Unido (Londres, Manchester, Leeds, Emdiburgo, Glasgow, etc.) na metade do Oitocentos, mais especificamente nos anos 1840. Engels elabora um livro de denúncia e rico em informações. A inovação da obra reside em colocar a *Revolução Industrial* no centro de sua análise, bem como o papel do capital no controle da produção e circulação de mercadorias e na exploração do capitalista sobre o proletário. Engels aponta caminhos para a superação desta situação e coloca os operários como agente ativo, *sujeito revolucionário*, em busca permanente por sua própria emancipação.

As condições dos bairros operários eram desumanas, excrementos pelas ruas exalavam um mau cheiro quase que insuportável, um perigo para a saúde da coletividade, intensificando-se assim o medo da cidade, medo das aglomerações, medo da fábrica, medo das epidemias, que

¹ Artigo publicado no Portal Esquerda Online em 10 de abril de 2020. Disponível em: [Cidade, planejamento e pandemia no Brasil - Esquerda Online](#).

possuía tanto um viés político (temor da rebelião das massas), quanto um viés sanitário (medo de doenças oriundas dos ambientes em que os pobres viviam), por isso que Foucault (2014) afirmou que a sociedade capitalista investiu, primeiramente, no controle político-sanitário sobre os corpos, através das políticas públicas e da legislação (Lei dos Pobres na Inglaterra), compreendidos como realidade biopolítica. A Medicina na Inglaterra na segunda metade do XIX, por exemplo, exerceu fortemente esse papel autoritário de controle biopolítico, já que o operário era força de trabalho, mas também, como já mencionado, constituía uma ameaça política e sanitária à ordem estabelecida.

Voltando ao fragmento de Engels na epígrafe do texto, observa-se grande semelhança – guardadas as devidas proporções e condições político-econômicas e históricas – com a realidade de territórios marginalizados dos grandes centros urbanos de países periféricos e semi-periféricos em pleno século XXI, incluindo o território brasileiro.

O Brasil viveu um processo de urbanização acelerado a partir do terceiro quartel do século XX e a expansão dos territórios urbanos carregam, até hoje, marcas que remontam os séculos de escravidão via exercício de poder, oriundo de uma elite política e econômica que concentra renda, terras e age na formulação de leis que favorecem sua atuação nas áreas urbanas.

No período da ditadura militar no país houve uma expansão do crédito para financiamentos de moradias, criou-se então o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) com o objetivo de “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento para aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda” (BRASIL, 1964).

O BNH, desta forma, teria condições de ser o grande fomentador para sanar grande parte do déficit habitacional brasileiro no período militar, entretanto ficou claro depois que, o que fora arrecadado pelo BNH foi transferido para agentes privados diversos, sobretudo os ligados ao capital imobiliário; um exemplo disto foram medidas obrigando administrações

municipais a elaborar Plano Diretores para as cidades, mas a condição de serem qualificadas para a obtenção de volumosos empréstimos era a de que estes deveriam ser elaborados pela iniciativa privada, com isso “até mesmo as cobranças das prestações devidas estavam a cargo de uma variedade de agentes privados, companhias habitacionais, sociedades de crédito imobiliário, entre outros” (BOTEGA, 2007, p. 67). As consequências deste processo foram o aumento da especulação imobiliária, a valorização da terra urbana e, portanto, o não direcionamento da habitação a uma imensa parcela empobrecida da população, que crescia e começava a ocupar encostas de morros, lixões, lugares com variações de marés, margens de rios e também áreas debaixo de pontes e viadutos.

Com a redemocratização do país a situação piorou muito devido à recessão econômica e aos elevados índices de inflação, que resultou na falta de crédito imobiliário para assalariados da classe operária, trabalhadores autônomos e até de camadas da classe média. Nesta perspectiva, Kovarick (2000) forjou o termo *espoliação urbana*, que se refere aos grupos de trabalhadores pauperizados e segregados nos grandes centros urbanos devido ao processo de acumulação do capital e que não são atendidos pelo Estado no que se refere à oferta de serviços públicos, transporte, equipamentos de saúde, saneamento, infraestrutura e legalização fundiária.

Francisco de Oliveira, em um texto escrito para a abertura do ENANPUR de 2003, afirma que “as cidades [brasileiras] são os lugares por excelência de diversas exceções, o conjunto delas é a administração da exceção” (OLIVEIRA, 2003, p. 10). Dentre as exceções apontadas pelo autor, chamado por ele de *novo modo de produção da periferia capitalista* e representado pelo ataque ideológico neoliberal, está o aumento das desigualdades e da pobreza e o endividamento crônico do Estado e da população, a expansão da informalidade no mercado de trabalho e até mesmo as políticas sociais.

Oliveira afirma ainda que o Brasil é o “ornitorrinco como exceção permanente”, já que para um capitalismo em expansão, o “subdesenvolvimento não era a exceção, era uma singularidade histórica” (OLIVEIRA,

2003, p. 11). A racionalização da exceção problematizada pelo sociólogo, dita de outra forma, é a exceção que se transformou em regra, pois o Estado aceita a exceção e a financeirização. Ou como Milton Santos já asseverou: “os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses” (SANTOS, 2000, p. 66), fato observado e sentido na realidade brasileira, já que os grandes centros urbanos e as metrópoles são o grande laboratório do neoliberalismo de mercado.

Desta forma, o “planejamento urbano, com suas regras de utilização do solo, corredores de tráfego, (...) é a cidade como exceção: ele busca compatibilizar com as piores tendências de concentração de renda e da sociabilidade indesejável” (OLIVEIRA, 2003, p. 12). O que se pode inferir a partir disso é que o planejamento urbano é um elemento que compete ao Estado, embora ele não necessariamente atue na totalidade do urbano, já que frequentemente não se faz presente em grandes porções das cidades, o que acarreta a proliferação de *espaços opacos* (SANTOS; SILVEIRA, 2001), detentores de problemáticas graves, dando prioridade e potencializando as demandas empresariais existentes, estimulando a atração de novos investimentos privados em áreas bastante específicas nos centros urbanos. A legislação urbana é um dos mais importantes elementos deste tipo de planejamento.

É inegável que o Brasil esteja imerso em crise urbana crônica há décadas, mesmo com uma maior participação do Estado no fomento de políticas públicas (Programa de Aceleração do Crescimento, Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, etc.) desenvolvimentistas entre 2003 e 2012, com reflexos na melhora substancial do Produto Interno Bruto, diminuição do desemprego, expansão de investimentos na construção civil e redução das desigualdades. Mas tais medidas não se mostraram suficientes, pois não mexeram nas estruturas que sustentam o sistema. Como escreveu Ermínia Maricato, “o coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária e imobiliária, foi esquecido” (MARICATO, 2013), os movimentos sociais foram esvaziados, a especulação explodiu, elevando ainda mais o preço da terra urbana e dos imóveis a altos patamares, o que

acarretou uma busca desenfreada por novos territórios passíveis de investimentos nas cidades, de modo a se realizar a reprodução ampliada do capital, possibilitando assim novas formas de espoliação e segregação.

Pelo exposto até aqui, se faz necessário algumas palavras sobre a Pandemia do COVID-19 que afeta o planeta atualmente, uma doença que, ao que se sabe até aqui, surgiu na China em dezembro de 2019 e se espalhou geograficamente com uma rapidez impressionante, o que a diferencia de todas as outras que já apareceram na face da Terra, não somente pelas suas características específicas, mas principalmente pelas condições próprias do meio técnico científico-informacional (SANTOS, 2002), em que o intenso e veloz fluxo de pessoas pelo mundo é permitido pelos modernos meios de transporte.

A pandemia, por conta do alto risco de contágio, tem provocado um colapso no sistema econômico capitalista global, já que a recomendação das autoridades sanitárias é o isolamento social, o que ocasiona uma diminuição substancial das relações comerciais, da produção, do consumo e de muitos outros serviços. Liberais mais ortodoxos, que possuem uma visão mais vinculada aos lucros e aos números, defendem que o isolamento social precisa ser quebrado, atingindo apenas pessoas do grupo de risco (idosos, diabéticos, fumantes, asmáticos, etc.), eles alegam que o COVID-19 possui baixa letalidade em relação ao universo total de infectados, no entanto é preciso afirmar que não se deve conceber vidas humanas pelo âmbito dos números, já que a manutenção da saúde da população – qual quer que seja seu quantitativo – importa mais que quaisquer cifras.

A preocupação da pandemia no Brasil precisa ser encarada de forma rígida e séria, de modo a não provocar um número elevado de óbitos. Países centrais, com infraestrutura de saúde melhor que a nossa já tem sofrido com muitas mortes pelo COVID-19, some-se a isso uma imensa demanda global por respiradores, seringas, vacinas e outros equipamentos essenciais para o cuidado dos infectados e profissionais de saúde.

Destarte, as condições sanitárias e de pobreza dos centros urbanos brasileiros (grandes focos da infecção) são um imenso barril de pólvora

que já explodiu. Dados do IBGE (2018) mostram que em 2018, o rendimento médio mensal real do 1% da população com maiores rendimentos era de R\$ 27.744, o que corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 820). Além disso, a população pobre atingiu a marca de 26,5% em 2017 e o número de pessoas na extrema pobreza (aqueles que ganham até R\$ 140,00 mensais) já atinge a marca de 13,5 milhões de brasileiros.

Além disso, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (BRASIL-SNIS, 2018), 51,9% da população brasileira não possui acesso à coleta de esgoto e segundo Instituto Trata Brasil (2019), 35 milhões de pessoas no país não têm acesso à água potável. Igualmente, o Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil (ABRELPE, 2018) do ano de 2018/2019, mostra que o país ainda sofre com a proliferação de lixo, já que 59,7% dos municípios brasileiros não possuem locais apropriados para descartar seus resíduos e 76,5 milhões de pessoas sofrem com essa destinação inadequada.

Dezenas de milhões e brasileiros estão desprotegidos contra a pandemia, a procura por alimento é uma tarefa diária árdua, as moradias em que vivem são de materiais frágeis e em territórios de risco, o desemprego para a maioria é a regra, sabão, água, detergente e álcool em gel são luxos e ficar em casa é uma sentença de morte.

O Governo Federal, por meio do presidente Jair Bolsonaro e seus ministros, têm atuado de forma absolutamente repugnante em relação aos mais necessitados do país e não é somente por conta da pandemia, a estratégia neoliberal governamental prioriza a acumulação de capital para setores privados, a exemplo do projeto “Resolução Bancária” – um novo marco legal para intervenção e liquidação de instituições financeiras no Brasil – enviado pelo Executivo Nacional ao Congresso em dezembro do de 2019. Incluem ainda o apoio irrestrito à PEC 95, aprovada sob a gestão Temer e que enfraquece os investimentos estatais para o combate às desigualdades, a aprovação de uma reforma da previdência que penaliza os mais vulneráveis, uma diminuição substancial no número de famílias

atingidas pelo Programa Bolsa Família, além da retirada de direitos trabalhistas.

Com a pandemia em curso, fica mais claro esse descaso para com o grosso da população brasileira por parte do atual governo. As medidas são tímidas para conter a proliferação das infecções, a ideia inicial de transferir um auxílio emergencial no valor de R\$ 200,00 para desempregados e autônomos – não aceito pelo Congresso Nacional, que aumentou os recursos –, é só um exemplo entre tantos. Outra questão é a péssima gestão feita pelo Ministério da Saúde em relação a uma doença infecciosa que já matou mais de 200 mil brasileiros, pasta que já foi ocupada por dois médicos, mas que desde 16 de maio de 2019 é comandada por um General das Forças Armadas que desconhece o sistema público de saúde brasileiro e se mostra absolutamente ineficiente em planejar ações para combater a doença, como por exemplo, deixar quase 6,8 milhões de exames RT-PCR estocados num armazém em Guarulhos sem que fossem distribuídos para a rede pública e que podem perder validade até fevereiro de 2021 (VARGAS, 2020).

O Estado precisa urgentemente tomar providências para resguardar a vida das pessoas espalhadas nos vastos territórios periféricos das grandes cidades do país de modo que faça elas permanecerem em suas casas, recursos financeiros dignos para que comprem alimentos e a distribuição de materiais básicos como água, sabão, álcool e máscaras são os mais necessários neste momento, mas outras medidas são também relevantes, e devem integrar uma agenda permanente de lutas e reivindicações contra este governo autoritário e neoliberal, e devem ser assumidas, principalmente, por movimentos sociais, sindicatos e organizações de classe em geral.

Dentre as medidas, amplamente discutida por diversos setores que se opõem a esta atual administração, destaco a criação de uma renda básica universal para combate à pobreza e à extrema pobreza, um aumento ainda maior no controle e na regulação do sistema bancário e uma taxação de seus lucros anuais, a revogação urgente da PEC-95 (teto de gastos), a

tributação progressiva sobre lucros de grandes empresas, dividendos, heranças e patrimônios, um dispositivo legal de proibição de privatizações de empresas estatais estratégicas, aumentos anuais nos orçamentos públicos da Saúde, Educação, Pesquisa, Ciência, Assistência Social e Cultura.

Faz-se necessário colocar em pauta a cobrança pelo direcionamento de volumosos recursos públicos – repensando novas estratégias para o orçamento participativo – para criação de habitação de interesse social, de programas de regularização fundiária, obras de saneamento básico, tratamento de água e esgotos. Lutar ainda por priorizar a instauração e consolidação de instrumentos do Estatuto da Cidade, nunca ou quase nunca postos em prática pelos municípios.

Por fim, é preciso tirar proveito e não perder a oportunidade que a pandemia do COVID-19 traz como lição, a de que a racionalidade neoliberal – baseada na competição, na busca cega pelo lucro, no individualismo e na concentração de riqueza – não pode ter vez num mundo e, sobretudo, num país tão desigual como o Brasil. A luta de classes precisa obedecer à “racionalidade política do comum” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 22), uma nova mentalidade coletiva e novas formas democráticas, somente assim as cidades brasileiras do século XXI não mais poderão ser comparadas às cidades britânicas do século XIX denunciadas pelo jovem Engels em 1845.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE) **Panorama do Resíduos Sólidos no Brasil 2028/2019**. 67p. Disponível em: <<file:///C:/Users/positivo/Downloads/PanoramaAbrelpe - 2018 2019.Plano Diretorf>>. Acesso em 6 abr. 2020.
- BOTEGA, L. R. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, Ano VIII, n. 17, 2º semestre 2007, p. 65-72. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/espacoplural/>>. Acesso em 02 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 4.380**, de 21 de agosto de 1964. Institui correção monetária dos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação, e Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras

Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4380.htm>. Acesso em 3 abr. 2020.

DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017. 647p.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 429p.

IBGE. PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massaderendimentos-o-pais>>. Acesso em 6 abr. 2020.

INSTITUTO TRATA BRASIL (ITB). **Ranking do Saneamento 2019**. 2019. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2019>>. Acesso em 6 abr. 2020.

KOVARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000. 144p.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! **Le Monde Diplomatique Brasil**. n. 73, agosto, 2013. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>>. Acesso em 05 abr. 2020.

OLIVEIRA, F. O Estado e a Exceção – Ou o Estado de Exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 9-14, 2003.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 392p. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 476p.

VARGAS, Mateus. Governo federal pode ter de jogar fora 6,8 milhões de testes perto da validade. O Estado de São Paulo. 22 de nov. de 2020. Disponível em:< [Prazo de validade pode levar governo federal a jogar fora 6.8 milhões de testes - Saúde - Estadão \(estadao.com.br\)](#). Acesso em 22 dez. 2020.

O ‘novo’ plano diretor de São Luís: Uma proposta excludente, envernizada como processo democrático ¹

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, a Prefeitura de São Luís, através de seus órgãos responsáveis, realizou audiências públicas para revisão da Lei 4.669/06, que dispõe sobre o Plano Diretor, ao todo foram 9 sessões. O Capítulo III, do Art. 40, §4º, I, do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), determina que, para elaborar o plano diretor e fiscalizar sua implantação, os municípios devem realizar “audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”. O Plano Diretor é o instrumento principal da política de desenvolvimento e expansão urbana no Brasil, ele deve apresentar um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, portanto é imprescindível sua importância.

Como já escrevi no início de 2019², o processo de revisão do Plano Diretor de São Luís foi proposto em 2015, por órgãos da Prefeitura, com o intuito de fazer apenas alguns ajustes no texto sobre o Macrozoneamento Ambiental, estratégia que visava a discussão e aprovação imediata da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, complementar ao Plano Diretor e que estabelece índices e usos urbanísticos, dividindo a

¹ Artigo publicado no Portal Esquerda Online em 12 de novembro de 2019. Disponível em: [O 'novo' Plano Diretor de São Luís: uma proposta excludente, envernizada como processo democrático - Esquerda Online.](#)

² O texto foi publicado no site do Movimento de Defesa da Ilha, disponível em: [Pesquisador classifica ameaça à Zona Rural de São Luís prevista em novo plano diretor de escândalo - defesadailha \(hospedagemdesites.ws\).](#)

cidade em áreas. O processo previa 8 audiências, o Ministério Público Estadual e a sociedade civil pediram um número maior e mais divulgação à época, a Prefeitura acatou e estabeleceu 15 audiências, destas, 13 foram realizadas, o processo foi cancelado pelo MP Estadual, que determinou que se discutisse, de maneira mais ampla, o Plano Diretor.

O Plano Diretor de fato foi rediscutido por órgãos e membros da Prefeitura e de outros setores da sociedade em reuniões técnicas no Conselho da Cidade (CONCID). Houve alterações que chamam atenção do ponto de vista quantitativo, como a inclusão de 59 artigos, exclusão de outros 19 e algumas inclusões textuais. Mas no geral, do ponto de vista qualitativo, não há diferenças substanciais em relação à lei vigente.

No mês de novembro de 2019, após alguns meses da entrega do projeto de lei pelo prefeito Edivaldo Holanda ao Presidente da Câmara dos Vereadores Osmar Filho, ocorreu uma pressão por parte dos movimentos civis organizados para que se discutisse ainda mais a proposta por meio de mais audiências públicas, um preceito legal do legislativo municipal, o que foi acatado pelos vereadores mediante documento com quantitativo de assinaturas por bairros, realizado com os esforços e articulações dos movimentos sociais. Em 23 de outubro de 2019, a Câmara Municipal lançou um edital com a definição de mais 8 audiências públicas a serem realizadas, metade em locais da zona urbana e metade em locais da zona rural.

Diante do que foi falado até aqui, é preciso destacar alguns pontos da primeira semana de audiências deste mês de novembro sob os auspícios da Câmara de Vereadores. O primeiro ponto a ser destacado é a baixa adesão de integrantes no legislativo municipal nas audiências, um contrassenso, o que escancara um total descaso para com a população que tem participado e se manifestado nas sessões, apenas 1/3 de vereadores se fizeram presentes nessas primeiras reuniões públicas. Outro ponto é que o representante da prefeitura e presidente do INCID, José Marcelo do Espírito Santo – um velho e fiel amigo dos empreiteiros da cidade – tem apresentado os mesmos slides do início do ano, de forma apressada e sem

muito ânimo, diga-se de passagem. Não há também, por parte dos integrantes da prefeitura, nenhuma resposta aos questionamentos feitos pela população e, muito dificilmente, os vereadores levarão em consideração as angústias e aflições públicas da população da cidade.

É preciso relembrar, ainda, o papel do CONCID, o órgão colegiado criado pela Lei Orgânica e pela Lei 4.611/2006, que possui natureza deliberativa e consultiva, de caráter permanente, reunindo representantes do poder público e da sociedade civil, que tem por finalidade propor, discutir e deliberar as diretrizes para a formulação e implementação da política de desenvolvimento urbano e rural, acompanhar e avaliar a sua execução com participação autônoma e organizada de todos os seus integrantes.

O CONCID é o “escudo poderoso” utilizado pelos representantes da prefeitura para se defender dos questionamentos mais polêmicos e delicados da proposta, a exemplo da transformação de grande parte da zona rural em urbana para atender aos interesses do capital imobiliário local e do capital financeiro estrangeiro, que mira os espaços ocupados por comunidades tradicionais como uma grande reserva de valor para seus investimentos bilionários. A resposta a todas as indagações é uma espécie de mantra: “Foi aprovado no CONCID”. Acontece que o CONCID é um órgão que na prática não é a favor da maioria da população da cidade, integrantes do poder público e da iniciativa privada – maioria em sua composição – se unem para aprovar as demandas de seus interesses em detrimento dos interesses coletivos, isto pode ser visto tanto no texto da proposta quanto nas atas do CONCID, publicizadas no site da prefeitura.

A força do CONCID permitiu que o texto da proposta de lei trouxesse, além da indecente e criminosa supressão da zona rural, a não definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que constituem um instrumento urbanístico de inclusão social que nunca foi regulamentado na cidade; um novo prazo para a construção do Mapa de Vulnerabilidade Socioambiental, prometido pelo INCID para ficar pronto no início de 2007 e nunca foi feito; uma redelimitação grotesca nas áreas de dunas no litoral norte; a mudança de zona de metade do Sítio Santa Eulália, dentre outras.

É bom lembrar, ainda, que a proposta é repleta de promessas de criação de planos (viário, de acessibilidade, paisagístico, etc.), regulamentação de instrumentos e criação de comissões. Olhando para os Planos Diretores anteriores, se sabe que essa estratégia faz apenas o texto da lei brilhar, já que não há aplicabilidade e efetivação plena destes planos e instrumentos, ou seja, não há garantia alguma que sejam postos em prática caso a proposta se transforme em lei.

A palavra “desenvolvimento” na proposta atual de revisão do Plano Diretor aparece dezenas de vezes. A pergunta que se faz é: que desenvolvimento é esse? Para quem? A cidade vem se expandindo de forma desordenada desde os anos 1970, a pobreza nas áreas periféricas da cidade salta aos olhos e existem problemas na quase totalidade do município, não há saneamento básico, o escoamento sanitário é precário, não há estações de tratamento de esgoto satisfatórias, o transporte público é caótico e caro, as contas de água e energia são onerosas, a acessibilidade é quase inexistente, os espaços públicos e de lazer são raros e os assentamentos informais não param de crescer. Mas nas audiências públicas sequer houve participação de outros órgãos municipais para dar uma satisfação às pessoas, se sonega informações essenciais, o grosso da população ludovicense não sabe, por exemplo, que a prefeitura não possui recursos financeiros para investir em infraestrutura de modo a atender as demandas de uma zona urbana que será ampliada.

Para falar de um período mais recente, o planejamento urbano tem sido uma lástima nas últimas três décadas na cidade, mesmo com toda regulamentação pela legislação. Intelectuais orgânicos se prestam a atender o interesse do empresariado e da indústria da construção civil, não a toa, se observa por longo período, os mesmos sujeitos “pensando” a cidade de São Luís, resultando no favorecimento explícito aos rentistas da terra urbana e às empresas como ALUMAR e VALE, que dispõem juntas de vastos territórios na cidade para estocar materiais pesados e poluentes, mas nada se observa de mudanças estruturais realizadas no município nas

últimas décadas, nem mesmo ações que busquem justiça social e espacial ou melhora na qualidade de vida.

Portanto, a proposta do novo Plano Diretor de São Luís, chamado de ‘estratégico’ pelo prefeito não representa as necessidades reais da população, ao contrário, é excludente e visa à privatização de novos espaços para a reprodução ampliada do capital, como ficou claro nas arbitrariedades ocorridas na comunidade do Cajueiro meses atrás, quando forças policiais destruíram casas na comunidade e expulsaram moradores, numa reintegração de posse bastante contestável e duvidosa, um caso que se encaixa bem no conceito de “acumulação por espoliação”, desenvolvido pelo geógrafo inglês David Harvey.

O planejamento urbano precisa ser feito com ação, já que não deve ser pensado sem a gestão pública em favor dos mais pobres, isso os planejadores desta cidade não fazem, constroem uma proposta de revisão do Plano Diretor desconectada da cidade real/concreta, analisando fotografias aéreas com defasagem de uma década, sem visitar e conhecer a fundo os problemas urbanos que afetam milhares de moradores. Mapas bem feitos, bonitos e coloridos não são suficientes, é preciso que o poder público ouça os anseios das populações e ajude a melhorar suas condições de vida na prática e não com discursos eleitoreiros, uma construção que precisa ocorrer no cotidiano, que supõe mudança de comportamento, tanto do ente público, quanto dos mais diversos agentes que participam da vida de São Luís.

É preciso denunciar e fazer pressão aos desmandos do poder público (Estado e Município) que age em conjunto com os interesses privados; o processo de revisão do Plano Diretor atual, envernizado como algo democrático, na realidade se apresenta como um novo marco de uma lógica neoliberal perversa, já que rompe definitivamente com o que resta dos modos de vida tradicionais dos povos da zona rural, se baseando no discurso, na ideologia e na prática perversa do poder econômico do capital, em que o direito à propriedade privada se coloca acima de tudo, de todos e todas.

Pequena caracterização socioambiental de São Luís¹

O município de São Luís encontra-se situado na Região Nordeste do Brasil, especificamente ao Norte do Estado do Maranhão, no domínio Geoambiental denominado de Golfão Maranhense, está delimitado entre as coordenadas geográficas 2° 24' 10" e 2° 46' 37" de Latitude Sul e 44° 22' 39" e 44° 10' 00" de Longitude Oeste.

A capital do Maranhão faz parte da chamada Ilha de *Upaon Açu* (designação de origem indígena que significa Ilha Grande) ou Ilha de São Luís, denominação correntemente utilizada no cotidiano dos moradores. Para efeito deste trabalho, optou-se utilizar um dos termos mais antigos, considerado por alguns estudiosos como tecnicamente correto - Ilha do Maranhão, cuja área é de 1455,1 Km² e corresponde aos seguintes municípios: São Luís, com 831,7 km²; São José de Ribamar com 436,1 km²; Paço do Lumiar com 121,4 km² e Raposa com 63,9 km², o mais novo, emancipado em 1º de Janeiro de 1997, desmembrado de Paço do Lumiar.

Os aspectos físico-naturais da capital do Maranhão são bastante peculiares e ao mesmo tempo frágeis. Isto se deve ao fato de São Luís fazer parte de um território insular, com diversificadas e belas paisagens e características ambientais vulneráveis, a exemplo do extenso ecossistema manguezal, do grande quantitativo de canais de drenagem e dos tipos de solo e vegetação encontrados em seu espaço.

O município de São Luís, assim como a Ilha do Maranhão, formou-se há mais ou menos 1,6 milhões de anos, no período Quaternário. Foi

¹ Texto elaborado para o Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (2010). Disponível em: www.agenciasaoluís.com.br/midias/anexos/2228_caracterizacao_socioambiental_de_sao_luis.Plano_Diretorf

moldada a partir de registros muito antigos, reativados durante o período Terciário, expressos através de formas e fraturas. São Luís integra uma ilha que já fez parte do continente, estando separada por águas rasas e salgadas. Se formos levar em consideração a forma fisiográfica na qual o município de São Luís se encontra, ou seja, uma ilha, pode-se constatar que geologicamente é uma ilha muito jovem.

A geologia do Golfão Maranhense e mais especificamente de São Luís é formada por rochas e estruturas sedimentares, possuindo idades variadas. A estratigrafia da Ilha do Maranhão é composta pela Formação Itapecuru (Cretáceo Superior), Formação Barreiras (datada do Terciário), além de aluviões pleistocênicos, praias, dunas e mangues quaternários, que fazem parte da chamada Formação Itapecuru.

A Geologia do município (tipo sedimentar) permite que os recursos minerais encontrados e explorados sejam: a água mineral, as areias, a argila e o calcário. A extração de areia, calcário e pedra bruta (laterita) é uma constante no município. Esses minerais são bastante utilizados na construção civil. O calcário é importante para a Indústria da Construção Civil porque serve para a fabricação de cimento, cal, dentre outros. O local das extrações representa algumas áreas do centro, sul e sudoeste do município, e em diversos pontos no Parque Estadual do Bacanga.

As características da planície costeira do Golfão diferem das demais planícies litorâneas do Nordeste e se aproxima mais das do Norte, não só pela própria morfologia e pela vasta área de abrangência, mas também pela extensão e concentração de cursos d'água. O Golfão constitui-se como um imenso complexo que coleta as águas e sedimentos transportados pelos principais rios maranhenses, sendo apontada por muitos como uma área conhecida como planície de rias.

O município de São Luís apresenta três formas de relevo principais, a saber: Planícies fluvio-marinhas, Colinas e Tabuleiros Costeiros. As Planícies fluvio-marinhas possuem cotas altimétricas que variam de 0 e 5 metros de altitude e são resultado da erosão feita por rios e mares durante milhares de anos, compreendendo as bacias dos principais rios da ilha.

As Colinas apresentam em seus topos, suaves declives, encontram-se de maneira não uniforme por quase todo o município. E os tabuleiros apresentam paisagem de topografia plana. Em São Luís se apresentam como superfícies fortemente dissecadas, aparecendo em partes do litoral norte e mais claramente na porção central da ilha (onde estão as maiores altitudes), constituindo-se como o divisor de águas das principais bacias hidrográficas de São Luís e da Ilha do Maranhão.

O município de São Luís encontra-se numa região de baixa latitude (2° Sul distante do Equador), localizada na zona costeira e com pequenas altitudes. Estas características, aliadas à dinâmica de ventos, massas de ar e correntes marítimas são questões preponderantes para a definição do tipo climático da capital maranhense.

O clima ludovicense, de acordo com a classificação climática já tradicional proposta por Köppen, é da categoria AWW', em que A é do tipo tropical úmido com altas temperaturas, W constitui estação seca definida e W' apresenta precipitações acentuadas no verão-outono. Desta forma, a cidade apresenta um clima do tipo Tropical Úmido com duas "estações" bem delimitadas ao longo do ano, uma chuvosa, no período de dezembro a junho e outra seca, no semestre que se estende de julho a novembro. As médias pluviométricas totais anuais variam entre 1.800mm e 2.200mm. O mês que concentra as maiores precipitações é abril e o que apresenta menor índice pluviométrico é outubro. As temperaturas são altas durante todo o ano e variam em média entre 24° e 30°C. A amplitude térmica diária é baixa, devido principalmente aos fatores como baixa latitude e a proximidade com o oceano, fazendo com que não haja uma variação de temperatura acentuada entre o dia e a noite.

A drenagem do município é composta por canais fluviais e fluvio-marinhos de pequenas dimensões que, ao longo de milhares de anos modelaram a topografia da ilha. As bacias hidrográficas compõem um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes. A Ilha do Maranhão possui 12 (doze) bacias hidrográficas, das quais 10 (dez) fazem parte do território do município de São Luís. São elas, Anil, Bacanga, Tibiri,

Itaqui, Cachorros, Estiva, Inhaúma, Paciência, Geniparana e Praias. As principais bacias hidrográficas do município são as do Anil, Bacanga e Tibiri.

A Bacia do rio Anil possui aproximadamente 42km^2 , sendo a bacia de ocupação mais antiga, com o mais alto grau de urbanização da cidade. A bacia do Bacanga apresenta uma área de aproximadamente 110km^2 , possuindo uma população estimada de 195.353 habitantes. A bacia do rio Tibiri possui extensão aproximada de 140km^2 . É menos populosa que as duas anteriores, mas apresenta grande importância devido a sua grande extensão, compostas por canais, furos e igarapés que servem de sustento para muitas famílias através, principalmente da pesca.

O município de São Luís apresenta características variadas no que tange à sua cobertura vegetal. A composição florística depende de fatores como a forma do relevo e a altimetria, o tipo de solo, o clima, a proximidade com os cursos d'água e a própria interferência humana no ambiente. Destacam-se como formações vegetais em São Luís: a Floresta Tropical Úmida, as Matas Galeria, a Mata dos Cocais, as Matas Secundárias de Terra Firme ou Capoeira, as Matas de Várzea, os Manguezais e as Dunas e Restingas. Os solos de São Luís são do tipo autóctone, derivados de rochas e sedimentos cretáceos, terciários, quaternários e da formação Barreiras.

Os solos da capital maranhense são: podzólico vermelho-amarelo concrecionário, gleissolos, areias quartzosas distróficas latossólicas e solo indiscriminado de mangue. A cidade abrange em seu espaço áreas de grande interesse ambiental. Dentre estas áreas destacam-se as protegidas por legislação de âmbito municipal, estadual e federal.

A elaboração de leis que visam proteger e resguardar territórios de relevância ambiental já existe no Brasil desde a década de 1930, quando surgiu o Código Florestal em 1934, que estabeleceu o marco legal dos parques nacionais (Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934). O artigo 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988 determina que todos tem (ou devem ter) “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao

poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Este artigo, de suma importância, objetiva o estabelecimento de um ambiente que esteja em relação de equilíbrio com toda a sociedade.

Em São Luís existem áreas que se encaixam nas categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC (Lei Federal nº 9.985/00) regulamenta o Artigo 225, Parágrafo 1º, Incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. As UC's existentes em São Luís são: Parque Estadual do Bacanga, Área de Proteção Ambiental do Maracanã, Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, Parque Estadual Sítio do Rangedor, Área de Proteção Ambiental do Upaon-Açu/Miritiba/ Alto Preguiças, Área de Relevante Interesse Ecológico das Áreas de Influência das Nascentes do Rio Jaguarema e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Jaguarema, Fazenda Boa Esperança e Estância Pedreiras.

Outras áreas de interesse ambiental se destacam no espaço ludovicense, como os manguezais, as dunas, as praias, as restingas, os mananciais e os cursos d'água que são protegidos por Lei Federal. Os territórios que são resguardados por legislação municipal são representados pelos Parques Urbanos do Bom Menino, Diamante e Rio das Bicas, Parque Ambiental e Recreativo do Itaqui-Bacanga e o Sítio Santa Eulália. As últimas seis décadas viram um crescimento vertiginoso do espaço urbano de São Luís. Grande parte dessa expansão ocorreu de forma não planejada, afetando sobremaneira, vastas áreas naturais, como por exemplo, a supressão de matas e florestas, poluição de cursos d'água, erosão de solos, dentre outras problemáticas.

Os problemas ambientais encontrados em São Luís decorrem, em grande parte, da forma como o território vem sendo ocupado ao longo das últimas décadas, afetando diretamente as características físico-naturais, como a geologia e a geomorfologia, os tipos de solo, a drenagem, a cobertura vegetal, dentre outros.

Quanto aos problemas ambientais relativos ao solo, o principal impacto refere-se à vulnerabilidade a erosão. A erosão é o processo no qual há desprendimento e arraste de partículas causadas pela ação da água e do vento. Quando se fala em vulnerabilidade, é para referir-se à sensibilidade e predisposição do solo à erosão. Deve-se levar em consideração o tipo de clima e solo, a natureza litológica, os tipos de vegetação, e principalmente os atributos do relevo, tais como: declividade, comprimento da rampa, amplitude altimétrica e grau de dissecação.

Os processos erosivos que predominam em São Luís são os de origem pluvial, sendo mais evidentes por causa da ausência de cobertura vegetal do solo. Nas áreas litorâneas, os processos erosivos referem-se à ação marinha sobre falésias e a acumulação constante de areias pela ação eólica formando dunas.

Estes processos geológicos ativos são agravados com a interferência humana, como a retirada indiscriminada da cobertura vegetal, seja para as atividades agrícolas, para a extração mineral ou ainda para a construção de casas, vilas ou bairros inteiros, como evidenciado em manchas que aumentam na direção do Parque Estadual do Bacanga, APA do Maracanã e APA do Itapiracó.

Nas últimas décadas são perceptíveis também as transformações climáticas na escala do município. Como já mencionado, a exorbitante expansão do espaço urbano de São Luís, que através do desmatamento indiscriminado e da proliferação acelerada de construções e pavimentações, vem modificando principalmente as médias térmicas e o direcionamento dos ventos em pontos localizados da cidade, formando o que os climatologistas chamam de microclimas.

Em relação à poluição atmosférica, São Luís ainda fica distante de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Isto não significa dizer que não exista nenhum tipo de poluição desta natureza na cidade. Os principais vetores são provenientes da frota crescente de veículos automotores, da combustão incompleta de combustíveis sólidos e gasosos, da combustão

de lixos nas áreas periféricas, além da emissão de fluoretos e particulados de ferro e manganês por parte de grandes indústrias.

Do ponto de vista ambiental, as águas superficiais e subterrâneas vêm sofrendo uma desconfiguração nas suas redes hidrográficas ao longo do último século em decorrência das ocupações desordenadas, dos processos erosivos e da grande quantidade de efluentes líquidos despejados nos principais rios do município, perdendo a sua participação no equilíbrio ecológico e na qualidade de vida das pessoas.

Os rios Anil e Bacanga, os dois principais de São Luís, sofrem mais ferozmente com o processo de poluição. Somente na bacia do rio Anil foram detectadas mais de 100 fontes de lançamento de esgotos. A cidade cresceu primeiramente sobre o divisor de águas desses dois rios (ou braços de mar, como preferem alguns), seguindo desde o Centro até o bairro do Anil. Neste sentido, tanto as bacias do Anil quanto do Bacanga, foram comprometidas com ocupações irregulares, desmatamento de manguezais e lançamento de efluentes líquidos de origem doméstica e industrial, por falta de um planejamento adequado, que não soube comportar o grande número de migrantes vindos, sobretudo do interior do Estado. Outros rios também sucumbem, a exemplo do Paciência e seus afluentes.

Portanto, o município de São Luís, pelo fato de estar situado em um sistema costeiro insular, possui fragilidades ambientais acentuadas. As características do meio físico-natural estão cada vez mais ameaçadas pela acelerada expansão urbana verificada nas últimas décadas.

A orla marítima também sofre intensa degradação ambiental. A supressão da vegetação litorânea e a construção de edificações podem afetar o processo de transporte de sedimentos eólicos e marinhos provocando desequilíbrios na estabilidade da linha de costa.

Quanto a balneabilidade, as praias de São Luís encontram-se impróprias para o banho a maior parte do ano, com níveis de coliformes fecais acima do uso permitido para o lazer. Após a construção da Avenida Litorânea houve uma maior especulação imobiliária nas áreas de praias. Grande parte das construções próximas às praias despeja seus resíduos

nas águas marinhas, mas o principal poluidor são os efluentes despejados no Anil e no Bacanga que desembocam no mar, a falta de uma política efetiva no município de tratamento de esgotos contribui para a poluição das águas marinhas.

O grande desafio para a cidade é a realização de um Desenvolvimento Social Sustentável, que possibilite a consolidação de um amálgama entre o crescimento urbano e a utilização racional dos recursos ambientais, não comprometendo a integridade dos atributos naturais importantes para a manutenção dos ecossistemas locais e para a saúde e qualidade de vida dos habitantes de São Luís.

As tragédias e o planejamento urbano ¹

Todos os anos, no verão brasileiro, uma triste realidade volta à tona nas manchetes jornalísticas: enchentes causadas por fortes volumes de chuva geram mortos e desabrigados. Os alardeados desastres naturais tais como terremotos, tempestades, erupções vulcânicas, nevascas, fortes ondas de calor, dentre outros, são fenômenos muito antigos, inerentes a massa geóide, viva e dinâmica chamada planeta Terra.

O problema das enchentes e desmoronamentos nas cidades brasileiras não reside no quantitativo pluviométrico, mas antes, no acelerado e desordenado processo de urbanização. Enquanto não houver um rigoroso planejamento nas áreas urbanas no sentido de ordenar ocupações, milhões de pessoas estarão correndo riscos de todo tipo ano a ano.

O grau de urbanização do país, segundo o último Censo do IBGE em 2010, chegou aos astronômicos 84,35%. O que isso significa? Que o Estado brasileiro fracassou em não promover uma reforma agrária. Ao contrário, historicamente, os donos do poder cuidaram dos próprios interesses em detrimento de milhões de pessoas, que nos últimos setenta anos migraram do campo para as cidades, levando na bagagem sonhos e esperanças. O resultado dessa diáspora? O onipresente caos urbano.

As enchentes e inundações, próprias desta época, são apenas uma das dimensões do caos urbano da sociedade capitalista na atualidade. E quem mais sofre? Os pobres marginalizados, moradores de encostas de morros, margens de rios ou próximos a lixões.

¹ Artigo publicado no Caderno Opinião do Jornal O Estado do Maranhão em 19 de janeiro de 2012.

A cidade capitalista moderna é uma máquina produtora de miséria e desigualdade social. Os pobres urbanos das periferias, favelas, subúrbios e guetos vivem em condições precárias, são segregados espacialmente, sofrem e convivem com a violência e o tráfico e residem em habitações improvisadas, quase sem acesso a itens básicos de sobrevivência humana, como água potável, por exemplo.

A terra nos aglomerados urbanos é objeto de acirrada disputa, ela se tornou um ativo extremamente valioso para construtoras, imobiliárias e prefeituras. Por isso a terra na cidade é “fatiada” por esses grupos, os “melhores pedaços” são destinados sem burocracia às classes dominantes e as “sobras” ficam para os pobres e miseráveis.

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), apesar da importância, ainda não significou na prática uma melhora substancial para a população das áreas urbanas. Os governantes e suas equipes técnicas precisam entender que o planejamento urbano não se resume a projetos arquitetônicos mirabolantes feitos na tela do computador, mas antes, na inclusão dos que não usufruem da cidadania, aqueles que denomino aqui de “os sem-cidade”, para que possam encontrar sentido no lugar onde vivem, através da experiência urbana.

Infelizmente o debate político sério em torno da reforma urbana não compõe a agenda dos governos municipais da esmagadora maioria das cidades brasileiras, assim o planejamento urbano possui sérios problemas no país, constituindo, portanto, numa farsa. O caos urbano deriva dessa omissão política sem limites, praticada por gestões irresponsáveis e corruptas, que se fortalecem no seio de uma sociedade, que de forma geral, ainda é conformista e alienada.

Recanto da boemia ¹

É muito comum observar na quadricentenária São Luís uma mesma rua ou logradouro com mais de uma nomeação. Isto é explicado, em parte, pela idade do nome e pela identificação que os moradores possuem com ele, pois designações antigas perduram até os dias de hoje pela força da memória popular. Por mais que alguns nomes tentem se manifestar por imposição, seu uso implica certo consentimento.

A Rua do Giz ou 28 de julho está situada na área de ocupação mais antiga da capital maranhense, na outrora Freguesia de Nossa Senhora da Vitória e, posteriormente no bairro da Praia Grande. Iniciava no Largo do Palácio para terminar então na Rua Nova Cascata, no entanto houve uma reforma urbana que aterrou o trecho entre o Largo do Palácio e a Rua de Nazaré. Assim, atualmente o logradouro inicia na Rua de Nazaré e termina na Rua Jacinto Maia.

Segundo o historiador Carlos de Lima, o nome “Giz” é uma referência “à íngreme e escorregadia ladeira de argila, que dificultava o trânsito, pelo que recebeu a escadaria que lhe corrigiu o defeito”. O nome de “28 de julho”, de acordo com Domingos Vieira Filho, se deve “a Antônio Henriques Leal quando camarista em 1865”. A denominação é uma referência à data de Adesão da Província do Maranhão à Independência do Brasil em 1823.

A Rua 28 de Julho foi associada durante muitos anos à vida boêmia de São Luís, localizada na chamada *Zona do Baixo Meretrício*, ou apenas ZBM, como ficou consagrada nos seus tempos áureos. Ficou estigmatizada

¹ Publicado no livro “São Luís 400 anos” do Jornal O Estado do Maranhão em 8 de setembro de 2012.

no imaginário de toda uma geração na cidade como lugar de vadiagem, prostituição e malandragem. As ruas da Palma, Estrela, Saúde, Afonso Pena e as Travessas da Lapa, Feliz e Portinho também integravam a ZBM.

A literatura maranhense destaca dois momentos bem distintos da ZBM: o primeiro, defendido por antigos frequentadores e moradores da área, é caracterizado pelo *glamour* com que os recintos ou boates do local possuíam. Eram frequentados pela elite ludovicense. As prostitutas, ou melhor, as cortesãs, se apresentavam bem vestidas, as elegantes “madames”, donas dos estabelecimentos, tinham grande poder financeiro e também influência com gente poderosa da sociedade ludovicense. Os salões eram compostos por cantores, conjuntos musicais e orquestras de boa qualidade. Nesta concepção, a ZBM era tida como “civilizada”, um lugar que podia ser considerado de “respeito” e requinte.

O segundo momento situa-se a partir da década de 1980, fase da decadência da ZBM. Seu cotidiano é representado por algumas prostitutas de mais idade, que moram em casarões em ruínas, sobrevivendo com muitas dificuldades.

No século XIX, este pedaço de São Luís, abrigou casarões em estilo eclético e residências de pessoas ilustres da cidade, como o Solar da Baronesa de Anajatuba e estabelecimentos comerciais e bancários, a exemplo da *Machado Cavalcanti & Cia* que comercializava produtos alimentícios importados como azeites, bacalhau, refrigerantes e chocolates. Ou como a *Batista Nunes & Cia* que trabalhava com a venda de miudezas, estivas e cigarros.

As casas bancárias eram representadas, entre outras, pelo *Banco Comercial do Maranhão*, pelo *Banco do Maranhão*, inaugurado em 1855 e pelo famoso *Banco Comercial*. Existiam também casas de crédito, como a *Ferreira & Cia*, situada no prédio de número 5, que oferecia serviços de comissões e consignações e pela *Viana & Santos*, situada no número 9.

O logradouro possui uma considerável extensão, se comparado com outros da Praia Grande. Sua topografia é acidentada, característica marcante em praticamente todo o Centro antigo de São Luís. Sua

pavimentação é composta de paralelepípedos, algumas calçadas são cobertas de cimento, outras possuem pedras de cantaria.

Os edifícios são representados por sobrados, solares e residências de porta e janela, meia-morada e morada-inteira. Ao longo do logradouro, as construções se apresentam intercaladas ora em estilo eclético, ora em estilo moderno. Na rua existe ainda duas construções imponentes: o Palácio dos Holandeses e o velho Hotel Central.

Na rua de traçado retilíneo, com ladeiras e escadarias, existem prédios que fazem parte do Programa Estadual e Federal de Revitalização e Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico. Mas, é importante ressaltar a existência de casarões abandonados pelo poder público e por proprietários, com o risco iminente de desabamento.

Ainda no logradouro, encontra-se em funcionamento as sedes de órgãos públicos importantes para o Estado do Maranhão, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-MA).

Pelo exposto, a rua passou por profundas transformações ao longo de sua existência. Seu acervo arquitetônico, de um modo geral, é objeto de admiração por visitantes de várias partes do Brasil e do mundo.

Mas, afinal, a designação correta é *Rua do Giz* ou *Rua 28 de julho*? É impossível definir um nome apenas, já que isso depende da vivência e do ponto de vista de cada morador da cidade, que pode reconhecer a rua por qualquer um desses nomes, independente de leis, normas ou decretos.

A grande artéria ¹

Os registros históricos sobre a Rua Grande datam da segunda metade do século XVII, quando a Câmara de São Luís deliberou a construção de um caminho que ligaria a cidade até o *Cutim* – nas proximidades do atual bairro do Anil. Tal empreendimento serviria para facilitar o fluxo de viajantes entre o pequeno núcleo urbano e o interior da ilha e do Maranhão. Neste tempo a via ficou conhecida como *Estrada Real* e, posteriormente, como *Caminho Grande*. Seu calçamento ficou pronto somente na gestão de Eduardo Olímpio Machado como descreve Carlos de Lima em seu *Caminhos de São Luís*. Entretanto o logradouro passaria por várias outras obras de pavimentação em governos posteriores.

A partir da segunda metade do Oitocentos e boa parte do século XX, a Rua Grande se caracterizou pelos ares de modernidade, comum na São Luís daquele período, com a presença das linhas do bonde, do calçamento de cimento, de lojas e comércios, além da efervescência cultural e de comportamentos, com enorme fluxo de pessoas. Josué Montello, em seu *Os Tambores de São Luís*, narra o ambiente deste período “(...) principiava a Rua Grande, com suas casas de modas, os seus bazares, a sua farmácia homeopática, o seu barbeiro sangrador. (...) Havia ainda um professor de dança, um afinador de pianos, dois armadores de galas e funerais, várias lojas de fazendas, um armazém de vinhos e uma chapelaria, além de um ateliê fotográfico muito bem aparelhado para tirar retratos pelo novíssimo sistema de ambrótipo, sobre cristal, malacacheta e encerado”.

¹ Uma versão mais sucinta deste texto foi publicada no Caderno Opinião do Jornal O Estado do Maranhão em 31 de março de 2010.

Domingos Vieira Filho escreveu na sua obra *Breve História das Ruas e Praças de São Luís* que “por ela desfilam as beldades sanluizenses exibindo suas custosas toilettes e sua graça inconfundível”. No início dos anos 1920, os casarões da Rua Grande sofreram sensíveis alterações, isto por que uma lei municipal determinou a colocação de platibandas nas edificações, danificando seriamente o padrão arquitetônico colonial.

Foi na Rua Grande que nasceram duas das mais conhecidas figuras da cultura literária maranhense e brasileira: Manuel Odorico Mendes e Catulo da Paixão Cearense. O primeiro nasceu no pequeno sobrado de nº 133 onde funcionou as Lojas Pernambucanas, junto ao antigo Beco de Teatro, hoje Rua Godofredo Viana. Odorico Mendes veio ao mundo em 24 de janeiro de 1799 e tornou-se um dos mais respeitados intelectuais brasileiros de sua época.

Já Catulo da Paixão Cearense nasceu e viveu toda infância num sobrado azulejado de nº 66 da Rua Grande. Na casa há uma placa de mármore inaugurada em 1940 em sua homenagem e traz a seguinte inscrição: “*nesta casa nasceu, a 8.10.1863, Catulo da Paixão Cearense, o grande poeta que soube interpretar, em versos bem representativos da inteligência maranhense a alma popular brasileira*”. Ficou imortalizado na história da música brasileira com a canção *Luar do Sertão*.

Em um casarão de canto, situado no cruzamento da Rua Grande com a Rua Godofredo Viana está assentada a antiga residência de Ana Jansen. O sobrado é de arquitetura colonial e composto por azulejos portugueses azuis e brancos de cima a baixo. Ela dominou a cena política maranhense por várias décadas do século XIX, sendo respeitada e temida por muitos. Ana Jansen monopolizou o mercado de água potável em São Luís por anos, já que possuía sítios com fontes no Vinhas e no Apicum, dos quais extraía água para ser vendida nas residências por meio de seus escravos em carroças.

Ficou impregnada no imaginário popular através da lenda que conta que nas noites de lua cheia vaga pelas ruas do centro da cidade com sua

carruagem puxada por dois cavalos decapitados que expellem fogo e um coche preto também sem cabeça, emitindo sons de martírios de escravos.

À Rua Grande também pertenceu uma das mais tradicionais paróquias da cidade: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos. Datada do ano de 1762, transformou-se em Sede Paroquial apenas em 1805. Na terceira década do século passado houve uma tentativa de reorganização espacial na cidade. Muitos prédios antigos foram demolidos em nome de uma “modernização”. Pedro Neiva, o então prefeito de São Luís e o Interventor Federal no Maranhão na época, Paulo Ramos, decidiram demolir a igreja, que atualmente abriga o edifício Caiçara.

Nos seus tempos áureos, a Rua Grande abrigou casas comerciais e de entretenimento. De armarinhos às lojas de tecidos, de farmácias a bazares, de sorveterias a restaurantes, de clubes a cinemas. Estes locais funcionavam como espaços de sociabilidade, pois a Rua Grande, apesar de extensa e diversa, possibilitava os encontros, a troca de experiências, as conversas sobre os acontecimentos cotidianos da cidade. Era um palco que concentrava agentes diversificados, de madames da alta sociedade a descendentes de escravos. Constituiu-se num “centro polarizador”, que tudo atraía.

O Cine Éden e o Casino Maranhense eram desses espaços de encontro que se localizaram no logradouro. O cine Éden funcionava no prédio onde hoje corresponde à Loja Marisa. Inaugurado em abril de 1919, funcionava também como teatro e era considerado por muitos como o mais importante de sua época. O cine Éden exibiu filmes e peças diversas, além de acolher, no período momesco, pessoas da cidade para as matinês carnavalescas, sempre animadas por orquestras que ocupavam o seu salão principal.

O Casino Maranhense localizava-se no casarão que pertenceu a Ana Jansen. No térreo do sobrado funcionava o *Bazar Valentim Maia* e no andar de cima havia o bar e o salão, que na época do carnaval eram realizados os bailes à fantasia, mobilizando pessoas da classe média e da alta da sociedade.

Os comércios eram um atrativo a mais no logradouro. A exemplo da *Casa Ponto Chic*, importante bar e restaurante, que concentrava integrantes de tradicionais famílias ludovicenses ou ainda a *Mercearia Neves* (prédio da atual Lojas Americanas) que vendia bebidas e produtos alimentícios de primeira qualidade.

Outros estabelecimentos comerciais também se destacavam: a famosa *Farmácia Garrido*, a antológica *Magazine 4.400*, a gigante *A Exposição*, a tradicional *Mercearia Luzitana*, o ainda existente *Armazém Paraíba* e tantos outros que fizeram da Rua Grande o logradouro mais importante de São Luís.

A Rua Grande é atualmente um local de passagem de milhares de pessoas oriundas de diferentes partes da cidade, embora tenha perdido frequentadores nos últimos anos para os shoppings centers, seu comércio popular ainda ferve, camelôs e vendedores ambulantes gritam a todo instante, as lojas presentes nos casarões vendem de tudo, roupas, eletrodomésticos, eletrônicos, calçados, comida, produtos de beleza, remédios, enfim, um emaranhado de opções para consumidores sedentos. Só quando acaba o dia, na paisagem soturna, no silêncio, ecoam as seculares vozes do interior dos velhos casarões, testemunhos “vivos” de um importante capítulo da História ludovicense.

A agonia de Upaon-Açu ¹

Passadas duas décadas do século XXI, São Luís, capital do Estado do Maranhão, insiste em possuir uma sina incômoda: a da inoperância da gestão administrativa com sua consequente incapacidade no fomento de políticas públicas urbanas includentes. O resultado assombroso em não desempenhar esta tarefa é o de se viver em uma cidade fragmentada espacialmente, onde diferentes classes sociais se distribuem em territórios muito bem definidos e delimitados.

Destarte, esta fragmentação congrega, num extremo, territórios com condomínios verticais e horizontais, enclaves em lugares onde a rua é apenas lugar de passagem – predominantemente de veículos automotivos – que margeia os muros altos e eletrificados, e dá acesso aos portões automáticos das propriedades. De outro lado, abrange os territórios periféricos, onde a rua é como uma extensão das casas, os bairros possuem intensa sociabilidade, as relações de vizinhança são ricas, conflitivas e por vezes também solidárias, há todo um tecido socioespacial com características específicas, próprias da cidade informal, com suas regras e normas, já que a presença do poder público é residual.

Embora se observe nítidas diferenças em territórios do espaço intraurbano ludovicense, delimitadas por distinções infraestruturais e de serviços, resultado de relações de poder, nota-se problemas onipresentes na totalidade do município e causa espanto a omissão dos poderes instituídos, que parecem alheios às adversidades.

¹ Artigo publicado no Portal A Terra é Redonda com o título “São Luís, cidade fragmentada”, em 14 de outubro de 2020. Disponível em: [São Luís, cidade fragmentada - A TERRA É REDONDA \(aterraeredonda.com.br\)](http://aterraeredonda.com.br).

Uma das mais impertinentes problemáticas em São Luís é o deficitário abastecimento d'água. Composto por 3 sistemas de abastecimento interligados (Italuís/Sacavém-Batatã/Paciência I e II), com 285 poços profundos, São Luís padece com falta de água em milhares de lares cotidianamente, não é raro, por exemplo, que tubulações do Sistema Italuís – que abastece 60% da capital maranhense – sofra rupturas, afetando a vida de milhares de pessoas. É bastante comum ainda que territórios na ilha, dotados de populações de todas as classes sociais, sejam atendidos com carros-pipa, um negócio que se tornou lucrativo na cidade em virtude das graves falhas no abastecimento, fato que nos remete à Ana Jansen, figura poderosa da aristocracia maranhense no Oitocentos, detentora do monopólio da água em São Luís no século na época, período em que seus escravos vendiam água em carroças, oriunda das fontes de suas propriedades no Apicum e no Vinhais.

Não bastassem as deficiências no abastecimento de água, São Luís sofre por não tratar grande parte de seu esgoto. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), São Luís possuía 47,7% da cidade ligada à rede coletora em 2018, ou seja, menos da metade da cidade estaria coberta pelos serviços de esgotamento sanitário, e apenas 11,04 % do esgoto era tratado. Não à toa, a balneabilidade das praias na cidade se encontra em estado quase sempre crítico, imprópria, a maior parte do ano, para o banho.

Independente do bairro, se proliferam na cidade bueiros estourados, às vezes sem tampas, ruas e avenidas esburacadas, esgotos à céu aberto sem manutenção, galerias insuficientes para o escoamento das águas pluviais, além de fundos de vale aterrados e rios poluídos. Os eventos climáticos extremos recentes, como variações bruscas entre calor, umidade e chuvas torrenciais, além de ventanias e ciclones localizados, provocando inundações e prejuízos, só contribuem para piorar a situação de uma cidade que agoniza.

Nas últimas décadas a cidade se expandiu muito, tanto em direção ao norte (bairros do Calhau, Renascença I e II, Ponta D'areia, Ponta do Farol,

etc.) e leste (bairros da COHAB, COHATRAC, Turu, Forquilha, etc.) do município, bem como para os territórios do Itaqui-Bacanga (bairros do Anjo da Guarda, Fumacê, Jambeiro, Gapara, Mauro Fecury I e II, etc.) e também em direção aos manguezais e para outras áreas de proteção ambiental.

A cidade se esfacela em meio ao aumento das desigualdades, o solo urbano – principalmente nos bairros dos antigos conjuntos habitacionais e outros territórios que estão situados ao norte do município – se tornou uma mercadoria caríssima, o que possibilita a presença de um estoque de vazios urbanos murados que não param de valorizar pela especulação, além de empreendimentos habitacionais prontos que não conseguem ser vendidos facilmente. Isto provocou um direcionamento de loteamentos e construções de novos condomínios e habitações para os municípios vizinhos de São José de Ribamar e Paço do Lumiar através de avenidas como a General Arthur Carvalho e também a Holandeses/MA-203, onde os estoques de terra são maiores e também mais baratos. Por outro lado, esse processo determinou o afastamento ainda maior de populações empobrecidas que residem em lugares cada vez mais distantes e deficitários de transportes, saneamento e outros equipamentos urbanos.

Em meio ao aumento da pobreza urbana, refletida no aumento expressivo de aglomerados subnormais, na qual a capital maranhense possui uma vergonhosa posição de destaque em escala nacional, se encontra na Câmara dos Vereadores a proposta de revisão do Plano Diretor Participativo do município. Lembrando que, enquanto instrumento jurídico, o Plano Diretor é norteador da política de desenvolvimento e de expansão urbana nos limites municipais.

Passadas dezenas de reuniões no Conselho da Cidade (CONCID) para a construção da proposta, um campo de forças e disputas se formou, de um lado o poder público e o empresariado do ramo imobiliário agem com interesses comuns em detrimento das necessidades concretas da maior parte da população da cidade, representada por outros setores da sociedade civil no CONCID. Houve audiências públicas que geraram também acirrados debates, por fim foi apresentado um projeto de lei que pode ser

caracterizado como excludente, já que possui como objetivo primacial oferecer garantias jurídicas à implantação de um terminal portuário privado na baía de São Marcos, capitaneado por uma parceria entre a *China Communications Construction Company (CCCC)*, maior empresa de infraestrutura da China e a Construtora nacional WTorre.

As condições geográficas da baía de São Marcos – principal região portuária do MATOPIBA – se mostram bem favoráveis à acumulação de capital para grandes mineradoras e também para o agronegócio brasileiro, isto porque ela possui as seguintes características: 1. Calado de grande profundidade²; 2. Proximidade com os maiores centros consumidores de commodities do mundo e 3. Logística e infraestrutura que facilita o escoamento da produção direto da sua origem, através da interligação das Ferrovias Norte-Sul e Carajás-São Luís. O discurso desenvolvimentista oriundo das empresas para efetivar o *Porto São Luís* é sedutor, prevê a geração de 4 mil empregos diretos e investimentos na ordem de até R\$ 2 bilhões no município.

Estado e Município agem para que o empreendimento vingue, por isso urge a aprovação do Plano Diretor que propõe transformar o que hoje é parte da Zona Rural e suas diversas comunidades em Zona Urbana. O poder público, com apoio jurídico já usou forças policiais para retirar à força, moradores que se recusaram a sair de seus territórios, como o emblemático caso do Cajueiro, pois estes estariam ocupando lugares de propriedade privada. Este fenômeno, chamado por Harvey (2006) de “Ajuste Espacial”, permite a criação de condições para uma hiper-acumulação de capital em lugares específicos, criando desordem e caos, como a expulsão de habitantes locais de seus territórios, degradação ambiental e consequentemente a produção de uma diferenciação geográfica que concentra e tensiona forças produtivas x força de trabalho.

Além do poder público, os rentistas urbanos locais também se mostram a favor da construção do Porto São Luís. Mas, quais os interesses dos empreendedores do ramo imobiliário local na sua construção? Durante as

² O que permite a atracagem dos maiores graneleiros do mundo.

audiências públicas e nas atas das reuniões do CONCID eles defenderam e votaram no sentido de ampliar a Zona Urbana. Os construtores miram uma nova frente territorial para auferirem novos lucros e rendas, representado por um território passível de valorização, isto é, uma área retroportuária que ocupará 1,5 milhões de m² na porção sul e sudoeste de São Luís, um emergente negócio que servirá de sustentáculo aos objetivos do grande capital. Tais agentes, em seus discursos nas audiências, chegaram a afirmar que, caso haja a instalação do terminal portuário, São Luís poderá se tornar uma espécie de “Singapura brasileira”, por terem em comum o fato de serem espaços insulares de extensões parecidas, de vocação portuária e posição geográfica estratégica, o que na verdade configura-se num verdadeiro estelionato discursivo, haja vista as profundas diferenças na estrutura político-econômica, histórica, social e cultural entre São Luís e a Cidade-Estado asiática.

Desta forma, há um grande e permanente embate nas cidades brasileiras, o conflito entre o capital imobiliário e os trabalhadores, que por conta da intensa expansão da fronteira urbana, transformam as maneiras de subsistência e habitação dos pobres, empurrados cada vez mais para lugares insalubres, inseguros e distantes. A legislação urbana de São Luís tem cumprido este nocivo papel, seja com os empreendimentos do Programa *Minha Casa, Minha Vida* em espaços isolados e sem infraestrutura no município, seja oferecendo as condições para a ocorrência da reprodução ampliada do capital, como no caso do Porto São Luís.

Portanto, é necessário expor o que vem acontecendo com a gestão e o planejamento urbano na grande ilha do Maranhão, que agoniza pelas desapropriações e despejos, pela violência e morte de habitantes pobres e pretos, que é incapaz de fomentar políticas públicas estruturais de regularização fundiária, de criação de novas habitações de interesse social e de captar e destinar recursos para a implantação de espaços de lazer, saúde e educação na periferia.

É preciso agir de forma integrada ao pensar a cidade, unindo os diversos entes da federação na busca da alocação de recursos para mirar o

essencial à cidade: o direito à moradia digna, à água potável, ao saneamento básico, à cultura, à boa e diversificada alimentação, ao ensino público e gratuito em escolas de qualidade e aos serviços de saúde pública acessíveis, direitos estes, usurpados historicamente das populações carentes e marginalizadas.

O poder público – sobretudo a Prefeitura de São Luís – é omissa em relação aos pobres e vulnerabilizados da cidade, a instauração da legislação urbana nas últimas cinco décadas nunca serviu para mudar as estruturas da sociedade ludovicense. Embora se reconheça tentativas importantes, como a da instauração de Zonas de Interesse Social (desde o Plano Diretor e o Zoneamento de 1992) e uma ampliação da participação de diferentes e diversificados setores e agentes da sociedade civil na formulação das leis (por conta do advento do Estatuto da Cidade a partir de 2001), na prática, a legislação tem sido inoperante em questões essenciais, como a não efetivação de instrumentos urbanísticos para dirimir desigualdades no espaço urbano.

Da mesma forma, as leis se mostram eficientes em atender interesses da esfera privada, principalmente às ligadas ao setor imobiliário, como na ampliação no número de pavimentos destinados exclusivamente a estacionamentos em edifícios no ano de 2011, uma modificação ilegal, realizada às escondidas, infringindo a lei de zoneamento, uso e ocupação do solo.

Não se pode deixar de mencionar os movimentos de resistência na cidade: entidades sociais organizadas, intelectuais, rádios comunitárias, coletivos, jornalistas, ativistas, sindicatos, ONG's, populações atingidas por injustiças, e alguns setores da justiça e do Ministério Público tem assumido papéis centrais nas discussões sobre as leis e por isso, atuando de forma a fazer denúncias e contestações sobre quaisquer arbitrariedades e ilegalidades.

Somente assim, com intensa participação, sabendo atuar nas múltiplas arenas do debate público, se apropriando dos conhecimentos políticos e técnicos e compreendendo as contradições do lugar e sua articulação com o mundo, poderemos tentar retirar São Luís do seu estado de descaso. E

como Santos (2000, p. 173) nos ensinou, “o que conta mesmo é o tempo das possibilidades efetivamente criadas (...) a que chamamos de *tempo empírico*, cujas mudanças são marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações, de relações e de novas ideias”.

Referências

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 382p.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.

As fake news e os sabotadores do Brasil ¹

Todos os dias é possível observar nos noticiários e nas redes sociais, falas, frases e gestos agressivos e indecorosos por parte do presidente do Brasil direcionados à pessoas públicas, instituições, jornalistas, opositores políticos, ex-aliados e até mesmo àqueles que são parte de sua própria gestão.

A situação que vivemos é assustadora. Um sujeito desprovido de qualquer civilidade, bom senso ou o mínimo de educação, sempre à procura de um inimigo para confrontar, idólatra de ditaduras sanguinárias, avesso aos direitos humanos, ocupa o cargo político mais importante do país. Foi um legislador que em quase três décadas pouco ou nada contribuiu com ideias e projetos no parlamento nacional, no entanto em 2018 chegou ao poder via voto popular.

Não se pretende dissecar aqui os diversos fatores que o levaram a chegar ao poder, embora se reconheça que seja decorrente de algumas condições: a forte rejeição ao petismo, um desejo por mudança presente em setores específicos da sociedade, um anseio – contestável, diga-se de passagem – pelo combate implacável à corrupção, a crise econômica e uma campanha maciça e bem orquestrada nas redes sociais pela disseminação em massa de notícias falsas.

O saudoso escritor espanhol Rafael Chirbes (2007) já escreveu que “o medo excita o mal”, a linguagem do medo se transformou em uma

¹ Uma versão reduzida deste texto foi publicada no portal do Observatório da Imprensa, Edição nº 1087 em 12 de maio de 2020, com o seguinte título: “A desinformação e os sabotadores do Brasil”. Disponível em: [A desinformação e os sabotadores do Brasil | Observatório da Imprensa \(observatoriodaimprensa.com.br\)](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/). Foi publicado ainda no Blog do Ed Wilson no endereço eletrônico: [Fake news e os sabotadores do Brasil - Ed Wilson Araújo \(edwilsonaraju.com\)](https://edwilsonaraju.com/)

poderosa arma política geradora de ódio. Nos anos 1930, Góes Monteiro, Mourão Filho e Plínio Salgado em conluio com o presidente Getúlio Vargas, se utilizaram desta linguagem ao espalhar a notícia da existência de um documento que atestaria um plano comunista revolucionário em curso no país, nele incluía assassinatos de civis e militares, prisões políticas, sequestros, assaltos, depredações e claro, a deposição de Vargas. O *Plano Cohen* – referência ao líder comunista húngaro Bela Cohen – como ficou conhecido, amedrontou a população na época e justificou o golpe que inauguraria o Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Em 1945, no fim da ditadura Vargas, veio à tona a verdade, o *Plano Cohen* não passara de uma mentira.

Em 2002, o PSDB se utilizou da mesma estratégia do medo na disputa entre os candidatos José Serra (PSDB) e Lula (PT), a atriz Regina Duarte, ex-Secretária de Cultura do Governo Bolsonaro, chegou a fazer um vídeo à época de grande repercussão, afirmando que tinha medo da vitória do petista; caso ele vencesse, poderia levar o Brasil a perder a estabilidade da moeda, com a consequente volta da inflação e a desvalorização cambial, ou seja, uma crise que boa parte da população conhecia bem. O tiro desta vez havia saído pela culatra, Lula foi eleito naquele ano.

A ideologia do medo mais uma vez se fez presente na campanha de 2018, fomentando a disseminação e a prática do ódio. As famosas *fake news* estiveram no centro do processo eleitoral, tinham e ainda tem por objetivo atizar as emoções das massas e estimular seus medos: medo do comunismo, medo do *Outro*, medo dos pobres, dos negros, dos indígenas, dos homossexuais, medo da violência. Não por acaso, cresceu no Brasil a ânsia por segurança, com a consequente fuga para a vida privada e para os enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), à medida que grupos evangélicos conservadores também se expandiram, capturados pelo discurso sedutor de igrejas que prometem uma vida de prosperidade e com bens materiais.

O conteúdo das notícias falsas, por mais absurdos que possam parecer e são, atingem as crenças e as convicções que muitos possuem, seus

idealizadores se aproveitam da ingenuidade, do desconhecimento e do preconceito de grupos conservadores e reacionários ao tocar em pontos sensíveis de suas existências; o alvo foi e ainda é o pensamento progressista, seus expoentes e suas pautas.

Desta forma, as *fake news* digitais produzem e reforçam ideologias, derivadas de um sistema discursivo ubíquo na vida social da população brasileira, encontrado em toda parte em virtude do fácil acesso às tecnologias informacionais. Nos aplicativos que trocam mensagens há grande quantidade de textos, vídeos, imagens e notícias de blogs, portais e jornais.

Alguns exemplos de *fake news* são emblemáticos, como a informação que o ex-deputado federal Jean Wyllys fazia apologia ao casamento de crianças com menos de 10 anos de idade, incentivando assim a pedofilia; também como no caso do filho do ex-presidente Lula, acusado de ser dono da empresa Friboi e proprietário de uma Ferrari de ouro; ou ainda na difamatória “notícia” que a vereadora Marielle Franco, assassinada brutalmente em março 2018, possuía estreitas ligações com o tráfico de drogas. A informação que as urnas eletrônicas nas últimas eleições foram fraudadas foi outro conteúdo amplamente divulgado por grupos de extrema direita. Todos os boatos tiveram imenso alcance, sendo acompanhados de textos infames e montagens grotescas.

Como asseverou o psicanalista Dunker (2019), ao analisar as massas digitais, há uma impossibilidade de se fazer escutar por argumentos ou fatos na atual vida social brasileira, a batalha discursiva é encharcada por uso de notícias falsas e dogmas que fragmentaram e romperam laços, bem como dividiram grupos.

Pelo exposto, é correto afirmar que a divulgação de notícias falsas não morreu com o fim das eleições, elas são o *modus operandi* do governo Bolsonaro, há fortes indícios da existência de um denominado “gabinete do ódio” em Brasília, uma milícia virtual que atua de modo a disseminar não somente informações caluniosas – por meio de disparos com perfis falsos nas redes – contra desafetos, ex-aliados, ministros do STF, deputados, artistas, etc., mas também a divulgar notícias no mínimo duvidosas e/ou

maquiadas em favor das realizações do governo vigente. À frente deste lamaçal de mentiras estariam os filhos do presidente, blogueiros e empresários, estes últimos, financiadores de disparos nas redes sociais.

O presidente Bolsonaro contribui bastante para disseminação de informações falsas ou duvidosas, seja nas suas redes sociais, ou nas declarações que faz cotidianamente na porta de entrada do Palácio da Alvorada. O presidente costuma utilizar um linguajar tosco e desrespeitoso, sobretudo com a imprensa. Desde que a pandemia começou no Brasil, tem falado absurdos de repercussão mundial. Ao ser questionado por jornalistas sobre as mortes causadas pelo coronavírus no Brasil, já disse coisas como: “não sou coeiro” e “E daí, lamento. Quer que eu faça o que? Sou Messias, mas não faço milagre”.

Amiúde, o presidente manda jornalistas calarem a boca, profere palavras contra a imprensa e estimula apoiadores a destratar repórteres. Ele possui bastante desconhecimento sobre diversos temas e assuntos, isto inclui uma absoluta repulsa pelo conhecimento científico, como no caso das queimadas na Amazônia, do derramamento de óleo no litoral brasileiro e mais recentemente sobre a pandemia do COVID-19.

Em recente texto, Löwy (2020), alertou sobre essa lógica ‘negacionista’ de Bolsonaro em relação à pandemia, caracterizando-a como *neofascista*, fenômeno contemporâneo denominado por Eco (2018) nos anos 1990 de *Fascismo Eterno* ou *Ur-fascismo*, de caráter conservador, que cultua as tradições, recusa a modernidade e atua fortemente, com seus discursos, às massas frustradas, agora aglutinadas nas redes sociais.

O neofascismo bolsonarista é adepto do neoliberalismo, assinalado por Anderson (1995) como uma ampla e profunda vitória ideológica conservadora e um desastre econômico. As políticas econômicas de austeridade, a redução dos orçamentos públicos, as privatizações, a manutenção e a expansão de privilégios ao sistema financeiro estão na ordem do dia na gestão atual e a justificativa para tais posicionamentos é a crise econômica, que precisa ser combatida, exigindo quase sempre sacrifícios da população mais empobrecida e assalariada, discurso que camufla seu

grande objetivo, facilitar a acumulação a um punhado de megaempresários.

Nem mesmo as milhares de mortes causadas pelo COVID-19 no Brasil e no mundo, que mostram como o Estado e os serviços públicos tem sido relevantes no combate à doença, sensibilizaram os integrantes do Executivo nacional, que sob os auspícios do ministro Paulo Guedes, já vislumbram impor medidas econômicas que atingirão em cheio trabalhadores, servidores públicos e os milhões de autônomos e desempregados a partir de 2021.

Somado a tudo isto, Bolsonaro usa o cargo para proteger os filhos, investigados em casos de corrupção como lavagem de dinheiro e peculato. Não à toa tem interferido no trabalho da Polícia Federal, por ela possuir trabalhos adiantados sobre crimes relacionados às *fake news*, com possível envolvimento de sua prole e tendo seu tácito consentimento. Além disso, nomeou um Procurador Geral fora da lista tríplice, que tem agido de forma a arquivar diversas denúncias contra ele.

O presidente demonstra imaturidade política para o cargo, é incapaz de dialogar com setores diversos, mente com frequência sobre assuntos diversos, não respeita aqueles que dele discordam, ataca e xinga jornalistas, agride a democracia ao incentivar grupos que defendem o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, acirra os ânimos, reforça e aprofunda a polarização política e desdenha de uma doença mortal que já ceifou a vida de milhares de brasileiros.

Bolsonaro e seu grupo trabalham incansavelmente para sabotar o Brasil. Indígenas, artistas, quilombolas, camponeses, gays, feministas, sindicalistas, marginalizados das metrópoles, biomas como a Floresta Amazônica e o Cerrado, empresas públicas estratégicas e lucrativas, recursos minerais valiosos, eventos artísticos e culturais, estudantes e professores de escolas e universidades públicas, dentre outros, são seus principais alvos, estão sob constante ameaça, pois o que importa verdadeiramente aos sabotadores no poder do Brasil são os interesses pessoais e familiares, a plena saúde do mercado financeiro, a expansão desenfreada

do agronegócio, a facilitação do acesso às armas de fogo e o lucro das grandes corporações.

Mas toda sabotagem exige grandes riscos, com perdas e danos, principalmente quando existem ignorantes, egocêntricos e boçais por trás dela.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). **O pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, 1995. p. 9-23.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000. 399 p.

CHIRBES, Rafael. **Crematório**. Barcelona: Anagrama, narrativas hispânicas, 2007. 424p.

DUNKER, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 116-135.

ECO, Umberto. **Fascismo Eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018. 63p.

LÖWY, Michael. O Neofascista Bolsonaro diante da pandemia. In: **Blog da Boitempo**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>. Acesso em 30 abr. 2020.

O geógrafo, as práticas espaciais e a ação política ¹

Nesta data em que se comemora o dia do geógrafo, algumas reflexões se fazem necessárias sobre a relevância de se compreender contradições existentes no espaço geográfico, campo de descrição e análise dos profissionais da Geografia.

A Geografia é um conhecimento bastante antigo e em toda a sua História sempre esteve ligada à descrição de lugares, do mundo, bem como a cartografar territórios, tarefa indispensável tanto aos homens de negócios como aos detentores do poder. Heródoto, Erastóstenes, Estrabão e Ptolomeu já se preocupavam em compreender o funcionamento do planeta. Descreveram diferentes paisagens e povos, explicaram estruturas sociais de territórios e lugares diversos, além de terem elaborado plantas, cartas e mapas.

Na Idade Média, se destacaram nomes como Al-Biruni, Al-Idrisi e IbnBattuta, todos de origem árabe, que escreveram extensos e valiosos relatos sobre as regiões por onde viajaram. Marco Pólo também fez relatos impressionantes sobre pessoas e cidades ao Imperador mongol Kublai Kahn, até então desconhecidas no ocidente. Suas ricas descrições foram eternizadas na obra “O Livro das Maravilhas” (POLO, 1999). A Geografia fantástica de Marco Polo inspirou Ítalo Calvino a escrever um de seus livros mais aclamados, “Cidades Invisíveis”, um convite a mergulhar nas simbologias, subjetividades, formas e culturas de cidades tão diversas quanto belas.

¹ Artigo publicado no Portal Esquerda Online em 28 de maio de 2020, disponível em: [O geógrafo, as práticas espaciais e a ação política - Esquerda Online](#)

Nos séculos XVIII e XIX há uma inflexão, a Geografia se diferenciaria dos tempos passados por conta de uma sistematização das descrições, ou seja, era o advento do método científico. É o momento em que a Geografia passa a ser uma disciplina, a fazer parte dos currículos escolares e universitários. Os alemães Humboldt e Ritter passam a ser considerados os “pais” desta *Geografia moderna*.

A Geografia alemã se desenvolve com os trabalhos de Peschel, Ratzel e Hettner e logo influenciam os vizinhos franceses, que na segunda metade do Oitocentos e em todo século XX se destacaram com as pesquisas de Élisée Reclus, Vidal de La Blache, Emmanuel de Martonne, Jean Brunhes, Camille Vallaux, Maximiliem Sorre, Francis Ruellan, Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, esses três últimos, os grandes responsáveis por formar os primeiros geógrafos brasileiros nos anos 1930 e 1940.

Destarte, a carta de Pero Vaz de Caminha, datada do início do século XVI, foi o primeiro documento, não só histórico, como geográfico do Brasil. Sua primeira publicação no país se deu em 1817, por iniciativa do Padre Manuel Aires de Casal, autor, naquele mesmo ano, da obra *Corografia Brasileira* (CASAL, 1945), considerada pelo saudoso historiador e geógrafo Caio Prado Junior o primeiro trabalho a conter “um quadro geográfico geral do país” (MACHADO, 1999).

Capistrano de Abreu também deu uma importante contribuição à Geografia brasileira, ao traduzir trabalhos de autores alemães, a exemplo da obra *Geografia Physica do Imperio do Brasil* (1884) de Johann E. Wappäus, *Geografia Geral do Brasil* (1889) de A. W. Sellin e *O Homem e a Terra, esboço da correlação entre ambos* (1902), de A. Kirchoff.

O maranhense Raimundo Lopes, um dos precursores da Geografia brasileira, publicou importantes obras na área, das quais se destacam *O Torrão Maranhense* (1911), *Uma região tropical* (1916) e *Antropogeografia*, esta última escrita nos anos 1930, mas publicada somente em 1956 pelo Museu Nacional. Outro precursor brasileiro do início do século XX foi Agamenon Magalhães, sua obra, *O Nordeste Brasileiro* (1921), “analisou a

região à luz dos ensinamentos dos maiores geógrafos de seu tempo, sobretudo franceses” (ANDRADE, 1999).

Nos anos 1930, a Geografia brasileira começa a se desenvolver mais, em virtude da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1934, e pela implantação de cursos específicos nas recém-inauguradas Universidade de São Paulo e Universidade do Brasil. Monbeig, Deffontaines e Ruellan, geógrafos franceses, com o auxílio de nomes como Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo e Josué de Castro fomentaram estudos e pesquisas de campo, que ajudaram a consolidar o conhecimento científico geográfico no Brasil, sobretudo, nos anos 1940 e 1950. A partir daí, a Geografia no ensino superior passaria a se espalhar para todas as regiões do Brasil no terceiro quartel do século XX, com a implantação gradual dos cursos de mestrado e doutorado, que atualmente chegam a quase uma centena no país.

O geógrafo, a ação política e a produção da ‘nova História’

Há de se reconhecer, que o geógrafo teve um papel muito importante ao longo da História. Seu ofício era de extrema importância desde a antiguidade até o início da Era Moderna. Reis e Imperadores tinham seus geógrafos particulares, que, amiúde, repassavam informações valiosas aos comandos militares, para que estes pudessem traçar estratégias de guerra. Os homens de negócios também precisavam de seus serviços, a fim de projetar novas rotas comerciais e buscar novos meios para lucrar em seus empreendimentos. Assim, o conhecimento e a catalogação sobre diferentes territórios e a necessidade de cartografá-los era algo imprescindível, isto acontecia tanto pelos relatos de expedicionários e aventureiros, como também pela ação dos próprios geógrafos, incumbidos de viajarem.

No século XIX, com a institucionalização da disciplina, os conhecimentos estratégicos sobre o espaço – tanto na Europa quanto no Brasil – são camuflados nos discursos, invisibilizando sua função principal: a análise territorial para a organização do Estado como prática do poder, “para

fazer a guerra” no dizer de Lacoste (2012). Esse mascaramento ideológico, apartado também da análise histórica, reverberou e produziu um ensino maçante, enfadonho e tantas vezes simplório da Geografia, uma “palma-tória intelectual” – nas palavras de Sousa Neto (2008) – para os alunos e alunas, submetidos à alienação de exaltar as belezas da pátria e a um esforço sisífico para memorizar nomes infundáveis de rios, mares, planaltos, serras, montanhas, países, cidades e os mais diversos acidentes geográficos.

Esta ideia de disciplina “decoreba” ainda povoa o imaginário de boa parte da população leiga no Brasil, que estigmatiza a Geografia como um saber sem utilidade. Isto também é fruto da fragmentação da disciplina, “apresentada ao estudante, desde o primeiro momento, de forma segmentada” (SANTOS, 2004), dificultando a apreensão de uma abordagem essencialmente geográfica em sua totalidade, o que compromete a formação do profissional e o futuro da disciplina. Por isso que, na atualidade, graduações, mestrados e doutorados estimulam a formação a partir de uma ultra-especialização do saber, em detrimento do conhecimento da totalidade.

O Geógrafo, em seu trabalho – seja ele o professor, o pesquisador ou alguém mais ligado a um conhecimento técnico – precisa compreender que, para que haja uma transformação e uma intervenção na/da sociedade, isto depende da maneira como se conceitua o objeto de estudo da disciplina e como se analisa os fenômenos que são inerentes a esse objeto. Portanto, mais que uma ciência das localizações e dos mapas, a Geografia se preocupa com o estudo do espaço, na inseparabilidade entre as formas, os objetos (materialidade) e as ações (sociedade), construídos e mediados pelo movimento histórico. Urge a consolidação de uma epistemologia mais coesa para a disciplina, alicerçada em bases filosóficas sólidas, aliada ao entendimento de que a Geografia material e seus discursos sobre a realidade são “elementos do fluir histórico, sendo por ele explicáveis” (MORAES, 2005).

É comum observar profissionais de Geografia no Brasil e em outros países que se transformaram em burocratas a serviço de empresas e do mercado. Estes acabam produzindo relatórios, por vezes, viciados, além de mapas digitais em softwares sofisticados com objetivos que atendem os anseios de certos grupos. Desta forma, “o profissional se afasta do cidadão” (SANTOS, 2004). É preciso que os geógrafos se identifiquem com o espaço banal, o espaço de todos, do cotidiano, para assim contribuírem com sua análise e sua crítica em denunciar todo tipo de injustiça capitalista, materializada nos territórios.

A universidade brasileira, detentora de um papel importante, possui uma produção considerável – diria até fordista – de pesquisas em Ciências Humanas e, mais especificamente, em Geografia; é uma espécie de obsolescência acadêmica, uma busca desenfreada pela divulgação dessas pesquisas científicas, o que é legítimo. Mas o que mais importa, muitas vezes, é a publicação de artigos em revistas, em livros e em anais de congressos com objetivos pessoais. O desejo em turbinar os currículos lattes a qualquer custo tem, em alguns casos, se transformado em verdadeiro fa-roeste pela procura incessante de recursos financeiros para bolsas de estudo, melhora das notas em avaliações de pós-graduação, viagens, intercâmbios no exterior e outros dividendos.

Tais atitudes reproduzem um tipo de conhecimento, muitas vezes, descartável, descomprometido com a crítica, distante das reais problemáticas socioespaciais e subserviente a governos, aspectos que se assemelham ao que Lefebvre (1991) denominou de “Sociedade Burocrática do Consumo Dirigido”, expressão que se refere ao caráter de racionalidade da sociedade acrescido de um elemento que lhe ordena: o consumo. É a cotidianidade, que se caracteriza pela programação do trabalho social, do lazer e do repouso. E por que não, também, da produção acadêmica de Ciências Humanas, incluindo a geográfica?

Será que é possível falar em uma lógica de consumo acadêmico, eivada pela satisfação generalizada de publicações, boas avaliações, viagens e ganhos financeiros, ao mesmo tempo em que há também uma saturação

dessas necessidades, sendo preciso retornar permanentemente a esse grau de satisfação, num ciclo vicioso interminável?

Concordo com Milton Santos quando ele afirma que o intelectual público “precisa ter uma vontade de abrangência, uma filosofia certamente banal, mas solidamente ancorada nos fatos e na reflexão” (SANTOS, 2002), que atinja um número cada vez maior de pessoas. Da mesma forma, Sousa Neto (2014) – uma das poucas vozes críticas ao produtivismo acadêmico-geográfico – baseando-se nos ensinamentos do filósofo esloveno Slavoj Žizek, afirma que, “como intelectuais que somos, ou deveríamos ser, a maior parte de nós já não faz críticas, não polemiza, não se posiciona politicamente de maneira clara”. E continua: “os bons combates teóricos são pejados como coisas constrangedoras, perda de tempo, retoricismo barato, coisa fora de moda, já que em nome do bom convívio e de relações entre proprietários de uma parcela do negócio-acadêmico deve reinar a boa vizinhança oligopólica”.

Os geógrafos, pesquisadores e professores, sobretudo os mais jovens, necessitam refletir sobre seus papéis neste contexto, desvencilharem-se das armadilhas do discurso sedutor da excelência técnica, da gestão eficaz e da alta e, às vezes, débil produção científica, pois ele mascara uma questão crucial, a da transformação de certos intelectuais da Geografia em “indivíduos unidimensionais” (MARCUSE, 2015), alienados e reificados, justamente por perderem sua capacidade de compreender e modificar sua subjetividade, enquanto se tornam dominados pelos poderes e por objetos estranhos.

O que pode nos diferenciar dos outros campos do saber é o *raciocínio geográfico*, ele é a nossa identidade, a partir dele podemos estabelecer conexões e diálogos com outros campos do saber. Hoje em dia existem muitos outros profissionais que dominam as tecnologias de elaboração de mapas e cartas, por exemplo, mas isto não implica necessariamente uma desvantagem. O tratamento e a análise das informações espaciais, de forma acurada, é uma das habilidades que os profissionais da Geografia possuem, ou seja, o olhar diferenciado.

Mas o *raciocínio geográfico* constitui-se, ou deveria constituir-se, antes de tudo, numa *atitude política* sobre o espaço, ele supõe não apenas um olhar sobre os mapas, mas, principalmente, numa visão analítica e crítica sobre o conjunto de ações em uma dada realidade socioespacial ou como já disse Milton Santos, sobre o *território usado*. Quando me refiro à *atitude política*, falo de um ponto de vista abrangente e prático, sobre as atividades humanas perante o mundo.

As práticas espaciais devem levar em consideração a globalização e como ela afeta as relações sociais. A destruição da centralidade do trabalho e o aprofundamento das diferenças socioespaciais, por exemplo, suscitam assim uma enorme repercussão na Política, antes mediada pela tolerância, pelo diálogo e pelo respeito aos Direitos Humanos. É a “Era da Indeterminação” (OLIVEIRA, 2007) é o período dominado pelos novos ressentimentos, racismos adormecidos, autoritarismos, neofascismos e violações de direitos, sobretudo, a partir de 2001 com a queda das Torres Gêmeas.

A Era da Indeterminação é de interesse dos diversos profissionais da Geografia, já que tais tensões se reproduzem no espaço: reivindicações públicas, destruição de florestas, poluição atmosférica e hídrica, fome, migrações forçadas, segregações, despossessões, assassinatos de lideranças camponesas, de indígenas e quilombolas, são fatos que precisam ser compreendidos, analisados, pesquisados e denunciados por intelectuais da Geografia. Por isso que Lacoste (2012) já afirmou, ao comparar o ensino de Geografia e História nas escolas secundárias da França, que “não existe Geografia sem drama”, sem as tensões no espaço, sem as contradições nos territórios. São problemáticas que precisam ser assumidas no trabalho do geógrafo e do professor de Geografia

Exercer o ofício geográfico distante das amarras da alienação, dos conchavos com empresas e governos, do produtivismo acadêmico vazio de conteúdo e do mercenarismo são os grandes desafios dos geógrafos na atualidade, a postura crítica no que tange à realidade socioespacial é imprescindível, sem ela é impossível praticar uma Geografia comprometida

com a construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. A Construção da Geografia brasileira. **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**. Lisboa, v. 34, nº 67/68, 1999, p. 21-30p. Disponível em: <[A construção da geografia brasileira | Finisterra \(rcaap.pt\)](#)>. Acesso em 21 abr. 2020.
- CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasília ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aires%20de%20Casal-1.Plano Diretorf](http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aires%20de%20Casal-1.Plano%20Diretorf)>. Acesso em 19 mai. 2020.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012. 239p.
- LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991. 216p.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 309-352.
- MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional**. São Paulo: Edipro, 2015. 245p.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154p.
- OLIVEIRA, F. Das invenções à indeterminação. Política numa era da indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.). **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-48.
- POLO, Marco. **O Livro das Maravilhas: a descrição do mundo**. Porto Alegre: LP&M, 1999. 292p.
- SANTOS, Milton *et al.* O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. In: RIBEIRO, A. C. T. **Milton Santos e o Brasil: territórios, lugares e saber**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 253-261.

_____. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002. 222p.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. **Aula de geografia e algumas crônicas.** Campina Grande: Bagagem, 2008. 109p.

_____. Breve ensaio em memória dos números da pós-graduação em Geografia no Brasil. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, Ano XXV, n. 1, p. 04-14, jan./jul. 2014. Disponível em: <[BREVE ENSAIO EM MEMÓRIA DOS NÚMEROS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL \(BRIEF ESSAY IN MEMORY OF POST-GRADUATE STUDIES IN GEOGRAPHY IN BRAZIL\) | Revista GeoNordeste \(ufs.br\)](#)>. Acesso em 2 abr. de 2020.

“Uma transição em marcha?”¹

“Nós vivemos e morremos racionalmente e produtivamente”, escreveu o filósofo alemão Herbert Marcuse em 1964 na sua obra mais aclamada, *O Homem Unidimensional*. Nela o pensador faz uma poderosa crítica à sociedade industrial de então, em que os sujeitos se encontravam conformados com as estruturas preexistentes, normas e comportamentos. Estes sujeitos seriam submetidos ao controle de um poder dominante – em suas dimensões objetiva (trabalho técnico) e subjetiva (ideologia) – que moldaria e administraria suas emoções: desejo, medo, tristeza, alegria, aspiração, etc. O homem unidimensional foi transformado em objeto, perdeu sua capacidade libertadora e autônoma, ou como Marcuse asseverou, a racionalidade individual foi devorada pela racionalidade tecnológica e científica.

Pode-se inferir que a crítica do saudoso filósofo da Escola de Frankfurt repercute em nossos dias com vigorosa potência, visto que há uma racionalidade que impera no mundo hoje, a do neoliberalismo, que também controla, administra e domina discursos e práticas não somente dos que detém o poder, mas também daqueles que são submetidos aos seus ditames.

Uma das dimensões da unidimensionalidade de nosso tempo é o que Dardot e Laval, na obra *A Nova Razão do Mundo*, chamaram de “o homem empresarial” ou “sujeito neoliberal”, o homem competitivo, que busca incessantemente o sucesso profissional, o homem bem sucedido e

¹ Publicado no Blog do Ed Wilson em 15 de abril de 2020. Disponível em: [Uma transição em marcha? - Ed Wilson Araújo \(edwilsonaraujo.com\)](http://www.edwilsonaraujo.com)

individualista. Não à toa se observa uma escalada assustadora dos chamados *coaching*, “profissionais” que possuem uma origem bem específica, o interior dos ambientes corporativos, mas agora invadem diversos setores da vida social. A banalização do *coaching* é um forte sintoma da ideologia do empresário de si mesmo e do desejo latente da realização pessoal. E mesmo que o sujeito seja empregado em uma empresa, ele se sente parte dela, como “sócio” e/ou “colaborador”. Isto acontece também com os motoristas de aplicativos e entregadores de comida pilotando motocicletas.

A racionalidade neoliberal nasceu como um projeto do grande capital na crise do fim dos anos 1970, disfarçado por um discurso sobre liberdade individual, meritocracia, autonomia, responsabilidade pessoal, virtudes da privatização e do livre mercado. Tal projeto tem alcançado êxito, haja vista a restauração do poder do capital, da expansão inédita da concentração de riqueza global, da servidão por dívidas dos trabalhadores, da proliferação da pobreza, tudo ao custo de toda uma sorte de doenças psíquicas derivadas dos modos degradantes da vida moderna e competitiva.

A subjetividade política e cultural do mundo vem sofrendo um grande impacto nas últimas décadas, já que seu modelo para a socialização da personalidade humana é o do oportunismo financeiro e do individualismo, caracterizado pelos prazeres e pelo gozo do consumismo hedonista, apontado por Milton Santos como “o grande fundamentalismo no nosso tempo”.

A pandemia do novo Coronavírus tem apontado caminhos e possibilidades de superação da racionalidade neoliberal, mas é preciso cuidado com esta afirmação, já que em outras crises anteriores se cogitou o mesmo, mas o que se viu foi um fortalecimento dos alicerces neoliberais. A pandemia não é uma crise financeira, ela é a causa, talvez, do maior colapso econômico global da História, já que obriga grandes contingentes populacionais a estarem em isolamento social, provocando uma asfixia na produção, na circulação e no consumo de mercadorias, com reflexos significativos na perda de milhões de postos de trabalho no mundo.

Então, por que se pode apontar novos caminhos e possibilidades para superar a racionalidade neoliberal? A pandemia tem mostrado que a mercantilização da saúde é algo intolerável, a falta respiradores suficientes no mundo é só um exemplo. A saúde precisa ser vista como um bem comum, em que todos possam ter direito e acesso, isto vale para outros ramos, incluindo a pesquisa científica, o desenvolvimento de novas vacinas, insumos e tecnologias, tudo com subsídios estatais, de modo a não favorecer um punhado de empresas que visam apenas o lucro.

A pandemia colocou em xeque também o sentido de nossa existência, nossas relações de alteridade, de se colocar no lugar do outro, de refletir sobre a coletividade e o bem comum. Ela coloca a mão na ferida narcísica da sociedade, já que ataca nossa sobrevivência e nossas convicções, administradas e moldadas pela racionalidade neoliberal. O atual momento histórico é único, ele nos mostra uma luz em meio à grande escuridão de nosso tempo, que não nos deixa enxergar o caminho da solidariedade, da ética, da cooperação, do senso de justiça, da autonomia e do respeito às diferenças.

A pandemia do COVID-19 ressoa como um alarme de incêndio ao fazer muito barulho, mobilizando pessoas – sobretudo os pobres e oprimidos – a refletirem, despertando-as de seus sonos profundos, já que desvela as condições objetivas, materiais e intelectuais para uma tomada de consciência, a fim de que se possa, através da ação, superar o culto aos objetos técnicos, ao dinheiro e ao lucro e estabelecer inéditas relações com a coletividade e com o mundo, através de cada lugar do planeta.

O território usado em questão: Neoliberalismo e Pandemia no Brasil ¹

“Qual é o novo conteúdo explosivo do território hoje?” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 303), esta foi a indagação feita por Milton Santos em seu último livro publicado com Maria Laura Silveira em 2001, ano de seu falecimento. Foi feita no contexto do aprofundamento das desigualdades socioespaciais no Brasil em virtude da consolidação do sistema normativo neoliberal. Tal pergunta vai nortear esta reflexão, que tem em seu bojo uma visão geográfica.

A pandemia do COVID-19 em curso atualmente tem afetado a dinâmica socioespacial de muitos países no mundo, sobretudo àqueles em que seus governantes se recusam a encarar sua gravidade, a exemplo de Donald Trump, que chegou a defender o fim do confinamento em seu país já em abril do ano passado e o presidente Jair Bolsonaro, que nos idos de março de 2020 afirmou que a economia não podia parar. Não por acaso, Estados Unidos e Brasil lideram, em termos absolutos, o número de casos e de óbitos por Coronavírus no mundo. Os dois países juntos concentram a maior parte de casos e óbitos pela doença.

As declarações de Trump e Bolsonaro – que encontram apoio entre dezenas de milhões de pessoas – revelam seus principais objetivos na posição que exercem: a saúde do mercado financeiro tem de estar acima de tudo, até mesmo da saúde das pessoas. Este é um dado fundamental para

¹ Texto publicado no Portal “A Terra é redonda” em 27 de agosto de 2020. Disponível no seguinte link: [Uso do território, neoliberalismo e Pandemia no Brasil - A TERRA É REDONDA \(aterraeredonda.com.br\)](https://www.aterraeredonda.com.br). Agradeço à professora e amiga Maria Adélia de Souza pela leitura crítica e pelas valiosas sugestões que enriqueceu o texto e o deixou coeso e coerente.

se entender o poder neoliberal na atualidade, compreendido nas palavras de Dardot e Laval (2016, p. 17) como uma “*racionalidade*, que tende a estruturar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”. Tal racionalidade se manifesta como biopoder pela vigilância dos corpos, e como psicopoder pelo controle e captura das mentalidades.

O neoliberalismo foi um projeto idealizado no fim dos anos 1940 por intelectuais como Karl Popper, Walter Lippmann, Friedrich Hayek e Milton Friedman que atacavam o Estado-Providência “afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade” (CHAUÍ, 2016, p. 85). Tal projeto foi posto em prática no fim dos anos 1970 por Margareth Thatcher, Ronald Reagan e Augusto Pinochet, traduzido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos próprios de uma ideologia dominante, disfarçado por uma retórica que enaltece a liberdade individual, a autonomia, a meritocracia, o empreendedorismo, o livre mercado e que invade “os aparelhos do Estado, os quais têm a função de elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe” (POULANTZAS, 2015, p. 27). A expansão das desigualdades e a intensa concentração de riqueza no mundo indicam que o projeto neoliberal tem alcançado êxitos.

No Brasil, o neoliberalismo possui suas raízes com a eleição de Collor em 1990, mas encontra na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) seu aprofundamento, e desde lá é uma realidade. Em se tratando dos fatos mais recentes, a conturbada conjuntura política e econômica brasileira desde as manifestações de junho 2013, passando pela eleição presidencial acirrada e polarizada em 2014 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 – em meio a uma forte recessão econômica no país – possibilitou, de forma mais visível e aberta, a instauração de políticas neoliberais e antissociais capitaneadas por Michel Temer e seus aliados no parlamento até culminar com a eleição de Bolsonaro em 2018 e seu pacto político com setores financeiros poderosos que defendem um programa

econômico reformista e subserviente aos interesses imperialistas dos Estados Unidos.

Bolsonaro foi eleito sem qualquer projeto de país, sem proposições, no entanto se baseou numa retórica superficial de enxugamento do Estado, com discurso exaltado contra a corrupção, em favor da liberação de armas de fogo para a população, defendendo a meritocracia, a família, a moral, os bons costumes, os valores cristãos e se utilizando fortemente das redes sociais para disseminar notícias falsas, desinformação e ataques contra adversários políticos.

Mas de que forma o território no Brasil vem sendo afetado por políticas de cunho neoliberal? Antes de responder esta questão, é preciso entender o conceito de “território usado” (SANTOS; SILVEIRA, 2001. p. 247), revelador de um conjunto de técnicas que são a base material da vida social, sendo seu uso o gerador de reconhecimento valorativo do espaço geográfico. O território usado antes de tudo é *abrigo*, próprio das vivências, do lazer, dos encontros, mas é também *recurso*, tanto de sobrevivência de populações, mas principalmente objeto de interesses do Estado que prepara todas as condições de uso – através dos marcos legal e jurídico – para a atuação das grandes corporações capitalistas.

O Estado, “cuja principal função hoje é dobrar a sociedade às exigências do mercado mundial” (DARDOT; LAVAL, 2017, p.17), sob o comando de Bolsonaro, tem agido de forma a supervalorizar ainda mais o poder do capital e das classes dominantes, ao mesmo tempo em que desdenha dos Direitos Humanos, ataca a sobrevivência dos povos tradicionais ao tentar afrouxar fiscalizações ambientais em áreas de proteção, ao insistir em legalizar garimpos e liberar mineração em terras indígenas e encorajar grileiros e desmatadores na Amazônia, ao permitir também a liberação excessiva de centenas de agrotóxicos, muitos dos quais proibidos em dezenas de países.

O sistema normativo neoliberal no país tem em Paulo Guedes, Ministro da Fazenda do governo Bolsonaro, seu maior e mais forte apologista. O ministro é um banqueiro que já serviu à ditadura Pinochet no Chile e

tem trabalhado incansavelmente para a depredação e loteamento do Estado brasileiro em favor dos interesses corporativos privados e o consequente esvaziamento do fundo público e das políticas de assistência e seguridade social.

Ao abrir toda uma série de possibilidades para a instalação de empresas e agentes hegemônicos capitalistas globais, o Estado brasileiro permite que o território seja um “espaço da racionalidade” (SANTOS, 2002), que em certos pontos recebe aparato técnico e político pela modernização, permitindo ao grande capital aumentar a produtividade e auferir lucros e rendas exorbitantes. Não à toa as privatizações de estatais valiosas e estratégicas são um dos carros-chefes da atual administração. Os últimos vinte e cinco anos de comercialização do patrimônio brasileiro, com raras exceções, tem sido grandes negócios às empresas estrangeiras, que criaram certa densidade técnica no território via modernização, (rodovias, portos, telemática, torres de transmissão via satélite, turbinas de energia eólica, etc.) mas cobram caro por seus serviços, que nem sempre são oferecidos de forma qualificada.

O Brasil de hoje, sob o comando da extrema direita neoliberal e em meio a uma pandemia, se apresenta como um território que tende cada vez mais a ser desigual, seletivo e injusto, mediado por decisões autoritárias e de cunho fascista, de uma vida financeirizada, em que o valor de uso é escravo do valor de troca. A realidade imposta pelo COVID-19 agravou uma situação já quase insustentável em países como o Brasil, qual seja a pobreza e a miséria, representada pela escassez de comida, moradia, água potável e de acesso à renda pelos mais vulnerabilizados.

Os prognósticos pós-pandemia no Brasil se mostram ainda mais tenebrosos, já que a população não poderá contar com auxílios emergenciais ou coisas do tipo, nem oferta de emprego digno. O que nos espera é uma crise sem precedentes, nas palavras de Zizek (2020, p. 133), “o prevalectimento de um novo capitalismo bárbaro”, com a iminente falência do Estado ou com o que dele resta para promover o mínimo de políticas voltadas à saúde, educação, assistência social, cultura e lazer.

A pandemia vigente e o que está por vir, enquanto ‘novo conteúdo explosivo no território’, é a potencialização do medo, das ansiedades, das depressões, da violência brutal, do racismo estrutural, no campo e na cidade, são ameaças reais diante dos nossos olhos, do tempo empiricizado do agora, momento que o Brasil já ultrapassou as 200 mil mortes por COVID-19, isto por absoluta descrença e irresponsabilidade de um governo que se recusa levar a sério pesquisas científicas, autoridades médicas e sanitárias e as recomendações de agências internacionais especializadas em saúde sobre o Coronavírus. Por outro lado, tal conteúdo explosivo territorial é representado por novas resistências, protestos, lutas cotidianas e por combates travados pela sobrevivência e pelo advento das contrarracionalidades, já que a “experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente” (SANTOS, 2002, p. 309), que pode suscitar novas formas de racionalidade, baseadas na cooperação, na solidariedade e na inclusão.

Que não sejamos contaminados pelo vírus do ódio, da apatia, da indiferença, do conformismo, do silêncio e da aceitação da dominação política e econômica e do *status quo*. As condições para a criação de um novo mundo estão postas, uma revolução dos *comuns mundiais* como apregoam Dardot e Laval (2020), instituindo redes de cooperação permanente entre povos de diferentes países do mundo, a fim de combater o perverso sistema normativo neoliberal, e isto só pode ser feito, de acordo com Maria Adélia de Souza (2008) com a ressignificação dos lugares, materializados para suportar novas solidariedades e novas ações, pelas funcionalizações que as relações sociais vão sempre exigindo através do uso do território, com base na *práxis*, nos incansáveis encontros, debates, diálogos, nas denúncias, mobilizações, levantes e protestos, nas mais diversas escalas.

E, como se sabe, as mudanças não virão de cima. A pandemia nos faz lembrar da utopia de Milton Santos (2000), a possibilidade da humanidade se constituir como um grande e forte bloco revolucionário, apto a

produzir uma nova História, com uma mutação filosófica dos povos, capaz de atribuir um novo sentido à existência no planeta.

Referências

- CHAUÍ, Marilena. **A Ideologia da Competência**. Belo Horizonte: Autêntica/ São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 254p. (Escritos de Marilena Chauí, 3 – Organização de André Rocha).
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 416p. (Coleção Estado de Sítio).
- _____. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017. 534p.
- _____. A prova política da pandemia. **Blog da Boitempo**. Disponível em: <https://blog-daboitempo.com.br/2020/03/26/dardot-e-laval-a-prova-politica-da-pandemia/>. Acesso em 6 de ago. 2020.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 274p.
- SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.
- _____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 392p. (Coleção Milton Santos; 1).
- _____; SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 476p.
- SOUZA, Maria Adélia de. A MetrÓpole e o Futuro: A Dinâmica dos Lugares e o período Popular da História. In: SOUZA, Maria Adélia de. **A MetrÓpole e o Futuro**: refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008. p. 35-53.

Asfixia brasileira ¹

“O poder de hoje se baseia em relações abstratas entre entidades numéricas. Enquanto a esfera das finanças é regida por algoritmos que conectam fractais de trabalho precarizado, a esfera da vida é invadida por fluxos de caos que paralisam o corpo social e abafam e sufocam a respiração”.

Franco Berardi, *Asfixia* (2020, p. 9).

“Em tempos de terror, escolhemos monstros para nos proteger”

Mia Couto, *O bebedor de horizontes* (2018).

O italiano Franco Berardi, em sua obra *Asfixia*, nos ajuda a compreender como as relações sociais, pertencentes à esfera da linguagem, estão sendo sufocadas por um tipo de inteligência artificial impiedosa, comandada pela economia financeira global, visando única e exclusivamente a acumulação (BERARDI, 2020). Ela tem transformado as formas de comunicação social e nossa cognição de tal forma, a ponto da cultura humana abandonar o humanismo, deixando de lado também o diálogo, a tolerância, o bem comum e a solidariedade.

Berardi (2020) chama esse processo de *Semiocapitalismo*, caracterizado como abstração máxima do capital, que interfere sistematicamente na vida de grupos sociais, cada vez mais submersos nas realidades virtuais, incapacitados de perceberem o mundo real porque são desprovidos de

¹ Texto publicado no portal “A Terra é redonda” em 22 de janeiro de 2021. Disponível em: [Asfixia brasileira - A TERRA É REDONDA \(terraeredonda.com.br\)](https://terraeredonda.com.br)

reflexão e de crítica, já que estão conectados de forma permanente a dispositivos automáticos que obnubilam suas visões.

A partir da leitura um tanto catastrófica do filósofo italiano, é possível tecer alguns comentários sobre a ascensão da extrema direita no Brasil, que chega ao poder em 2018 muito em função da linguagem do capitalismo semiótico, com a ajuda dos chamados disparos em massa nas redes sociais, como o WhatsApp e Facebook.

Milhões de brasileiros, seduzidos por informações aberrantes que circularam pelos quatro cantos do país, apostaram suas fichas em um militar da reserva, sucessivamente eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, tendo como bandeira uma série de pautas antidemocráticas e em favor das atrocidades da Ditadura Militar (CAMPOS, 2019). Tais massas digitais experimentaram confrontos relacionais em torno daquilo que acreditam, multiplicaram-se desta forma, tensões discursivas entre grupos familiares, de amizades, do trabalho, da escola e da faculdade, provocando verdadeiras fissuras nos mais diversos relacionamentos sociais.

A chegada de Bolsonaro ao poder se deu muito em função dos chamados “afetos segregativos” (DUNKER, 2019), com fortes traços fascistas, inerentes a uma massa que sempre existiu no Brasil, mas que na atualidade tem a oportunidade de vociferar nas redes sociais seus mais repulsivos sentimentos, como preconceitos, ódios, rancores, invejas e frustrações. Uma massa hipnotizada, que se espelha em torno da figura de um “mito”, de um “herói”, uma espécie de redentor que chegou para curar um Brasil doente pela “esquerdopatia” e livrá-lo da ameaça comunista. O eleito, no entanto, não passa de uma figura medíocre e caricata, incapaz de formular uma única ideia proficiente em suas falas, um sintoma claro da indignância moral e intelectual dos grupos que o levaram ao poder. Podemos inferir que é o semiocapitalismo da era digital-tecnológica que instaura abstrações generalizadas a essas massas, ao comandar seus sistemas nervosos no cotidiano.

É admissível afirmar que o Brasil vive uma escalada sem precedentes de retrocessos variados, um aprofundamento de tensões e massacres

sociais, e como já se observou, possíveis em função de uma massa que colocou um ignóbil no poder. Utilizando o título deste artigo como metáfora, parece que estamos prendendo nossa respiração, tanto pelo mau cheiro oriundo do Planalto, que empesta o ar, como pelas sucessivas declarações e ações, proferidas e realizadas pelo chefe do executivo nacional, que tem a capacidade de nos tirar o ar.

Destarte, a asfixia brasileira é representada por tragédias socioeconômicas e políticas que possuem vigorosas raízes históricas, possíveis de serem vistas quando populações inteiras, segregadas, espoliadas e estereotipadas nos grandes centros urbanos são submetidas a uma vida sem dignidade, ou quando camponeses são capturados pelo “trabalho escravo contemporâneo” (RODRIGUES, 2020) em plantações e fazendas, privados de sono, comida e água. Este estrangulamento no país, amparado no capital financeiro e na acumulação, pode ser visto ainda a partir da liberação desenfreada de agrotóxicos perigosos à saúde humana, no afrouxamento de fiscalizações ambientais diversas, contribuindo para a destruição de biomas e para a contaminação de rios, peixes, lençóis freáticos e aquíferos por produtos derivados da mineração selvagem.

O sufocamento à brasileira, com a omissão ou com o aval governamental, se manifesta quando transnacionais mineiras aniquilam vidas humanas, jogando em cima delas milhares de toneladas de rejeitos de ferro e sílica – sem que ninguém tenha sido responsabilizado criminalmente por isso até hoje; aparece ainda quando fábricas fecham as portas e demitem milhares de trabalhadores, ou ainda quando ocorre o genocídio cotidiano das populações pobres e pretas, à medida que se facilita o acesso a armas de fogo para uma parcela específica da população.

A pandemia do COVID-19 agravou a situação de um país que já se recusava a sair de uma crise social, moral, econômica e política, muito também em decorrência da gritante inoperância de uma gestão perdida nos próprios devaneios, acostumada a criar narrativas falaciosas e a inventar inimigos imaginários com o objetivo de acirrar os ânimos de fiéis

apoiadores, além de tergiversar quando cobrada por órgãos de imprensa ou por outros poderes instituídos.

Parece inacreditável, mas o governo federal, principalmente por meio do presidente e seus ministros, tem exercido um papel ignominioso no que se refere ao combate à pandemia no Brasil, que já matou, em números oficiais, mais de 210 mil habitantes.

A lista de irresponsabilidades e omissões, em pouco menos de um ano do alastramento da doença no território brasileiro, é extensa. Inclui a demissão de dois ministros da Saúde médicos, e da nomeação – para o mesmo cargo – de um general da ativa que não possui o mínimo de conhecimento ou experiência para exercer a função. Acrescente-se a isso, declarações públicas que desdenharam dos milhares de mortos pelo vírus, do incentivo ao não uso da máscara e contra o isolamento social, além de fazer a defesa contumaz de medicamentos que não possuem comprovação científica para tratar a doença, como no pronunciamento vergonhoso que fez à nação no 24 de março de 2020.

A ofensiva discursiva contra as vacinas é outro aspecto que chama atenção no mar de lama da incompetência e do negacionismo bolsonarista. A gestão vigente é composta por um amontoado de pessoas que, constantemente, se recusam a ouvir as vozes e os alertas de técnicos, estudiosos, intelectuais e cientistas. Isto inclui o ceticismo em relação às pesquisas científicas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que demonstrou avanços significativos no desmatamento e nas queimadas da Floresta Amazônica, inclui ainda a demonização da vacina *Coronavac*, produzida pelo Instituto Butantan, apelidada pejorativamente de “*vaChina*” por interlocutores ensandecidos.

Estamos testemunhando as ações do governo mais omissas, mentirosas, ineptas e assassinas da nossa História, a asfixia literal que o Estado – liderado por Bolsonaro – fez no Amazonas, sobretudo em sua capital Manaus, é algo desumano e inaceitável. A triste ironia é que centenas estão morrendo no coração da Amazônia por falta de oxigênio, debaixo do nariz da administração pública federal, estadual e municipal, um caso de polícia.

O mínimo que o presidente deveria ter feito era viajar à capital amazônica, montar uma força-tarefa mobilizando todos os recursos necessários para minorar a tragédia. Mas o que ele fez e faz? Foi às redes sociais fazer o que sempre fez no cargo, vomitar ódio contra a imprensa e os desafetos políticos, recomendando o uso da cloroquina para tratar doentes de Covid-19.

O mais espantoso é que uma parcela da sociedade brasileira se mostra indiferente ou mesmo conivente em relação às ações desastrosas e irresponsáveis do governo federal. Voltando à Berardi, isto pode ser explicado, em parte, pela semiotização da produção social, o que implica uma profunda metamorfose nos processos de subjetivação, afetando, em larga medida, a chamada “psicosfera” (SANTOS, 2002), distorcendo formas de percepção da realidade.

Os dispositivos de linguagem digital/virtual – potencialmente violentos – sob a égide do capitalismo financeiro, representados por uma inédita estetização do mundo, nos leva a compreender como são forjadas novas subjetividades e o porquê da aparição de inéditas formas de servidão voluntária, fincadas na apatia, na indiferença, na ausência de reflexão e de crítica e na desumanidade.

Por outro lado, a perversidade do mundo, materializada no Brasil pelo sufocamento das populações despossuídas e de trabalhadores precarizados, sujeitos a todo tipo de insegurança: alimentar, habitacional, emocional etc. deixa à mostra as debilidades e fraquezas do sistema, injusto e doentio, uma “Sociedade do Cansaço” (HAN, 2015), dominada por uma abundância da positividade, que gera estados psíquicos graves devido ao estresse, à exaustão e ao esgotamento excessivos.

Nesta perspectiva, é que se abrem possibilidades de tomada de consciência, e como Milton Santos ousou pensar, “a história da humanidade sobre a Terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória” (SANTOS, 2000). Mas o desafio é dos mais complexos, pois é necessário se perceber no mundo, ter

uma visão crítica e totalizante de como o sistema atua nos processos de produção das subjetividades, condicionando corpos e mentes a satisfazer seus objetivos, que é nos deixar presos nas armadilhas dos algoritmos e da automação, interferindo de modo negativo em nossas vontades, ideias, anseios, paixões e desejos.

Portanto, é imprescindível procurar entender e crer que este mundo – do ponto de vista físico e social – incluindo um país com a diversidade e o tamanho do Brasil, pode ser construído e reconstruído quantas vezes for necessário. E como já escreveu David Harvey (2006), poderemos então nos afastar dos medos, das ansiedades, das depressões, do excesso de trabalho e das noites sem dormir. Neste novo mundo possível, não faltará cilindros de oxigênio e teremos a oportunidade de respirar um ar puro, sem fuligens, monóxidos de carbono, dióxidos de enxofre, hidrocarbonetos e, principalmente, sem a presença fétida de cadáveres putrefeitos como Bolsonaro e sua súcia.

Referências

- BERARDI, Franco. **Asfixia**: capitalismo financeiro e insurreição da linguagem. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 256p.
- CAMPOS, João Pedroso de. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. **Veja**. São Paulo, 1 de novembro de 2019. Disponível em: < [Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura | VEJA \(abril.com.br\)](https://veja.abril.com.br/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/)>. Acesso em 17 abr. 2021.
- COUTO, Mía. **O bebedor de horizontes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 328p.
- DUNKER, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 116-135.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. 2. ed. ampliada Petrópolis: Vozes, 2015. 128p.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 382p.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem**: migração camponeza e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. São Paulo: Paco Editorial, 2020. 248p.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos 1). 384p.

Dia da Consciência Negra e luta antirracista ¹

“O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida”. (Silvio Almeida, 2018).

Impera no Brasil uma normalidade na forma subalternizada como o negro ocupa lugar na sociedade. Assim, ver “pessoas de cor” em estratos sociais inferiores é percebido como algo dentro da ordem das coisas, seja pedindo esmola na rua, limpando espaços públicos e privados ou residindo em lugares sem o mínimo de infraestrutura e dignidade humana. Isto se deve a uma ideologia arraigada pelos séculos de escravidão que o país viveu a maior parte de sua História. Características de uma sociedade escravocrata são muito mais comuns em nosso cotidiano do que se pode supor, elas se manifestam e se reproduzem no discurso dominante, na mídia, nos espaços de poder, nos comportamentos, enfim, em todas as esferas da vida social, daí seu caráter estrutural e sistêmico.

É preciso reconhecer e afirmar que a escravidão no Brasil não se constituiu apenas num rentabilíssimo negócio, ela imprimiu marcas profundas na sociedade brasileira, possíveis de serem vistas até os dias de hoje. Moldou ações e atitudes, estabeleceu discrepâncias socioeconômicas, fez do tom de pele e dos traços fisionômicos um modo de diferenciação essencial e ordenou comportamentos de autoridade, mando/obediência e subserviência, num sistema hierárquico bastante visível.

¹ Texto publicado no Portal Geledés em 20 de novembro de 2020. Disponível em: [Dia da Consciência Negra e luta antirracista - Geledés \(geledes.org.br\)](https://geledes.org.br/dia-da-consciencia-negra-e-luta-antirracista/).

A abolição em 1888 não foi uma ação benevolente do Império, embora a imagem de Isabel tivesse permanecido no imaginário popular por décadas como “a redentora dos escravizados”. Segundo as historiadoras Lília Schwarcz e Heloísa Starlin (2015), a própria maneira como a abolição foi apresentada oficialmente – como um prêmio e não como uma conquista – levou a uma percepção enviesada do processo, marcada pelo envolvimento decisivo dos próprios escravizados na luta. Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e tantos outros que combateram o regime escravocrata foram colocados em papéis secundários ou mesmo silenciados pelos registros historiográficos posteriores.

A “libertação” dos negros não apagou os mais de três séculos de resistência dos escravizados, representada por insurreições, revoltas, aquilombamento, assassinatos de senhores e feitores e toda uma série de ações que desafiaram o sistema, caracterizado, de forma equivocada e abstrusa, como um tanto suave e menos cruel se comparada a outras realidades, como a dos operários europeus no século XIX, dos negros sul-africanos durante o *Apartheid* e a dos negros no sul dos Estados Unidos. É preciso admitir e reafirmar que o regime de escravidão brasileiro foi extremamente cruel e violento. Os negros escravizados eram submetidos a toda uma sorte de castigos, suplícios e torturas, seus corpos ficavam deformados após sessões de chibatadas. Suas peles eram expostas ao ferro em brasa, não era raro encontrar negros cativos sem orelhas, tipo de castigo comum para os que fugiam.

A tortura senhorial era legalizada, já que o escravo era uma mercadoria, uma propriedade, o seu dono fazia dele o que bem entendesse. No entanto, se o escravizado cometesse crimes e atos violentos contra seu senhor, era punido severamente, passando a ser considerado um sujeito nos termos da lei. O historiador Yuri Costa, ao analisar essa contradição, chegou a afirmar que “o escravo foi, na história da humanidade, a única propriedade punível” (COSTA, 2015). Alguns objetos simbolizavam a violência brutal direcionada aos escravizados. O chicote e o pelourinho são os

mais conhecidos, mas existiam também as correntes nos pescoços, as palmatórias, as máscaras de flandres², as forcas, entre outros.

Um sistema longo e perverso como este só poderia originar uma sociedade autoritária, violenta e racista. O pós-abolição não trouxe benefícios aos libertos, que foram abandonados à própria sorte. Ao longo da história da república brasileira, mais fortemente nas primeiras décadas, o negro foi desvinculado dos propósitos do Estado – ele não possuía propriedade, era analfabeto, passava fome, vivia pouco – o que reforçou preconceitos e naturalizou desigualdades que permanecem até hoje.

As teorias do determinismo social e racial, importadas da Europa no início do século XX, também ajudaram muito a colocar o negro como inferiorizado, tendo como pressupostos, o poder de perpetuar estruturas de dominação do passado colocando em seu lugar novas formas de racialização, as quais buscavam justificar biologicamente diferenças que eram históricas e sociais (SCHWARCZ, 2019). A degeneração da raça como ideologia científica e política possibilitou, por exemplo, o que Robert Nisbet denominou de “teoria do progresso” (NISBET, 1983), de cunho racista e determinista, já que a base do desenvolvimento e do progresso ocidental era por direito e competência, responsabilidade do branco.

Mas, assim como na escravidão, as populações negras não estiveram passivas em relação a seus dramas, a Revolta da Chibata em 1910 é um exemplo conhecido de resistência. Oficiais de baixa patente da Marinha – em sua maioria negros e mestiços – se rebelaram contra seus superiores brancos, tomando o controle de quatro navios de guerra na baía de Guanabara, ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Reivindicavam o fim dos maus tratos e das torturas que sofriam frequentemente, escancarando o racismo violento presente nas forças armadas da época.

Em 1931, em São Paulo, é criada a Frente Negra Brasileira, que reuniu milhares de negros, num “verdadeiro movimento de massa, chegando a atingir o número expressivo de 20 mil sócios em vários Estados” (LEITE,

² Máscara de metal flexível geralmente com três buracos na frente – para olhos e nariz – fechada atrás da cabeça por um cadeado.

2017). Com o fim do Estado Novo, outros grupos começam a se organizar, formando entidades importantes na história da busca de melhores condições e direitos para os negros. Destacaram-se a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro. Com a abertura política no fim dos anos 1970, o Movimento Negro Unificado (MNU) fortalece as lutas e reivindicações por direitos no mesmo momento em que crescia os clamores pela redemocratização do país.

A Constituição de 1988 se tornou um marco importante a partir das lutas e reivindicações do ativismo negro, o que assegurou a inserção dos artigos 215 e 216 que versam sobre a proteção às manifestações culturais afrobrasileiras, considerando-as patrimônio nacional; o artigo 68º das disposições transitórias reconhece o direito à territórios remanescentes de quilombos e o artigo 5º, inciso XLII, tornou a prática de racismo crime sujeito à prisão. Em 1996, o Estado brasileiro reconheceu Zumbi dos Palmares como herói Nacional. E em 2011, um dia como hoje, o 20 de novembro, data da morte de Zumbi em 1695, foi instituído pela Lei Federal de nº 12.519 como dia Nacional da Consciência Negra, uma reivindicação histórica do MNU.

No século XXI houve ainda uma modificação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tornando obrigatório no currículo do ensino básico as temáticas ligadas à “História da Cultura Afrobrasileira e Africana”, além da consolidação de políticas afirmativas de acesso às universidades públicas por parte da população que se autodeclara negra. Aliado a isso, em 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, tendo como objetivo fixar direitos aos afrodescendentes brasileiros nos mais diversos setores da sociedade. É preciso afirmar que tais avanços são, antes de qualquer coisa, produto constante da lutas e da organização do movimento negro, articulado nas mais diversas frentes de atuação.

Apesar do fortalecimento de direitos nos últimos anos direcionados aos negros, ainda há muito a se conquistar. O racismo é uma realidade bastante comum no Brasil, desde as relações mais cotidianas ao plano institucional. Não por acaso que, há quase vinte anos, Milton Santos escreveu

que “ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo. Essa ambigüidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico, e o discurso individualmente repetido é também utilizado por governos, partidos e instituições” (SANTOS, 2000). Alguns exemplos são recorrentes, uns sutis, outros mais incisivos. Ver negros em posições sociais de destaque causa estranhamento a muitos, a presença deles em certos espaços de consumo e poder, por vezes, causa reações de desconfiança e vigilância. Na publicidade, poucos anúncios associam seus produtos aos afrodescendentes. Na grande mídia, nossa presença é a exceção. Cultos de religiões de matriz africana são vistos por certos grupos da sociedade como coisa demoníaca e os ataques violentos se multiplicam.

O racismo se reproduz também na linguagem, nas palavras e nos discursos. “Preto de alma branca”, “preto de traços finos”, “cabelo ruim”, “mercado negro”, “denegrir”, “a coisa tá preta”, “mas eu tenho amigos negros”, “por que não tem dia da consciência humana?”, “o próprio negro é racista”, “o negro se vitimiza muito”, “da cor do pecado”, são tristes exemplos de como o racismo se manifesta no Brasil, muitas vezes até de forma inconsciente, herança do poder dominante e opressivo do branco nos anos de escravidão, enraizado na cultura brasileira através do vocabulário.

A realidade perversa do racismo no Brasil é representada também pelas desigualdades sociais, a população negra possui renda duas vezes menor que os grupos de brancos, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (CARDIM, 2019). A taxa de homicídio de jovens negros com idade entre 15 e 29 anos no Brasil chega a 185 por 100 mil, número três vezes maior que os jovens brancos (GARCIA, 2019). A população carcerária brasileira é a terceira maior do mundo, totalizando 773 mil pessoas (NASCIMENTO, 2020), sendo dois terços dos presos negros, homens e pobres.

O racismo intransigente do bolsonarismo

A chegada de Jair Bolsonaro e seu grupo ao poder tem se mostrado uma grande ameaça aos direitos conquistados nos últimos anos pelas populações afrodescendentes. Antes de assumir o cargo, ainda em campanha, o hoje presidente já se posicionava contra políticas afirmativas ao dizer que “todos são iguais perante a lei”. Em uma entrevista concedida ao programa Roda Viva, declarou não haver dívida histórica com os negros por conta da escravidão e ainda asseverou: “se for ver a História realmente, os portugueses nem pisaram na África, eram os próprios negros que entregavam os escravos”.

Já chegou a dar a seguinte declaração, pouco antes do segundo turno, durante uma entrevista a uma emissora de TV do Piauí: “não há a menor dúvida de que as políticas de ações afirmativas reforçam o preconceito. As cotas raciais são um equívoco. Isto não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Tudo é coitadismo no Brasil. Vamos acabar com isso”, concluiu.

Em abril de 2019, já no cargo de presidente, Bolsonaro ordenou pessoalmente que o Banco do Brasil retirasse do ar uma campanha publicitária com a participação de jovens negros, que se mostravam com tatuagens, usando anéis e dreadlocks. Os jovens apareciam felizes e empoderados. A peça comercial não agradou o chefe do Executivo por ter “diversidade demais”, o que acabou culminando na exoneração do então diretor de Comunicação e Marketing do banco, Delano Valentim.

Outro fato relacionado ao atual governo que tem causado repercussão aconteceu em 13 de maio do corrente ano, o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, atacou Zumbi, que segundo ele é uma invenção da esquerda e do *marxismo cultural*, expressão recorrente na boca de conservadores, reacionários e extremistas da direita. Camargo chegou a dar a seguinte declaração em suas redes sociais: “Zumbi é herói imposto pela ideologia que a grande maioria dos brasileiros repudia. Negros,

questionem, critiquem e não o aceitem passivamente!”. Disse ainda: “Herói da esquerda racista; não do povo brasileiro. Repudiamos Zumbi!”. Para ele, a verdadeira heroína dos negros é a princesa que assinou a lei Áurea.

Camargo também já chamou o cantor e escritor Martinho da Vila de vagabundo e a cantora Alcione de barraqueira, só para citar dois exemplos. Disse ainda que o “movimento negro é uma escória maldita”. Recentemente retirou os nomes de Marina Silva e Benedita da Silva da lista de personalidades negras da Fundação e ameaçou retirar mais nomes, como artistas do calibre de Elza Soares e Gilberto Gil. Sergio Camargo, no alto de seu parasitismo à frente da Fundação Palmares, tenta a todo custo chamar atenção da mídia, relativizando o racismo e menosprezando a luta histórica e aguerrida dos negros no país.

A gestão bolsonarista, de fortes traços fascistas, tem como um de seus objetivos principais forjar uma guerra cultural e ideológica a partir da criação de narrativas falaciosas sobre temas como a escravidão e racismo, reforçando a ideia de meritocracia, de que todos são iguais, reproduzindo noções de “vitimismo” e “coitadismo” em relação aos negros, ocultando em seus discursos as desigualdades gritantes presentes no país. O Executivo nacional se exime da responsabilidade de fomentar políticas públicas que promovam cidadania e acesso à direitos pelos afrodescendentes, como por exemplo, a demarcação e a legalização de territórios para comunidades quilombolas.

“Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”

A conhecida frase de Angela Davis possui um significado bem relevante, ela precisa não somente ser repetida, mas praticada. Ser antirracista é tomar atitudes concretas contra as injustiças de uma sociedade fundada no preconceito racial, é ter uma postura propositiva e reativa contra o racismo diário e institucional. É não aceitar violências simbólicas e práticas,

se colocar contra opressões, não se acostumar com os bolsões de pobreza e miséria das cidades brasileiras.

Não aceitar mitos como o da democracia racial também é ser antirracista, bem como contestar a naturalização das divisões sociais, que camufla as perversidades de uma sociedade violenta, ideologicamente baseada “na exploração econômica, na dominação política e na exclusão cultural” (CHAUÍ, 2016). Ser antirracista é conhecer a história de um país que em mais de 300 anos de opressão ao negro, praticou um verdadeiro genocídio contra a humanidade.

É preciso compreender que o capitalismo neoliberal ao qual estamos submetidos configura-se como um perigoso sistema destrutivo, que visa à acumulação acima de tudo. Ele possibilita uma exposição contínua à violência direcionada às massas oprimidas e marginalizadas, uma concreta ameaça existencial. A racionalidade neoliberal tenta aniquilar a arena pública dos direitos e da cidadania, enquanto fortalece o espaço privado dos interesses financeiros. Ser antirracista é lutar contra as atrocidades praticadas pelo grande Capital, que reifica nossas relações, num processo contínuo de neoliberalização da vida, comandando e ditando as regras de nossas condutas e interferindo nas nossas subjetividades.

Hoje é um dia para reflexão, mas também um dia para chamar a atenção do Brasil em relação às desigualdades presentes no país. Nós negros somos parte de uma sociedade ideologicamente comandada por discursos e práticas hegemônicas que enaltecem a liberdade individual, o êxito profissional, a meritocracia e a autonomia, o que contribui para ocultar o verdadeiro caráter de nossa realidade, a de que somos fruto de uma sociedade autoritária, machista, misógina, violenta e racista. Por isso nossa tarefa primeira é reconhecer estas perversidades, que tem na História do Brasil sua explicação, para então resistir e construir, como vem sendo feito, estratégias contínuas de combate ao racismo estrutural e à opressão de grupos vulnerabilizados e marginalizados, lutando em busca de cidadania, de acesso à Educação, Saúde, moradia e oportunidades de trabalho digno, afirmando e consolidando nossas identidades, o direito à vivenciar

e praticar nossa cultura nos mais diversos aspectos da vida cotidiana, apartada dos padrões impostos por uma sociedade de mercado.

Hoje, portanto, é uma data para não esquecer que a luta contra o racismo, em sentido amplo, deve ser a nossa razão de vida. Destarte, precisamos nos lembrar do legado dos que resistiram, combateram e levantaram suas vozes contra as opressões ao povo negro. Por isso, este texto é dedicado à memória de Zumbi, Dandara, Tereza de Benguela, Negro Cosme, Ná Agontimé, Maria Firmina dos Reis, Nascimento Moraes, Francisco José do Nascimento, Genoveva Pia, João Cândido, Maria Felipa, Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio, Carolina de Jesus, João Cândido, Abdias do Nascimento, Mãe Menininha do Gantois, Milton Santos, Marielle Franco e todos aqueles e todas aquelas que resistiram e ainda resistem contra este sistema perverso e estruturalmente racista.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Editora Jandaíra, 2018. 256p.
- CARDIM, Maria Eduarda; SANTA RITA, Bruno. IPEA: renda dos negros ainda é cerca de duas vezes menor que a dos brancos. **FGV SOCIAL**. 16 de abr. 2019. Disponível em: <[ipea: renda dos negros ainda é cerca de duas vezes menor que a dos brancos | Centro de Políticas Sociais \(fgv.br\)](http://ipea:renda-dos-negros-ainda-e-cerca-de-duas-vezes-menor-que-a-dos-brancos-|Centro-de-Políticas-Sociais(fgv.br))>. Acesso em 11 nov. 2020.
- CHAUÍ, Marilena. **A Ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica/Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 221p.
- COSTA, Yuri. A Transmutação da fala: uso e desuso de testemunhos de escravos nos tribunais do Maranhão Imperial. In: GALVES, M. C.; COSTA, Y (Orgs.). **O Maranhão Oitocentista**. 2. ed. São Luís: Café e Lápis/EDUEMA, 2015. p. 269-302.
- GARCIA, Diego. Homicídios entre jovens negros são quase três vezes maiores do que brancos e chegam a 185 por 100 mil. **Folha de São Paulo**. 15 de nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/homicidios-entre-jovens-negros-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-brancos-e-chegam-a-185-por-100-mil.shtml>>. Acesso em 11 de nov. 2020.

LEITE, Carlos R. S. C. A Frente Negra Brasileira. **Portal Geledés**. 14 de dez. 2017. Disponível em: <www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira-2/>. Acesso em 10 nov. 2020.

NASCIMENTO, Luciano. Brasil tem mais de 773 mil encarcerados, maioria no regime fechado. **Agência Brasil**. 14 de fev. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/brasil-tem-mais-de-773-milencarce-rados-maioria-no-regime-fechado>>. Acesso em 11 de nov. 2020.

NISBET, Robert. **História da Idéia de Progresso**. Brasília: Editora UnB, 1983. 364p.

SANTOS, Milton. Ser Negro no Brasil hoje. **Folha de São Paulo**. 07 de maio de 2000. Disponível em: < [Folha de S.Paulo - Milton Santos: Ser negro no Brasil hoje - 07/05/2000 \(uol.com.br\)](http://Folha.de.S.Paulo-Milton.Santos:Ser.negro.no.Brasil. hoje-07/05/2000(uol.com.br))>. Acesso em 10 nov. 2020.

SCHWARCZ, Lília M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 273p

_____; STARLING, Heloísa. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694p.

Sobre o autor



Luiz Eduardo Neves dos Santos nasceu em São Luís, Estado do Maranhão em 11 de janeiro de 1981, é licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Geoprocessamento pelo Centro de Desenvolvimento de Conhecimentos e Habilidades (CEDECON), Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e em 2021 tem previsão para concluir o doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Já trabalhou como professor nas

redes privada e pública de ensino e em faculdades particulares em São Luís; Tem experiência também com Planejamento Urbano, já que atuou entre os anos de 2007 e 2014 como membro do Instituto da Cidade (INCID) e da Secretaria de Urbanismo e Habitação (SEMURH), órgãos públicos municipais responsáveis pela política urbana em São Luís. Atualmente é Professor Adjunto I do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Habilitação História/Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Pinheiro, sob o Regime de Dedicção Exclusiva. Integra o Núcleo de Estudos Geográficos (NEGO) da UFMA. Ocupou a Presidência do Conselho de Representantes da APRUMA Seção Sindical ANDES-SN na gestão 2016-2018 e ocupa atualmente a Diretoria Regional Nordeste I do ANDES no cargo de 1º Tesoureiro (gestão 2021-2022). Possui experiência de pesquisa nas áreas de Geografia Urbana, Economia Urbana, Planejamento Urbano, Geografia Econômica, Geografia Cultural e Geografia Escolar, atuando principalmente nos seguintes eixos temáticos: Produção do Espaço, Direito à Cidade, Plano Diretor, Zoneamento Urbano, Paisagem Urbana, Verticalização, Urbanização, Segregação Socioespacial, Toponímia Urbana, Cotidiano Urbano, Problemas Ambientais nas Cidades e Ensino de Geografia.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org